

DOMINGOS

camadas políticas sobre a Avenida Paulista

Rafaela Lino Izeli



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

RAFAELA LINO IZELI

**DOMINGOS:
CAMADAS POLÍTICAS SOBRE A AVENIDA PAULISTA**

Salvador
2020

RAFAELA LINO IZELI

**DOMINGOS:
CAMADAS POLÍTICAS SOBRE A AVENIDA PAULISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia - PPG-AU/FAUFBA - como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Área de concentração: Urbanismo. Linha de pesquisa: Processos Urbanos Contemporâneos.

Orientadora: Profa. Dra. Paola Berenstein Jacques
Coorientadora: Profa. Dra. Thaís Troncon Rosa

Salvador
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)
Biblioteca da Faculdade de Arquitetura (BIB/FAU)

198

Izeli, Rafaela Lino.

Domingos [manuscrito] : camadas políticas sobre a Avenida Paulista /
Rafaela Lino Izeli. – Salvador, 2020.

238 p. : il. ; 30 cm.

Cópia de computador (*printout(s)*).

Dissertação – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de
Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo,
Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. 2019.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Paola Berenstein Jacques.

1. Avenida Paulista (São Paulo, SP) - Aspectos políticos. 2. Sociologia
urbana - Avenida Paulista (São Paulo, SP). 3. Política pública. I. Jacques,
Paola Berenstein. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de
Arquitetura. III. Título.

CDU: 316.334.56(815.6)



ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado EM ARQUITETURA E URBANISMO DA MESTRANDA
RAFAELA LINO IZELI

Ao vigésimo quinto dia do mês de outubro de dois mil e dezenove, reuniu-se por convocação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, a comissão composta pelos Professores Doutores Paola Berenstein Jacques, Thais Trocon Rosa, Ana Maria Fernandes e Heitor Frúgoli Junior sob a presidência da primeira, na qualidade de orientadora, para proceder ao exame do trabalho apresentado pela mestranda **Rafaela Lino Izeli** intitulado "**Domingos: camadas políticas sobre a Avenida Paulista**".

O ato teve início às 14:30 horas, tendo sido concedido à mestranda cinquenta (50) minutos para exposição resumida dos conteúdos do seu trabalho. De acordo com as normas que regulam a matéria, cada examinador fez suas observações e levantou questões, que foram respondidas pela candidata.

Concluído o exame, os professores atribuíram as seguintes indicações:

Profª. Drª. Paola Berenstein Jacques	APROVADA COM DISTINÇÃO
Profª. Drª. Thais Trocon Rosa	APROVADA COM DISTINÇÃO
Profª. Drª. Ana Maria Fernandes	APROVADA COM DISTINÇÃO
Prof. Dr. Heitor Frúgoli Junior	APROVADA COM DISTINÇÃO

Com o que se julgou a mestranda **APROVADA COM DISTINÇÃO**, sendo recomendado ao Colegiado de Curso deste Programa de Pós-Graduação que seja concedido à **Rafaela Lino Izeli** o grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Salvador, 25 de outubro de 2019

Profª. Drª. Paola Berenstein Jacques
Orientador e Presidente da Banca Examinadora
FAUFBA

Profª. Drª. Thais Trocon Rosa
Coorientadora da Banca Examinadora
FAUFBA

Profª. Drª. Ana Maria Fernandes
Membro da Banca Examinadora
FAUFBA

Prof. Dr. Heitor Frúgoli Junior
Membro da Banca Examinadora
FFLCH – USP



ao Neni, meu pai [in memoriam]

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia e a seus professores. À CAPES pela bolsa concedida.

Aos coletivos ativistas que me concederam entrevistas e permitiram com que eu acompanhasse algumas de suas atividades ao longo da realização desta pesquisa.

À Paola Jacques, por aceitar minha vinda ao Laboratório Urbano, espaço que sem dúvida contribuiu imensamente para a minha formação; pela sua generosidade na transmissão do seu conhecimento, na orientação desta pesquisa e de tantas outras; e por nos fazer entender e acreditar na construção coletiva deste grupo.

À Thaís Rosa, pela companhia nesses dois anos e meio; pelas contribuições, correções e apontamentos precisos nesta pesquisa; também pela generosidade na coorientação e construção conjunta desta dissertação; pela confiança junto à equipe do Urbanidades Liminares; e pelo compartilhamento das angústias e dos afetos cancerianos.

À Ana Fernandes e Heitor Frúgoli, por terem acompanhado o trabalho desde o início, por aceitarem fazer parte desta banca e por terem contribuído de maneira inexplicável para este resultado. À Ana, obrigada pelas suas falas sempre tão instigantes e por seus ensinamentos tão motivadores dentro de sala de aula; ao Heitor, obrigada por ter feito parte desta minha caminhada bastante inicial pela Antropologia, antes mesmo desta pesquisa se concretizar.

Ao Laboratório Urbano e a todos os seus membros, com os quais pude compartilhar estes anos. À pesquisa Cronologia do Pensamento Urbanístico, em especial às ricas trocas estabelecidas com as pesquisadoras do campo de debates sobre a Participação, um grupo de mulheres fortes e potentes. À equipe da pesquisa Urbanidades Liminares por me permitir construir um espaço de formação e discussão desde seu início, sobretudo às pós-graduandas e aos bolsistas de iniciação científica pelas trocas e aprendizados mútuos. À Gabriela Gaia, Sanane Sampaio, Thaís Rosa e Julia Matos pela experiência compartilhada no tirocínio docente do Ateliê 5. A todos os estudantes desta turma que me permitiram contribuir com seus trabalhos e que me fizeram aprender enquanto tirocinante.

À minha família, em especial à minha mãe Viviane e aos meus irmãos Nataly e Renan, pelo incentivo aos estudos e por sempre acreditar no meu esforço. À minha avó Yolanda, não somente pelo afeto, mas pela contribuição financeira nesses momentos profissionais tão difíceis. Aos meus sobrinhos, Miguel e Mateus, por encherem meu coração de fofurices em tempos duros. À Serena, que apareceu tão de repente e que me faz ter a alegria dessa companhia diária e desse amor felino.

Ao Zélia Moreno, minha família baiana que me recebeu tão bem nessas terras, me acolheu e dividiu comigo as cervejas mais geladas do Chico. À Babina, pelo compartilhamento desta pesquisa e pelo crescimento conjunto nesta caminhada acadêmica; por estar ao meu lado quando muito precisei; por fazer eu me enxergar forte e por me receber em São Paulo, quando esta cidade já me parecia um corpo estranho. Ao Igor, por ser prestativo e disposto não somente na finalização deste material, mas no cuidado diário; por ser duro com as minhas cancerianices; por fazer eu ser mais otimista e acreditar mais em mim. Ao Ramon, pela companhia, pelas risadas compartilhadas e pelas conversas leves. Ao Dilton, pelas conversas sábias, pelo auxílio e transmissão de conhecimento, pelo carinho. À Jana, pela energia e por ser essa querida que aqui faz falta. À Analu, que mesmo chegando há pouco, nos conquista com toda sua delicadeza.

Aos amigos de longa data. À Tidei, pelos Skypes e anseios trocados; por me acompanhar e me apoiar nessa viagem São Paulo / Bahia, quando percorremos mais de dois mil quilômetros em um carro 1.0, sem ar condicionado e cheio de plantas. À Nat, pelo carinho e força de sempre; e pela ajuda na minha mudança física e psicológica. Ao Jaca, um amigo querido que carrego com muito orgulho. À Toi, por me receber em sua casa nas idas a campo, no final desse processo. Ao Felipe, pelas viagens compartilhadas nesse finalzinho de dissertação que me fizeram renovar as energias para continuar.

Aos colegas ingressantes na turma 2017.1 do mestrado do PPGAU. Ao Matheus Lins, por contribuir na impressão deste material.

E finalmente à Bahia, a Salvador, pela energia incrível, pelo acolhimento, por permitir a minha construção tão mais leve e mais alegre. Ao mar, especificamente ao Porto da Barra, pela renovação e pela cura diária. Aos vizinhos dessa Barra, pelas cervejas infinitas.

A rua era para eles apenas um alinhado de fachadas por onde se anda nas povoações ... Ora, a rua é mais do que isso, a rua é um fator de vida das cidades, a rua tem alma!

(RIO, 2012, p.20)

RESUMO

Esta pesquisa se propõe a descrever as ações recentes sobre o espaço da Avenida Paulista através de três camadas: o Programa Ruas Abertas, a atuação dos coletivos ativistas e as manifestações. Procuramos investigar o que tem acontecido neste espaço; como isso tem feito parte da rua e atravessado as políticas públicas destinadas para tal; e quais sujeitos têm sido evidenciados nesse processo. Algumas noções principais perpassarão a pesquisa, nos ajudando a compreender este espaço da rua que está para além da sua materialidade construtiva, mas atravessado por relações sociais. Primeiro, o conceito de “estado de rua” (SCHVARBERG, 2011), nos mostrando um uso da rua que é instável, repleto de dinâmicas próprias que configuram, a todo instante, modos outros de “fazer cidade” (AGIER, 2011), tensionando o planejado e o programado. Segundo, a noção de “ocupação” que, buscando por visibilidade através de uma estabilidade momentânea, operaria em um “agir político” pelo “direito de ali estar” (AGIER, 2015), reforçando as disputas, os dissensos e os desentendimentos inerentes ao espaço da rua. Por fim, a noção de “política” em distintas escalas, que se apresenta “da rua”, “para rua” e “na rua”, contribuindo para percebermos uma ação política em uma escala micro, do banal e do ordinário; em uma escala macro, em que a tentativa de consensualização buscaria o apagamento deste ordinário; e em uma escala, talvez, ainda mais exacerbada, em que a efervescência das grandes manifestações alcance um abalo político de proporções gigantescas.

Palavras-chave: Paulista Aberta, Programa Ruas Abertas, coletivos ativistas, ocupação, política.

IZELI, Rafaela Lino. Domingos: camadas políticas sobre a Avenida Paulista. 238 f. il. 2019. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

ABSTRACT

This research aims to describe the recent actions on the Paulista Avenue space through three layers: the Open Streets Program, the activist collectives actions and the protests. We seek to investigate what has happened in the avenue's space; the activities entailed by those agents have been part of the street and crossed the public policies designed for such; and which subjects have been evidenced in this process. Some main notions will permeate the research, helping us to understand the street as a space that is beyond its constructive materiality, but pervaded by social relations. First, the concept "state of the street" (SCHVARSBERG, 2011), showing us a use of the street that is unstable, with its own dynamics, which configure, all the time, other ways of "making a city" (AGIER, 2011), and stresses the planned and the programmed. Second, the notion of "occupation" that, seeking for visibility through momentary stability, would operate in a "political act" for the "right to be there" (AGIER, 2015), reinforcing the disputes, dissents and misunderstandings inherent at the space of the street. And finally, the notion of "politics" on different scales, that is presented "from the street", "to the street" and "on the street", supporting the realization of a political action on a micro scale, banal and ordinary; and on a macro scale, in which the attempt of consensualization would seek the erasure of that ordinary practices; and perhaps on an even more exacerbated scale, in which the effervescence of the protests reaches a political shaking of gigantic proportions.

Keywords: Paulista Open, Open Streets Program, activist collectives, occupation, politics.

IZELI, Rafaela Lino. Sundays: political layers on the Paulista Avenue (São Paulo, Brazil). 238 pp. ill. 2019. Master Dissertation – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 01:	Morador de rua em frente à escadaria da igreja	47
Foto 02:	Carrinho do morador de rua, dono de Duquesa e Princesa	48
Foto 03:	Morador de rua dormindo no belvedere do MASP	49
Foto 04:	Ambulantes se dispersando ao avistarem o rapa	50
Foto 05:	Carros de “Apoio à Remoção” circulando pela Avenida Paulista	51
Foto 06:	Segurança junto a uma placa de divulgação do evento Paulista Cultural	52
Foto 07:	Morador de rua dormindo no belvedere do MASP	53
Foto 08:	Grupo “Samba que é Massa” em apresentação na esquina da Alameda Campinas	54
Foto 09:	<i>Slackline</i> na Praça do Ciclista	55
Foto 10:	Controle da ciclovía pelos funcionários do Bradesco	56
.....		
Foto 11:	Crianças brincando com bolha de sabão	87
Foto 12:	Meninos, da academia <i>Millenium</i> , fazendo uma apresentação de dança	88
Foto 13:	Crianças brincando em uma oficina de bambolê	89
Foto 14:	Apresentação do grupo “Palavra Cantada” no Domingo na Paulista, na FIESP	90
Foto 15:	Grupo pedindo Intervenção Militar	91
Foto 16:	Show de Karol Conká patrocinado pela <i>Nike</i>	92
Foto 17:	Casal de moradores de rua em frente ao Itaú	93
Foto 18:	Carros da polícia circulando pela Avenida Paulista	94
Foto 19:	Artesão e vendedores nas calçadas da Avenida Paulista	95
Foto 20:	Protesto contra racismo, lembrando os 80 tiros disparados contra o músico negro no Rio de Janeiro	96
.....		
Figura 01:	Ação de urbanismo tático realizada pelo coletivo SampaPé, WeWork, Meiofio e Movimento Boa Praça no cruzamento das Avenidas Paulista e Consolação no dia 02 de maio de 2019. Créditos: Medium	139
Figura 02:	Projeto para Vale do Anhangabaú; Centro Aberto do Largo São Bento; Parklets municipais. Créditos: Gestão Urbana, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	153

Figura 03: Ocupação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) na Avenida Paulista, iniciada em 15 de fevereiro de 2017. Créditos: MidiaNinja	157
Figura 04: Ocupação pró-impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, iniciada em 16 de março de 2016. Créditos: <i>3 pontos</i>	159
Figura 05: Acampamento do OcupaSampa no Vale do Anhangabaú e na Avenida Paulista. Créditos: <i>G1 e Rede Brasil Atual</i>	161
.....	
Foto 21: Faixa “Lula Livre, em defesa da aposentaria”	175
Foto 22: Faixas em defesa de Lula sobre o asfalto da Avenida Paulista	176
Foto 23: Grupo de músicos de Paraisópolis em frente ao MASP	177
Foto 24: Manifestantes a favor de Jair Bolsonaro	178
Foto 25: Trio elétrico “Fiscais da Nação”	179
Foto 26: Camisetas “Meu partido é o Brasil” vendidas na Avenida Paulista	180
Foto 27: “Quem mandou matar Marielle?” pichado nos muros da Avenida Paulista	181
Foto 28: Praticante de slackline na Praça do Ciclista com a manifestação ao fundo	182
.....	
Figura 06: Primavera Secundarista em uma escola ocupada e em duas manifestações na Avenida Paulista. Créditos: Ubes.org, Foto Ativismo e Uol	197

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP	Amapá
BADESP	Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CET	Companhia de Engenharia de Tráfego
CMTT	Conselho Municipal de Transporte e Trânsito
Contran	Conselho Nacional de Trânsito
CPC	Comissão Permanente de Calçadas
CPM	Conselho Participativo Municipal
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
DGPE	Departamento de Gestão de Políticas e Programas de Esporte e Lazer
Eco-92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
EMAU	Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo
FeNEA	Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
FFAA	Forças Armadas do Brasil
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FLM	Frente de Luta por Moradia
G8	Grupo dos 8
GCM	Guarda Civil Municipal
GOT	Game of Thrones
GPSP	Programa Global de Espaços Públicos
ICS	Instituto Clima e Sociedade
IMS	Instituto Moreira Sales
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
Itauplan	Itaú Planejamento e Engenharia
Itausa	Investimentos Itaú S.A.
ITDP	Instituto de Políticas de Transporte & Desenvolvimento
LABMOB	Laboratório de Mobilidade Sustentável
LGBTQ+	Lesbian, Gay, Bissexual, Transgender e Queer
MASP	Museu de Arte de São Paulo
MCMV	Minha Casa Minha Vida
MG	Minas Gerais

MP	Medida Provisória
MP	Ministério Público
MPL	Movimento Passe Livre
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
ONG	Organização Não-Governamental
ONU-Habitat	Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos
OSC	Organização da Sociedade Civil
OSs	Organizações Sociais
PB	Paraíba
PE	Pernambuco
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PM	Polícia Militar
PMU	Planos de Mobilidade Urbana
PROURB	Programa de Pós-Graduação em Urbanismo
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
RS	Rio Grande do Sul
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão
SC	Santa Catarina
SESC	Serviço Social do Comércio
SMPIR	Secretaria Municipal de Promoção e Igualdade Racial
SP	São Paulo
STF	Superior Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
SUTACO	Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TCM	Tribunal de Contas do Município
UCB	União dos Ciclistas do Brasil
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
WRI	World Resources Institute



A rua em foco: aproximações teórico-metodológicas _____	17
1 Paulista Aberta: o ordinário e o extraordinário tensionados _____	39
2 Programa Ruas Abertas: tentativas de ordenamento e pacificação _____	97
3 Ocupa Paulista: a ocupação exacerbada na rua _____	155
Considerações Finais _____	207
Referências Bibliográficas _____	223
Anexos _____	233





A RUA EM FOCO
aproximações teórico-metodológicas

“A rua tem alma”, dizia João do Rio em sua ode à rua. “Há ruas honestas, ruas ambíguas, ruas sinistras, ruas nobres, delicadas, trágicas, depravadas, puras, infames, ruas sem história, ruas tão velhas que bastam para contar a evolução de uma cidade inteira [...]” (RIO, 2012, p.25) Pseudônimo do cronista carioca João Paulo Alberto Coelho Barreto, João do Rio escreve em meio às transformações, conduzidas por Pereira Passos, pelas quais o Rio de Janeiro passava no início do século XX para tornar-se, enfim, moderna. No seu livro “A alma encantadora das ruas” de 1908, o jovem jornalista e escritor passeia de forma bastante passional, com a óptica do *flâneur*¹, pelas ruas de sua cidade, sem se cansar de ressaltar o caráter social desse espaço.

A rua é o aplauso dos medíocres, dos infelizes, dos miseráveis da arte [...] A rua é generosa [...] A rua é a transformadora das línguas [...] A rua nasce, como o homem, do soluço, do espasmo [...] A rua sente nos nervos essa miséria da criação, e por isso é a mais igualitária, a mais socialista, a mais niveladora das obras humanas [...] A rua é a eterna imagem da ingenuidade [...] A rua faz as celebridades e as revoltas [...] A rua criou o garoto! (RIO, 2012, p.20-21)

Para o autor, a rua é um ser vivo. “[...] As ruas pensam, têm ideias, filosofia e religião.” (RIO, 2012, p.29) A rua é humana, carrega as marcas da sua criação na sua materialidade e transparece o suor dos homens que a criaram nos seus calçamentos. É com este tom de paixão e glorificação à rua que João do Rio irá percorrer este espaço que seria, para ele, um sujeito social: “[...] considere a rua um ser vivo, tão poderoso que consegue modificar o homem insensivelmente e fazê-lo o seu perpétuo escravo delirante.” (RIO, 2012, p.40)

É evidente, nas palavras do autor, o caráter instável e provocador do espaço da rua. Ela está ali para dar possibilidades a acontecimentos, para ser fluxo dos imprevisíveis, para abrigar desejos e relações sociais. “[...] A rua é a nossa própria existência. Nela se fazem

¹ O *flâneur*, personagem criado por Charles Baudelaire, no século XIX, e atualizado por Walter Benjamin, no século XX, é aquele que vaga pelas ruas a fim, somente, de contemplar a cidade. Para João do Rio, “flanar é ser vagabundo e refletir, é ser basbaque e comentar ter o vírus da observação ligado ao da vadiagem. Flanar é ir por aí de manhã, de dia, à noite, meter-se nas rodas da população [...]; é estar sem fazer nada e achar absolutamente necessário ir até um sítio lóbrego, para deixar de lá ir, levado pela primeira impressão, por um dito que faz sorrir, um perfil que interessa, um par jovem cujo riso de amor causa inveja... É vagabundagem? Talvez. Flanar é a distinção de perambular com inteligência.” (RIO, 2012, p.22)

negócios, nela se fala mal do próximo, nela mudam as ideias e as convicções, nela surgem as dores e os desgostos, nela sente o homem a maior emoção.” (RIO, 2012, p.35) Para ele, antes mesmo de espaços estritamente funcionais, as ruas são experiência, encontro e troca. São espaços cheios de personalidade, que nascem e morrem, que se transformam, que têm características específicas e que permitem a criação de tipos sociais – é o fulano da rua X, o ciclano da rua Y. As ruas imprimem suas marcas em seus atores, tornam-se sobrenome dos seus frequentadores, ditam seus hábitos e costumes.

Recorremos a João do Rio para introduzir essa dissertação por considerarmos importante pontuar, antes de mais nada, que o espaço da rua que buscamos observar nessa pesquisa é constituído, para além de sua materialidade, de experiências e relações sociais. Para falarmos da Avenida Paulista, pelas lentes que pretendemos investigar e que serão melhor explicitadas a seguir, procuramos ressaltar o seu caráter efêmero, instável, de ocupação momentânea, que torna impossível a dissociação entre o objeto e os sujeitos que dele fazem uso, configurando um “estado” a esta rua.

Contudo, logo a princípio, já poderíamos questionar aqui a noção de rua, ancorada em João do Rio, com a própria avenida que estamos trabalhando². Ao adotarmos como foco de pesquisa uma ação programada, o Programa Ruas Abertas³, em um espaço tão visibilizado e, de certo modo, “espetacular” (JACQUES, 2010), como a Avenida Paulista, estaríamos nos distanciando de uma ideia de rua ordinária e incerta que aparece com bastante força nas narrativas do autor? Pensar essa rua em uma metrópole como São Paulo, nos faz antecipar algumas das investigações que serão desdobradas adiante.

² Topalov, et al. (2014) trará uma distinção das palavras rua e avenida. O autor define rua como um espaço de circulação de pessoas e veículos existente entre as casas e construções da cidade; enquanto que, demarcando uma clara hierarquia viária, avenida, sobretudo a partir do fim do século XIX, teria seu significado atribuído às ruas mais amplas, dotadas de arvoredos e relacionado ao uso de fruição da paisagem. “Rua é, pois, uma designação relativamente estável que, até o século 20, não concorre com nenhuma outra para significar a via urbana típica, eixo de circulação ligado aos lugares de habitação ou de domicílio dos comércios, oficinas ou fábricas. A criação das avenidas veio alterar esta perspectiva. Ela trouxe um processo de dissociação entre as funções de circulação e de habitat. A avenida simboliza, sobretudo, a cidade moderna do século 20.” (VIDAL, 2014, p.580)

³ O Programa Ruas Abertas será nosso ponto de partida para todo o delineamento desta pesquisa e aparecerá com mais ênfase nos capítulos 1 e 2. Por ora, cabe pontuar que este Programa foi implantado em São Paulo em 2015, na gestão de Fernando Haddad, tendo como objetivo a abertura de algumas ruas na cidade para circulação exclusiva de pedestres e ciclistas aos domingos e feriados.

Falamos de um Programa que conta com uma grande presença de coletivos ativistas⁴ na sua idealização e manutenção e que surge muito pautado em torno de um tensionamento à lógica automobilística, buscando endossar um discurso de devolutiva da “cidade para as pessoas”. Em torno deste discurso, é frequente a menção e a adoção como referência teórica de diversas publicações⁵ que, de meados ao fim do século XX, se fortaleceram como uma contraposição à homogeneização de um projeto moderno de cidade, a fim de enaltecer um necessário retorno à rua, à sua vitalidade e diversidade. Por isso, talvez, este imaginário construído em torno da rua, evocando o seu caráter social e provocativo, pautado nestas discussões tão efervescentes do século passado, ainda esteja bastante presente nestas propostas hoje, mesmo quando implantadas em um contexto de espaço e tempo completamente distinto, como em uma Avenida de grande escala.

Ademais, não somente pelo o que está posto no discurso, mas também através dos “achados” que apareceram no espaço da rua nas nossas observações, poderíamos perceber ainda algum resquício deste ordinário e das trocas cotidianas na Avenida Paulista. Resquícios estes, que nos permitiriam compreender e nomear este nosso objeto por “rua”, justamente pela Avenida possibilitar a configuração de um lugar do incerto e do instável, permeada por micro-resistências em disputas constantes com um espaço que tenderia ao “esperado” ordenamento racional das grandes cidades.

Esta relação entre ordenamento, homogeneização e possibilidades de resistência levará Schvarsberg (2011) a trabalhar o que ele denomina de “estado de rua”, como uma experiência subjetiva que só se torna possível a partir do contato entre o objeto e o sujeito. Um estado que pode estar presente constantemente na rua, mas que também pode ser causado de maneira instantânea e singular pelas circunstâncias dadas, porém

⁴ Optamos por chamar os grupos participantes deste Programa de “coletivos ativistas”, mas veremos adiante, no capítulo 2, que eles próprios usam denominações variadas para se caracterizarem. A princípio, definimos estes coletivos como redes “que envolvem estudantes, artistas, arquitetos, associações e vários outros agentes” (FRÚGOLI, 2018) que têm se mobilizado e lutado pela ampliação dos seus direitos.

⁵ Entre elas podemos citar “Morte e vida das grandes cidades”, de Jane Jacobs, publicada em 1961; “O direito à cidade”, de Henri Lefebvre, em 1968; e “A invenção do cotidiano”, de Michel de Certeau, em 1980.

sempre dependente dessa relação intrínseca entre dimensões materiais e sensíveis que somente se realiza no encontro do sujeito com a rua.

Considerando a hipótese de que a experiência da rua encerra uma série de particularidades para além de sua genérica condição de espaço público, a noção de estado de rua surge para evitar qualquer tipo de submissão a um estatuto jurídico, a uma legislação urbanística ou categorização, mas pelo contrário, apontar que é necessário que se reúna um conjunto de fatores que não são de forma alguma fixáveis para que essa singular experiência urbana aconteça. A palavra “estado” traz a ideia de condição provisória, impermanente, variável para a experiência da rua, que se desvincula, assim, também de possíveis determinações morfológicas, ainda que elas exerçam sua influência. Ao mesmo tempo, atribui às práticas humanas sua importância fundamental. (SCHVARSBERG, 2011, p.123)

O autor irá reforçar a sua compreensão de “estado de rua” a partir das articulações entre o objeto e as práticas humanas ⁶ que produzem experiências singulares, mostrando como tal termo não poderia estar relacionado unicamente a uma morfologia espacial e exemplificando-o no modo de estabelecer o contato com o outro “[...] ou de ser atravessado por uma alteridade; pelos processos de ocupação do espaço, que implicam firmar, disputar ou ceder posição; ou como resultado das relações dinâmicas entre movimentos, usos e práticas de linguagem e comunicação.” (SCHVARSBERG, 2011, p.124)

A estas possibilidades de experiências singulares, Schvartsberg associará o que ele denomina de “potência de rua”, aquilo que “[...] se produziria então no campo da subjetividade, que encontra na rua um meio de expressão. Trata-se de uma multiplicidade tão volátil, camaleônica, movediça, que no momento em que se pensou tê-la interpretado, esta já mudou seu aspecto.” (SCHVARSBERG, 2011, p.88) Tal

⁶ Podemos, de certo modo, relacionar esse termo cunhado por Gabriel Schvartsberg ao que Milton Santos (2006) irá definir como espaço: um sistema de objetos e ações, um híbrido entre fixos e fluxos, que só é passível de compreensão a partir da relação dialética entre a materialidade e suas atividades. O próprio autor traçará relações do “estado de rua” com a ideia de “rugosidades” (SANTOS, 2006), como um processo de resistência ou obstáculo à transformação racional e acelerada das cidades contemporâneas.

expressão subjetiva da rua, ancorada por um anseio de potência⁷ ou uma capacidade e vontade de gerar experiências, se atrelada ao campo dos desejos⁸ do indivíduo, poderia ser relacionada a um “devir-rua”.

Um devir⁹ que passa a ser “estado de rua” a partir da sua realização pelos praticantes do espaço, uma passagem da potência à ação. Para Schvarsberg, esta potência instaurada na rua, produzindo, portanto, um “estado”, causaria obstáculos e possibilidades de resistência aos processos de transformação urbana espetacularizados, ditados pela racionalidade e pelo funcionalismo, fazendo coexistir um embate entre tais potências e as forças hegemônicas que também produzem a cidade.

Poderíamos pensar, então, que estas resistências seriam desvios lentos¹⁰ que conflitariam com a fluidez da velocidade e da aceleração contemporânea, interessadas na organização, no consenso e no controle do espaço público. Para Schvarsberg, a exacerbação desta experiência poderia ser exemplificada pela rua de pedestres, sem circulação de veículos, que “[...] se aberta à apropriação por usos flexíveis, opacos e conflituosos, pode levar à instauração de um intenso estado de rua”. Contudo, ele ressalta que esta mesma rua, “[...] se planejada segundo um modelo inserido nas

⁷ A noção de potência para Spinoza (2009) estaria diretamente relacionada à produção do desejo, dependente da maneira como o corpo é afetado. “O corpo humano pode ser afetado de muitas maneiras, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída.” (SPINOZA, 2009, p.99)

⁸ Aqui a noção de desejo “consiste no movimento de afetos e de simulação desses afetos em certas máscaras, movimento gerado no encontro dos corpos [...] consiste também num movimento contínuo de desencantamento, no qual, ao surgirem novos afetos, efeito de novos encontros, certas máscaras tornam-se obsoletas; movimentos de quebra de feitiço; afetos que não existem e máscaras que já perderam o sentido.” (ROLNIK, 2011, p. 36)

⁹ “Devir é, a partir das formas que se tem, do sujeito que se é, dos órgãos que se possui ou das funções que se preenche, extrair partículas, entre as quais instauramos relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, as mais próximas daquilo que estamos em vias de nos tornarmos, e através das quais nos tornamos. É nesse sentido que o devir é o processo do desejo.” (DELEUZE; GUATARRI, 1997, p.64)

¹⁰ Em referência ao que Milton Santos nos traz acerca da temporalidade nas cidades e suas definições sobre homens lentos: “Agora, estamos descobrindo que, nas cidades, o tempo que comanda, ou vai comandar, é o tempo dos homens lentos. Na grande cidade, hoje, o que se dá é tudo ao contrário. A força é dos ‘lentos’ e não dos que detém a velocidade elogiada por um Virílio em delírio, na esteira de um Valéry sonhador. Quem, na cidade, tem mobilidade – e pode percorrê-la e esquadrihá-la – acaba por ver pouco, da cidade e do mundo. Sua comunhão com as imagens, frequentemente pré-fabricadas, é a sua perdição. Seu conforto, que não desejam perder, vem, exatamente, do convívio com essas imagens. Os homens ‘lentos’, para quem tais imagens são miragens, não podem, por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e ir descobrindo as fabulações.” (SANTOS, 2006, p.220)

estratégias ditas de ‘revitalização’, [pode] substituir o cotidiano pelo museu ao ar livre.” (SCHVARBERG, 2011, p.128)

O que o autor entende por “museu ao ar livre” estaria relacionado aos processos de turistificação voltados à cultura, que tendem à pacificação dos espaços (JACQUES, 2010) e à transformação de partes das cidades em conjuntos cenográficos, a fim de criar uma *image-making* e inseri-las no mercado global (ARANTES, 2013). Nesta compreensão, tal “museificação” do espaço público acabaria por reduzir as possibilidades de experiências imprevistas e, conseqüentemente, as possibilidades de conflito inerentes à produção de um “estado de rua”.

Ao falarmos da Avenida Paulista – e isto ficará mais evidente no desdobramento da pesquisa adiante –, compreendemos esta rua entre um espaço de potência, passível de geração de experiências singulares e efetiva instauração de um “estado de rua”; e um espaço que, de certo modo, tende à organização homogeneizadora e à tentativa de consensualização, em um processo relacional de campos de força que não configuram lados antagônicos e dualistas, mas que se sobrepõem e estão constantemente imbricados.

A coexistência destes embates, entre potências e ordenamentos, nos traz inevitavelmente uma camada importante para a compreensão do espaço da Avenida: a política. Em diálogo com Rancière (1996), ao considerar que as tentativas de consensualização pressupõem, de modo geral, o desaparecimento da política, Jacques (2010) nos aponta a possibilidade das micro-resistências se contraporem à homogeneização através do dissenso e do desentendimento. Segundo a autora, poderíamos encontrar resistências à pacificação do espaço no uso cotidiano da cidade, sobretudo na experiência não programada ou desviatória dos espaços públicos.

Nessa mesma linha de discussão, Schvarsberg (2011, p.139), fará uma distinção entre o que ele define por “política da rua” e “política na rua”. Para o autor, a primeira estaria relacionada ao “exercício político intrínseco às próprias dinâmicas cotidianas do urbano”, atuando em um regime micropolítico, de forma ordinária, atrelada às práticas que permaneceriam ao nível da rua, mesmo diante das tentativas de pacificação. Já a

segunda, surgiria em uma escala extraordinária, em espaços eventuais de manifestação, buscando maior visibilidade e causando abalos no andamento da cidade.

Estas dinâmicas cotidianas do urbano estariam diretamente relacionadas ao que Schvarsberg veio nos apontando sobre esse “estado de rua”, sobretudo quando o “estado” é compreendido pelo autor como um modo de ser atravessado pelos processos de ocupação do espaço que implicam firmar, disputar ou ceder posição, neste possível embate entre ordenamentos e micro-resistências. Nesse sentido, a noção de ocupação também ganharia relevância na pesquisa como mais uma camada para compreensão da Avenida Paulista.

“Ocupar”, que no dicionário Aurélio significaria “tomar posse de, estar na posse de, preencher, instalar-se em”, quando trazida ao contexto urbano e atrelada a uma ideia simultânea de uso e produção do espaço, teria seus significados expandidos. À medida que “ocupação” passa a circular em meios tão diversos e a ser difundida por agentes com interesses díspares, perceberíamos uma ampliação das noções do termo. Na Avenida Paulista, esta noção estaria presente tanto nos discursos dos coletivos ativistas com o intuito de “retomada da cidade”; quanto na ocupação de cargos públicos por estes agentes, a fim de participar da gestão administrativa municipal; assim como nos momentos de protesto materializados em acampamentos na rua; e nas próprias práticas cotidianas da rua que a tensionam como um espaço do dissenso.

A fim de ampliarmos as possíveis compreensões do termo, enfatizaremos na pesquisa a noção que Agier (2015) mobiliza sobre “ocupação” como um “direito a estar ali”, um “agir político cujo objeto é um direito humano e, ao mesmo tempo, um direito à cidade”. Esta compreensão, e os exemplos que iremos mobilizar, nos ajudará a entender a “ocupação” como uma estabilidade momentânea, temporária, passível de causar um arranjo no espaço, mas também de possibilitar um rearranjo constante, a fim de conquistar visibilidade – e invisibilidade quando necessário –, de garantir direitos, de resistir e de disputar o espaço da rua em suas distintas esferas.

Tais disputas constantemente citadas aqui, entre as micro-resistências cotidianas e as reiteradas tentativas de homogeneização na produção urbana, permeiam também as

discussões que Ribeiro (2005) nos traz acerca dos processos de socialização nas grandes cidades. Para a autora, a modernidade racionalizada, nos espaços que concentram a acumulação material e imaterial capitalista, aumentaria as distâncias sociais à medida que pauta as relações em uma perspectiva maquínica, monetária e excludente, ameaçando, portanto, a sociabilidade. “Assim, a monetarização das relações sociais, que caracteriza a vida urbana, adquire novos conteúdos, que reduzem a gratuidade e a espontaneidade indispensáveis à sociabilidade e aos sentidos mais largos da urbanidade.” (RIBEIRO, 2005, p.414)

Ribeiro (2005) nos mostra uma relação dialética de forças que operam sobre o indivíduo contemporâneo. Um indivíduo comandado por instituições de uma economia globalizada, subordinado a “ações estratégicas”, porém extremamente dependente de relações sociais construídas pela tessitura diária da sociabilidade, ou seja, de uma dependência dos “outros”. Para a autora, a ação imprevista e o estabelecimento do improvável, com possibilidade de dar origem a usos disruptivos do tempo e do espaço, convivem e contrastam com a ação estratégica que tenta reduzir os vínculos sociais, mas que não necessariamente consegue fazê-lo. A cidade implicaria tensionamentos constantes destes dois modos de existência e, certamente, entrecruzamentos e sobreposições destas ações, em que o imprevisto também pode se tornar estratégico. Seriam, portanto, apropriações do espaço que expressariam “racionalidades alternativas” (RIBEIRO, 2010, p.30), possibilitadas pela costura, com fios tênues, das fissuras produzidas pela ação dominante.

A dimensão da sociabilidade adquire, para a autora, um lugar de disputa e resistência para a compreensão do espaço urbano. Nesse sentido, nos parece importante retomar algumas noções que perpassam os estudos clássicos sobre o conceito de sociabilidade de Georg Simmel e sua investida sobre a modernidade e o homem moderno. Frúgoli (2007) nos propõe aprofundar a discussão acerca do caráter “relacional” e “situacional” de grupos sociais da cidade. O autor privilegia a figura do cidadão, que ocupa e se desloca pelos espaços urbanos estabelecendo relações sociais de proximidade e distância, para além da figura do transeunte ou do cidadão (considerando que o meio urbano não conduz necessariamente a práticas politizadas de cidadania).

Simmel acreditava que a sociedade não era algo dado, composta somente por indivíduos, mas por indivíduos em constante interação, em um processo de reciprocidade, o que designaria uma “cidade relacional”. (FRÚGOLI, 2007, p.08) Ainda, é possível afirmar que, para Simmel, “não há uma sociedade ‘como tal’, mas um movimento constante que aproxima ou separa constelações constituídas.” (FRÚGOLI, 2007, p.13) A partir da compreensão das noções simmelianas de interação, reciprocidade, proximidade e distância – estas duas últimas, sobretudo, relacionadas ao comportamento moderno *blasé*¹¹, de proximidade corporal e distância espiritual – Frúgoli irá nos apontar algumas releituras e desdobramentos possíveis da sociabilidade hoje, alertando para a abrangência do termo e uma necessária reflexão sistemática a fim de evitar o esvaziamento da força explicativa do conceito¹².

A partir destas noções de interação e reciprocidade, tão presentes na obra de Simmel¹³, e pela compreensão de uma “cidade relacional” em contínuo movimento de convergência e divergência sociais, que nos aproximamos das ideias apontadas até então, direcionando o entendimento do espaço urbano através de um processo

¹¹ Para Georg Simmel, “a incapacidade, que assim se origina, de reagir aos novos estímulos com uma energia que lhes seja adequada é precisamente aquele caráter *blasé*, que na verdade se vê em todo filho da cidade grande, em comparação com as crianças de meios mais tranquilos e com menos variações. A essa fonte fisiológica do caráter *blasé* da cidade grande somam-se as outras, que desaguam na economia monetária. A essência do caráter *blasé* é o embotamento frente à distinção das coisas; não no sentido de que elas não sejam percebidas, como no caso dos parvos, mas sim de tal modo que o significado e o valor da distinção das coisas e com isso das próprias coisas são sentidos como nulos.” (SIMMEL, 2005, p.581)

¹² Dentre alguns exemplos, o autor destaca a obra de Agier (1999) em que, se valendo de uma perspectiva situacional, construída em torno das ideias de coerência interna (que pressupõe uma convergência mínima de significados) e de agenciamento social de coerções (como dados econômicos e organizacionais); define a “situação” pelo “sentido compartilhado” e pela “regulação de contextos”, reforçando a reciprocidade e interação destas duas dimensões de espaço-tempo. Estas compreensões reafirmariam a ideia simmeliana de que o indivíduo (moderno) seria constituído pelo cruzamento entre distintos círculos sociais e, portanto, “um polo de relações e tensões.” (FRÚGOLI, 2007, p.54)

¹³ Outras noções perpassam a obra de Simmel, como as de trânsito, do estrangeiro e da conversa. No primeiro termo, “trata-se de compreender melhor a já mencionada questão da co-presença no espaço público, cuja multiplicação de contatos é contraposta pela reserva como uma prática que propicia certo ordenamento frente à multiplicação de estímulos. [...] No segundo tópico, a metáfora do estrangeiro remete à ideia da fragilidade dos laços sociais, feitos de intimidade e distância, com relações marcadas por pequenas repulsas recíprocas; [...] Finalmente, a conversa como espaço possível do princípio da sociabilidade, enquanto construção temporária de uma igualdade, numa espécie de modelo reduzido (simbólico e lúdico) do fim da servidão, dentro do que Joseph denomina ‘compromisso de vitalidade contida.’” (FRÚGOLI, 2007, p.48-49)

constante de aproximação e distanciamento, na escala micro e macro, das formas cotidianas e eventuais de convívio e comunicação¹⁴.

Certamente, essas reflexões não foram construídas *a priori*, mas somente ganharam corpo na pesquisa após nossa aproximação com o espaço da Avenida Paulista, onde as duas escalas (micro e macro) estiveram bastante presentes e entrelaçadas. Procuraremos assim, relatar como se deu esta nossa aproximação e como foi construído o nosso campo de maneira mais ampla, buscando percorrer o espaço da rua e seus quilômetros de asfalto com uma característica intrínseca expressa no nosso corpo que, de certo modo, permeia toda a discussão teórica anteriormente esboçada: “a colisão com a alteridade, ou a impossibilidade de atravessar o espaço da rua sem ter de enfrentar o outro.” (SCHVARBERG, 2011, p.125)

Primeiro, é importante ressaltar que esta pesquisa teve como inquietação inicial o Programa Ruas Abertas que, implantado em São Paulo em 2015 durante a gestão municipal de Fernando Haddad, vinha suscitando discussões acerca do uso do espaço da rua por pedestres e ciclistas aos domingos e feriados para práticas recreativas diversas na cidade. Percebendo a visibilidade e a efervescência destas discussões em torno da principal rua integrante do Programa (a Avenida Paulista) e cientes da existência de outras mais de 20 ruas pertencentes à iniciativa, propusemos pesquisar como o Programa, em sentido amplo, havia se inserido nas diversas regiões da cidade, quais eram os objetivos desta medida, os atores sociais envolvidos e, sobretudo, os usos decorrentes em cada rua nestes momentos.

A partir destes interesses, o projeto de pesquisa submetido para seleção no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia teve sua construção estritamente em torno do Ruas Abertas, tendo como objetivo principal a compreensão das diferenças e semelhanças da implantação de uma mesma medida nas mais distintas áreas da cidade de São Paulo, com características sociais, econômicas

¹⁴ Esta compreensão relacional, de interdependência entre sujeitos e objetos, subjetividade e materialidade, que compreende a cidade em um constante de movimento entre escalas, usos, ações e práticas, nos aproxima também às reflexões que vêm sendo construídas sobre a noção de “urbanidades” junto à pesquisa Urbanidades Liminares, coordenada pela Prof. Thaís Rosa, na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia.

e morfológicas extremamente díspares. Almejávamos investigar se o Programa havia instigado uma aproximação outra (mesmo que este “outra” ainda não estivesse claro naquele momento) do morador da capital paulista com o espaço da rua. Contudo, não tardou para que tais delineamentos fossem alargados, novas inquietações tomassem corpo, e as idas a campo fossem construindo um novo percurso.

Foi através dos “achados” em campo que este novo percurso veio se desenhando. As aproximações iniciais com as ruas fizeram com que a concentração estrita sobre um Programa Municipal parecesse frágil e precisasse ser repensada. Tais aproximações se deram por uma fase exploratória¹⁵ em que foram elencadas, sobretudo pela possibilidade de abarcar as variadas regiões da cidade através de um deslocamento plausível, algumas ruas participantes da iniciativa que pretendíamos visitar. Diante de um mapa¹⁶ em mãos, disponibilizado *online* pelos coletivos ativistas que acompanhavam o Programa e que serão mais adiante explicitados, foram percorridas 09¹⁷ das 23 ruas integrantes do Ruas Abertas¹⁸, durante o mês de setembro de 2017.

Em geral, o que pudemos observar nesta aproximação inicial foi um intenso uso da Avenida Paulista em contraposição a um uso pouco significativo¹⁹, ou até mesmo

¹⁵ Uma fase exploratória foi adotada nesta primeira investigação como uma forma de adentrar o campo, sem análises prévias, a fim de conhecer e delimitar melhor o objeto de pesquisa.

¹⁶ Este mapa está disponível no anexo A desta dissertação e *online* em <<https://www.ruasabertas.minhasampa.org.br/>> Acesso em: 14 de mar. 2018.

¹⁷ Foram elas: Avenida Paulista, na Subprefeitura Sé, Avenida Sumaré, na Subprefeitura Lapa e Rua Medeiros de Albuquerque, na Subprefeitura de Pinheiros, ambas na zona Centro-Oeste de São Paulo; Avenida Santa Catarina, no Jabaquara, Avenida Tomás do Vale, em M’Boi Mirim e Avenida Carlos Caldeira Filho, em Campo Limpo, zona Sul; Rua Benedito Galvão, em Aricanduva e Avenida Vereador Abel Ferreira, na Mooca, zona Leste; e Avenida Koshun Takara, em Casa Verde, zona Norte. Visto que o Programa acontecia somente em dias pontuais e tínhamos apenas um mês na cidade de São Paulo para esta fase exploratória, escolhemos algumas ruas que permitiam uma maior facilidade de deslocamento entre si para que pudéssemos percorrer mais de uma no mesmo dia. Dentre as ruas escolhidas, é importante ressaltar que a maioria se trata de Avenidas de grande porte – característica do Programa de maneira geral. Isso se daria, possivelmente, pela reiterada necessidade exposta pelos coletivos ativistas em selecionar vias mais centrais para receberem a iniciativa, que contassem com maior movimento, com ocupação comercial próxima e fácil acesso ao transporte público, principalmente, por estarem se espelhando na Avenida Paulista como modelo para expansão pela cidade.

¹⁸ A quantidade de ruas participantes do Programa sempre se mostrou variável. A divulgação do Ruas Abertas de forma imprecisa pela gestão municipal não permitiu que esse número fosse sempre afirmado com certeza e, por diversas vezes, esteve desatualizado. Além disso, a mudança da gestão administrativa da cidade em 2016 trouxe inúmeras questões à continuidade do Programa, fazendo com que algumas ruas deixassem de participar da iniciativa.

¹⁹ Consideramos aqui um “uso pouco significativo” destes espaços somente quando comparado à idealização de ocupação que os defensores do Ruas Abertas almejavam com a sua implementação. É importante pontuar

inexistente, na maioria das demais ruas visitadas. Enquanto a Avenida acumulava uma série de ações distribuídas sequencialmente ao longo de toda sua extensão e, aparentemente, atraía um público expressivo em suas atividades; as demais ruas, quando mantinham ainda o bloqueio da CET (Companhia de Engenharia de Tráfego, responsável pela restrição da circulação de veículos nos dias de Ruas Abertas), contavam com pouquíssimas pessoas circulando pelo local, muitas vezes até desconhecedoras da ação. Exceções podiam ser atribuídas à rua selecionada na região de Pinheiros, extensão de um estabelecimento privado²⁰ que, junto a apresentações de jazz e feiras culturais, garantia a atração dos domingos; e à rua pertencente à Zona Norte, em Casa Verde, em que um morador local, com a ajuda de coletivos ativistas, havia estimulado a vizinhança a ocupar o espaço da rua após a implantação do Programa.

A partir destas observações preliminares buscamos assimilar as razões pelas quais as ações do Programa se concentravam quase exclusivamente sobre o espaço da Avenida Paulista. A tentativa de compreensão com maior clareza de alguns fatos que levaram à implantação da iniciativa na capital, das ações empreendidas pelo poder público e da participação dos coletivos ativistas permitiram com que os caminhos investigativos desta pesquisa se ampliassem e foram determinantes para a reconfiguração do que havíamos esboçado no princípio.

A emergência da figura dos coletivos, como fortes protagonistas do Ruas Abertas e de outras ações que vinham se espalhando pontualmente pela capital paulista, fez com que os nossos esforços se direcionassem, também, à compreensão da atuação destes agentes sobre o espaço urbano. Diante da expansão do caminho previamente traçado, e desejando ainda não nos desprender da observação dos usos da rua que motivou a

que essa “comparação” se deu apenas pelos momentos de utilização das ruas pelo Programa, objeto da pesquisa até esta fase exploratória, descartando, a princípio, outros períodos possíveis de uso destes espaços.

²⁰ O Armazém da Cidade, inaugurado em 2015, é um galpão que promove feiras gastronômicas, oficinas, apresentações musicais e brechós, se autodefinindo em suas redes sociais como o “mais novo espaço de economia criativa da Vila Madalena.”

construção desta pesquisa, optamos por concentrar o exercício de apreensão²¹ (JACQUES; DRUMMOND, 2015) somente sobre a Avenida Paulista e a partir desta aproximação conduzir toda a investigação.

Tomamos a Avenida como campo de pesquisa justamente por ser o espaço que parecia possibilitar um maior entrelaçamento entre o desejo de observação dos usos da rua e a necessidade de compreensão da atuação dos coletivos, além de ter sido também a rua que teria dado origem ao Programa. Percebemos a participação destes coletivos tanto na idealização da proposta intitulada de Paulista Aberta – que depois culminaria no Ruas Abertas – quanto na condução das atividades iniciais, no acompanhamento dos seus desdobramentos e na mediação dos conflitos posteriores.

Ademais, optamos por concentrar as nossas observações da rua somente aos domingos. Apesar de termos circulado pela Avenida Paulista em outros momentos durante a semana, eram os domingos que mais nos chamavam a atenção, visto que, ao receber o Programa Ruas Abertas e se abrir aos pedestres, a rua parecia assumir um outro “estado”. É importante frisar que não era objetivo desta pesquisa uma estrita comparação dos usos da rua nos momentos com e sem a ocupação pelo Programa e sim, uma investigação deste espaço excepcional e, talvez, singular que poderia nos levar a uma compreensão da produção da cidade contemporânea pelas camadas que esta rua permitiria acumular em dias específicos.

Veremos que a noção de “camadas” será bastante recorrente no desenvolvimento da pesquisa. Nesse sentido, procuraremos entender as inquietações que foram surgindo ao longo destes anos através dos “achados” em campo como camadas sobrepostas, coexistentes e presentes no espaço da rua que, ao serem acumuladas e evidenciadas, nos darão pistas para a compreensão da produção de um espaço, recortado aqui na Avenida Paulista.

²¹ Apreensão, aqui, é evocada por permitir explorar e compreender a complexidade da cidade através de uma multiplicidade de caminhos que envolve não somente os registros pelo corpo, mas, também, pela imagem e pela narração.

Uma primeira camada mobilizada, e já evidenciada anteriormente, foi a forte presença dos coletivos ativistas na idealização e implantação do Ruas Abertas. Ativemo-nos, sobretudo, aos quatro coletivos²² participantes do Programa, cientes da limitação deste recorte demasiadamente pequeno, mas plausível de investigação dentro de um universo extremamente complexo e de difícil definição. Uma outra camada, ainda, se sobrepôs ao nos depararmos com grandes reivindicações se concentrando no espaço da Avenida Paulista aos domingos, ocorrendo simultaneamente ao Programa. Também pela percepção da intrínseca relação de alguns coletivos ativistas com estas ações de protesto, acrescentamos à pesquisa as manifestações de rua. Não como uma tentativa de compreendermos este momento ainda turvo que conformou o período de protestos no Brasil, principalmente pós Jornadas de Junho de 2013²³, nem tampouco os seus desdobramentos ainda bastante confusos e sem delineamentos precisos, mas na busca de investigarmos esta ocupação da rua neste contexto referido.

Em meio a essa grande “nebulosa”²⁴ de inquietações que vieram se acumulando ao longo da pesquisa, percebemos a necessidade de retomarmos e apontarmos com clareza a questão central que motivara as investigações. Estávamos interessadas aqui no espaço da rua, em específico na Avenida Paulista dos domingos e suas ocupações, questionando se esses usos diversos, para além do cotidiano, permitiam criar outras experiências possíveis de cidade. Interessava-nos este “estado de rua” (SCHVARBERG, 2011) que viemos esboçando, um estado produzido pelo uso do espaço, onde há uma abertura a práticas, dinâmicas sociais e produção de significados variados sobre a rua.

²² São eles: *SampaPé*, *Bike Anjo*, *Minha Sampa* e *Cidade Ativa*.

²³ Falaremos mais adiante, no capítulo 3, sobre as Jornadas de Junho. Por ora, é importante apenas ressaltar que as Jornadas foram manifestações que se iniciariam pontualmente em São Paulo em 2013 pelo Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento municipal da tarifa do transporte público, posteriormente assumindo uma dimensão nacional.

²⁴ “*Nebulosas* são uma metáfora de encontros, confrontos, desencontros, conflitos. Metáfora de rupturas claras, difusas – das quais às vezes nem sequer se deu conta –, mas que conformam um céu que é o da história e das memórias, e que é, antes de tudo – dada a transitoriedade e instabilidade de suas formas – uma imagem do efêmero, a própria existência. Metáfora do próprio céu intransitivo, do ser, do estar, do existir mutável e fugidio. [...] *Nebulosas* não têm limites; no máximo, possuem algum contorno temporário.” (PEREIRA, 2018, grifos do autor)

A partir desta questão central, procuramos apreender a Avenida e investigar este “estado” por três lentes: o Programa Ruas Abertas, a atuação dos coletivos ativistas e as ações de protesto. Esta investigação objetivava, sobretudo, descrever o que vinha acontecendo neste espaço recentemente; compreender como esses processos faziam parte da rua e eram atravessados pelas políticas públicas destinadas para tal; e identificar quais sujeitos estavam envolvidos nessas ações que vinham, possivelmente, encarando a rua de formas outras.

Para observarmos estes acúmulos sobre a Avenida Paulista aos domingos, permeados por distintas lógicas e interesses, esta pesquisa se propôs a uma “abordagem antropológica” (BIASE, 2012), uma forma de entender a Antropologia, também, como uma postura que poderia ser praticada e defendida por arquitetos, urbanistas e outros demais atores. “Uma forma de apreender, de abordar e de olhar de dentro, intimamente, criar ferramentas, toda uma maneira de fazer, de pensar e de estar frente ao outro que merecia uma atenção constante aos detalhes e a sua necessária articulação com as grandes escalas.” (BIASE, 2012, p. 198)

Acerca da metodologia adotada na apreensão da rua, algumas características específicas foram importantes para a determinação de um modo de aproximação à Avenida. O fato de a Paulista ter quase três quilômetros de extensão, com as atividades relacionadas ao Programa acontecendo em dias e horários específicos e restritos e com um uso bastante diverso por todas as suas quadras, determinou a necessidade de caminharmos por todo o espaço logo nos primeiros contatos, sem nos preocuparmos, *a priori*, na fixação em um ponto único ou na construção imediata de uma interlocução com um ou mais frequentadores da rua.

Assumimos a caminhada como proposta metodológica, “a ação de um caminhar e de um estado de corpo caminhante atento ao presente – ou estado de corpo (extra)ordinário, pois distinto do corpo que perambula nos seus afazeres cotidianos, alheio à sua interferência por onde passa.” (LIMA, 2014, p.203) A caminhada como uma “tática” (CERTEAU, 2014) de nos fazer valer do mesmo passo adotado pelos transeuntes que na Avenida circulam, desviam, cruzam, pausam no momento oportuno. Porém uma caminhada pertencente ao nosso corpo atento.

O caminhante transforma em outra coisa cada significante espacial. E se, de um lado, ele torna efetivas algumas somente das possibilidades fixadas pela ordem construída (vai somente por aqui, mas não por lá), do outro aumenta o número dos possíveis (por exemplo, criando atalhos ou desvios) e o dos interditos (por exemplo, ele se proíbe de ir por caminhos considerados lícitos ou obrigatórios). (CERTEAU, 2014, p.165)

Se Certeau (2014, p.170) afirmava que “caminhar é ter falta de lugar. É o processo indefinido de estar ausente e à procura de um próprio”, no campo que viemos trabalhando nesta pesquisa, pelo contrário, a caminhada teve especialmente um início e um fim bastante delimitados pelo espaço que é destinado ao Programa e claramente demarcado pelos bloqueios da CET. Porém o meio, tão extenso e indefinido, sempre nos permitiu desvios e aumentou o número de possibilidades, caminhos, apreensões e lugares.

Ademais, pela limitação tão precisa do nosso campo, não tratamos aqui de uma deriva, “uma técnica de passagem apressada por vários ambientes” (IS, 1958) ou “uma técnica do andar sem rumo” (DEBORD; FILLON, 1954) ligada a um comportamento lúdico-construtivo. Tratamos, sim, de percorrer toda a extensão da rua nas idas à Avenida, de “cabo a rabo”, inúmeras vezes, em um vai e vem por vezes extremamente cansativo²⁵. As pausas foram bem-vindas, não como uma tentativa de “insistência”²⁶ (BIASE, 2013), mas como necessários descansos. Cabe pontuar que optamos, como uma escolha metodológica, por não estabelecer interlocuções recorrentes com os usuários do espaço da rua e ancoramos nossas aproximações com o campo somente nas apreensões. Poderíamos ter investido em uma multiplicidade de metodologias, mas pelas características da Avenida que vimos pontuando preferimos nos concentrar nas

²⁵ As caminhadas foram realizadas, preferencialmente, aos domingos em horários diversos, mas respeitando, ao menos, três horas de corpo atento na rua. É importante pontuar que a maior parte do tempo de pesquisa estivemos em Salvador, sendo pontuais as idas à cidade São Paulo para a construção deste campo e, portanto, tornando-o intermitente. Ainda, nem todas as nossas idas à rua, por critérios diversos, fizeram parte dos relatos que constam no capítulo 1 e 3, mas foram igualmente importantes para a construção e reflexão desta pesquisa.

²⁶ Alessia de Biase considera a insistência como uma “escolha de ficar, de se fixar em um lugar, de voltar a cada dia e olhar o que se passa por um período.” (BIASE, 2013, p.80)

observações que, a nosso ver, não enfraqueceram a densidade das questões mobilizadas.

Ainda, adotamos o uso de registros fotográficos²⁷ durante alguns momentos na rua, que serão trazidos adiante. Optamos por registrar a Avenida também com imagens por parecer importante, enquanto construção narrativa e compreensão do deslocamento estabelecido, mas também por ser pertinente ao espaço em questão. Dizemos isso, por tratarmos de um local extremamente visibilizado e midiático, em que o uso da câmera fotográfica, sobretudo dos celulares, está presente a todo instante no espaço da rua, quase como uma ferramenta indissociável e obrigatória para os “frequentadores” do Programa.

Apesar da caminhada pela Avenida nos induzir a um tempo linear e sequencial, ainda que repleto de possibilidades de desvios, a narração permitiu uma recriação outra da experiência que não segue necessariamente tal linearidade. Na exposição destas nossas aproximações com o campo procuramos construir mais do que uma descrição oral, mas um trabalho inventivo a partir da seleção e articulação de momentos, passagens e fragmentos que, segundo Certeau (2014), fabricam espaços. “As narrativas urbanas, além de narrar, também “montam” cidades, ao produzir outras subjetividades urbanas.” (JACQUES, 2015, p.80)

Somado à caminhada, para a investigação das demais camadas que vieram tomando corpo durante a pesquisa e que permitiram a leitura da rua por outras lentes – como os coletivos ativistas e as manifestações –, investimos em entrevistas com integrantes dos coletivos e na participação em eventos e reuniões abertas promovidas por estas organizações, como forma de construção deste campo mais amplo. Utilizamos o caderno de campo não somente como forma de registro destas caminhadas e da

²⁷ As fotos foram feitas em diferentes momentos da Paulista Aberta e são reunidas em uma sequência que procura evidenciar os fatos apontados nas apreensões em campo. Procuramos localizá-las na Avenida através de um mapa, mesmo que de maneira bastante abstrata e sem precisão, em uma tentativa de demonstrarmos a espacialização das atividades ao longo de toda a rua. Ainda, optamos por imprimi-las em transparência por consideramos suas sobreposições importantes à medida que revelam distintos usos e frequentadores em um mesmo espaço, nos dando pistas das disputas existentes na rua.

presença nestes outros espaços, mas como instrumento de pesquisa²⁸, nos permitindo “[...] captar uma informação que os documentos, as entrevistas, os dados censitários, a descrição de rituais [...] não transmitem.” (MAGNANI, 1997)

Mobilizamos uma pesquisa bibliográfica e consequentes reflexões teóricas e sínteses analíticas a partir das inquietações que pulsaram da construção deste campo como um todo, em uma tentativa de estabelecer uma relação entre empiria e teoria. Adotamos, ainda, uma pesquisa documental, tanto sobre a Avenida Paulista quanto a respeito dos coletivos e dos momentos de protesto, que incluiu dados oficiais; legislações municipais; manuais de projeto produzidos pela Prefeitura; notas à imprensa; documentários sobre a Avenida disponibilizados *online*; pesquisas na *internet* e nas redes sociais dos grupos investigados; e manuais e documentos disponibilizados em *sites* próprios destes grupos.

A pesquisa na *internet* contribuiu e facilitou a aproximação ao campo de uma maneira geral, já que grande parte dos estudos foram desenvolvidos à distância. Não somente pela distância, mas também por perceber, além de uma grande exposição midiática da Paulista Aberta na *internet*, uma forte atuação destes coletivos no espaço virtual. Uma característica particular e importante destes agentes que, claramente, refletiu sobre a ocupação do espaço da rua em questão, configurando uma articulação constante entre redes nacionais e internacionais e uma atuação em um hibridismo entre “espaço *online* e *offline*”. (CASTELLS, 2013)

Para Hine (2003) a pesquisa digital pode ser adotada em uma pesquisa etnográfica²⁹, mas não deve estar dissociada do conhecimento corporificado do campo. “Mais do que transcender o tempo e o espaço, a Internet pode ser representada como uma instância de múltiplas ordens espaciais e temporais que cruzam uma e outra vez a fronteira entre

²⁸ Os relatos retirados do nosso caderno de campo serão apresentados nesta dissertação em fonte Akzidenz-Grotesk BQ Light, tamanho 10.5, cor vermelha, com recuo de 4 cm.

²⁹ Apesar de não afirmarmos que o que realizamos foi uma pesquisa etnográfica *stricto sensu* e, sim, que adotamos uma “postura antropológica” (BIASE, 2012) diante da construção e investigação do nosso campo, a compreensão de Hine (2015) a respeito da etnografia digital parece dialogar com o modo com que lidamos com os recursos da *internet* como uma metodologia de pesquisa.

o online e offline.” (HINE, 2003, p.21) Apesar de não desejar distinguir a etnografia envolvendo a *internet* de outras formas de etnografia, a autora enfatiza que o meio digital “requer alguns tipos específicos de criatividade, de modo a ser capaz de detalhar os modos pelos quais as atividades on-line produzem sentido” (HINE, 2015, p.170), além de ser necessário um comprometimento do pesquisador e um cuidado para não sermos seduzidos pela grandiosidade aparente que a *internet* é capaz de nos mostrar.

Meu conselho é ler amplamente a literatura acadêmica, on-line e nos meios massivos – mas questionar tudo! É importante não presumir que sabemos o que a internet é e o que as pessoas fazem com ela. A leitura ampliada deve ser uma ajuda para a imaginação etnográfica, faz alguém ver quais tipos dentro da rica variedade são possíveis, sugerindo direcionamentos produtivos e técnicas a empregar. (HINE, 2015, p.172)

Como forma de apresentação de todas estas questões que vieram se acumulando na pesquisa, organizamos esta dissertação nesta introdução teórico-metodológica, no desenvolvimento de três capítulos e nas considerações finais. O capítulo 1, intitulado “Paulista Aberta: o ordinário e o extraordinário tensionados” apresenta os momentos em que caminhamos pela Avenida e nossas apreensões sobre a rua. Falaremos de uma “política da rua” encontrada na Paulista, que atuaria por um regime de invisibilidade através de ocupações e estabilidades momentâneas, brechas e desvios, em uma escala micropolítica, tensionando o espaço planejado ou espetacularizado e procurando resistir às tentativas de homogeneização que operam para eliminar este “corpo ordinário” (CERTEAU, 2014).

No capítulo 2, intitulado “Programa Ruas Abertas: tentativas de ordenamento e pacificação”, veremos que a busca pela homogeneização do espaço da rua está constantemente presente nas ações e nos discursos dos gestores do Programa Ruas Abertas, reiterando o embate entre as micro-resistências e as formas de ordenamento. Falaremos, nesse sentido, de uma “política para rua”, procurando apresentar as medidas públicas e privadas que são pensadas e aplicadas sobre a Avenida Paulista, os agentes envolvidos e a reverberação destas ações no campo do urbanismo. Traremos um relato da implantação do Ruas Abertas em São Paulo, além de diversas falas de moradores do entorno da Avenida, integrantes de coletivos ativistas e representantes

do poder público, demonstrando as disputas que giram em torno do Programa e destas formas de ocupação do espaço da rua.

Por fim, no capítulo 3, intitulado “Ocupa Paulista: a ocupação exacerbada na rua”, pretendemos tensionar esta noção de ocupação ao trazeremos alguns momentos de manifestação que estiveram presentes no espaço da Avenida Paulista. Aqui, falaremos de uma “política na rua” que, segundo Schvarsberg (2001), significaria um “ato político”, uma política que busca reconhecimento e visibilidade causando abalos extraordinários. Buscaremos discorrer sobre os “Ocupas” que aconteceram em um âmbito global a partir de 2011 e no Brasil após as manifestações de Junho de 2013. A partir destes eventos, procuraremos problematizar uma possível viralização e banalização da ideia de ocupação, além de buscarmos, também, refletir sobre as noções que permeiam a construção social e política de um “comum”.

Como vimos explicitando, três noções principais perpassarão a pesquisa – as quais procuraremos retomar nas nossas considerações finais – a fim de nos ajudarem a compreender este espaço da rua que está para além da sua materialidade construtiva, mas atravessado por relações sociais. Primeiro, como já enfatizamos, o conceito de “estado de rua” nos mostrando um uso da rua que é instável, repleto de dinâmicas próprias que tensionam o planejado e configuram, a todo instante, modos outros de “fazer cidade” (AGIER, 2011). Segundo, a própria noção de “ocupação” que, buscando por visibilidade através de uma estabilidade momentânea, operaria em um “agir político” pelo “direito de ali estar” (AGIER, 2015), reforçando as disputas, os dissensos e os desentendimentos inerentes ao espaço da rua. E terceiro, a noção de “política” em distintas escalas – “da rua”, “para rua” e “na rua” – não somente como forma de nos ajudar a estruturar nossos três capítulos, mas contribuindo para percebermos uma ação política em uma escala micro, do banal e do ordinário; em uma escala macro, em que a tentativa de consensualização busca o apagamento deste ordinário; e em uma escala, talvez, ainda mais exacerbada, em que a efervescência dos protestos alcance um abalo político de proporções gigantescas.



PAULISTA ABERTA
o ordinário e o extraordinário tensionados

Dia 10 de fevereiro de 2019. Uma placa logo na entrada da igreja informa os horários da missa: 9h, 11h, 18h e 19h30. Aquele mesmo senhor de barba e cabelos brancos, sentado aos pés da escadaria, aguarda o início da primeira celebração religiosa do dia. “Princesa, vem cá!”, grita um outro morador de rua empurrando seu carrinho de compras de supermercado cheio de seus pertences, enquanto atravessa a Praça do Ciclista³⁰. Forrado por pedaços de madeira, o carrinho estampa nas suas laterais a frase: “A Duquesa e a Princesa são bem cuidadas graças à sua ajuda”. Cadelas viralatas, de porte médio, pelos curtos na cor mel, Duquesa vem dentro do carrinho, enquanto Princesa corre pela rua, para desespero do seu dono.

Os automóveis ainda circulam pela rua, mas os cones do Bradesco já estão rigorosamente enfileirados para mais um dia. Enquanto um catador vasculha o lixo atrás de latinhas de alumínio, três moradores de rua sentam em frente à igreja esperando pelos fiéis. Um deles, bebendo um energético da marca *RedBull*, é alertado pelo segurança da igreja: “Cuidado, eim! Isso aí vai te dar asas e você vai sair voando”. Ele, prontamente, responde: “Vou nada, Chico!”

A moça que vende pulseiras em couro, a senhora que expõe peças em crochê, o senhor que vende sofás de tecido em miniatura, a menina que expõe suas pinturas em um varal improvisado, já chegaram e montaram suas bancas. A costumeira Feira de Antiquidades sob o vão do MASP (Museu de Arte de São Paulo) também já se apronta. Cruzar este vão quase nos permite atravessar uma “zona” que transita entre uma Avenida que monta todo o seu cenário para mais um show e uma outra, que acaba de despertar e tem sua rotina invadida. Cerca de 15 ou 20 moradores de rua ocupam os bancos que delimitam o mirante do belvedere, junto a colchões e cobertores. Um deles, parecendo ainda não querer acordar e se isolando do restante do grupo, continua dormindo sob o sol, entre a projeção do edifício e o local de agrupamento dos demais. Três dias depois, em um dia semanal qualquer, eles mesmos estão dormindo, ainda bastante cedo, sob o próprio vão do MASP, ali onde aos domingos a Feira acontece.

Um grupo de ciclistas, que faz um *city tour*, acompanhado de um guia turístico, se aproxima do mirante para a Avenida 9 de Julho. O bloqueio da rua ainda não está totalmente instalado, mas algumas pessoas, ansiosamente, já dividem o espaço da Avenida com os veículos. São 10h10

³⁰ Praça do Ciclista é o nome dado ao canteiro central da Avenida Paulista entre as ruas Bela Cintra e Consolação. O local tem este nome por ser um ponto de encontro dos ciclistas da capital e receber, desde 2002, os participantes da “Bicicletada”.

e os artistas, todos já posicionados, parecem aguardar a autorização da CET para começarem suas apresentações. As escadarias da Gazeta nos convidam a sentar, por um instante, para aguardar o exato início do Programa. Ali à frente, o cantor das músicas de Frank Sinatra já se antecipa e começa seu show.

De lá de cima, alguns degraus sobre o chão, a Avenida transparece toda a sua organização. Os artesãos e vendedores de bugiganga são mantidos nas calçadas. Os músicos e artistas no meio-fio. A calha da rua é destinada à circulação do público, dos carros da polícia e da CET, que fazem a fiscalização. Exceção é atribuída às duas faixas adjacentes ao canteiro central, que são ocupadas pela ciclovía. Os ambulantes, de preferência, próximos aos cruzamentos com as ruas transversais, sempre atentos ao “rapa”³¹. À medida que as horas avançam e o público aumenta, a demarcação por vezes se dilui, mas logo no próximo quarteirão alguns elementos – como os sempre presentes cones do Bradesco –, trazem-na novamente à tona.

Alguns passos adiante e um carro da polícia impede a fluidez da Avenida e a faz parar. Cercando algo em torno de quinze mulheres manifestantes, vestidas com camisetas e lenços roxos, carregando tambores improvisados feitos com latas de tinta e garrafões de água e segurando faixas com dizeres “Fora Bolsonaro” e “Previdência para todos”, os policiais estão atentos a todo o movimento. Sentadas no asfalto, elas fazem ligações, conversam entre si e parecem aguardar alguma decisão. Focados em intimidá-las, outros quatro policiais de bicicleta se juntam ao grupo. Ao todo, agora, são dez homens, um carro, duas motos e seis bicicletas cercando quinze mulheres. Conseguindo seu objetivo, a tropa faz com que elas decidam recuar, se levantem e sigam caminhando, sem nenhum alarde, em direção ao MASP. Andando lentamente, o grupo é acompanhado por dois policiais a fim de garantir sua completa dispersão.

A mesma preocupação policial em restringir aquela manifestação política não é percebida em relação a uma tenda do Partido Novo que distribui panfletos e balões laranjas. Tampouco em uma outra tenda, que reúne algumas pessoas em torno de um discurso microfonado do Deputado Federal Luiz Flávio Gomes, do PSB (Partido Socialista Brasileiro), pedindo o fim do foro privilegiado sob aplausos do público. Mas a fiscalização não

³¹ “Rapa” é uma forma coloquial de denominar os agentes que fazem a fiscalização e apreensão de produtos ilegais ou de vendedores ambulantes não formalizados.

cessa, mesmo que especificamente direcionada a apenas alguns sujeitos. Enquanto o show acontece, três caminhões de “Apoio à Remoção”³² circulam constantemente pelo asfalto.

Ao mesmo tempo, e logo ao lado, a aula de zumba aumenta a temperatura da Avenida, como se toda a ordem estivesse reestabelecida e a programação semanal precisasse continuar. A sobreposição de apresentações e de ruídos nos faz lembrar que se trata de mais um domingo normal – uma banda infantil de *heavy metal*, um grupo fantasiado cantando e encenando “Novos Baianos”, um cão que late histericamente preso à coleira ao lado do seu dono. De blusa e saia pretas, bolsa *pink*, uma moradora de rua, transexual, se senta ao lado e se apresenta: “Paula Paris, prazer. Moro na rua há 10 anos, mas tomo banho todos os dias ali, no cemitério da Doutor Arnaldo. Tenho uma filha. Prazer, me chamo Carolaine.”

Enfurecida por não conseguir um trocado, se despede. É hora de voltar à caminhada e ceder o concorrido lugar no banco do ponto de ônibus para os tantos outros em busca de uma pausa. Ao lado de uma tenda que oferece serviços gratuitos de barbearia, um outro morador de rua, segurando uma garrafa de vidro cheia de alguma bebida, se contorce no chão. O público que, provavelmente, não está acostumado com aquela cena em um domingo na Avenida passa apreensivo, mas nada faz.

Dois ambulantes vendendo bebidas em isopores grandes e amarelos sobre um carrinho de rodas olham aflitos para os lados a todo instante. Quase não percebem um cliente que está parado à frente, pedindo uma água. Um deles se aproxima e pergunta: “Tá vindo?”. O código é claro e nem precisa de respostas. Os dois apenas se olham e, em segundos, se dispersam pelas ruas transversais. É o “rapa”. E ele está vindo.

Já são 11 h de um outro dia ensolarado e quente na capital Paulista. O *script* está pronto e vem sendo anunciado há algumas semanas pela *internet* e redes sociais. Dia 11 de março de 2018, dia de Paulista Cultural³³, um

³² “Apoio à Remoção” são caminhões e kombis da Prefeitura Municipal que passaram a circular pela Avenida após a implementação do Conselho Gestor Local da Avenida Paulista a fim de fiscalizar e apreender os vendedores ambulantes em situação ilegal.

³³ Em 28 de abril de 2019, a segunda edição do evento Paulista Cultural tomou conta da Avenida Paulista, com a participação do MASP, Casas das Rosas, Instituto Moreira Salles, *Japan House*, Centro Cultural FIESP, Itaú Cultural e SESC. O evento, que dessa vez contou com o patrocínio do Itaú, tinha sinalização própria distribuída pela Avenida, além de cartazes, panfletos e adesivos entregues ao público como “*souvenirs*”. A programação foi divulgada em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/04/28/avenida-paulista-tera-serie-de-atividades-culturais-gratuitas-neste-domingo-veja-programacao.ghml>> Acesso em: 05 de mai. 2019.

evento inspirado no *Museum Mile*³⁴ de Nova York. O IMS (Instituto Moreira Sales) já está com os portões abertos e seus seguranças, homens altos, fortes e vestidos de terno e gravata, se posicionam nesta transição nada sutil entre o espaço da calçada e o térreo do prédio. O Instituto é uma das casas participantes do evento, assim como a Casa das Rosas, o Conjunto Nacional, o MASP, a *Japan House*, a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), o bar Riviera, o Itaú Cultural e o Mirante 9 de Julho³⁵. A Avenida é possível ser contemplada do alto do prédio do IMS, em um mirante concorrido por todos que desejam uma *selfie* com ela, imponente, ao fundo.

Pela visão de um voo de pássaro, a Paulista mostra todo seu asfalto sendo ocupado por caminhantes, ciclistas, patinadores, crianças, adultos, cães... Do alto, a ocupação parece homogênea e harmônica. No chão, as diferenças saltam. Os músicos nipo-descendentes Yuzo Akahori e Yoohey Kaito apresentam seu duo de *Shamisen* e *Taiko*³⁶, enquanto, logo ao lado, a aula de zumba do grupo *Day off Paulista* convida os frequentadores da rua a dançar. Sob o vão do MASP, o Balé Popular Cordão da Terra e o Coletivo Candeia de Maracatu dão o tom da apresentação. Seguranças engravatados garantem a perfeita ordem do dia e o encadeamento das apresentações durante o evento cultural enquanto um grupo de samba, junto à Congada de Cotia, faz a Avenida voar à Bahia com a canção “Baiano burro nasce morto”, de Gordurinha.

Poucos cruzam o limite do vão do MASP e se dirigem ao belvedere, onde um morador de rua dorme sobre o banco de concreto que delimita o mirante, quase sem nenhuma perturbação e de forma bastante alheia ao evento que comanda a rua. Nesse entremeio, do IMS ao MASP, diversos artesãos ocupam as calçadas da Paulista expondo seus produtos, atraindo clientes e fazendo da Avenida este grande espaço comercial. Ambulantes também

³⁴ *Museum Mile* é um festival que acontece na Quinta Avenida de Nova York anualmente, em que os museus e casas culturais oferecem programações gratuitas aos visitantes, além de promoverem atividades musicais e artísticas ao longo da rua.

³⁵ O IMS e a *Japan House* fazem parte das novas casas de cultura que foram construídas na Avenida Paulista, juntamente com o SESC Paulista, inaugurado posteriormente. O bar Riviera e o Mirante 9 de julho são estabelecimentos de propriedade do empresário Facundo Guerra que vem transformando espaços, antes abandonados, em lugares de exposição, restaurantes, bares e clubes noturnos, atraindo, sobretudo, um público jovem, frequentemente conhecidos como *hipsters* (uma classe média urbana que se diz contrária ao *mainstream*).

³⁶ *Shamisen* e *Taiko* são dois instrumentos tradicionais japoneses. O primeiro consiste em três cordas sobre um corpo de madeira, relativamente grande, chamado *bachi*, enquanto o segundo é um instrumento de percussão semelhante a um tambor.

aproveitam da ocupação tão efervescente da rua. Vendedores de bebida, algodão-doce, pipoca, sorvete, balões, posicionados quase sempre próximos às esquinas para conseguirem escapar da fiscalização com maior facilidade. E de novo: “Vem o rapa!”. Um deles grita e todos correm.

“Jesus nome sobre todo nome”; “Campanha de prevenção à doença renal crônica” e “Brasil não será uma República ditatorial comunista. Sou cristão, sou patriota! Faxina geral!” são algumas das faixas que estão ali estendidas. Se a Avenida pudesse falar, talvez estivesse confusa com todas estas sobreposições de vozes tão dissonantes. Na esquina com a Alameda Campinas, o baile *funk* dá lugar ao samba, um “Samba que é Massa”, divulgado nas redes sociais e em *sites* como “agendapreta.com” e “soulnegra.com” e que reúne também um público predominantemente negro. O cheiro de churrasquinho volta a embalar.

Esta mesma Avenida, que talvez pudesse parecer confusa, recebe com reiteração seus fiéis frequentadores por todos os domingos. O cantor das músicas de Tim Maia, a van da diversidade da Prefeitura Municipal, a oficina de bambolê, o grupo oferecendo massagem, as crianças brincando com bolhas de sabão gigantes e o show na FIESP – agora com a presença de Almir Sater – são alguns dos eventos recorrentes que acontecem ali independentes da programação cultural aos moldes nova-iorquinos. A última atração do dia se equilibra em uma fita de *slackline*³⁷ presa no vão da Praça do Ciclista. Rodeado pelo público que observa a apresentação através das telas de seus celulares, o equilibrista talvez melhor representasse a sensação daquela Avenida durante todo o seu dia, tentando se balancear e contrabalancear entre todos os distintos sujeitos que dela fazem uso ou, ainda, procurando assimilar todo aquele alarido que dela emana.

³⁷ *Slackline* é um esporte de equilíbrio sobre uma fita elástica esticada entre dois pontos fixos.



01





02





03





04





05



PAULISTA CULTURAL BALÉ POPULAR CORDÃO DA TERRA

O BALÉ POPULAR CORDÃO DA TERRA, CRIADO EM 2012, SURTIU A PARTIR DE OFICINAS DE CONFECCÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E FORMAÇÃO DE CORTEJOS, NO BAIRRO DO BELÉM NA CIDADE DE SÃO PAULO. ATRAVÉS DA REALIZAÇÃO DE PESQUISAS, VIVÊNCIAS E OFICINAS O GRUPO CONSTITUIU-SE EM UM BALÉ POPULAR, APRESENTANDO DIVERSOS ESPETÁCULOS E INTERVENÇÕES VOLTADOS PARA A DANÇA E A MUSICALIDADE TRADICIONAIS BRASILEIRAS.

CLASSIFICAÇÃO
LIVRE





07





08







10

Em vista da enorme visibilidade midiática da Paulista Aberta, inclusive contando com atividades patrocinadas por grandes marcas e instituições privadas, fomos direcionados a pensar esta rua como um espaço “espetacularizado” (JACQUES, 2010). Apesar de o Programa Ruas Abertas ter sido construído como uma reação, ou contraposição, ao domínio das ruas pelos automóveis e à privatização do lazer nas cidades, procuramos pensar que, por estar associado a um discurso global de “pedestrianização”³⁸ dos espaços urbanos; por, em diversos momentos, mostrar um planejamento e controle excessivos de suas ações; e, também, por manter uma relação intrínseca com o consumo e o “*marketing* urbano” (VAINER, 2013), poderíamos considerá-lo mais uma nova camada espetacular do espaço.

Esta noção de “*marketing* urbano” veio ganhando força, sobretudo, a partir da difusão do Planejamento Estratégico como um modelo de planejamento urbano em que impera a competitividade entre as cidades, a fim de atraírem investimentos internacionais e se projetarem no mercado global. Neste contexto, “[...] a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda.” (VAINER, 2013, p.78) Vainer reitera, também, a necessidade do consenso neste modelo, visto que “o plano estratégico supõe, exige, depende de que a cidade esteja unificada, toda, sem brechas, em torno ao projeto.” (VAINER, 2013, p.91)

Poderíamos atrelar esta unificação da cidade, em um contexto de reprodução da lógica espetacular, a uma “criação de imagens e construção de consensos urbanos” (JACQUES, 2010, p.108) quando os espaços são pensados como peças publicitárias e destinados ao consumo imediato. Tais projetos, geralmente associados a uma noção de “revitalização” urbana – quando uma suposta “falta de vida” dos lugares é usada como justificativa para suas reformas – seriam reproduzidos globalmente de forma

³⁸ “Pedestrianização” é um termo que significa transformar os espaços da rua em áreas exclusivas de circulação de pedestres. Tem sido usado com recorrência nas ações de “urbanismo tático” que difundem as *Open Streets* (Ruas Abertas) pelo mundo como, por exemplo, no caso da reforma da *Times Square* em Nova York, concluída em 2016, que teria tornado a rua um grande calçadão.

homogênea, não considerando as especificidades inerentes de cada cidade e suas diferentes situações.

Não somente a construção de uma “imagem publicitária”, mas a padronização e uniformização destes espaços imperam nesta lógica associada à espetacularização, que tenderia à eliminação das brechas, dos conflitos e dos desentendimentos³⁹. Na Avenida Paulista, esta promoção de imagens e marcas, direcionadas ao consumo e constituintes desta possível camada espetacular, poderia ser atribuída a exemplos como os grandes shows patrocinados pela *Nike*; o Domingo na Paulista que acontece semanalmente no térreo da FIESP – usando deste momento também para realização de propagandas políticas; o controle da ciclovía e do fluxo dos ciclistas pelo Bradesco; e os eventos como o Paulista Cultural, inspirado em ações nova-iorquinas e, nesta última edição, patrocinado pelo banco Itaú.

Ademais, este controle e esta tendência à pacificação do espaço – características facilmente associadas à lógica espetacular que vimos pontuando – estariam também relacionados, pelas nossas observações, à crescente fiscalização da Polícia Militar e da Prefeitura Municipal que, constantemente circulando pela Avenida Paulista, operaria para transformá-la em um espaço consensual⁴⁰ e, assim, reduzir os conflitos e dissensos inerentes a ela, sobretudo em relação ao impedimento do comércio ambulante.

³⁹ Esta eliminação dos conflitos na Avenida também ficará mais evidente ao apontarmos as disputas existentes na operação do Conselho Gestor Local da Avenida Paulista que, por reiteradas iniciativas, vem buscando uma forma de apaziguar as diferenças existentes na rua, sobretudo, em relação à tentativa de conter o comércio ambulante ilegal. O Conselho Gestor Local da Avenida Paulista foi instituído pela Portaria n. 024/PR-SE/GAB/2018, em atendimento ao Decreto n. 57.086/2016, em 28 de abril de 2018. É formado por representantes da Subprefeitura Sé; representantes da Companhia de Engenharia e Tráfego (CET); representantes da sociedade civil; e representantes do Conselho Participativo. Retomaremos a apresentação e discussão sobre o Conselho no capítulo seguinte.

⁴⁰ Dizemos isso em relação à Avenida Paulista ao observarmos as tentativas de eliminação de conflitos e diferenças na rua. A perseguição aos ambulantes, os carros de “Apoio à Remoção” e a fiscalização constante da polícia são exemplos que nos permitem entender a operação deste Programa como uma busca pela pacificação. Ainda, é possível observar um certo ordenamento do espaço da rua pelos seus próprios usuários e agentes à medida em que os artesãos são posicionados nas calçadas, os artistas e músicos no meio-fio, os caminhantes na calha da rua, os ciclistas no canteiro central e os ambulantes, predominantemente, nas esquinas com as ruas transversais.

Dia 03 de fevereiro de 2019. Faltam 10 minutos para a rua se abrir. Os automóveis ainda circulam pelo asfalto. A missa das 9h já está quase acabando e o canto que sai pelas portas da igreja, novamente, parece ser a permissão que falta para que a Avenida dê início ao seu domingo. Três moradores de rua ocupam os pés da escadaria, aguardando a saída dos fiéis. Ao lado de duas muletas, de barba comprida, cabelos brancos penteados para trás, vestindo uma camisa listrada e uma calça bege, um deles brinca com um cão labrador de cor caramelo, preso ao seu dono por uma coleira, em uma interação que permite supor que esse encontro seja habitual.

Os funcionários da CET estão a postos, olhando constantemente o relógio e aguardando o último carro passar para dar a largada. Quase como um ritual, o cenário começa a ser montado novamente. Uma artesã distribui lentamente suas pulseiras de couro sobre uma toalha vermelha em cima de uma mesa dobrável de madeira. Uma artista, bocejando, pendura suas pinturas com prendedores de roupa em um varal improvisado no gradil de um edifício. Um músico caminha pela calçada com seu violão nas costas. Outros tantos chegam pelas ruas transversais trazendo seus instrumentos e adentram a Avenida em busca de um espaço para montarem seus shows. O movimento ainda é lento. O silêncio impera. Aqueles que já se aprontaram, sentam no meio-fio e esperam o público chegar.

São 10h. Um funcionário da CET sai de uma camionete branca da empresa, olha no espelho do retrovisor, confere seu cabelo – que está perfeitamente penteadado com gel – e começa a posicionar os cones que vão bloquear uma das ruas transversais. O último carro passa e a Avenida já está pronta para sua primeira apresentação: uma tenda eletrônica, um *dj* solitário e um volume desproporcional para aquela rua que parece acabar de acordar, mesmo sendo conhecida por nunca dormir. Outros sons vão aos poucos se acumulando. O cantor das músicas de Frank Sinatra já está posicionado embaixo da sombra da mesma árvore à frente do prédio da Gazeta. Sem os braços e as pernas, em uma cadeira de rodas e vestindo uma camiseta com os dizeres: “Pare de reclamar”, ele expõe, ao seu lado, alguns de seus produtos: discos, *bottons*, adesivos motivacionais e outras camisetas com frases como: “Nunca desista” e “A limitação está dentro da sua cabeça”.

Já são quase 18h, a programação já está se encerrando, os músicos e artistas recolhem seus equipamentos e os funcionários do Bradesco já passam retirando os cones que delimitam a ciclovia. À medida que o sol cai, a Avenida desmonta todo o seu cenário e o público deixa a rua. Quase imperceptíveis no meio de toda a multidão, agora, alguns moradores de rua

podem ser vistos em busca de alguma comida ou algum trocado, enquanto os catadores começam a procura por latinhas de alumínio vazias. Dois meninos negros se aproximam de uma família, branca, e pedem um pouco do sorvete que eles trazem à mão, mas são ignorados. Um carrinho de um catador de papelão transmite no rádio o jogo do Corinthians e São Paulo e, talvez, aquele seja o som mais alto que a rua ainda consiga ecoar – a não ser pelo canto da missa que, novamente, está prestes a começar.

Talvez, este canto que finda o dia funcione como uma sirene que, pontualmente, marque o instante de encerramento da Paulista Aberta. Como se fosse o sinal que autorizasse os veículos da CET a adentrarem e percorrerem o asfalto, quase como um arrastão, retirando o bloqueio e permitindo a entrada de uma fila de carros que segue atrás, aguardando ansiosamente o momento de pisar sobre o chão da Paulista e desfilar triunfal, comemorando mais um fim de domingo.

Este bloqueio da CET, delimitando o local da rua permitido para uso e o horário destinado para tal, nos faz questionar se não haveria um controle demasiado sobre um espaço de lazer que, a princípio, poderia requerer uma maior liberdade. A presença bastante significativa da Companhia, principalmente, ao adentrar a Avenida Paulista de maneira “triumfal” e encerrar as atividades quase como um arrastão, trazendo consigo diversos carros que, enfileirados atrás, esperavam ansiosamente este momento, já nos antecipa uma disputa constante entre os pedestres que frequentam a Avenida e os motoristas que reprovam a iniciativa. Certamente, em uma rua tão central da capital paulista não teríamos uma ocupação por pedestres e ciclistas se não houvesse um bloqueio como tal. E por isso, não estamos questionando se este controle específico deveria ou não ocorrer, mas se ele não seria demasiado e não estaria, de certa forma, influenciando ou limitando as experiências possíveis nesta rua.

A possibilidade destas experiências e de uma maior liberdade no uso desta rua também foram sendo questionadas à medida que passamos a entender a Avenida Paulista como um espaço de “espetacularização”. Para Jacques (2007, p.93), “o processo de espetacularização parece estar diretamente relacionado a uma diminuição tanto da participação cidadã quanto da própria experiência corporal das cidades enquanto prática cotidiana, estética ou artística no mundo contemporâneo.” A autora faz uma

crítica direta aos projetos de “revitalização” que, baseados na construção de imagens e consensos urbanos, tenderiam a uma pacificação dos espaços à medida que os transformariam em cenário e em mercadoria para consumo⁴¹.

O consenso exclui aquilo que é o próprio cerne tanto da política quanto do espaço público: o dissenso, a possibilidade de se opor um mundo sensível a um outro. Este também produz uma homogeneização das sensibilidades, através da hegemonia de uma forma, geralmente a publicitária, de produção de subjetividades. Enquanto a pacificação – a construção de consensos, que busca esconder os conflitos – é uma forma de despolitização, o desentendimento – a explicitação de dissensos, que torna os conflitos visíveis – seria uma forma ativa de resistência, de ação política. (JACQUES, 2010, p.109)

Jacques (2010, p.109) nos propõe pensar em uma resistência ao processo espetacular em termos de dissenso e desentendimento ao trazer a noção de política mobilizada por Rancière (1996), que afirma que o consenso pressupõe “[...], em suma, o desaparecimento da política”. Vainer (2013) afirmará, ainda, que a “despolitização planejada” é parte também deste projeto de cidade em que ressaltam as parcerias privadas e as lógicas do consumo e do empresariamento.

Essa noção de desentendimento de Rancière, embora seja utilizada para designar, principalmente, as formas de comunicação e articulação da fala quando o autor a define como “um tipo determinado de situação da palavra: aquela em que um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro” (RANCIÈRI, 1996, p.11), assume usos mais amplos quando relacionada à produção de cidade. Nesse sentido, o próprio autor assinala que: “o desentendimento não diz respeito apenas às palavras. Incide geralmente sobre a própria situação dos que falam.” (RANCIÈRI, 1996, p.13)

⁴¹ Discutiremos com mais embasamento a ampliação da noção de participação e cidadania ao traçarmos uma aproximação aos coletivos ativistas e às manifestações nos capítulos 2 e 3.

Em diálogo com Rancière, Leite (2004) irá salientar que é no espaço público que o desentendimento se torna uma possibilidade política. Para o autor, este espaço deve suportar as assimetrias de fala e participação, sendo que “um espaço público, por dever ser receptivo ao dissenso, pode ser compreendido, também como um espaço da diferença.” (LEITE, 2004, p.317) Leite nos convida a pensar na concepção de espaço público a partir destas diferenças que reafirmam e contestam desigualdades, além de reforçar as relações de poder existentes.

Não desejamos fazer aqui um elogio ao dissenso e buscamos compreendê-lo como um valor democrático, mas não único. A institucionalização do Programa Ruas Abertas, o ordenamento do espaço da rua e o estabelecimento de horários e regras a serem cumpridas poderiam ser necessários para a garantia da ação e legitimidade de todos os participantes. Contudo, o que procuraremos problematizar é que, talvez, nem todos estes participantes estejam sendo contemplados, sobretudo, a partir do momento que o ordenamento e a eliminação das diferenças⁴² agiriam a fim de restringir a presença de alguns sujeitos específicos na rua.

Por esse motivo também, não podemos compreender esta Avenida nem como um completo cenário museificado, isento de qualquer conflito, nem como um palco estrito de desentendimentos, mas sim, como um espaço em permanente relação entre suas forças atuantes, em que as diferenças estão constantemente tensionando a ordem estabelecida. E por isso, falamos aqui em tentativas de pacificação, reforçando que tais tentativas, por vezes, não se perpetuam, possibilitando diversas brechas.

Ainda, a partir do momento em que tratamos a rua como uma “potência de um estado outro” que poderia vir a gerar uma experiência vivida, singular e subjetiva, inerente à relação entre objeto e sujeito, temos que considerar que estas brechas são possíveis e, como reforçou Leite (2004), reafirmam as diferenças. Jacques, ao trazer Certeau (2014)

⁴² É importante frisar que ao falarmos do consenso como parte da lógica espetacular por suas reiteradas buscas por uma homogeneização e eliminação das diferenças, não significa afirmarmos que toda forma consensual de organização e produção do espaço seja espetacularizada. Estamos tratando especificamente de um caso bastante delimitado, dos seus desdobramentos e consequências que foram possíveis de analisar dentro deste recorte.

para o debate, afirma que podemos encontrar possibilidades de micro-resistência à espetacularização urbana “no próprio uso cotidiano da cidade, em particular na experiência não planejada ou desviatória dos espaços públicos, ou seja, nos seus usos conflituosos e dissensuais, nos usos cotidianos da cidade que contrariam os usos que foram planejados.” (JACQUES, 2010, p.110)

A sensação de equilíbrio, ou da sua falta, é justamente o que retoma a caminhada na semana seguinte. Dia 25 de março de 2018. Mais um domingo ensolarado esquenta o asfalto da rua. Enquanto o equilibrista se apresenta novamente no mesmo vão da Praça do Ciclista, uma tenda eletrônica próxima à esquina da Rua Augusta também repete o repertório de domingos atrás. O cheiro de churrasquinho parece ter mudado de lugar e ali se concentra junto a outros tantos ambulantes que aproveitam a aglomeração em torno da festa para vender bebidas e comidas.

Os ambulantes são vários e se distribuem por toda a Avenida, assim como os artesãos e vendedores de bugiganga e pirataria, que parecem ocupar cada vez mais as suas calçadas. Cadeiras de praia no asfalto, crianças brincando com bambolê, músicos, estátuas vivas... O show está montado como acontece semanalmente com toda a recorrência e reiteração possíveis de serem percebidas. Exceção é atribuída a alguns estranhos balões verdes que circulam pelo asfalto nas mãos de muitos frequentadores, a “novidade” daquele dia.

Segui-los é inevitável. E é justamente a maior concentração destes balões, até então, que faz a caminhada parar em torno de uma aglomeração que assiste, através das telas de seus celulares, dois meninos de cerca de 10 ou 12 anos, integrantes de uma academia de dança que busca arrecadar verbas para uma viagem aos Estados Unidos, apresentarem alguns passos ao som de “Que tiro foi esse”, de Jojo Todynho. A possibilidade de aproximação a um dos balões permite que o mais novo ocupante do espaço da Avenida seja revelado. Uma frase salta aos olhos: “Diga não aos juroes mais altos do mundo. #chegadeengolirsapo”. Uma propaganda do novo elemento que irá dividir com a Avenida Paulista seus quase três quilômetros

de extensão: o Sapo da FIESP, o mascote que vem ocupar o lugar deixado pelo Pato⁴³.

Aquele Pato, que havia participado ativamente de todas as manifestações *pró-impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, acabara de ceder, gentilmente, seu lugar no térreo da Federação ao seu mais novo animal de estimação. E ele ainda se reproduz com tamanha velocidade por todos os cantos daquele asfalto, distribuídos em miniaturas e em formato de balão ao público dominical. A sua “fábrica” está ao lado de uma das entradas do metrô Trianon e as filas para que os frequentadores do dia consigam ao menos um exemplar é bastante grande.

Não é de estranhar que todas as demais apresentações ocorridas nesse dia contem com a presença destes balões, em maior ou menor quantidade. O Sapo passa a contemplar o balé da companhia “*In-Pulso*”, que arrecada fundos para uma viagem à Itália; o grupo René May, que oferece massagem aos que transitam; a dança circular grega da academia “*Zorbás*”; o caminhão de ginástica da “*SmartFit*”; a moça do bambolê; um grupo de patinadores; o músico Kacá Novais; o Domingo na Paulista, costumeiro show promovido pela FIESP; o insistente pedido de Intervenção Militar; e tantas outras apresentações de rock, jazz, eletrônico, samba; ou tudo isso junto, em um estilo musical que sobrepõe todos estes sons a ponto de não ser possível identificá-los em separado.

Já não bastasse toda esta sobreposição sonora e visual, a Avenida Paulista ainda é capaz de abrigar mais um evento, de tamanho proporcional à sua magnitude. Karol Conká faz um show em um *container* de cor amarela, posicionado em frente ao *Shopping* Cidade São Paulo, patrocinado pela Nike para inauguração das camisetas da seleção da Copa do Mundo de Futebol de 2018. A rapper, negra e feminista, toma conta do asfalto e coloca uma multidão para dançar, junto a dezenas (ou centenas) de “miniaturas de sapos” que também participam da apresentação.

A sensação é de uma Avenida zonza⁴⁴, que depois de tanta informação acumulada e tanta imagem imbricada precisa de um respiro. O cruzamento

⁴³ O “Pato” inflável fez parte de uma campanha da FIESP contra a volta da CPMF sobre as transações financeiras, iniciada em setembro de 2015. Além da Avenida Paulista, o pato de 22 metros de altura frequentou as praias cariocas, a esplanada dos Ministérios em Brasília e outras cidades brasileiras ao participar das passeatas que pediam o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, tornando-se o símbolo destas manifestações.

⁴⁴ Em referência à “*andare a Zonzo*” que, em italiano, significa “perder tempo vagando sem objetivo” (CARERI, 2013, p. 162)

com a Rua Brigadeiro Luís Antônio parece ser o ponto de virada desta chave. A diminuição na quantidade de pessoas circulando e se apresentando instaura um momento de silêncio na rua. Não fosse uma música ou outra que fizesse lembrar todo aquele alvoroço que havia ficado passos atrás.

Diferente dos outros domingos, hoje o sol não aparece, faz frio e garoa na cidade de São Paulo. Dia 14 de abril de 2019 e a Avenida Paulista não conta com sua efervescência costumeira, nem tem uma quantidade expressiva de público. A ciclovia recebe poucos ciclistas, apesar de os cones do Bradesco estarem lá perfeitamente alinhados. Duquesa e Princesa estão presentes ao lado do seu dono, que encosta seu carrinho de compras de supermercado abaixo da marquise da Riachuelo. O senhor de barba e cabelo branco também toma o seu lugar nos pés da escadaria da igreja. O casal que dorme na porta da agência do Itaú se ajeita, arrumando seus pertences. Já são 16h e eles parecem ainda acordar. A Avenida, pouco cheia e, por isso, até silenciosa, talvez não tenha a necessidade de tirá-los do seu lugar habitual nesse dia.

Um senhor, de cabelos brancos, um pouco malvestido, canta e toca seu violão acústico no meio-fio junto a uma placa: “Será que eu almoço hoje?”. Poucos param para ouvi-lo. A maioria está atenta e concentrada em frente ao *Shopping Center 3*, a fim de conseguir uma foto no trono de GOT⁴⁵. As filas viram a esquina e fazem parecer que toda a Avenida está naquele mesmo lugar. Poucos percebem também o protesto que acontece imediatamente à frente contra o consumo de leite de vaca. Menos atenção ainda é dada a três carros da polícia que cercam dois meninos e uma menina, negros, que, dizem os curiosos, estavam fumando maconha. Exceção é atribuída a um sujeito que passa sobre um patinete gritando para o policial: “Cara feia não me dá medo não. Eu sei que vocês só pararam porque eles são negros.”

⁴⁵ Para divulgação da estreia da última temporada de GOT (*Game of Thrones*), a HBO teria “escondido” seis tronos de ferro da série pelo mundo em uma ação da campanha #ForTheThrone. No Brasil, o trono foi encontrado no litoral do Ceará no mês de março de 2019. No mês seguinte, o trono foi levado à cidade de São Paulo, passando pela Pinacoteca, pelo Parque Burle Marx e, finalmente, pelo *Shopping Center 3* na Avenida Paulista. (Fonte: <<https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2019/04/10/trono-de-ferro-de-game-of-thrones-passara-final-de-semana-em-sao-paulo-para-estreia-da-ultima-temporada.ghtml>> Acesso em: 29 de abr. 2019)

Em consonância com o que vimos salientando, não podemos afirmar por completo a não constituição de diferenças, de micro-resistências ou possibilidade de experiências dentro de uma compreensão da Avenida Paulista por sua lógica espetacular⁴⁶. Jacques (2010) nos alerta sobre a necessidade em evitarmos uma visão dualista entre resistência e espetáculo, nos propondo a pensar em “zonas de tensão” entre essas esferas que estariam, a todo instante, coexistindo na cidade de maneira interdependentes e co-implicadas.

Seria importante entender que a crítica ao espetáculo pacificador também faz parte deste processo de espetacularização e que a resistência a este processo lhe é inerente, intrínseca, e mais, que esta crítica só pode ser de fato tensionadora ou problematizadora de dentro do próprio processo, mas em outra escala ou registro, em forma de infiltração, de pequenos desvios, ações moleculares, ou seja, enquanto micro-resistências. (JACQUES, 2010, p.109)

É neste sentido que buscamos reforçar a compreensão de brechas, desvios e escapes nesta pesquisa não como uma reação ao planejado e ao controle imposto, mas como uma ação protagonista e inerente à produção de cidade, que configuraria um outro “fazer cidade” (AGIER, 2011). Um fazer que nos apontaria outras cidades que o ordenamento não conseguiria eliminar. Procuramos fugir, assim, desta leitura dualista entre bem/mal, mas relativizar e relacionar as camadas atuantes sobre o espaço da rua que possibilitariam enxergar estas disputas entre as tentativas de pacificação e seus escapes.

Escapes, brechas e fissuras poderiam se referir aqui a um “corpo ordinário”⁴⁷, evidenciado nesta pesquisa pelos vendedores ambulantes, catadores, moradores de

⁴⁶ Dizemos isso quando trazemos, por exemplo, o show de Karol Conká que, mesmo sendo patrocinado pela Nike e realizado em um container que exaltava a Copa do Mundo de Futebol 2018 em frente ao Shopping Cidade São Paulo, possa ter gerado algum grau de tensionamento quando o público é colocado em contato com uma cantora de rap, negra e feminista. O mesmo sobre o evento Paulista Cultural que, apesar de ser patrocinado por instituições privadas e promovido por casas culturais e restaurantes também privados, possa ter instigado o público a um tipo de uso outro do espaço ao contar com exposições abertas e gratuitas nos museus que estavam presentes no evento.

⁴⁷ Michel de Certeau (2014, p.55) dedica a primeira parte de seu livro “A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer” “[...] ao homem ordinário. Herói comum. Personagem disseminada. Caminhante inumerável.”

rua e *hippies* presentes na Avenida Paulista, que atualizaria a cidade pelos seus usos banais, desviando-se dos usos planejados. Enfatizar a presença destes sujeitos na rua não significaria estarmos excluindo todos os outros usuários e frequentadores do Programa aos domingos que, inclusive, são a sua maioria. Optamos por reiterá-la, justamente, por ser um dos principais motivos de conflito na Avenida. Dizemos isso, principalmente, ao nos atentarmos à tentativa de eliminação destes sujeitos pelos gestores do Programa Ruas Abertas, que apontam a presença dos ambulantes como uma das ocupações a serem reduzidas. Esta preocupação fica clara na fala a seguir de um dos representantes da sociedade civil no Conselho Gestor:

[...] Há conflitos de espaço, há conflitos de circulação, [...] justamente porque não há uma normatização – existe, tá [sic] tudo proibido, mas justamente não houve um intento em ordenar esse espaço de uma maneira mais equilibrada para as pessoas que lá estão. [...] E para além dessas coisas mais objetivas existem outras subjetivas de pessoas que são bem-vindas e que não são. [...] Esse conflito em relação aos ambulantes precisa ser tratado de uma maneira mais equilibrada do que somente a apreensão. Até o presente momento não tem se mostrado efetivo, porque você apreende um na ponta, aparecem três na outra e assim vai.⁴⁸

Estes sujeitos, que poderiam ser considerados “invisíveis” diante da multidão de outros frequentadores da Avenida – como os praticantes de atividades físicas, os ciclistas, os turistas, as famílias ou os adolescentes –, tornam-se bastante perceptíveis quando são encarados como os principais alvos das tentativas de ordenamento do espaço impostas pelo Programa, sendo vistos, assim, como pequenos desvios a serem combatidos dentro do planejado.

Isso se aproximaria ao que Certeau (2014) irá chamar por “táticas desviacionistas”, que seriam contraposições às estratégias tecnocráticas. O autor demarca uma distinção entre estratégia e tática ao passo que define a primeira como “o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que

⁴⁸ Fala de Andrew Oliveira, representante da sociedade civil no Conselho Gestor Local da Avenida Paulista, em entrevista concedida à pesquisadora em 08 de abril de 2019.

um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado” e a segunda como “a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio.” (CERTEAU, 2014, p.94)

A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento ‘dentro do campo da visão do inimigo’, como dizia von Büllow, e no espaço por ele controlado [...] Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. (CERTEAU, 2014, p.94-95)

Jacques (2001) faz uma aproximação da noção de “astúcia”, que seriam “práticas teimosas” ou maneiras criativas e quase invisíveis de utilizar o que é imposto, ao que poderíamos encontrar no cotidiano das zonas mais opacas da cidade. Milton Santos (2006, p.221), ao apontar e caracterizar estas zonas opacas como áreas periféricas ou o lugar onde vivem os pobres como “espaços do aproximativo e da criatividade”, estaria criando uma contraposição aos espaços que o autor denomina de luminosos, modelos de exatidão e racionalidade.

Apesar desta compreensão nos ajudar a refletir sobre o que vimos entendendo como escapes e desvios, tenderia a fixar esta ideia de opacidade em um determinado lugar periférico da cidade, apoiando-se em uma leitura normativa e dualista entre centro e periferia⁴⁹. Preferimos adotar as noções de “zonas de tensão”, em que se configuram “espaços em movimento” (JACQUES, 2001, p.149). Ademais, Jacques (2010, p.112) irá nos apontar que tais astúcias “não se restringem aos espaços opacos mais delimitados das cidades, como as favelas, mas infiltram também nos seus espaços mais luminosos,

⁴⁹ Preferimos pensar além do modelo centro-periferia e trabalhar com a noção de “zonas” e “margens” que são conformadas a partir das práticas e dos praticantes da cidade em um espaço e tempo determinados. Para Rosa (2018, p.187), em diálogo com Mezzadra, Neilson (2013) e Weizman (2007), “as margens emergem, portanto, como dimensão central na experiência contemporânea, fazendo transbordar a noção de fronteira ao embaralhar as distinções entre dentro e fora, privado e público, legal e ilegal, norma e transgressão, soberania e exceção, identidade e alteridade: para além do ato de dividir e conectar, para além da linha que institui a fronteira – estabelecimento de limites –, esse entendimento de margens as associa a uma espécie de zona móvel, continuamente redefinida, não fixa, elástica, em constante formação, evidenciando sua dimensão processual e relacional.”

através de uma série de atores: vendedores ambulantes, moradores de rua, catadores, prostitutas etc.”

Esta configuração de espaços em movimento, de “instáveis territorialidades” (RIBEIRO, 2010, p.28) que seriam criadas pela vivência cotidiana dos sujeitos que conquistariam a co-presença onde deveria imperar a materialidade resultante de políticas públicas excludentes, estaria presente nas nossas apreensões através destes “corpos ordinários” que transitam pela Avenida Paulista aos domingos. Poderíamos considerar que os sujeitos ditos “marginalizados”, que apareceram com frequência nas nossas narrativas, configurariam zonas instáveis e desviantes através de suas presenças e de suas práticas na rua, além de constituírem lugares no mesmo espaço programado que busca eliminá-los.

A noção de “lugar” se apoia na definição que Leite (2004, p.304) estabelece ao afirmar que “a demarcação espacial de um lugar implica zonas de fronteiras, escalas sobrepostas, áreas liminares, interstícios.” O autor enfatizará esta constituição de lugares sempre entre um campo tenso de disputas e negociações, ou em uma afirmação da diferença dispersada em configurações espaciais. Para Leite, a diferença é o que tornaria o lugar uma singularidade espacial e socialmente reconhecível, salientando ainda que para a configuração de um lugar seria necessária uma “convergência de sentidos” que não deve ser confundida com a instauração de um senso comum, mas alcançada através da demarcação da diferença entre grupos, visões de mundo, demandas políticas e culturais⁵⁰. Para o autor, a operação destas negociações entre as diferenças é o que potencializaria a forma política dos lugares. E pela noção da diferença, seriam nestes lugares, possivelmente, que as brechas se tornariam mais visíveis.

⁵⁰ Leite (2004) ainda reforça a necessidade de evitarmos uma interpretação estereotipada do lugar, já que as demarcações de diferenças podem ser traduzidas em práticas sociais, em códigos comportamentais, nos gestos e nas roupas, no tipo de musicalidade, na forma de ocupar a rua e na relação estabelecida com os outros.

São 12h do dia 03 de fevereiro de 2019, o termômetro marca 28°C e a Avenida oferece a sombra do ponto de ônibus, extremamente concorrida, para uma pausa. A aula de zumba do grupo *Day off* Paulista no térreo do *Shopping Center 3* não tem tempo para pausa nenhuma. Um ambulante passa vendendo água em um pequeno isopor, que deve conter meia dúzia de garrafas de 500ml e que traz na tampa, escrito com caneta preta, a frase: “*Water is life*”. Os dizeres em inglês são repetidos constantemente por ele, junto a um apelo pela hidratação do público.

A circulação de carros da polícia civil e da CET é frequente. A “segurança” e fiscalização, que antes estavam reduzidas a alguns funcionários e homens fardados caminhando pela rua, agora são garantidas de dentro destes carros que desfilam na Avenida. Ao passo que a caminhada continua, novos coletores de lixo são avistados pelas calçadas, enquanto a quantidade de veículos circulando pela via cresce. Um caminhão e duas kombis, estampando o logotipo da Prefeitura Municipal e um adesivo com o nome “Apoio à Remoção”, cruzam a rua pelo canteiro central da ciclovia, enquanto dois homens e uma mulher, com coletes laranjas fluorescentes e munidos de uma prancheta, seguem à frente em busca de um grupo de ambulantes.

À medida que o sol aquece o asfalto, a temperatura aumenta e a festa cresce, toda a organização da Avenida parece se diluir. Neste momento a rua já é apenas festa. O “Casal Sustentável”, vestido de verde-limão dos pés à cabeça, cheio de sucatas presas na roupa, quase como dois alienígenas, canta a música “Vamos ajudar o planeta verde” e convida o público a acompanhar seu trabalho no *youtube*⁵¹. Na saída do metrô Consolação, um rapaz segura uma placa: “Você é incrível!”

A festa continua em mais um dia de calor e sol na Avenida Paulista. São 16h do dia 17 de dezembro de 2018, um domingo que antecede as festas natalinas. Entre a Rua Augusta e a Haddock Lobo, uma balada LGBTQ+ ao som de música eletrônica, onde uma multidão faz diluir a estrita delimitação entre o espaço da rua e a ciclovia controlada pelos cones do Bradesco. A Avenida recebe bem a multidão. Dois senhores, aparentemente moradores de rua, sentados na mureta que delimita o canteiro central da Praça do Ciclista, juntos a dois carrinhos de compra de supermercado repletos de pedaços de madeiras, papelão e cobertores, observam a efervescência. O momento de contemplação da multidão é interrompido pelo telefonema de

⁵¹ O canal do “Casal Sustentável” pode ser acessado em: <<https://www.youtube.com/channel/UCtCkIGiQCEbTPSlbVIMxxog>> Acesso em: 28 de abr. 2019.

Andressa: “A Andressa tá ligando, Satanás. Você vai atender, porque eu não quero ficar com eles não!”

É hora de continuar, ou apenas começar, a caminhada pelos tantos outros quarteirões da Avenida. Os cones do Bradesco voltam a marcar a rua, delimitando e controlando o espaço a ser percorrido pelos ciclistas. De tempo em tempo, funcionários vestidos com camisetas vermelhas estampadas com o nome do banco, sentados sob um guarda-sol nos cruzamentos da ciclovia com as faixas de pedestre, se levantam, erguem uma bandeira com a palavra “PARE” e estabelecem os momentos de contenção e permissão do fluxo das bicicletas.

As atividades vão se acumulando à medida que a Avenida se apresenta. E ela as recebe com certa generosidade – ao que parece, tem espaço para todos: da oficina de bambolê ao grupo de hipnose. Um show de travestis em frente a uma van da Prefeitura Municipal, que traz o nome de “Unidade Móvel de Cidadania LGBT” e “São Paulo da diversidade” divide poucos metros quadrados de asfalto com um grupo de senhores e senhoras que carrega uma faixa com pedidos de Intervenção Militar: “SOS FFAA⁵²!”. O termômetro marca 32°C e a culpa deve ser do sol que aquece o chão e a cabeça, que “[...] bate na moleira, o sol que estoura as veias, o suor que embaça os olhos e a razão”⁵³.

Os músicos se espalham e a cada esquina a Avenida oferece uma opção de som como um menu a ser degustado. De “Madalena, Madalena”, de Martinho da Vila, à “Vai Malandra”, de Anitta, o público – com uma inquietante postura de espectador – circula entre os eventos que transbordam no asfalto. De roda em roda, a distração está garantida. Tem programação para qualquer idade. Em cada trecho da rua, uma apresentação: de música, de dança, de circo, de teatro, o que for, e o que a Avenida for capaz de suportar.

Provavelmente, as misturas não sejam tão bem-vindas quanto à variedade de atrativos. O público LGBTQ+ talvez não esteja presente no show do grupo infantil “Palavra Cantada”⁵⁴ no térreo da FIESP, mesmo que esta

⁵² Termo que significa as “Forças Armadas Brasileiras”.

⁵³ Trecho retirado da música “As Caravanas” de Chico Buarque de Holanda, lançada em 2017 como uma crítica à classe média carioca e seu desconforto com a ocupação das praias pelos moradores das favelas do Rio de Janeiro.

⁵⁴ “Palavra Cantada” é um grupo musical infantil criado em 1994 pelos músicos Sandra Peres e Paulo Tatit.

observação seja apenas aparente. Ainda, estes mesmos espectadores infantis acompanhados de seus pais – também aparentemente pertencentes a uma classe média branca – parecem não adentrar o território de um baile que tocava *soul* e *funk* na esquina da Alameda Campinas, com um público predominantemente negro. Tecidos brancos, presos nos tapumes da obra ao fundo, fazem o cenário junto a globos de luz prateados. Uma verdadeira festa de fim de ano com cheiro de churrasquinho e regada à cerveja barata.

As brechas, a constituição de diferenças e as disputas que vimos percebendo na Avenida Paulista através da presença e prática destes “corpos ordinários” podem ser exemplificadas por algumas cenas que pontuaremos adiante. Para atravessarmos o vão do MASP e nos dirigir ao belvedere seria necessário cruzarmos com dezenas de moradores de rua que esperavam o fim do Programa para voltarem a ocupar o espaço destinado à Feira de Antiguidades aos domingos. Esta zona⁵⁵ de transição entre um “evento espetacular” e uma permanência cotidiana, demarcada com certa clareza pelo vão do museu, parecia não atrair os frequentadores que circulavam pelo asfalto, talvez, alheios ou incomodados com a persistência destes desvios.

A concentração destes moradores sob MASP não é novidade nem está restrita aos domingos, frequentemente aparecendo como uma preocupação de moradores do entorno e turistas e sendo, inclusive, um dos motivos pelos quais, em 2013, foi cogitado o cercamento do espaço⁵⁶. Em dezembro deste mesmo ano, uma notícia divulgada no

⁵⁵ Para o grupo *Stalker*, conduzido por Francesco Careri, a zona, como marginal, instável e heterogênea, “é talvez um sistema muito complexo de armadilhas... eu não sei o que se passa ali na ausência de pessoas, mas é só chegar alguém que tudo começa a se mexer... a zona é exatamente como se a tivéssemos criado nós mesmos, como nosso estado de espírito... não sei o que se passa, isso não depende da zona, isso depende de nós.” (Fonte: *Stalker*, filme de Andrei Tarkovski de 1979, reproduzido em “Stalker laboratório d’arte urbana”, em <www.observatorionomade.net>. Acesso em 27 de jun. 2019.)

⁵⁶ Uma mobilização em defesa do cercamento do vão livre do MASP teria circulado pelo *Facebook* em novembro de 2013, com o nome “No meu vão ninguém mete a mão”. A ideia teria surgido em um editorial do Estadão de São Paulo, justificada pela necessidade de proteção ao prédio durante as manifestações que se intensificavam naquele ano e por afirmarem que usuários de drogas, traficantes e moradores de rua estariam tomando conta do lugar. Ver em: <<https://noticias.r7.com/sao-paulo/fechar-o-vao-do-masp-e-um-absurdo-total-diz-diretora-do-defenda-sao-paulo-01122013>> Acesso em: 16 de set. 2019.

Bom dia Brasil, da Rede Globo⁵⁷ teria afirmado que o prédio do museu, que abriga um dos acervos mais ricos do mundo, estaria servindo como um “teto de luxo para quem não tem onde morar”, além de ressaltar a intensificação da patrulha da Polícia Militar pelo local. Entrevistados na época, alguns moradores teriam justificado sua concentração ali por ser um espaço público e seguro, já que podiam contar com a presença da base policial logo à frente.

Esta sensação de segurança também está presente na fala de outros moradores de rua da Avenida Paulista, entrevistados mais recentemente em julho de 2018, em uma reportagem que circula no *Medium*⁵⁸. Muitos afirmam terem migrado do centro antigo para a Avenida por consideraram ali um local menos violento e onde há maiores oportunidades de garantia de alimento. “Na Paulista é melhor, eu vim aqui a primeira vez e já gostei, antes eu ficava lá no Pátio do Colégio, ali na Sé, mas lá tem muita briga e aqui é mais sossegado. E outra, lá não dá para ficar, porque o rapa passa e leva nossas barracas, aqui não”, diz David que mora com sua esposa em uma barraca montada nas calçadas da Avenida. Sebastião, um senhor de 60 anos, complementa: “Aqui é mais limpo, o pessoal aqui é mais educado. Sem esperar, a pessoa as vezes passa aqui, vem e dá dez real [sic], cinco real [sic]”.

Contudo, cabe ressaltar que esta mesma “segurança policial”, que parece permitir a fixação destes moradores de rua por determinados espaços da Avenida, faz parte das falas do Conselho Gestor Local da Avenida Paulista como solução para a eliminação dos incômodos durante o Programa. A intensificação da presença da polícia é reiterada por um dos conselheiros ao afirmar que “diante das ocorrências, do número de assaltos e diante outros delitos, como o consumo de bebida alcoólica, o fato é que, a PM [polícia militar] e a GCM [guarda civil municipal] são pressionadas para haver um maior

⁵⁷ Ver em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2013/12/consumo-de-drogas-no-vaio-livre-do-masp-preocupa-moradores-e-turistas.html>> Acesso em: 16 de set. 2019.

⁵⁸ Ver em: <<https://medium.com/@labdejo2018/moradores-de-rua-na-avenida-paulista-um-problema-marginalizado-8bc8fe9d7d26>> Acesso em: 16 de set. 2019.

patrulhamento.”⁵⁹ O próprio “rapa”, que aparece nas falas dos moradores de rua como um dos motivos para terem deixado o espaço do centro antigo, é constantemente visto pela Avenida em perseguição aos ambulantes, legitimado pela Prefeitura Municipal através dos carros de “Apoio à Remoção”.

Ainda, é preciso pontuar que esta possível fixação dos moradores de rua se dá, também, por outros espaços além do MASP. Adentrar à igreja, por exemplo, em direção ao mais “sagrado”, requisitaria cruzar com alguns destes moradores que ali se mantinham sentados pedindo ajuda aos fiéis e tensionando esta transição. Um destes sujeitos, que aparece com recorrência em nossas narrativas como um “senhor de barba comprida e cabelos brancos penteados para trás”, conforme reportagem da Agência Brasil⁶⁰, seria José, de 73 anos, antigo morador da região da Cracolândia que teria se deslocado para a Avenida Paulista após a Prefeitura interditar o hotel em que ele vivia⁶¹. Seu José, que ocupa a frente da igreja nos momentos de celebração das missas a fim de conseguir algum trocado dos fiéis, afirma dormir sob a marquise de uma farmácia próxima.

Tais relatos, ao evidenciarem as disputas existentes na rua, nos mostram a coexistência de permanências, movimentos, “lugares da diferença” e das micro-resistências diárias inerentes ao que consideramos por “zonas de tensão”. Possivelmente, o “direito de estar ali” (AGIER, 2015), como um gesto político destes sujeitos que transbordam do cotidiano e se infiltram na efervescência festiva da Avenida aos domingos, seria capaz de causar instabilidades momentâneas diante de uma multidão mais atenta às bolhas de sabão, às cadeiras de praia e aos passos de dança que ocupam o asfalto durante o Programa.

⁵⁹ Fala de Andrew Oliveira, representante da sociedade civil no Conselho Gestor Local da Avenida Paulista, em entrevista concedida à pesquisadora em 08 de abril de 2019.

⁶⁰ Ver em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-06/despejado-da-cracolandia-idoso-dorme-na-calcada-da-avenida-paulista>> Acesso em: 16 de set. 2019.

⁶¹ Estas interdições fizeram parte da gestão de João Dória, em maio de 2017, quando, em uma megaoperação a fim de dispersar os usuários de crack da região da Luz, alguns prédios teriam sido interditados e outros demolidos. Ver em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/24/politica/1495579264_276005.html> Acesso em: 16 de set. 2019.

As constatações de que estes sujeitos e suas práticas poderiam instaurar tais “zonas de tensão” em um espaço espetacular, programado, repleto de regras e distrações, nos faz pensar neste tensionamento entre fixação e movimento, entre estabilidade e instabilidade, fazendo com que um rearranjo na rua seja possível a todo instante como forma de resistência. A fixação da maioria destes moradores de rua em determinados espaços aos domingos – como o belvedere do MASP, a escadaria da igreja, o túnel da Praça do Ciclista –, muito provavelmente esteja atrelada a uma estabilidade conquistada no cotidiano que torna esta presença, de certa forma, invisibilizada e mais facilmente aderida ao Programa, ainda que seja motivo de conflitos. O mesmo efeito não é percebido, por exemplo, quando uma possível instabilidade era ocasionada por um outro morador de rua que se contorcia no chão agarrado a uma garrafa de vidro cheia de alguma bebida logo ao lado de uma barbearia *gourmet*, fazendo com que o público observasse a cena visivelmente constrangido.

Ademais, outras situações poderiam evidenciar essa discussão e reforçar o que vimos considerando por escapes e desvios na Avenida Paulista aos domingos, constituintes destas zonas instáveis por apresentarem um corpo diverso do frequentador esperado pelo Programa e para o qual as ações repressivas da fiscalização são direcionadas. O morador de rua que circulava com Duquesa e Princesa em seu carrinho de compras de supermercado exaltando a ajuda que conseguia para manter as duas cadelas bem-cuidadas; o catador de latinhas que se juntava ao grupo de dança e ensaiava alguns passos do “Som do Bom”; a Paula Paris, ou Carolaine, que constantemente circulava pela rua em busca de um trocado; o ambulante que, escrevendo “*Water is life*” na tampa do seu isopor, tentava atrair mais consumidores; os tantos outros ambulantes que, sempre apreensivos, posicionados preferencialmente nas esquinas, dividiam a atenção em atender um cliente e escapar do “rapa”; o morador de rua que ignorava o início do Programa e continuava dormindo no banco do ponto de ônibus; os *hippies* que estendiam suas toalhas no chão em frente ao MASP e vendiam seus produtos, se misturando aos outros diversos expositores que ocupavam as calçadas da Avenida somente aos domingos.

Por estas setorizações que viemos identificando ao longo da Avenida Paulista, nos pareceu pertinente mobilizarmos e compreendermos na pesquisa a noção de territórios. Segundo Ribeiro (2004), Milton Santos haveria reposicionado a categoria de território ao assumir a relevância da ação política para a compreensão de um território usado (SANTOS, 1999), não apreendendo-a somente como condição material do Estado. A partir deste entendimento, Ribeiro nos sugere que a leitura do território seja,

[...] orientada pela compreensão das lutas de apropriação, [nas quais] emerge o rico universo de relações que tem origem nos confrontos entre códigos de conduta e, em termos amplos, entre a concepção dominante da ordem social e os numerosos outros ordenamentos das práticas sociais que se opõem e resistem a esta concepção. Desta ótica, instaura-se a possibilidade de compreensão dos confrontos entre interesses, projetos e visões de mundo que constituem a densidade (espessura) da vida social. (RIBEIRO, 2013, p. 294-295)

Esta compreensão, expressiva das relações sociais vividas, possibilitaria reconhecer multiplicidades de territórios que conformariam tensões em um determinado momento e local, demonstrando a indissolubilidade entre espaço-tempo na sua configuração. Ainda, para a autora, “a densidade de vida social, apreendida através de lutas de apropriação, conduz à reflexão do território pautada na compreensão da mediação como linguagem e, portanto, como cultura”. (RIBEIRO, 2013, p.295) Neste sentido, Ribeiro complementa que as lutas de apropriação poderiam ser lidas como confrontos entre representações sociais, valores e formas simbólicas de interpretação das condições materiais da vida.

Falamos nestes termos, não somente pelos exemplos que viemos evidenciando até então, mas também ao nos atentarmos para a ocupação da Avenida Paulista no cruzamento com a Rua Augusta em que, por diversas vezes, era constituída, predominantemente, de um público LGBTQ+⁶², nos fazendo perceber que neste espaço-

⁶² A sigla LGBTQ+ é utilizada, nos Estados Unidos, como abreviação de *lesbian, gay, bisexual, transgender e queer*. *Queer* “pode ser considerado um termo ‘guarda-chuva’, englobando minorias sexuais e de gênero que não são heterossexuais ou cisgênero.” No Brasil, por vezes, é utilizada a sigla LGBTI+, em que a letra “I” significa

tempo específico haveria um código de conduta que permitiria com que as pessoas estabelecessem uma “convergência de sentidos” (Leite, 2004) e instaurassem ali uma zona, mesmo que momentânea. A localização deste público próximo à Rua Augusta estaria, provavelmente, relacionada ao fato desta rua e da Rua Frei Caneca serem historicamente dois pontos de encontro *gay* no cotidiano da capital paulista, concentrando diversos bares e casas de show LGBTQ+. Não estamos afirmando, aliás, que pessoas fora deste público circunscrito estivessem impedidas de dividir aquele espaço, mas que a ocupação recorrente daquela esquina por um grupo específico – sobretudo um grupo que pauta por direito e visibilidade – seria uma forma de demarcação de um território que confrontaria visões de mundo hegemônicas.

A mesma reflexão caberia à esquina da Alameda Campinas que frequentemente recebia o “Samba que é Massa” com um público majoritariamente negro. À medida em que a Avenida Paulista está localizada em uma área central de São Paulo, antigo vetor de expansão sudoeste da capital, um dos locais de maior concentração de renda paulista e com a menor porcentagem de população negra da cidade⁶³, o público que caminhava pela rua aos domingos era, pela nossa observação, predominantemente branco. Neste sentido, uma ocupação negra com recorrência naquele espaço estaria, de certo modo, instaurando uma “instável territorialidade” na rua e se colocando em choque à concepção dominante e programada. Não somente pela presença destes sujeitos, mas também pelas práticas que exerciam: um grupo dançando em torno de uma roda de samba ou no ritmo de um baile *funk*, comendo churrasquinho e bebendo cerveja, demarcava uma clara distinção frente à postura daqueles que circulavam pela Avenida

“intersexual” (Fonte: <<https://medium.com/pirata-cultural/o-que-%C3%A9-o-q-de-lgbtq-7556af6d8d6f>> Acesso: 26 de abr. 2019)

⁶³ Conforme o censo demográfico de 2010, a concentração da população negra na cidade de São Paulo é maior nas áreas mais distantes do centro. Parelheiros, por exemplo, tem 7,8 vezes mais negros do que a Subprefeitura de Pinheiros. Um *site* desenvolvido pela Secretaria Municipal de Promoção e Igualdade Racial (SMP-IR) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), traz informações sobre a distribuição da população negra no município e pode ser consultado em: <<http://www.saopaulodiverso.org.br/estatisticas/#/layout/home>> Acesso em: 05 de mai. 2019.

Paulista, se posicionando no espaço da rua e perante suas atividades apenas como espectadores, sem esboçarem muita interação.

Estas configurações de territórios e zonas que vimos relatando estariam relacionadas a “práticas cotidianas”⁶⁴ que persistiriam no espaço da rua nos momentos do Programa Ruas Abertas, se entremeando neste eventual. A ocupação das calçadas da Avenida Paulista pelos *hippies*⁶⁵, por exemplo, apesar de certamente se intensificar aos domingos, faz parte do cotidiano e é considerada mais um dos motivos de conflitos no espaço. A concentração destes artesãos é perceptivelmente maior em frente ao *Shopping Center 3* e ao MASP no dia-a-dia. Aos domingos, apesar de se posicionarem predominantemente nestes dois lugares, são confundidos e sobrepostos com a crescente ocupação das calçadas pelas diversas bancas dos vendedores de artesanato. O crescimento desta atividade é atribuído a uma Lei Municipal, n. 15.776, de 29 de março de 2013, regulamentada pelo Decreto n. 54.948, de 20 de março de 2014, que permitia, dentro de alguns critérios, atividades culturais de artistas de rua na cidade de São Paulo, compreendendo as “artes plásticas” como parte destas atividades.

Em reportagem da *Veja São Paulo*⁶⁶ de junho de 2017, a revista teria afirmado que “a Paulista acabou virando o ‘shopping’ a céu aberto desse comércio informal.” A reportagem ressaltava que a Subprefeitura da Sé, responsável pela região, teria lançado uma portaria no início deste mesmo ano que limitaria a ocupação dos artesãos a 50 pontos fixos na Avenida, sendo necessário, ainda, o cadastramento na SUTACO (Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades) para esta instalação. Contudo, salientava que pela falta de controle e ação da Polícia Militar tais regras não estariam sendo cumpridas. Para um morador do entorno a sensação de insegurança

⁶⁴ Para Michel de Certeau (2014, p.46), “Muitas práticas cotidianas (falar, ler, circular, fazer compras ou preparar as refeições etc.) são do tipo tática. E também, de modo mais geral, uma grande parte das ‘maneiras de fazer’: vitórias do ‘fraco’ sobre o mais ‘forte’ (os poderosos, a doença, a violência das coisas ou de uma ordem, etc.), pequenos sucessos, artes de dar golpes, astúcias de ‘caçadores’, mobilidades de mão de obra, simulações polimorfos, achados que provocam euforia, tanto poéticos quanto bélicos.”

⁶⁵ “*Hippies*” seria uma denominação dada aos artesãos que não possuem um lugar fixo de moradia e transitam por alguns espaços vendendo seu artesanato e expondo, usualmente, seus produtos sobre uma toalha estendida no chão.

⁶⁶ Ver em: <<https://vejasp.abril.com.br/consumo/avenida-paulista-camelos/>> Acesso em: 17 de set. 2019.

era o principal problema desta ocupação informal: “Do jeito que está, isso aqui pode virar um novo centro, velho e decadente.” Para um dos *hippies*, era a segurança oferecida pela Avenida que o atraía: “Venho a São Paulo para comprar matéria-prima e passo uns dias aqui na Avenida Paulista porque na República há muitos ladrões”. Para o subprefeito à época, Alcides Amazonas: “A Paulista não pode se tornar uma terra de ninguém”.

Ao som de um atabaque, um grupo faz aula de yoga em frente ao SESC Paulista⁶⁷. Filas e filas se formam para visitar o mirante desse recém-inaugurado espaço cultural. De cima, a Avenida Paulista é silenciosa. De baixo, prolifera uma mistura de sons. Enquanto a rua se apresenta ao público, alguns moradores (de rua) podem ser avistados circulando, dormindo nos bancos dos pontos de ônibus ou dançando junto às apresentações musicais. Um catador deixa de lado seu saco de estopa, preenchido de latinhas de alumínio até a metade e, com bastante desenvoltura, arrisca alguns movimentos junto a uma tenda eletrônica do grupo intitulado “Som do Bom”, ensinando os passos a uma senhora franzina, de cabelos brancos, que os acompanha com dificuldades.

Dois cantores de Moçambique tentam angariar doações para as vítimas do ciclone Idai, que havia atingido o país no mês anterior e deixado um número expressivo de mortos. Alguns frequentadores param para assistir e alguns ambulantes, pelo pouco movimento de clientes, param para escutar. Um deles, ainda, arrisca uns “passinhos dos anos 90”; outro, encosta seu isopor e começa a batucar no ritmo da música.

Artistas e artesãos já recolhem seus equipamentos e produtos, antes mesmo de o domingo se encerrar. A Feira de Antiguidades também se desmonta antecipadamente hoje, dia 14 de abril de 2019. Por causa do frio não há público suficiente que justifique prolongar o expediente. Uma manifestação, silenciosa, pouco volumosa e lenta, segue sentido à Consolação. À frente, uma faixa: “Parem de atirar em nós” indica o tom do protesto que pede o fim do racismo, lembra dos 80 tiros que haviam matado

⁶⁷ Inaugurada em 29 de abril de 2018, a unidade do SESC, que antes havia abrigado um espaço administrativo, agora se abria à população como espaço de lazer e cultura em um prédio de 17 andares com um mirante na cobertura.

o músico no Rio de Janeiro na semana anterior⁶⁸ e clamam pela culpabilidade de Jair Bolsonaro. A imprensa registra e a polícia, passivamente, acompanha – a mesma polícia que minutos atrás havia cercado três jovens negros naquela Avenida por, supostamente, estarem fumando maconha. A polícia também acompanha três kombis de “Apoio à Remoção” em busca de ambulantes ilegais e, mais adiante, garante a perfeita harmonia do Domingo na Paulista no térreo da FIESP, em que um grupo canta “Tomo um banho de lua” sob o olhar atento do sapo inflável, como uma forma de alienar o público em mais um domingo, não deixando-o perceber o que se passa ao seu redor.

Por essas apreensões da Avenida Paulista e pelos conflitos que vimos explicitando, poderíamos considerar que existiriam neste espaço forças em disputa, sem remeter a um embate entre lados antagônicos, mas tratando, talvez, de forças em relação, de maior ou menor grau, que tensionariam ininterruptamente ambos os lados – daqueles que insistem no ordenamento e daqueles que o tensionam pelos desvios.

Certamente, tais forças sejam díspares em diversos momentos de relação entre determinados agentes neste espaço. A fuga constante dos ambulantes da apreensão do “rapa” nos mostraria que neste choque do “corpo ordinário” com o controle da polícia civil e da Prefeitura Municipal, provavelmente o primeiro acabasse perdendo. Mas as brechas poderiam ser reconstruídas e, talvez na próxima esquina, fosse possível encontrar outras dezenas deles, reafirmando a dificuldade em capturá-los⁶⁹. Isso nos evidenciaria, mais ainda, que estes desvios e escapes seriam parte do espetacular, coexistindo de maneira interdependente e tendo sempre a possibilidade de serem reconfigurados⁷⁰. Não se trata, contudo, de um elogio à possibilidade de se esquivar

⁶⁸ Em 07 de abril de 2019, militares dispararam 80 tiros contra o carro do músico Evaldo Rosa dos Santos, negro, de 51 anos, em Guadalupe, Zona Norte do Rio de Janeiro, matando-o e ferindo dois outros familiares que, juntos, estavam indo a um chá de bebê.

⁶⁹ Como fica evidente na fala de um dos conselheiros ao relatar a impossibilidade de apreensão dos ambulantes e salientar a ineficiência da ação repressiva, visto que: “[...] você apreende um na ponta, aparecem três na outra, e assim vai.”

⁷⁰ Outras formas de escapes e desvios poderiam ser configuradas em outros momentos da Avenida, para além do Programa. Por exemplo, no cotidiano em que os carros transitam pelo asfalto, a ciclovia, que aos domingos é bastante visibilizada e concorrida, serve de deslocamento para trabalhadores e entregadores, podendo vir a

destes sujeitos, mas, principalmente, um reconhecimento desta ação como um desvio que segue tensionando com recorrência as medidas de ordenamento e repressão a ponto de impossibilitar sua efetiva instauração.

Nesse sentido, podemos afirmar que por mais que as tentativas de pacificação procurassem homogeneizar os espaços e reduzir as possibilidades de expressão destes “corpos lentos” (SANTOS, 2006), as astúcias e as táticas desviatórias seriam capazes de se reinventar e, através da presença, das práticas e da ocupação do espaço, produzirem constantes micro-resistências. “As imagens consensuais não conseguem apagar essa ‘outra cidade’ opaca, intensa e viva que se insinua nas brechas, margens e desvios da cidade espetacularizada”. (JACQUES, 2010, p.109)

Isso nos traz uma reflexão acerca desta relação dialógica entre o ordinário e o extraordinário desta rua. As práticas e os “corpos ordinários” que permanecem do cotidiano no programado poderiam ser percebidos como extraordinários aos domingos à medida que são a minoria nestes dias, que são o alvo das fiscalizações, que incomodam o público e os gestores do Programa, mas que desejam ser vistos. Ao passo que a Paulista Aberta, extraordinária pela eventualidade e visibilidade que alcança, pela lógica espetacular a que está associada, também poderia ser compreendida como ordinária pela sua reiteração e pelas disputas que lhe são inerentes.

Ribeiro (2000) nos convida a pensar esse sujeito, que é colocado em contraposição aos modelos hegemônicos que tendem a excluí-lo, como um “sujeito corporificado”. Para a autora, seria um direito deste sujeito “dar espetáculo”, romper as regras do “bom” comportamento e aparecer, se transformando em acontecimento e almejando o não

ser considerada uma forma de resistência ou disputa contra a hegemonia automobilística. Se dissermos, ainda, desta hegemonia automobilística em uma Avenida já pertencente cotidianamente à aceleração contemporânea, o próprio uso da rua por pedestres circulando no asfalto poderia ser visto como um tensionamento desta lógica. Ainda, e esta passagem será explicitada no capítulo 3, em domingos em que a Avenida está tomada por manifestações coexistindo com a Paulista Aberta, algumas atividades relacionadas ao Programa poderiam ser entendidas como desvios ou micro-resistências por elas próprias. Esta reflexão nos aparece, principalmente, ao cruzarmos em um domingo com um grupo vindo da favela de Paraisópolis de São Paulo, formado por sete garotos negros, que apresentava sua música como parte das atividades do Programa. O grupo dizia vir “mostrar que a periferia não é só isso que mostram na televisão” e se posicionava imediatamente ao lado de um trio elétrico vestido de verde e amarelo que gritava em defesa de Jair Bolsonaro.

apagamento da sua individualidade, reforçando que a procura da transcendência permaneceria latente no cotidiano. “O sujeito corporificado tomaria, portanto, o teatro da vida nas suas mãos, opondo-se à sua desmaterialização em papéis repetitivos, em imagens reiterativas e em modelos de cidade (e de urbanidade) que o excluem.” (RIBEIRO, 2010, p.32)

Frente à cidade capitalista atual, em que mega empreendimentos e festas grandiosas privatizam memórias e imaginários, como negar a relevância dos ensaios de espetáculo do sujeito corporificado? Insinuo, com essa pergunta, que o espetáculo precisa ser libertado da espetacularização, que o controla e domina. O espetáculo, que reúne espaço-tempo-ação, constitui-se numa expressão condensada de embates simbólicos que tocam dimensões subjetivas e cognitivas do poder. Neste sentido, a espetacularização pode ser refletida como impedimento do exercício do direito ao espetáculo. Um direito que, para o sujeito, corresponde ao direito de ser visto, lido e conhecido em seus próprios termos e, assim, com a máscara e o roteiro de sua escolha. (RIBEIRO, 2010, p. 32)

O “dar espetáculo” ⁷¹ então, libertado da espetacularização, buscaria por uma visibilidade que confrontaria a “violência simbólica”. “Esse confronto enreda sujeitos sociais e protagonistas, ação espontânea e ação planejada, ajustes e desajustes sociais, cenas e contextos, transformação social e ação possível.” (RIBEIRO, 2010, p.36) Para a autora, surgiriam acionamentos táticos de identidades sociais que seriam possíveis de interferir na sociabilidade do espaço. Apareceriam novas luminosidades em espaços opacos que modificariam as cenas, correspondendo a uma “luta surda por virar acontecimento” e nos mostrando, novamente, a dimensão processual e relacional destas forças que atuam em um vai e vem constante.

O catador de latinhas que assumia o lugar de dançarino do “Som do Bom”, talvez conseguisse ali uma visibilidade, ainda que momentânea e circunscrita ao tempo de uma música. O dono de Duquesa e Princesa, construindo sua forma de comunicação

⁷¹ Aqui “dar espetáculo” difere-se da compreensão de “espetáculo” de Guy Debord, que o definiu como um conjunto de relações sociais mediadas pelas imagens, impossível de separar das relações de produção e consumo de mercadorias. “O espetáculo é o *capital* a um tal grau de acumulação que se torna imagem.” (DEBORD, 2003, p.27, grifos do autor)

através das placas que carregava no carrinho de supermercado, também procurava uma maneira de ser visto. Mesmo dentre as atividades que configuravam o enredo do Programa era possível observar esta busca pelo “dar espetáculo” ou pelo “direito de ali estar” (AGIER, 2015) como uma forma de estabilidade temporária que almejasse a visibilidade. Conseguir adentrar a Paulista Aberta, vindo das periferias de São Paulo – como o grupo de jovens negros de Paraisópolis ou o grupo de Batuque do Terreiro Pai João de Angola que aparecerão nas nossas narrativas adiante –, por meio de uma apresentação artística, poderia também ser compreendido como este “virar acontecimento” em meio às tentativas de ordenamento.

Estes exemplos tensionariam noções de “visível” e “invisível” ao passo que este “sujeito corporificado” transitaria, muitas vezes, entre uma necessária invisibilidade que garantiria sua sobrevivência na rua diante da fiscalização e repressão policial; e um direito a “dar espetáculo” como uma forma de ser visto e de resistir. Esta própria presença policial torna-se ambígua à medida que é evocada como o principal agente da ação repressora e do estabelecimento da ordem na Avenida Paulista, mas também afirmada como garantia de “segurança” por parte destes sujeitos ordinários que ocupam a rua.

Ribeiro complementarmente que a proibição a “dar espetáculo” estaria relacionada a um mecanismo de regulação de comportamentos que renega o desejo do indivíduo, censurando gestos e falas que conduziriam à autonomia da ação. “Por esta razão, torna-se especialmente necessário valorizar o espetáculo criado pelo ‘estar junto’ e reconhecer o ‘dar espetáculo’ como possibilidade de reinvenção da experiência urbana.” (RIBEIRO, 2010, p.39) Esta reinvenção da experiência nos reconecta ao que vimos discutindo anteriormente como forma de compreensão do espaço da rua que estamos trabalhando: um espaço que configurado por um “estado” proveniente do contato entre subjetividades e materialidades, ou seja, entre sujeito e objeto, permitiria experiências singulares e potentes capazes de colocar em choque as micro-resistências e as tentativas de consenso e pacificação.

Ainda, esta discussão pautada na visibilidade poderia ser associada a um outro contexto bastante perceptível aos domingos na Avenida Paulista, mesmo que não esteja diretamente relacionada aos ditos “corpos ordinários” ou “sujeitos corporificados” que vimos explicitando: a relação entre o espaço *online* e *offline* que é possível notar mediante à postura do público frequentador do espaço de maneira geral.

Com o celular à mão, o público registra todas as atividades, provavelmente, em busca do melhor ângulo para a próxima postagem no *Instagram*⁷² que estaria por vir. Quanto maior o barulho, mais pessoas em volta acompanhando e filmando as apresentações. Um cantor com seu violão acústico não consegue, ainda, que a Avenida pare para ouvi-lo. “Você já pensou em suicídio? Venha falar com a gente” diz a faixa segurada pelo grupo que almeja “evangelizar a Paulista”. Logo ao lado do convite de evangelização, um grupo de cerca de 50 dançarinos, vestidos com roupas fluorescentes em tons de amarelo, verde, laranja e rosa, predominantemente negros com cabelos *black power* e tranças afros, portando diversos acessórios típicos de uma “geração tombamento”⁷³, grava um vídeo clipe de uma música *funk* e, constantemente, registra o momento em seus aparelhos de telefone.

Nas nossas apreensões era recorrente a constatação de que a maioria dos espectadores que se posicionava em frente às apresentações artísticas distribuídas pela Avenida estava munida de seus celulares, filmando toda a Paulista Aberta e assistindo-a através das suas telas. Isso nos possibilitaria pensar que o compartilhamento destes vídeos e fotos nas redes sociais do público frequentador do Programa levaria, talvez, a uma

⁷² Instagram é uma rede social *online* de compartilhamento de fotos e vídeos.

⁷³ “Caracterizado como um movimento artístico e social recorrente em ambientes de militância do movimento negro, a chamada ‘geração tombamento’ é marcada pela estética que se expande para a inovação, arte, dança e música. Segundo Lorena Lacerda, trata-se de ‘um movimento estético urbano muito importante quanto ao fortalecimento e a autoestima de jovens negros urbanos no Brasil’ que, ainda, tem como papel lutar contra os estigmas caídos sobre a população negra, à medida que retoma e estimula a sua autoconfiança.” (SOUZA; LEITE; BATISTA, 2018, p.44)

outra camada de sociabilidade da rua e a uma outra forma de ocupação do espaço que não somente físico, mas também virtual.

Não pretendemos adentrar com profundidade esta discussão por ora, que será retomada nos capítulos a seguir. Contudo, é importante pontuarmos a influência das redes sociais e dos aparelhos eletrônicos portáteis nas relações de sociabilidade no espaço público – sobretudo na Avenida Paulista pela sua reverberação midiática –, motivo de diversos estudos e publicações⁷⁴. Isso nos permite imaginar que as atividades do Programa não se cessariam no espaço físico da rua e na temporalidade marcada pontualmente no relógio para seu início e fim, mas causariam reverberações no meio digital, próprio destes tempos em que as relações entre *online* e *offline* estão cada vez mais estreitadas⁷⁵, o que Castells (2013) chamará de “espaços de autonomia”⁷⁶.

Estas discussões ganharão mais densidade à medida que outras camadas serão acrescentadas sobre a compreensão deste espaço da Avenida Paulista, nos permitindo entender que tais ocupações da rua aqui expostas estão diretamente relacionadas às políticas adotadas pelos órgãos gestores do Programa Ruas Abertas. Ainda, procuraremos mostrar esta Avenida em um contexto que soma inúmeros agentes atuantes em lógicas de produção de cidade em diversas escalas; e distintas manifestações, traduzidas em um “ato político” de dimensão possivelmente gigantesca. Nosso desafio passará por entendermos a Avenida Paulista em uma conjuntura complexa e global, em que essas lentes, que irão se sobrepondo nos próximos capítulos, nos ajudarão a reiterar o entrecruzamento entre possíveis formas de ação idealizadas sobre o espaço urbano e as ocupações que estão presentes ali na rua aos domingos.

⁷⁴ A exemplo de Castells (1999, 2003) ou Santos (2012).

⁷⁵ A própria abertura da Paulista aos pedestres foi endossada pelo meio digital através do site “Painel de Pressão” criado pelo coletivo *Minha Sampa*, que tinha como intuito pressionar o poder público.

⁷⁶ O sociólogo espanhol trata aqui, particularmente, de mobilizações sociais que usaram o meio virtual como forma de alargar suas reivindicações, sobretudo as ocupações ocorridas em 2011 como o *Occupy Wall Street* em Nova York, o 15M na Espanha e a Primavera Árabe.



11



12

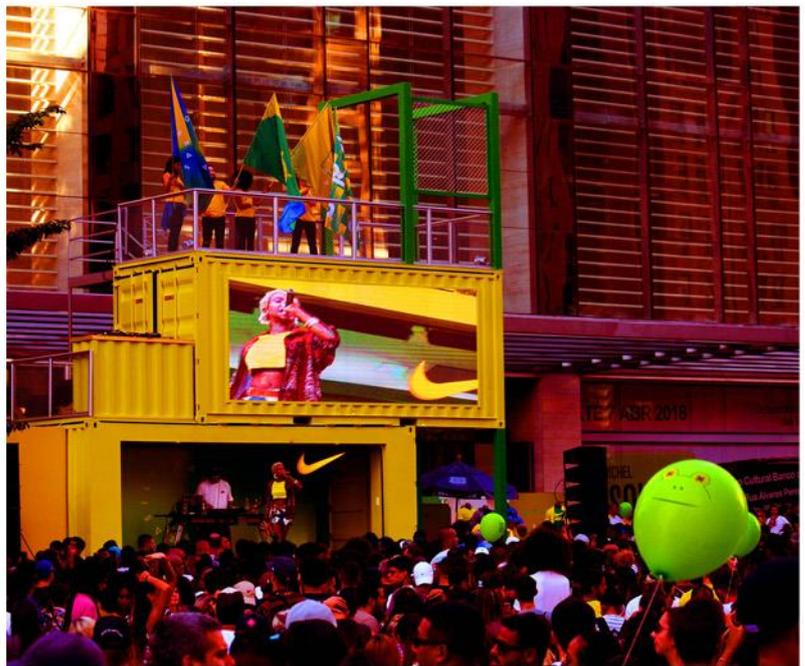


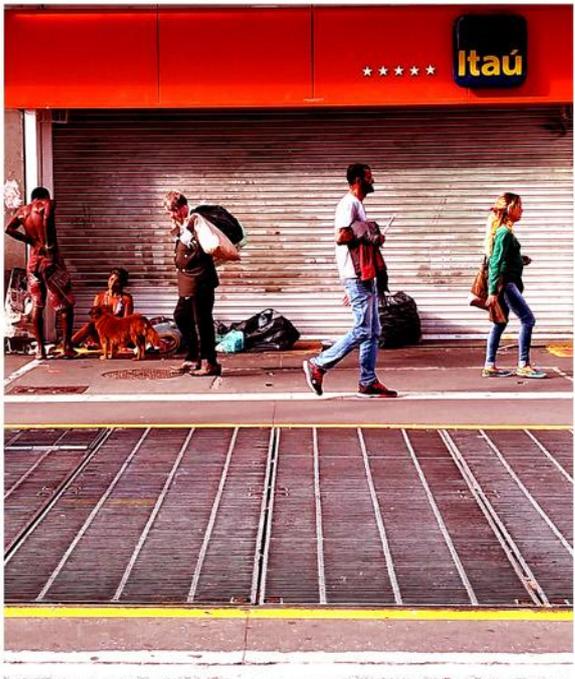


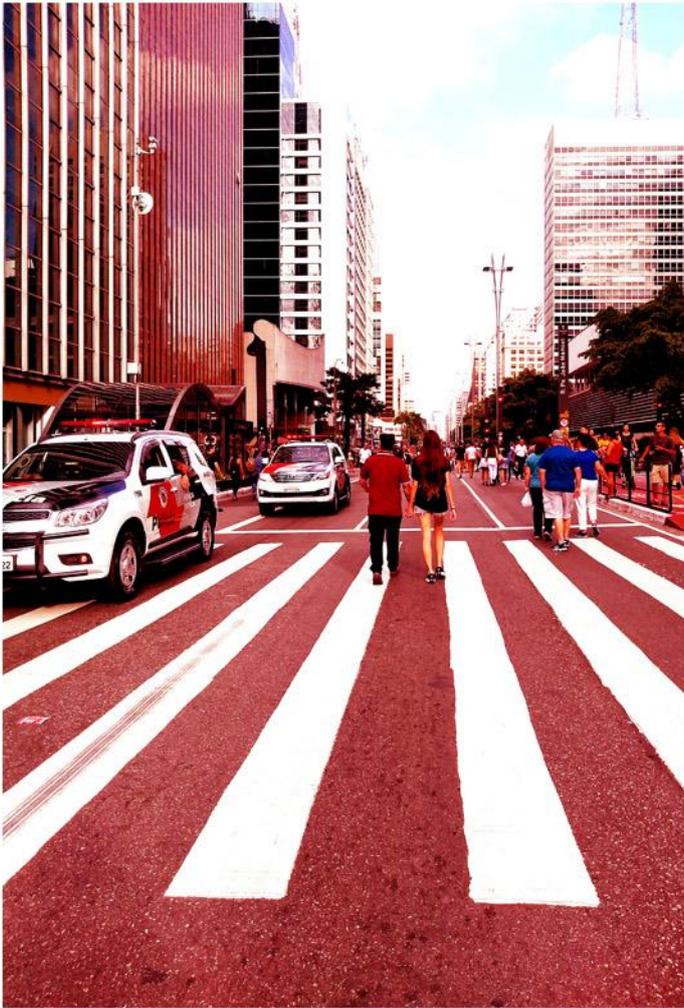
14











18









PROGRAMA RUAS ABERTAS
tentativas de ordenamento e pacificação

A Paulista Aberta é o exemplo de que existe amor em São Paulo. É o exemplo de que existe convivência pacífica, entendimento entre as diferenças.⁷⁷

Os moradores mais conservadores [...] e alguns comerciantes ali, eles são contrários à ocupação da Paulista pelo povaréu, pelos artistas independentes, pessoas em situação de rua, feirinha... Isso que eles são contra. Eles não são contra a ocupação da Paulista pelo mercado mesmo [...] porque eles são os beneficiários disso.⁷⁸

Aqui na porta da gente ficou um trio elétrico que estava escrito uma frase assim, que nunca entendi até hoje: [...] pela democracia e pela defesa da liberdade, intervenção militar já! Isso eles apoiam. Isso não incomoda.⁷⁹

Aqui ninguém é coxinha. Todo mundo chegou aqui ou porque herdou, ou porque trabalhou ou porque tá [sic] trabalhando, ou porque tem dinheiro para pagar condomínio e IPTU.⁸⁰

Implantado em 2015 durante a gestão de Fernando Haddad por uma ação conjunta entre coletivos ativistas e poder público, o Programa Municipal que ficou conhecido como Ruas Abertas tinha como principal objetivo: “abrir para pedestres e ciclistas ruas e avenidas de grande relevância (...) aos domingos e feriados, das 10 às 17 horas, como

⁷⁷ Fala de Guilherme Coelho, do coletivo *Minha Sampa*, no documentário “Paulista Aberta pelas pessoas”, de 27 de outubro de 2016. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Z108obS-3yg>> Acesso em 08 de mai. 2019.

⁷⁸ Fala de uma integrante do coletivo *SampaPé*, em entrevista concedida à pesquisadora em 22 de março de 2018.

⁷⁹ Fala de Leonardo “Gringo” Pirrongelli, morador da Avenida Paulista, na *web* série “Pessoas ou Carros? – A Paulista Aberta e uma nova visão de cidade”, de 14 de agosto de 2017. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=tTM8GuLu2y8&list=PLfDwgT9jZCqXM_bQ7P-tQ1D875f0LJEk2&index=1> Acesso em: 08 de mai. 2019.

⁸⁰ Fala de Raphaela Galleti, líder dos moradores da Avenida Paulista e, hoje, uma das representantes do Conselho Gestor Local da Avenida Paulista, na *web* série “Pessoas ou Carros? – A Paulista Aberta e uma nova visão de cidade”, de 14 de agosto de 2017. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=tTM8GuLu2y8&list=PLfDwgT9jZCqXM_bQ7P-tQ1D875f0LJEk2&index=1> Acesso em: 08 de mai. 2019.

forma de promover uma melhor ocupação do espaço público”⁸¹. Ainda, intencionava com bastante otimismo “a inclusão cultural, geração de renda e a recuperação urbana de espaços degradados”⁸² a partir do incentivo ao uso dos espaços públicos com atividades esportivas, gastronômicas e culturais.

Cabe ressaltar que a proposta teve como início o bloqueio pontual da Avenida Paulista após insistidas tentativas do coletivo ativista *SampaPé* que, inspirado em ações semelhantes realizadas na Cidade do México ⁸³, vinha, desde 2014, buscando interlocução com a Prefeitura a fim de trazer o mesmo modelo para São Paulo. Algumas ferramentas digitais possibilitaram esta articulação como, por exemplo, o *site* “Panela de Pressão”⁸⁴, coordenado pelo coletivo *Minha Sampa* e utilizado pela sociedade civil para fazer denúncias e sugestões diretamente aos políticos responsáveis através dos seus contatos cadastrados.

Algumas características peculiares à Avenida Paulista foram importantes para que as mobilizações pelo Programa se concentrassem inicialmente sobre ela. Para Shibaki (2007, p.02) “a Avenida Paulista é considerada um dos maiores ícones de São Paulo, pois simboliza uma metrópole que se metamorfoseou significativamente dentro de um contexto de expansão urbana único.” Inaugurada em 1891, a Avenida fez parte do setor de expansão Sudoeste da capital paulista, loteado por Joaquim Eugênio de Lima – junto a João Augusto Garcia e José Borges Figueiredo –, para a construção de palacetes de uma elite cafeeira (HOMEM, 1996) que deixava o centro antigo para ocupar os terrenos mais altos de São Paulo.

⁸¹ Ver em <<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/moradores-decidem-quais-ruas-poderao-ser-abertas>> Acesso em: 07 de mai. 2019.

⁸² “Espaços degradados, abandonados e vazios” são recorrentes adjetivos utilizados como forma de justificar diversas intervenções que se afirmam como projetos de “revitalização” de áreas consideradas sem vida urbana.

⁸³ Na Cidade do México, o *Paseo de la Reforma*, uma das principais avenidas da cidade, com doze quilômetros de extensão, é aberto aos domingos para uso de pedestres e ciclistas.

⁸⁴ O “Panela de Pressão” é um *site* desenvolvido pela *Rede Nossas Cidades*, em São Paulo representada pela rede *Minha Sampa*, que pressiona diretamente os tomadores de decisão da cidade por e-mail, *Facebook*, *Twitter* e telefone. Qualquer pessoa pode criar uma mobilização em torno de uma pauta específica que passará por alguns critérios de seleção dos responsáveis do *site* e será encaminhada aos representantes públicos. Ver mais em <<http://paneladepressao.nossascidades.org>> Acesso em: 08 de mai. 2019.

Após a quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929, grande parte dos palacetes da Avenida foram vendidos a investidores interessados nos terrenos por possuírem grandes dimensões para a construção de edifícios de alto padrão (D’ALESSIO; SOUKEF; ALBARELLO, 2002, p.53). Somados a este processo, o advento e a implantação dos primeiros elevadores junto a um ideário modernista de urbanização da cidade – sobretudo com as administrações municipais de Anhaia Melo, pela regulamentação do Código Sanitário, em 1918, e implantação da Lei de Arruamento, em 1931; e de Prestes Maia, pelo Plano de Avenidas, em 1930 (SOMEKH, 1997, p.34) –, fizeram com que a verticalização da capital paulista, inclusive do “Espigão Central” como a Avenida era chamada, fosse intensificada.

Além destas mudanças no padrão habitacional, nos anos 1950 é iniciada uma ocupação pelo setor terciário na Avenida Paulista, sendo inaugurado o seu primeiro edifício comercial. “Dos empreendimentos que impulsionaram esse início, sem dúvida um dos marcos foi o Conjunto Nacional, inaugurado em 1956, projeto do arquiteto David Libeskind [...] cuja ideia inicial era a ‘construção do primeiro *shopping center* do País’”. (FRÚGOLI, 2000, p.118) A partir de então, outros edifícios emblemáticos da arquitetura no país – como o Museu de Arte de São Paulo (MASP), projeto de Lina Bo Bardi, inaugurado em 1968, e o edifício que abriga a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), de Rino Levi, inaugurado em 1979 – passaram a ocupar o espaço da Avenida que se transformava sob uma lógica modernista e rodoviarista.

Nesse mesmo período a Avenida Paulista teria recebido alguns planos de intervenção, entre eles o projeto Nova Paulista (1968 - 1974), formulado durante a gestão Faria Lima (1965 - 1969). Com o intuito de propiciar um maior escoamento de veículos, o projeto previa uma via expressa subterrânea e, em um nível ainda mais baixo, a implantação do metrô, além de um grande calçadão com jardins suspensos no nível do chão, aumentando, assim, a área de circulação e recreação de pedestres. As obras se iniciaram na região entre a Avenida Paulista e a Consolação, sendo esse trecho inaugurado em 1971. Por embates políticos, as obras foram interrompidas e o projeto inicial abandonado, persistindo apenas o alargamento da via até 1974.

Somente o anúncio destas obras fez com que o preço do metro quadrado da Avenida subisse sensivelmente e 60 casarões foram substituídos por edifícios comerciais. A rua passou a abrigar grandes empresas, além de bancos, federações e estatais, consagrando ainda mais seu prestígio e sua centralidade. Hoje, a Avenida Paulista conta com uma série de sedes e agências financeiras, como o Banco Safra, *Citibank* e *Daycoval*, e diversos espaços culturais e museus como o Instituto Moreira Sales (IMS), a Casa das Rosas, a *Japan House*, o Itaú Cultural e o SESC Paulista. Além disso, pela sua localização e visibilidade, a Paulista concentra inúmeras comemorações festivas, como as festas de *Réveillon*, a Parada do Orgulho LGBT e a Corrida de São Silvestre, sendo também palco de mobilizações e protestos como, mais recentemente, os favoráveis e contrários ao atual governo federal de Jair Bolsonaro.

A partir desse contexto, passamos a compreender o Programa Ruas Abertas como um tensionador deste projeto de cidade que veio sendo construído ao longo do tempo em torno do automóvel e de uma verticalização desmedida. Esta fricção entre o carro e o pedestre, e os seus conflitos inerentes, ficarão mais evidentes ao relatarmos adiante a implantação da iniciativa.

Apesar da pressão que vinha sendo feita sobre os órgãos públicos desde 2014, o primeiro teste do Ruas Abertas, que permitiu a interrupção da circulação de veículos motorizados na Avenida Paulista, foi realizado somente em junho de 2015, justificado pela necessidade de segurança à grande quantidade de ciclistas que estaria presente no momento de inauguração das suas faixas de ciclovia⁸⁵. Neste momento, alguns coletivos ativistas se reuniram e propuseram atividades diversas na rua. Desde piqueniques, atividades lúdicas e festivas ou mesmo exposições de painéis de cunho

⁸⁵ As ciclovias e ciclofaixas instaladas na cidade de São Paulo foram um dos motes que conduziram a campanha do ex-prefeito Fernando Haddad ao cargo de administração municipal. Foi estabelecida como meta a implantação de quatrocentos quilômetros de infraestrutura cicloviária até o fim do seu mandato e concluída, até 2015, pouco mais da metade. Na Avenida, as reivindicações pela ciclovia se iniciaram em 2008 por cicloativistas, se intensificando, sobretudo, após a morte por atropelamento dos ciclistas Márcia Prado, em 2009, Juliana Dias, em 2012, e Marlon Moreira de Castro, em 2014. Ver mais em <<http://vadebike.org/2015/06/ciclovia-paulista-conquista-dos-ciclistas-inauguracao/>> Acesso em: 08 de mai. 2019.

explicativo e investigativo⁸⁶, a fim de identificar quem eram os usuários do espaço naquela ocasião, de quais regiões da cidade vinham e o que consideravam da proposta de implantação do Programa. Tais atividades não se limitaram a este período de teste, mas se mantiveram por outros finais de semana buscando atrair a atenção dos passantes para a possibilidade de usos outros daquele espaço, mesmo que ocupando somente a calçada enquanto a circulação dos carros ainda não era restringida.

[...] Então a gente vinha todos os domingos aqui na Paulista, ainda com motorizados passando e a gente fazia várias atividades lúdicas na calçada e convidava as pessoas que estavam passando a conhecer qual era a ideia do projeto e ver se elas apoiavam ou não. [...] Por exemplo, o primeiro domingo que a gente veio, a gente começou a abrir umas cadeiras de praia, assim, na calçada. E aí, a primeira pessoa que passou falou: tá [sic] à venda? [...] E a gente: não, é pra sentar. Tipo, senta aí com a gente e vamos conversar.⁸⁷

Ainda, estes mesmos coletivos foram responsáveis por pesquisas posteriores de medições de ruído e de nível de poluição nos dias com e sem carros na Avenida, como forma de rebater críticas dos moradores do entorno e de algumas organizações que, contrários à iniciativa desde o princípio, questionavam os impactos sobre o trânsito de veículos, a dificuldade de acesso aos hospitais da região, os possíveis prejuízos aos comerciantes e os problemas gerados pelos altos índices sonoros em função das apresentações artísticas.

⁸⁶ Estes painéis geraram uma pesquisa intitulada Paulista Aberta, realizada pelo coletivo *Cidade Ativa*. A pesquisa tinha como objetivo “entender quem eram as pessoas entrevistadas, qual sua relação com as diferentes partes da cidade e Região Metropolitana e qual a opinião delas sobre a ciclovia e a iniciativa de abertura da Avenida Paulista”. Ver mais em <https://issuu.com/cidadeativa/docs/150821_ca_relatorio_paulistaaberta> Acesso em: 05 de jan. 2018.

⁸⁷ Fala da fundadora e diretora do coletivo *SampaPé*, Letícia Sabino, na *web* série “Pessoas ou Carros? – A Paulista Aberta e uma nova visão de cidade”, de 14 de agosto de 2017, produzida pela *Smarty*, uma produtora que diz fazer “documentários e ficção próprios para serem assistidos de forma rápida e conveniente nas redes sociais para gerar engajamento”. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=tTM8GuLu2y8&list=PLfDwgT9jZCqXM_bQ7P-tQ1D875f0LJEk2&index=1> Acesso em: 08 de mai. 2019.

Eu acho que existem lugares da cidade mais adequados, como parques que não estão sendo explorados da forma correta, e não é num asfalto quente, mesmo que ele esteja sem nenhum carro passando, né? [sic]. Num domingo, ele é quente, e o asfalto não é o lugar adequado para fazer nenhuma brincadeira, nem para vender nada. Eu acho que isso aí tem que ter uma regra. Não existe uma regra. Simplesmente resolveram abrir a Paulista e não definiram regra nenhuma. Isso tá [sic] interferindo tanto no comércio local como para os moradores. Nós estamos muito focados no que o morador precisa, né? [sic]. É ele que tá [sic] aqui, é ele que paga o IPTU da Prefeitura [...] E por que que você vai deslocar uma Zona Leste pra Paulista? Pra oferecer o que aqui? Tem alguma cerejeira aqui? Não tem. Já estragaram também.⁸⁸

Muitas pessoas opositoras à Paulista [Aberta] usavam o discurso com um tom bastante demagogo de que: não era preciso fazer [o Programa] na Paulista porque tinham muitos outros lugares ‘carentes’. Só que as vezes isso é mais um subterfúgio para fazer com que o que tá [sic] longe, continue longe. E a gente sabe que, em cidades tão segregadas quanto São Paulo, quando você começa uma coisa na periferia, ela continua invisível, né? [sic] Porque a imprensa, principalmente, só liga quando a coisa acontece no centro. Tanto que gerou o baita furdunço que gerou, porque era na Avenida Paulista. Eu acho interessante ter começado na Paulista pela questão emblemática.⁸⁹

[...] É claro, a paulista é a rua, hoje, a principal avenida da cidade. Ela pertence a todo mundo, não pertence só aos moradores.⁹⁰

Foram tais conflitos e divergentes posições que fizeram com que o Ministério Público (MP) passasse a questionar a Prefeitura Municipal acerca dos transtornos que a abertura da rua poderia causar, fazendo com que a efetiva implantação do Programa

⁸⁸ Fala de Marco Jordão, do Rotary Avenida Paulista, no documentário “Paulista Aberta pelas pessoas”, de 27 de outubro de 2016. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Z108obS-3yg>> Acesso em: 08 de mai. 2019.

⁸⁹ Fala de Ana Carolina Nunes, do coletivo *SampaPé*, no documentário “Paulista Aberta pelas pessoas”, de 27 de outubro de 2016. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Z108obS-3yg>> Acesso em: 08 de mai. 2019.

⁹⁰ Fala de Nabil Bonduki, ex-vereador de São Paulo (2013 - 2016), no documentário “Paulista Aberta pelas pessoas”, de 27 de outubro de 2016. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Z108obS-3yg>> Acesso em: 08 de mai. 2019.

demorasse a acontecer. Uma audiência pública foi convocada para setembro do mesmo ano, reunindo cerca de 200 pessoas sob o vão do MASP, segundo a guarda-civil municipal. Conforme informações divulgadas no portal da CET, o encontro foi promovido pelas “Secretarias Municipais de Coordenação das Subprefeituras, Transportes, Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, Cultura, Segurança Urbana, Esportes, além da CET e Agência São Paulo de Desenvolvimento”⁹¹. Também participaram dos debates coletivos ativistas, como: *Paulista Aberta*, *Minha Sampa*, *SampaPé*, *Cidade Ativa*, entre outros.

Nós soubemos de tudo nessa ‘pseudo’ audiência pública, que foi um anúncio da medida debaixo do MASP, anunciada pela televisão. Só ouviram as mídias e esses grupinhos de pressão. São grupos pequenos e de boa pressão.⁹²

Apesar das críticas, em meados de outubro de 2015 a Avenida Paulista passou a ser definitivamente fechada para os carros aos domingos e feriados. Não demorou para que o MP novamente se manifestasse e, persistindo o embate, emitisse uma multa⁹³ à Prefeitura a cada dia em que o Programa ocorresse. Ainda, questionada pelo próprio MP sobre a necessidade de oferta de ações semelhantes também nas outras regiões da cidade, que teoricamente seriam “carentes” de equipamentos de lazer, a Prefeitura passou a expandir a ação pelos demais bairros da capital. Conforme informações de

⁹¹Disponível em <<http://www.cetsp.com.br/noticias/2015/09/19/audiencia-publica-no-vao-livre-do-masp-debate-abertura-da-avenida-paulista-para-pedestres-e-ciclistas.aspx>> Acesso em: 05 de jan. 2018.

⁹²Fala de Raphaela Galleti, líder dos moradores da Avenida Paulista e, hoje, uma das representantes do Conselho Gestor Local da Avenida Paulista, na *web* série “Pessoas ou Carros? – A Paulista Aberta e uma nova visão de cidade”, de 14 de agosto de 2017. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=tTM8GuLu2y8&list=PLfDwgT9jZCqXM_bQ7P-tQ1D875f0LJEk2&index=1> Acesso em: 08 de mai. 2019.

⁹³A Prefeitura foi multada em pouco mais de 50 mil reais a cada nova organização da Paulista Aberta. A multa se justificava pelo descumprimento de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que a Prefeitura haveria assinado em 2007, prometendo não fechar a Avenida para eventos mais do que três vezes ao ano. No momento, a Prefeitura teria recorrido e divulgado uma nota afirmando a não pretensão em cancelar a abertura da Avenida ou de qualquer outra rua, considerando que a política pública de ampliar os espaços de lazer para a população não se enquadraria dentro do TAC citado. Ver mais em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/ministerio-publico-multa-prefeitura-em-r-50-mil-por-fechamento-da-paulista.html>> Acesso em: 05 de jan. 2018.

alguns integrantes dos coletivos ativistas entrevistados, outras audiências públicas foram realizadas nestes bairros, porém de forma apressada, em somente um único dia, com pouca adesão da população e com pouco espaço de discussão⁹⁴. Sendo assim, de maneira geral e por decisão prioritária da CET, foram selecionadas as demais ruas que receberiam o Programa, sobretudo, pelo critério dos menores impactos na circulação de veículos.

A proposta objetivava a abertura de ruas aos pedestres e ciclistas em todas as 32 Subprefeituras do município, porém, ao todo foram escolhidas apenas 29 ruas pela cidade, sendo que algumas nem sequer chegaram a receber a iniciativa de fato. Ademais, as informações sobre quais ruas faziam parte do Programa raramente eram disponibilizadas para a sociedade de maneira clara, dificultando o entendimento das ações como um todo. Os poucos registros e mapeamentos encontrados foram elaborados pelos coletivos e organizações participantes, como o único mapa ⁹⁵ disponibilizado pelo *Minha Sampa* em *site* próprio.

Diante das fragilidades da proposta e da possível mudança da gestão municipal em 2016, passado um ano do primeiro teste, o Programa foi regulamentado através do Decreto n. 57.086, publicado no Diário Oficial da Cidade em 24 de junho de 2016, em uma tentativa de fortalecê-lo e consolidá-lo. Junto ao decreto e no mesmo dia foi lançada a Portaria n. 226⁹⁶ que, “considerando a necessidade de fortalecimento local do Programa Ruas Abertas”, constituía um “comitê de acompanhamento” a fim de “apoiar a Prefeitura no aprimoramento do Programa”. Ainda, em 29 de dezembro de 2016, pouco antes da passagem da administração municipal para João Dória, o projeto foi instituído sob a Lei n. 16.607 de redação dos ex-vereadores Nabil Bonduki e Juliana Cardoso. Seguem alguns trechos do Decreto Municipal citado (grifos nossos):

⁹⁴ Ver em <<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-institui-oficialmente-programa-ruas-abertas/moradores-decidem-quais-ruas-poderao-ser-abertas>> Acesso em: 15 de jul. 2018.

⁹⁵ Ver anexo A

⁹⁶ Ver o Decreto e a Portaria na íntegra no anexo B.

Art. 4.

§ 2º As **entidades da sociedade civil e as empresas poderão firmar parceria com as Subprefeituras** para proverem estruturas temporárias para as Ruas Abertas, tais como banheiros químicos, geradores de energia para apresentações artísticas, mobiliário urbano, equipamentos para atividades esportivas e estruturas congêneres.

Art. 9.

Em cada Subprefeitura, será formado um **Conselho Gestor Local**, composto por 6 (seis) membros, na seguinte conformidade:

- I – dois membros indicados pela Subprefeitura;
- II – um membro indicado pela CET;
- III – um membro indicado pelo Conselho Participativo;
- IV – dois membros da sociedade civil, eleitos dentre os moradores e proprietários de imóveis situados na rua e em suas adjacências, desde que maiores de 18 anos.

Parágrafo único. Ao Conselho Gestor Local incumbirá:

- I – apoiar e fortalecer a implementação local do Programa;
- II – apresentar propostas visando a melhoria do Programa;
- III – receber, apreciar e encaminhar ao Comitê Intersetorial de Ruas Abertas sugestões e reclamações dos munícipes em relação ao Programa;
- IV – encaminhar ao Comitê Intersetorial de Ruas Abertas relatórios bimestrais acerca das atividades do Conselho.

Art. 10.

O Programa Ruas Abertas contará com um **Comitê de Acompanhamento e Fortalecimento do Programa Ruas Abertas**, com o objetivo de apoiar a Prefeitura no seu aprimoramento, tendo em vista o papel construtivo da participação da sociedade civil no acompanhamento das ações do governo municipal.

§ 1º O Comitê de Acompanhamento e Fortalecimento do Programa Ruas Abertas será coordenado por um representante do Gabinete do Prefeito e composto por representantes, um titular e um suplente, de **entidades da sociedade civil ligadas à agenda de mobilidade e novas formas de uso do espaço público**.

§ 2º Ao Comitê de Acompanhamento e Fortalecimento do Programa Ruas Abertas compete:

- I – **apresentar propostas visando à melhoria do Programa**, tais como programação, periodicidade da abertura e perímetro de fechamento;
- II – realizar reuniões periódicas com os Conselhos Gestores Locais;
- III – identificar, junto a **entidades representantes da sociedade civil**, assim como à **iniciativa privada, parceiros** que estejam dispostos a apoiar as atividades do Programa;
- IV – apoiar as Subprefeituras na mobilização e na articulação de iniciativas culturais, esportivas e de micros e pequenos empreendedores locais interessados em propor atividades no âmbito do Programa.

O “comitê de acompanhamento” proposto foi coordenado inicialmente pela Secretaria de Coordenação das Subprefeituras e contou com a participação de representantes dos coletivos ativistas *Minha Sampa*, *SampaPé*, *Bike Anjo* e *Cidade Ativa* na sua composição. Em setembro de 2018, através do Decreto n. 58.425, a Prefeitura teria passado a responsabilidade do Comitê para Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, que já cuidava do programa Ruas de Lazer⁹⁷ na cidade.

Contudo, mesmo depois da institucionalização do Programa e após sua adesão por parte dos moradores da capital paulista, os embates persistiram. É importante ressaltar que nesse meio tempo, após a promulgação da medida como lei, São Paulo vivenciou uma mudança significativa na gestão municipal, passando de um governo mais progressista de Fernando Haddad (Partido dos Trabalhadores) para uma gestão bastante conservadora de João Dória (Partido da Social Democracia Brasileira), o que fez com que o Programa passasse por ameaças de suspensão⁹⁸ e os coletivos ativistas envolvidos relatassem dificuldades em dialogar com a nova administração.

De fato, a gestão de Haddad foi bastante difundida como uma administração em que “o poder público tornou-se protagonista no estímulo a uma nova cultura urbana promotora da convivência, da cidadania e da ressignificação dos espaços públicos.” (LIMA, 2018, p.63) A associação com a sociedade civil foi vista como uma “agenda positiva” e para Lima (2018, p.63) “o diálogo com diversos coletivos – dos artistas de

⁹⁷ Iniciativa da década de 1970 e mantida ainda hoje, gerida pelo Departamento de Gestão de Políticas e Programas de Esporte e Lazer (DGPE) e regulamentada pelo Decreto n. 55.684, de 12 de novembro de 2014 (revisão da Lei n. 12.264, de 11 de dezembro de 1996), em que 38 ruas distribuídas pela capital paulista são interditas para a realização de atividades físicas organizadas pela população local. O programa diz oferecer “à população a oportunidade de organização, execução e desfrute de atividades de lazer e recreação nas ruas da cidade, transformando-as em ambientes de convivência e estimulando a apropriação dos espaços públicos a partir da iniciativa dos munícipes.” Conforme informações do *site* da Prefeitura Municipal, as ruas se distribuem pelos bairros do Campo Limpo, Casa Verde, Freguesia do Ó, Brasilândia, Guaianases, Ipiranga, Itaim Paulista, Itaquera, Jaçanã, Tremembé, M’Boi Mirim, Penha, Pirituba, Jaraguá, São Miguel Paulista, Sapopemba, Sé, Vila Mariana e Vila Prudente. Ver em <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/esportes/ruas_de_lazer/index.php?p=270518> Acesso em: 14 de mai. 2019.

⁹⁸ Apesar de afirmar nas campanhas eleitorais a intenção em manter o Programa Ruas Abertas, logo no primeiro semestre de sua gestão, João Dória foi acusado de suspender a iniciativa em diversas regiões da cidade. Ver em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1883305-doria-esvazia-programa-de-haddad-que-veta-carro-em-ruas-aos-domingos.shtml>> Acesso 28 de jun. 2019.

rua aos cicloativistas – propiciou a construção de bases comuns para a democratização e a reapropriação dos espaços públicos pela cidadania.”⁹⁹

A autora cita o festival “Existe Amor em SP”¹⁰⁰, que ocorreu em outubro de 2012 na Praça Roosevelt, como uma primeira materialização na capital paulista desta efervescência dos “movimentos ativistas de ocupação e reapropriação dos espaços públicos” que se tornaria notável no período da campanha eleitoral de Haddad. Ainda, aponta como parte da resposta do então candidato à Prefeitura, a inserção em seu plano de governo, intitulado “Um tempo novo para São Paulo”, o “estímulo a ações de ocupação das ruas por artistas e produtores culturais como forma de ampliar o compromisso dos cidadãos com o espaço público”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2012, p.71) Já na gestão seguinte, com uma clara priorização ao setor privado, este diálogo com os coletivos ativistas e artistas de rua teria enfrentado obstáculos, como é apontado adiante.

Já quanto ao atual prefeito [João Dória], pode-se sublinhar a ênfase em si mesmo como um administrador (ao invés de político); sua prioridade se volta para o setor privado e a conseqüente busca de privatização de estádios, parques, bibliotecas e até mesmo de cemitérios públicos. Mantém um conflito explícito com vários coletivos, como aqueles ligados ao grafite, cujas obras sofreram diversos apagamentos, além da criminalização de praticantes e de uma série de ações públicas marcadas pela espetacularização. (FRÚGOLI, 2018, p.83]

Ainda, é importante pontuar que o período da gestão de João Dória (2016 - 2018) coincidiu, não por acaso, com um contexto político nacional em que o país presenciou diversas manifestações pedindo o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. A saída efetiva de Dilma da presidência em agosto de 2016 viria marcar oficialmente uma

⁹⁹ Lima (2018) traz alguns exemplos de iniciativas da administração municipal, como: a priorização ao transporte público; a implantação das ciclovias; a mudança do padrão da iluminação; o *wifi* nas praças; a coleta de lixo seletiva; a promoção do carnaval de rua; a regulamentação dos artistas de rua; além da implantação do Programa Ruas Abertas.

¹⁰⁰ Veremos adiante, no próximo capítulo, um outro ponto de vista em que Silvia Viana (2013) irá nos mostrar este mesmo evento como um protesto “desengajado” e com pautas individualistas.

derrocada do PT – partido que governou o Brasil por quatorze anos seguidos e que deixou a administração envolvido em escândalos de corrupção. Este cenário não somente corroborou para a instauração de uma descrença ao Partido e aquilo que ele representava, como culminou na ascensão de uma direita conservadora ao poder com a vitória de Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal) nas eleições presidenciais de 2018.

Em São Paulo, tal contexto também refletiu no Programa Ruas Abertas e nas medidas adotadas pelos seus gestores, perceptivelmente, de cunho mais conservador. Mais recentemente, em 28 de abril de 2018, um Conselho Gestor Local da Paulista – medida prevista no Decreto supracitado como forma de acompanhar e buscar uma maior organização da Paulista Aberta – foi eleito com a finalidade de “apoiar, fortalecer, implementar, apresentar propostas alusivas ao Programa Ruas Abertas, bem como receber e apreciar sugestões e reclamações dos munícipes”¹⁰¹, destinando sua atenção principalmente às diversas solicitações de parte da população por um maior ordenamento da Avenida. Ressaltamos, ainda, que apenas puderam participar das eleições como representantes da sociedade civil, moradores do entorno da Paulista. Para estes cargos foram eleitos Raphaela Galleti e Andrew Oliveira, sendo este último integrante dos coletivos *Corrida Amiga* e *Cidadeapé*¹⁰², e apoiador do *SampaPé*.

Além dos representantes da sociedade civil, o Conselho era formado, no momento desta pesquisa, por dois representantes da Prefeitura Regional Sé, Jair Lopes e Lidiane Goulart; um da CET, Roberto Kyono; e um do Conselho Participativo, Marcelo Pizo. A formação do Conselho Participativo Municipal (CPM) em específico também esteve presente na gestão de Fernando Haddad tanto em sua campanha eleitoral, prevendo a criação de um “Conselho de Representantes da Sociedade Civil nas Subprefeituras, como forma de fortalecimento da participação e do poder local” (PARTIDOS DOS

¹⁰¹ Ver em <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/regionais/se/noticias/?p=83128>> Acesso em: 20 de jul. 2018.

¹⁰² A *Corrida Amiga* se define como uma organização que inspira as pessoas a trocarem o carro pelo tênis, contribuindo para a melhoria da mobilidade urbana. O *Cidadeapé* se afirma como uma organização da sociedade civil dedicada a contribuir para uma cidade mais humana, segura e acessível para todos os que se deslocam por ela – em especial quando usam seus próprios pés ou cadeira de rodas para se locomoverem. (Fontes: <<http://corridaamiga.org/>> e <<https://cidadeape.org/>> Acesso em: 12 de mai. 2019.)

TRABALHADORES, 2012, p.81), quanto em seu Plano de Metas (2013 - 2016), que tinha como um dos objetivos a criação de Conselhos Participativos nas 32 Subprefeituras da cidade. (LIMA, 2017a)

Foi a partir do Decreto n. 54.156, de 1 de agosto de 2013, que o CPM foi definido como um órgão autônomo da sociedade civil com a função de “realizar a fiscalização dos gastos públicos e políticas locais, articulação com os demais conselhos e movimentos sociais nas Subprefeituras, além da apresentação de demandas e prioridades regionais” (LIMA, 2017a, p.15), intencionando uma descentralização administrativa da cidade de São Paulo.¹⁰³ Especificamente sobre o Conselho Gestor Local da Avenida Paulista cabe pontuar que, conforme entrevista concedida à pesquisa, foi enfatizado pelo conselheiro Andrew Oliveira a ação consultiva e não deliberativa do órgão, pouco propositiva e sem muita abertura para contribuições externas. O órgão estaria focado, até então, em três das maiores reclamações vindas da população residente no entorno da Avenida sobre a Paulista Aberta: o alto ruído proveniente das apresentações artísticas que usam amplificadores de som; a presença massiva de ambulantes; e a necessidade de maior segurança no espaço da rua.

O que nós percebemos que acontece com esse programa Ruas Abertas é uma falta total de gestão desde o seu início. Então, simplesmente, foi decidido, fechou ou abriu a rua para os pedestres e outras atividades, sem maiores cuidados.

Eu mesmo saio andando de bicicleta de domingo e deparo, e vejo [...] uma certa grande desorganização [...] é por falta de organização mesmo! Por falta de organizadores [...] para falar: gente aqui sim, aqui não.¹⁰⁴

¹⁰³ Ainda, segundo Lima (2017a, p.15) a “criação do Conselho Participativo Municipal decorre de um longo processo para a institucionalização da participação social na cidade de São Paulo, cujo marco foi a promulgação da Lei Orgânica do Município em 1990, em um contexto de retorno à democracia. Desde tal período, na gestão de Luiza Erundina (PT), foi prevista a criação de um Conselho de Representantes, que permitisse a fiscalização das ações estatais no âmbito local, bem como maior conexão das ações públicas com os anseios da sociedade civil.”

¹⁰⁴ Falas de Raphaela Galleti e de Leonardo “Gringo” Pirrongelli, moradores da Avenida Paulista, na *web* série “Pessoas ou Carros? – A Paulista Aberta e uma nova visão de cidade”, de 14 de agosto de 2017. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=tTM8GuLu2y8&list=PLfDwgT9jZCqXM_bQ7P-tQ1D875f0LJEk2&index=1> Acesso em: 08 de mai. 2019.

Andrew pontuou, ademais, a preocupação de que o Conselho fosse um espaço mais plural e que incorporasse representantes para além dos moradores da região, já que a Avenida conta com a participação semanal de frequentadores diversos. Contudo, reforçou a dificuldade de diálogo e de proposição dentro do próprio órgão consultivo, ficando claro que o embate entre os moradores locais e os coletivos ativistas – defensores da continuidade do Programa – é persistente. Ainda, é clara na fala do representante a postura do Conselho em “apagar incêndios”, lidando com os problemas emergenciais que são trazidos para discussão e pouco atento a repensar de maneira conjunta tal ação sobre a Avenida.

Um destes problemas enfrentados diz respeito à tentativa em atenuar os conflitos entre os moradores do entorno e os artistas de rua acerca do ruído causado pelas apresentações artísticas. Segundo o conselheiro, foram realizados alguns mapeamentos das áreas com maiores restrições para apresentações que envolvessem amplificação sonora, como áreas residenciais, hospitalares e de cultos religiosos. Andrew destaca que a intenção do Conselho, a princípio, era elaborar um material de comunicação e de instrução pedagógica que pudesse informar aos artistas as regiões consideradas “proibidas” para atividades com ruído. E que, a partir disso, uma fiscalização junto à polícia civil e a CET seria necessária.

O conselheiro reitera também o aumento da fiscalização e da organização da Avenida Paulista aos domingos e feriados, o que é evidenciado nas nossas apreensões em campo. Os conflitos, inerentes ao espaço da rua e decorrentes do grande número de frequentadores da Paulista Aberta, são atribuídos a uma falta de ordenamento e normatividade que estipulem regras e permitam um maior controle e uma fiscalização mais eficaz. A presença dos vendedores ambulantes faz parte das maiores reclamações entre alguns dos moradores locais e frequentadores da rua, sendo pontuada como medida resolutiva a regularização desses trabalhadores e a fixação deles em espaços previamente determinados e permitidos. Abaixo, seguem alguns trechos destacados da entrevista:

Segundo foi informado dentro do Conselho, diante das ocorrências, do número de assaltos e diante outros delitos, como o consumo de bebida alcoólica, o fato é que a PM [Polícia Militar] e a GCM [Guarda Civil Municipal] são pressionadas para haver um maior patrulhamento e maior policiamento na Paulista aos domingos. [...] Diante dos conflitos existentes, especialmente em relação a ambulantes e mais recentemente às festas promovidas por jovens no vão do MASP, assaltos, roubos e furtos que ocorrem na região aos domingos, enfim, houve uma intensificação [da fiscalização], presumo eu que em função das várias reclamações.

[...] Sempre vêm reclamações em relação à presença de ambulantes. [...] Mas o que há é uma intensificação, sim, da fiscalização e apreensão de ambulantes irregulares, que é um grupo majoritário dos ambulantes, já que são considerados legais só as pessoas que têm os seus pontos fixos, de barraquinha para vender alimentos e artesanatos, ali na região do MASP e na região da Rio Claro, e os artesãos que têm a carteirinha da SUTACO [Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades].

[...] Há conflitos de espaço, há conflitos de circulação, [...] justamente porque não há uma normatização – existe, tá [sic] tudo proibido, mas justamente não houve um intento em ordenar esse espaço de uma maneira mais equilibrada para as pessoas que lá estão. [...] E para além dessas coisas mais objetivas existem outras subjetivas de pessoas que são bem-vindas e que não são. [...] Esse conflito em relação aos ambulantes precisa ser tratado de uma maneira mais equilibrada do que somente a apreensão. Até o presente momento não tem se mostrado efetivo, porque você apreende um na ponta, aparecem três na outra e assim vai.

É preciso só equalizar esse conjunto de forças, ordenar o espaço, haver entendimento particular e peculiar do que é a Avenida Paulista aos domingos [...] para se encontrar um ponto de equilíbrio que permita fazer uma fiscalização realmente efetiva, pedagógica e que dê resultados para além da fiscalização de apreender e reprimir, que acaba sendo inócua.

Dado o volume grande de pessoas, de frequentadores, é inevitável [uma organização], inclusive na resolução de conflitos. Pensar em mais áreas para venda de bebidas e alimentos, para artesãos, isso só favorece. [...] Com essa evolução do Programa, com esses ‘n’ conflitos que existem [...] é importante ter esta disposição [ordenadora].¹⁰⁵

¹⁰⁵ Fala de Andrew Oliveira, um dos representantes da sociedade civil no Conselho Gestor Local da Avenida Paulista, em entrevista concedida à pesquisadora em 08 de abril de 2019.

Esta preocupação com os ambulantes não é um fato novo na Avenida Paulista. Um projeto de reforma da via, durante a gestão do ex-prefeito Paulo Maluf (1993 - 1996) teria levantado controvérsias e conflitos sobre a remodelação do trânsito local e a presença de camelôs em suas calçadas. Selecionado pela Comissão Paulista Viva, formada por membros da iniciativa privada e presidida por Olavo Setúbal, presidente do Itausa, o projeto previa um corredor de ônibus central, o remodelamento de alguns cruzamentos e uma praça em frente ao MASP. Contudo, o que de fato foi implantado coube a uma redução de mais de 50% da frota de ônibus que circulava pela via e a expulsão completa de todos os camelôs, visando transferi-los e fixá-los em determinados “bolsões” pré-definidos.

“A remoção em massa dos camelôs da Paulista foi anunciada para 22 de julho de 1997, com a presença de 30 fiscais e a cobertura da Guarda Civil Metropolitana.” (TAGLIAFERRI, 1997, p.3-5; LEAL, 1997, c.8). Todos os ambulantes foram impedidos de permanecer na via, fato considerado pelos empresários um “grande passo na revitalização da avenida.” (ZAKABI, 1997, p.26) Segundo Frúgoli (2000), parte da “eficácia” contra a reocupação da Avenida teria sido garantida por um plantão, por um longo período, de 300 policiais da Guarda Civil. Em entrevista concedida ao autor, em 04 de novembro de 1997, Olavo Setúbal teria se posicionado sobre os ambulantes:

[...] O problema do ambulante é um problema social complicado. Mas apesar de ser uma solução com um certo traço de elitismo, com um certo traço de, digamos, segregação social, eu acho que na Avenida Paulista não pode ter ambulante. [...] Se a cidade não tiver um centro cultural, não tiver um centro econômico, não tiver uma atividade adequada, ela se deteriora, se transforma num “favelão”, e o “favelão” não é bom para ninguém.

Com isso, percebemos que as tentativas de ordenamento do espaço e seus conflitos inerentes fazem parte do processo de transformação da Avenida Paulista e se perpetuam ainda hoje. A presença da polícia na perseguição aos ambulantes e as constantes disputas em torno do comércio ilegal são pautas recorrentes e nos mostram um tensionamento deste modo de ocupação. Em grande parte destes discursos é possível notar uma intenção de fixação deste comércio ambulante em locais pré-

determinados, em uma tentativa de estabelecimento de regras e possibilidade de uma fiscalização mais eficaz.

Isso nos leva a pensar que estas políticas e transformações incidentes sobre o espaço da Avenida, há tempos, estariam excluindo os ditos “corpos ordinários” que viemos observando ou, ainda, agindo para eliminá-los. O ordenamento e a repressão presentes na rua e direcionados a alguns sujeitos específicos, que são constantemente evocados pelos gestores do Programa como necessários para a garantia de um consenso e, por conseguinte, uma pacificação do espaço, vêm reafirmando esta tendência à homogeneização e ao controle a todo tempo.

Como uma possibilidade de micro-resistência na rua, a movimentação e a retomada deste comércio ambulante – mesmo após reiterados processos de apagamento – poderiam ser compreendidas pela noção de “ocupação”: uma presença estabelecida, porém temporária, relacionada ao que já vimos mobilizando como o “direito de ali estar” (AGIER, 2015). Não seria isto, aliás, um elogio à fluidez em contraposição à fixação destes sujeitos – tanto reforçada e almejada pelos gestores da Paulista –, mas uma forma de indagar a quem interessaria esta estabilidade permanente que acarretaria custos de instalação e responsabilidades tributárias. Nesse sentido, as possibilidades de movimento, de arranjos temporários e de rearranjos contínuos seriam encaradas como formas de desvio e garantia de sobrevivência em um espaço extremamente disputado, ordenado e vigiado da Avenida Paulista.¹⁰⁶

Para além desta compreensão aqui esboçada, a noção de “ocupação” é ressaltada nesta pesquisa em outras camadas, como no discurso dos coletivos ativistas ao relatarem suas atribuições na organização e implementação do Programa. Em entrevistas com integrante do coletivo *SampaPé* é reforçada a responsabilidade deles em: lançar a ideia; fazer ações na rua para inspirar as pessoas a um uso outro do espaço; articular com o

¹⁰⁶ Certamente, dizemos isto cientes de todas as precariedades que este “viver em fuga” resguarda e de toda a opressão que nos parece aumentar diante da dificuldade de captura destes sujeitos.

poder público; ocupar a Avenida Paulista e, posteriormente, demandar processos participativos para que o Programa seja, de fato, consolidado como uma política pública.

Esta idealização e implementação do Programa Ruas Abertas, que nos parecerem totalmente atribuídas aos coletivos, nos fizeram perceber uma iniciativa que indicasse uma abstenção da manutenção do projeto pelo poder público e uma possível transferência das suas responsabilidades para a sociedade civil (DAGNINO, 2004). Um outro exemplo poderia ser mobilizado para evidenciarmos esta dimensão: uma proposta intitulada “Seja um Zelador”¹⁰⁷ que teria circulado pela *internet* em setembro de 2017 a fim de convidar pessoas interessadas a se inscreverem e enviarem notificações e atualizações da condição das ruas participantes do Programa aos coletivos.

A medida teria sido adotada visto que, após analisarem os desdobramentos do Programa Ruas Abertas para além da Paulista Aberta de maneira geral, os coletivos teriam percebido a redução da iniciativa a uma simples restrição da circulação de automóveis pela CET nas ruas selecionadas para tal, sem a ocupação do espaço de maneira tão “ativa” como aguardada por seus idealizadores. Em entrevista com uma integrante do *SampaPé* foi pontuada a preocupação em se tratar de um Programa isolado, sob responsabilidade de uma empresa, a CET¹⁰⁸, sem nenhuma ação coordenada ou algum tipo de acompanhamento que avaliasse seus impactos e resultados¹⁰⁹.

¹⁰⁷ Conforme informações fornecidas pelos coletivos ativistas participantes, o Programa “Seja um Zelador” é uma iniciativa da sociedade civil que visa acompanhar o funcionamento do Programa Ruas Abertas. Afirmam que: em função de algumas ruas não terem a iniciativa acontecendo de forma plena, “criamos este programa com o objetivo de facilitar a comunicação entre a população que mora nas proximidades das ruas e pressionar a Prefeitura a ativar os Conselhos Gestores”. Como função do zelador, indicam: “informar sobre o funcionamento da Rua Aberta; compartilhar fotos e vídeos; mapear outros moradores que queiram colaborar; ocupar a rua com atividades; e refletir e opinar sobre soluções para melhorar o funcionamento do Programa.” Ver mais em <<https://www.youtube.com/watch?v=P85AQJpMq7g&feature=youtu.be>> Acesso em: 15 de jul. 2018.

¹⁰⁸ A Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) é uma empresa de economia mista, de colaboração pública e privada, vinculada à Prefeitura de São Paulo, responsável pelo gerenciamento, operação e fiscalização do sistema viário da cidade.

¹⁰⁹ Em 20 de maio de 2019, foi lançada uma pesquisa intitulada “Avaliação de Impacto da Paulista Aberta na Vitalidade Urbana” de responsabilidade de uma equipe formada pelo Laboratório de Mobilidade Sustentável

Como resultado desta apontada desarticulação, pudemos observar uma grande exaltação da Avenida Paulista, recheada de atividades, em contraposição a um uso reduzido da maior parte das demais ruas pertencentes ao Programa. Em vista deste possível “esvaziamento” e em uma tentativa de consolidar a iniciativa como um Programa que de fato atingisse as diversas regiões de São Paulo, os coletivos ativistas ficaram encarregados por reproduzir a mesma dinâmica de “sucesso” que vinha sendo alcançada na Avenida pelas outras ruas participantes, mobilizando os moradores locais e mediando os conflitos. A proposta supracitada “Seja um Zelador” chegou a conquistar uma pequena adesão, mas logo foi descartada pelos coletivos por assumirem uma dificuldade em dialogar com a gestão municipal à época – de João Dória – e dar continuidade ao projeto.

Esta aparição constante da figura destes coletivos ativistas na implementação e articulação do Programa nos fez procurar compreender a organização e as ações destes agentes sobre o espaço da cidade¹¹⁰. Cientes da enorme tarefa que consistiria em investigar tais grupos de um modo mais amplo¹¹¹, optamos por nos concentrar na apresentação dos quatro coletivos participantes da implantação da Paulista Aberta, que constam na Portaria n. 226/2016 como constituintes do “comitê de acompanhamento” do Ruas Abertas: *Minha Sampa*, *SampaPé*, *Bike Anjo* e *Cidade Ativa*.

(Labmob/Proureb/UFRJ) em parceria com o Instituto de Políticas de Transportes e Desenvolvimento (ITDP Brasil), *Bike Anjo* e *Corrida Amiga*, com apoio do Instituto Clima e Sociedade (ICS), sem nenhum vínculo com o poder público municipal. Alguns dados desta pesquisa e considerações sobre esta análise serão trazidos posteriormente nas nossas considerações finais, quando pretendemos retomar parte desta discussão.

¹¹⁰ É importante ressaltarmos que a participação na pesquisa coletiva “Cronologia do Pensamento Urbanístico” do Laboratório Urbano, em específico no campo de debates da participação, contribuiu para trazer a discussão da participação e dos ativismos no espaço urbano contemporâneo a esta pesquisa, o que será melhor evidenciado no capítulo 3 ao relatarmos as manifestações e as ocupações na Avenida Paulista.

¹¹¹ Uma grande quantidade de pesquisas recentes tem se dedicado à compreensão dos coletivos e dos ativismos de uma maneira mais ampla, assim como diversos integrantes de coletivos têm ocupado os espaços da academia e desenvolvido pesquisas em conjunto com professores renomados das universidades públicas. Este movimento tem reverberado e ganhado espaço em eventos de Urbanismo como na Sessão Temática “Novos movimentos e estratégias de luta urbana e regional” no XVII ENANPUR, em 2017; e no 2º Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico, realizado pelo Indisciplinar em Belo Horizonte, em 2018. Além disso, o tema tem sido bastante mobilizado em recentes publicações, como no artigo “Ativismos Urbanos em São Paulo” de Heitor Frúgoli Jr, no Caderno CRH, em 2018; e na edição n.23 da Revista Arq.urb da Universidade São Judas Tadeu, inteiramente dedicada “ao debate dos processos participativos envolvidos em experiências de apropriação e produção do espaço urbano”.

A *Minha Sampa* se afirma como uma “rede de ação por uma São Paulo mais democrática, inclusiva e sustentável”. Em *site* próprio, a rede diz ser independente e apartidária, não aceitando financiamento de governos, partidos, empresas públicas ou construtoras. Ainda, afirma que o compromisso da rede “é com os sonhos de milhares de paulistanas e paulistanos que querem viver em uma cidade melhor”, sendo financiados exclusivamente por pessoas que acreditam e participam dessa rede. Na prática, a rede diz “investir criteriosamente” seus recursos para garantir:

Pressão constante nos políticos para que os cidadãos sejam ouvidos e participem do processo de decisão da cidade; mais informações políticas traduzidas do “politiques” e “juridiquês” para o bom e velho português; desenvolvimento de ferramentas e metodologias de ponta para mobilizar pessoas nas causas mais importantes da cidade; fomento de uma comunidade de ação formada por jovens ativistas, prontos para agir em causas emergenciais; execuções de ações criativas que integram táticas *online* e *offline* para mobilizar cada vez mais pessoas e ter mais impacto político.¹¹²

A rede faz parte da *Rede Nossas Cidades*¹¹³, criada em 2011 pelos fundadores da organização *Meu Rio*, que diz ter surgido como um “laboratório de interfaces de participação”, desenvolvendo aplicativos para celular que pudessem facilitar ou intensificar a influência do cidadão sobre as decisões políticas na cidade. Anna Lívia, formada em Direito, diretora executiva do *Minha Sampa* e participante do *Meu Rio* desde a sua fundação, afirma a prioridade da rede em fazer com que as pessoas participem dos processos de decisão na administração municipal: “dessa forma, sempre que encontrávamos oportunidades para que as pessoas participassem de uma

¹¹² Estas informações foram retiradas do *site* do *Minha Sampa* e estão disponíveis em <<https://www.minhasampa.org.br/>> Acesso em: 09 de mai. 2019.

¹¹³ O *Rede Nossas Cidades* é uma “organização sem fins lucrativos que atua sob a missão de armar e articular a potência para reinventar e reconstruir a política, todos os dias”, desenvolvendo tecnologias para fomentar redes de mobilização e aumentar seu potencial de impacto. A rede afirma procurar “pessoas apaixonadas pela sua cidade, inquietas com as injustiças cotidianas e com muita vontade de agir para transformar esta realidade.” Qualquer pessoa pode se inscrever para ser um fundador de uma rede de mobilização, mediante a aprovação prévia em um processo seletivo que conta com quatro etapas: o preenchimento de um questionário; uma prova sobre questões políticas e relacionadas à comunicação; uma entrevista; e, finalmente, a execução de uma campanha de *crowdfunding* como treinamento, a fim de testar sua capacidade em mobilizar as pessoas. Disponível em <<https://www.fundadores.nossas.org/>> Acesso em: 12 de mai. 2019.

decisão importante, criávamos uma campanha de mobilização e convidávamos as pessoas a se engajarem com a gente.”¹¹⁴

Entre as ferramentas eletrônicas desenvolvidas pela rede estão o: “De Guarda”¹¹⁵, que promove “vigílias eletrônicas” para monitorar atividades governamentais no espaço público da cidade, afirmando ter subvertido a ordem natural do sistema político a partir do momento em que a sociedade passa a vigiar os governantes e a receber alertas no celular via SMS quando algo “errado” está acontecendo, permitindo que, após alertados, todos os “guardiões” possam agir imediatamente; o “Legislando”, que possibilita que qualquer cidadão crie ou assine um Projeto de Lei nas Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas, podendo ser o projeto, posteriormente, adotado por um vereador; e o “Panela de Pressão”¹¹⁶, uma “ferramenta que facilita o contato direto do cidadão com governantes, gestores públicos, parlamentares, concessionárias de serviços públicos, políticos em geral e outros tomadores de decisão da cidade”, através de *e-mail*, *Facebook*, *Twitter* e telefone.

Foi a partir do “Panela de Pressão” e da mobilização sobre a Paulista Aberta que a rede *Minha Sampa* foi criada em 2014. Antes do seu lançamento, o *Meu Rio* havia ganhado um prêmio do “Desafio de Impacto Social do Google”¹¹⁷ com a promessa de expandir a

¹¹⁴ Reportagem de 02 de junho de 2016 sobre o *Minha Sampa* com entrevista de Anna Livia para o site *Draft*. Disponível em <<https://projetodraft.com/com-um-mix-de-novas-tecnologias-e-ativismo-tradicional-o-minha-sampa-quer-revolucionar-a-politica/>> Acesso em: 09 de mai. 2019.

¹¹⁵ Ver em <<http://deguarda.nossascidades.org/>> Acesso em: 09 de mai. 2019.

¹¹⁶ “O Panela funciona da seguinte forma: qualquer interessado preenche um formulário dizendo que problema identificou na cidade, que solução gostaria de propor, quem é a pessoa que deve ser pressionada para que a situação se reverta e como deverá ser feita a pressão (e-mail, *Facebook*, *Twitter* ou telefone). As informações de contato do alvo da campanha já estão lá. A campanha vai ao ar imediatamente após ser criada e, a partir daí, basta convidar os amigos para somar forças.” Informação retirada da reportagem sobre o *Minha Sampa* para o site *Draft*. Disponível em: <<https://projetodraft.com/com-um-mix-de-novas-tecnologias-e-ativismo-tradicional-o-minha-sampa-quer-revolucionar-a-politica/>> Acesso em: 09 de mai. 2019. Ao acessar o site do “Panela de Pressão” hoje, um *pop-up* é aberto nos informando que uma nova ferramenta chamada “Bonde”, mais completa e com várias outras funcionalidades, está sendo desenvolvida pela rede para ajudar nesta mobilização da população. Ver em <<http://paneladepressao.nossascidades.org/#modal>> Acesso em: 09 de mai. 2019.

¹¹⁷ No site do prêmio “Desafio de Impacto Social do Google” é informado o *Meu Rio* como um dos vencedores por ter como objetivo o desenvolvimento de “um aplicativo que dá voz às causas e problemas da sua cidade” <<https://desafiosocial.withgoogle.com/brazil2014/charities/meu-rio>> Acesso em: 09 de mai. 2019.

iniciativa aplicada no Rio de Janeiro para outras 20 cidades em 5 anos. Com o prêmio de 1 milhão de reais a rede foi ampliada e hoje atinge outras 8 cidades além de São Paulo e Rio de Janeiro, como: Recife (PE), Ouro Preto (MG), Porto Alegre (RS), Campinas (SP), Garopaba (SC), Blumenau (SC), João Pessoa (PB) e Oiapoque (AP).

Anna Lívia afirma que a rede fica sempre atenta ao que está acontecendo na cidade. “Usamos muito o aplicativo. Quando somos notificados das campanhas que estão sendo criadas, já ficamos atentos e vamos atrás daquele tema para entender o que está acontecendo.” Diz, ainda, que para o *Minha Sampa* decidir se uma mobilização deve sair das reclamações *online* e ir para as ruas, a rede se apoia em três critérios: primeiro verifica se há um potencial de impacto positivo da campanha na cidade; depois se é uma reclamação urgente; e por fim, se a rede consegue apoiá-la.

Dentre as mobilizações que já foram articuladas pela rede, além da Paulista Aberta, estão: o “Não tire meu cobertor”, uma petição pedindo a revogação do Decreto n. 57.581 de 20 de janeiro de 2017, assinado por João Dória, que permitia a “subtração, inutilização, destruição ou a apreensão dos pertences da população em situação de rua, em especial os itens portáteis de sobrevivência, tais como papelões, colchões, colchonetes, cobertores, mantas, travesseiros, lençóis e barracas desmontáveis”; o “Não aos super salários”, contra uma medida do Tribunal de Contas do Município (TCM) que aumentava o teto salarial de seus servidores para 30 mil reais, desrespeitando o teto máximo municipal; a “Delegacia da mulher 24h”, pressionando o então prefeito João Dória a instalar dez delegacias da mulher com atendimento 24h em São Paulo¹¹⁸; o “Heróis invisíveis”, um financiamento coletivo para construção de um monumento no Largo da Batata em homenagem ao catador de recicláveis Ricardo Nascimento, morto pela polícia em julho de 2017 no bairro de Pinheiros; e o “Virada Ocupação”, uma convocatória para artistas e voluntários para promoverem eventos como shows de

¹¹⁸ Até o momento sete delegacias haviam sido implantadas na capital paulista e três no interior do estado: em Sorocaba, Campinas e Santos. Ver em <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/04/02/veja-quais-sao-as-delegacias-da-mulher-que-funcionam-24-horas-em-sao-paulo.ghtml>> Acesso em: 10 de set. 2019.

música, saraus, peças de teatro e outras apresentações nas escolas ocupadas pelos Secundaristas¹¹⁹ em 2016.

Como financiamento, a rede afirma contar com o apoio de institutos e fundações nacionais e internacionais por meio do *Nossas*¹²⁰, além de disponibilizar uma janela em seu *site* para uma arrecadação *online* que permite que qualquer pessoa interessada possa contribuir. Ademais, a rede não informa uma relação de seus integrantes, nem os cargos atribuídos a cada um. Contudo, sabemos por fontes diversas que Guilherme Coelho, bacharel em Direito e pós-graduado em “Coaching Individual e em Grupos”, faz parte da rede como coordenador de mobilização e Márcio Black, cientista político e produtor cultural, atua como mobilizador do *Minha Sampa*.

Importante salientar que Márcio Black foi candidato a vereador de São Paulo em 2016 pela *Bancada Ativista*, coletivo que, junto ao *Chama, Agora é com a gente e Muitas*, faz parte do *Ocupa Política*, “uma confluência de organizações, coletivos da sociedade civil e [atualmente] 16 Mandatos-Ativistas”. O coletivo diz procurar “ocupar a política institucional, potencializar candidaturas ativistas e articular uma política suprapartidária de renovação progressista nacional”, tendo como um dos seus objetivos “ocupar o espaço controlado há tanto tempo por latifundiários, herdeiros, lobistas, patriarcas e endinheirados que só legislam em causa própria.”¹²¹

Sobre o *Bike Anjo*, o coletivo se diz “uma rede de ciclistas ‘apaixonad@s’ pela bicicleta que promove, mobiliza e ajuda pessoas a começarem a utilizar esse veículo nas cidades.” Resume-se como: “uma corrente do bem; uma rede orgânica, espontânea, colaborativa

¹¹⁹ O movimento denominado de Primavera Secundarista, que será explicitado no próximo capítulo, se valeu da ocupação das escolas estaduais pelos estudantes, inicialmente como resposta ao plano de reorganização proposto pelo Secretário da Educação do Estado de São Paulo, levando à paralisação quase 200 unidades de ensino durante cerca de 60 dias. A resistência dos jovens estudantes e a situação de tensão fez o governo recuar e revogar o Decreto n. 61.672/2015, anunciando o adiamento do processo de reorganização dos prédios escolares.

¹²⁰ Em uma auditoria de contas disponibilizada *online* pela própria rede, é possível ver que em 2017 o *Nossas* teria contado, através de doações e contribuições, com uma receita operacional total de pouco mais de quatro milhões de reais.

¹²¹ Ver em: <<http://www.ocupapolitica.org/>> Acesso em: 10 de set. 2019.

e voluntária; difusores dos benefícios da bicicleta; e realizadores de sonhos.”¹²² A rede trabalha com uma plataforma em que, para quem não sabe pedalar, é possível fazer uma inscrição e solicitar a ajuda de um “anjo” ou, para quem já tem contato com a bicicleta, se cadastrar e se tornar parte da “comunidade *Bike Anjo*”. Em números, a rede conta com 7.316 “anjos”, 22.391 pedidos de ajuda, está distribuída por 746 cidades e atinge 34 países, como: Brasil, Argentina, Peru, Colômbia, México, Estados Unidos, Canadá, Portugal, França, Alemanha, Turquia, Líbano, Índia, África do Sul, entre outros.

Disponibiliza em *site* próprio uma “carta de valores” que “apresenta orientações de práticas fundamentais para a boa convivência entre os membros do *Bike Anjo*”. Entre os valores que constam na carta estão: leveza, por praticar uma comunicação não violenta e evitar discussões desnecessárias; respeito à diversidade, por ser gentil e educado com as pessoas que atendem e com seus voluntários; horizontalidade, por ouvir todos os voluntários e considerar de modo igual todas as opiniões; consenso, pelas decisões serem tomadas sempre coletivamente e por todos os voluntários poderem propor ideias ao grupo; apartidarismo, por não se envolver com política de cunho partidário, nem com atividades voltadas para a promoção de empresas ou entidades, procurando transmitir mensagens positivas e leves, evitando o embate político; humildade e comprometimento.

Entre seus projetos está o “Bicicleta nos planos”, uma campanha realizada em conjunto com as associações Transporte Ativo e União dos Ciclistas do Brasil (UCB) com apoio do Instituto Clima e Sociedade (ICS), que objetiva orientar a sociedade civil, técnicos municipais e decisores políticos para a inclusão da bicicleta como meio de transporte nos Planos de Mobilidade Urbana (PMU) das cidades. A rede disponibiliza um guia com um passo a passo para incluir a bicicleta no PMU¹²³. Ainda, outros dois projetos da rede são: a “Mobilização da rede *Bike Anjo*” que tem como objetivo fortalecer e expandir a

¹²² Estas informações foram retiradas do *site* do *Bike Anjo* e estão disponíveis em <<http://bikeanjo.org/>> Acesso em: 10 de mai. 2019.

¹²³ O download do guia pode ser feito em <<http://bicicletanosplanos.org/faca-sua-cidade/guia/download/>> Acesso em: 10 de mai. 2019.

rede no Brasil e no mundo; e o “Escola Bike Anjo” que concentra oficinas em determinadas cidades para ensinar as pessoas a pedalar. É importante ressaltar que estes dois últimos projetos têm como “parceiro multiplicador” – denominação dada pela própria rede – o banco Itaú. Além destes projetos, o *Bike Anjo* organiza e participa de algumas campanhas como: o “De *Bike* ao Trabalho”, realizado anualmente na segunda sexta-feira do mês de maio desde 2013 e inspirado no “*Bike to Work Day*”¹²⁴; e o “Dia Mundial sem Carro”, que ocorre sempre em 22 de setembro com o objetivo de fazer as pessoas refletirem sobre a dependência do automóvel.

A associação Transporte Ativo¹²⁵, citada como parceira do *Bike Anjo*, teria sido, segundo Ribeiro (2016), uma das precursoras do cicloativismo¹²⁶ no Brasil no início dos anos 2000. Para a autora o discurso em torno da bicicleta teria passado de um esforço em desconstruir o imaginário do ciclismo como um modo ligado ao meio de transporte da classe operária, associado à pobreza e à “marginalidade” nos anos 1980, à instauração de uma “cultura da bicicleta” de caráter subversivo, opondo-se ao conformismo e *status* gerados pelo domínio do automóvel. A bicicleta passaria a atingir diversos grupos sociais, sendo foco de interesses públicos e privados, com o discurso de uma necessária transformação cultural da sociedade, proliferando, assim, várias iniciativas semelhantes ao *BikeAnjo*, como o *CicloRotas*, que produz cartografias para ciclistas urbanos e o *Las Magrelas*, oficinas mecânicas em espaços compartilhados com bares, galerias de arte e lojas de artigo de luxo para ciclistas.

É difundido, nesse sentido, um trabalho de “marketing da bicicleta” em que “pensar em bicicleta hoje é pensar em viver com melhor qualidade de vida, é pensar em ajudar a melhorar a própria cidade, é pensar também em ‘estar na moda’” (RIBEIRO, 2016,

¹²⁴ O *Bike to Work Day* é um evento anual realizado na primavera em países como Estados Unidos, Canadá, entre outros, que promove a bicicleta como uma opção para ir ao trabalho.

¹²⁵ O Transporte Ativo diz ser “uma Organização da Sociedade Civil voltada para qualidade de vida através da utilização de meios de transporte à propulsão humana nos sistemas de trânsito.” A organização conta com a parceria o patrocínio do Itaú em seus projetos. Ver em <<http://transporteativo.org.br/ta/>> Acesso em: 10 de set. 2019.

¹²⁶ Para Ribeiro (2016, p.197) cicloativistas são “aqueles ciclistas que decidem ir além da prática ordinária e individual de pedalar e adotam o uso da bicicleta enquanto causa”.

p.215) Junto a este discurso, os “modos ativos” passam a fazer parte do vocabulário da mobilidade urbana e temas comuns aos arquitetos começam a ser de interesse dos ciclistas que, segundo a autora, procurariam incorporar e difundir as ideias de Jan Gehl (2015), além de importar diversos modelos internacionais de transformações da cidade que tragam a bicicleta como pauta¹²⁷.

Este discurso em torno dos “modos ativos” e esta adoção de Gehl como referência permeiam também as ações do terceiro coletivo propulsor do Ruas Abertas: o *Cidade Ativa*. O coletivo se assume como uma “equipe jovem, dedicada e cheia de energia”, formada por pedestres, ciclistas e usuários do transporte público que, juntos, procuram trabalhar para mudar o lugar em que vivem. A equipe define-se como “uma organização social que nasce da constatação da urgência de criar cidades mais inclusivas, resilientes e saudáveis”, procurando “incentivar comportamentos mais ativos, focados na leitura e transformação da paisagem através de pesquisas e projetos que modificam o ambiente construído, e na transformação das pessoas, criando campanhas e disseminando conhecimento.”¹²⁸

Entre algumas de suas ações está o “Olhe o Degrau”, um projeto que tem como objetivo olhar para as escadarias da cidade de São Paulo e propor mudanças nos seus usos “[...] através de intervenções simples e participativas que permitem que esses lugares [sejam] utilizados como espaços públicos para atividades de permanência, proporcionando o encontro, o convívio e a prática de atividades física e de lazer.” O projeto já passou pelo bairro Ermelino Matarazzo e, em sua quinta edição que aconteceu entre março e agosto de 2018, foi realizado em uma escadaria no Jardim Nakamura, na Zona Sul de São Paulo, contando com o apoio da *HealthBridge Foundation of Canada*¹²⁹ e da ONU-Habitat (Programa das Nações Unidas para os Assentamentos

¹²⁷ Como por exemplo, a transformação da cidade de Bogotá de Peñalosa, e os casos das cidades de Copenhague, Nova York e Amsterdã, apenas para citar alguns.

¹²⁸ Estas informações foram retiradas do *site* do *Cidade Ativa* e estão disponíveis em <<https://cidadeativa.org/>> Acesso em: 10 de mai. 2019.

¹²⁹ A *HealthBridge* é uma organização não governamental internacional, sem fins lucrativos, que trabalha desde 1982 na Ásia, na África e nas Américas, com o objetivo de melhorar a saúde das populações vulneráveis.”

Humanos) através de um edital do Programa Global de Espaços Públicos (GPSP), financiado pela *Block by Block*¹³⁰. A intervenção aconteceu com a participação da Escola Estadual Oscar Pereira Machado, de associações de bairro, de artistas locais e da Subprefeitura de M'Boi Mirim. Foram realizados grafites nas fachadas das casas; instalação de mobiliários como mesa de piquenique, bancos e um escorregador; e plantios de mudas para execução de jardins.

Outro projeto da organização é intitulado “Safári Urbano”, uma “metodologia de análise e projeto de calçadas focada na experiência do pedestre”, desenvolvida em Nova York através do estudo “*Active Design: Shaping the Sidewalk Experience*” e adaptada pelo *Cidade Ativa* para ser aplicada no Brasil. A metodologia consiste no uso de desenhos técnicos e perspectivas para levantamento de campo das características das calçadas, dados que serão posteriormente sistematizados em planilhas e diagramas para facilitar a análise e a identificação de possíveis projetos de reforma ou de construção de novas calçadas.

Ademais, a organização, junto ao *Corrida Amiga*, foi responsável pelo *Como Anda*¹³¹, uma iniciativa que, criada em 2016, teve como objetivo compreender o cenário da mobilidade a pé no Brasil, levantando quem são e o que fazem os outros grupos que atuam no tema. Foram 178 organizações mapeadas no âmbito nacional, gerando o documento “Mobilidade a pé: estado da arte do movimento no Brasil” que, além do mapeamento, explica o processo de construção da pesquisa, apresenta as legislações pertinentes ao tema e elenca alguns marcos para o debate da mobilidade a pé no país como, por exemplo, a implantação dos calçadões no centro de São Paulo em 1930; a Eco-92, que suscitou discussões sobre sustentabilidade; a Política Nacional de

Informação obtida em *site* próprio da organização, disponível em <<https://healthbridge.ca/page/who-we-are>> Acesso em: 10 de mai. 2019.

¹³⁰ *Block by Block* é uma organização estadunidense que usa um jogo de computador, o *Minecraft*, no planejamento do espaço público, envolvendo e convidando membros das comunidades a modelar os seus bairros, “visualizar possibilidades, expressar ideias, gerar consenso e acelerar o progresso”. Informação obtida em *site* próprio da organização, disponível em <<https://www.blockbyblock.org/about>> Acesso em: 10 de mai. 2019.

¹³¹ Ver mais em <<http://comoanda.org.br>> Acesso em: 11 de mai. de 2019.

Mobilidade Urbana, que estabeleceu em 2012 a priorização dos transportes não motorizados; além de citarem também o Programa Ruas Abertas, entre tantos outros programas, legislações, eventos e projetos.

Recentemente, em 04 de maio de 2019, o *Cidade Ativa* participou do *Jane's Walk*, um festival anual em homenagem à Jane Jacobs, que acontece em mais de 50 países e em centenas de cidades, reunindo pessoas interessadas em discutir, refletir e caminhar pelos espaços públicos inspiradas nos preceitos difundidos pela jornalista, ativista e escritora na década de 1960. O evento, que teve início no Canadá em 2007, foi organizado em São Paulo em 2018 por Lincoln Paiva, presidente do Instituto Mobilidade Verde e responsável por reproduzir e difundir os *parklets*¹³² na capital paulista. Neste ano, a ação teve como organizador o *CalçadaSP*¹³³, dos publicitários Wans Spiess e Tony Nyenhuis, contando com a presença também de outros coletivos, como o *SampaPé*.

É importante ressaltar que a composição do *Cidade Ativa* se dá, até o momento desta pesquisa, pela cofundadora e diretora Gabriela Callejas; o cofundador e coordenador Ramiro Levy; a coordenadora Rafaella Basille; e as conselheiras Mariana Wandarti e Nathalie Prado; sendo todos Arquitetos e Urbanistas, formados entre 2009 e 2015 e, a maioria, com intercâmbio e experiência no exterior.

Já o *SampaPé* é composto por uma diretora e presidente formada em Administração de Empresas com mestrado em Planejamento de Cidades e Design Urbano, Leticia Sabino, e por uma diretora e vice-presidente formada em Comunicação Social com mestrado em Políticas Públicas, Ana Carolina Nunes. Definia-se como um coletivo quando fundando em 2012, realizando “passeios a pé em São Paulo como forma de melhorar e relação das pessoas com a cidade”, trabalhando com o conceito de caminhabilidade

¹³² Segundo o documento “Espaço público e a cidade que queremos” da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, *parklet* “é uma extensão temporária da calçada e constitui uma intervenção física no sistema viário, utilizando para isso uma área anteriormente ocupada por veículos estacionados.”

¹³³ O *CalçadaSP* é uma iniciativa que propõe enxergar as calçadas de São Paulo sob um olhar artístico. (Fonte: <<https://avidanocentro.com.br/author/calcadasp/>> Acesso em: 13 de mai. 2019.)

(*walkability*) e procurando se relacionar com o poder público (*advocacy*) para “promover mudanças para cidades mais caminháveis”. Após cinco anos como coletivo, formalizou-se como uma Organização da Sociedade Civil (OSC)¹³⁴, afirmando-se como uma organização que atua para melhorar a experiência do caminhar nas cidades, adotando a caminhada como forma de “engajamento comunitário” e “sensibilização política”.¹³⁵

A organização desenvolve metodologias de análise da cidade, participa de eventos, coordena atividades – propondo oficinas e ações que tenham como objetivo difundir e refletir sobre a mobilidade em São Paulo –, além de ocupar um cargo como representante da sociedade civil no Conselho Municipal de Trânsito e Transportes da Prefeitura de São Paulo¹³⁶. Entre algumas das suas atividades está o grupo de estudos aberto “Pensar a Cidade” que se reúne mensalmente para estudar e discutir temas sobre o espaço urbano a partir de leituras específicas previamente indicadas.¹³⁷

Outra ação da organização é o “Sentindo nos pés”, um projeto que convida alguns tomadores de decisões na cidade, como secretários e diretores executivos, subprefeitos e prefeito municipal, “a caminhar com o *SampaPé*, apontando e observando como estão as condições da cidade para o deslocamento a pé.” Este projeto, com apoio do *Como Anda* e do Instituto Clima e Sociedade (ICS), gerou uma série de vídeos que estão

¹³⁴ É considerada Organização da Sociedade Civil (OSC) toda e qualquer instituição que desenvolva projetos sociais com finalidade pública. Tais organizações também são classificadas como instituições do Terceiro Setor, uma vez que não têm fins econômicos. (Fonte: <<http://www.institutobancorbras.org.br/posts/dica/336-definicoes-de-ong---os---osc---oscip>> Acesso em: 11 de mai. 2019.)

¹³⁵ Estas informações foram retiradas do site do *SampaPé* e estão disponíveis em <<http://leticialedasabino.wixsite.com/sampapeorg/sobre-nos>> Acesso em: 11 de mai. 2019.

¹³⁶ Instituído pelo Decreto n. 54.058, de 01 de julho de 2013, o Conselho Municipal de Transporte e Trânsito (CMTT) é a instância que propicia a participação e o controle social das ações voltadas à mobilidade em São Paulo.

¹³⁷ No mês de janeiro de 2018 o grupo se concentrou na leitura de “Elogios aos errantes” de Paola Berenstein Jacques e, em junho do mesmo ano, discutiram o capítulo que trata de táticas e estratégias do livro “A invenção do cotidiano” de Michel de Certeau. Pudemos participar das discussões deste grupo em 20 de março de 2018, em que lemos em conjunto o texto “*El derecho de las mujeres a la ciudad. Espacios públicos sin discriminaciones y violencias*” de Ana Falú, publicado na Revista *Vivienda y Ciudad* de dezembro de 2014.

disponíveis no *youtube*¹³⁸ e uma cartilha¹³⁹ com um passo a passo para que outras pessoas possam reproduzir a ideia em suas cidades. A cartilha reúne dicas de como adaptar a ideia à realidade local, como e qual representante do poder público convidar para caminhar juntos, como escolher o trajeto, quais perguntas fazer ao convidado e como filmar e divulgar a ação.

Ainda, o *SampaPé* é responsável por organizar o evento chamado “Semana do Caminhar”, que acontece anualmente no mês de agosto em algumas cidades brasileiras além de São Paulo, como Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Goiânia, Manaus, São Carlos e Rio de Janeiro, contando com exibição de filmes, debates, palestras e caminhadas a fim de “chamar a atenção sobre a importância do caminhar nas cidades como forma de deslocamento e todos os seus benefícios”. É responsável também por promover passeios a pé pela capital paulista, com uma taxa de inscrição de cerca de 35 reais, para levar “caminhantes” a conhecer a história de alguns bairros de São Paulo. O evento (assim como é chamado pela organização) passou por bairros como Centro, Liberdade, Bixiga, Vila Madalena, Higienópolis, Barra Funda, Penha, Ermelino Matarazzo, Jardim Nakamura, entre outros.

O coletivo fez parte também, junto ao “Fórum Regional das Mulheres da Zona Norte” e à “Rede Más” – “uma rede internacional de mulheres que desenvolve e assessora iniciativas que dão visibilidade ao trabalho de mulheres em projetos de interesse coletivo” –, do projeto “Mulheres Caminhantes! Auditoria de Segurança de Gênero e Caminhabilidade Terminal Santana” que desenvolveu pesquisa, debates e proposição de metodologias para análise da qualidade do espaço público sob a perspectiva de gênero. A aplicação desta metodologia se deu no Terminal Santana, na Zona Norte de

¹³⁸ Uma das edições do programa foi gravada em Salvador, quando o coletivo *SampaPé* esteve na cidade para participar do Fórum Social Mundial de 2018. Esta edição contou com a participação do *Mobicidade Salvador* e convidou Adriana Campelo, diretora de Resiliência do município, para caminhar pela Avenida Sete de Setembro. O vídeo está disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=x68MWg2jRjg&list=PL9xzRclFjFxp5dGeTcXoN0WbZSjhtIOw&index=2>> Acesso em: 11 de mai. 2019.

¹³⁹ O download da cartilha pode ser feito em <https://drive.google.com/file/d/1RnHY818iRxTl7WnUE_hPdANGFF2Li6d2/view> Acesso em: 11 de mai. 2019.

São Paulo, com apoio da *WRI Brasil*¹⁴⁰, uma ONG que se afirma como “um instituto de pesquisa que transforma grandes ideias em ações para promover a proteção do meio ambiente, oportunidades econômicas e bem-estar humano.”¹⁴¹

Ainda como metodologia de avaliação dos espaços públicos, sobretudo das calçadas, o coletivo oferece algumas oficinas como o “Índice Cidadão de Caminhabilidade” e o “Zeladores do Bairro” (da qual pudemos participar) que buscam engajar pessoas a analisar as condições do caminhar na cidade, propor melhorias e reclamar ao poder públicos por soluções. Mais recentemente, desde de dezembro de 2018, a organização passou a ter um *blog* na Revista Carta Capital e tem publicado notícias procurando chamar a atenção para a necessidade de cobrarmos políticas públicas que priorizem o pedestre nas cidades como, por exemplo, denunciando no artigo intitulado de “Você aí, a pé, está sendo multado!” uma multa que o Contran (Conselho Nacional de Trânsito) tentou aplicar sobre pedestres e ciclistas que “infringissem as leis de trânsito” atravessando fora da faixa.

Também como parte desta mobilização, procurando denunciar e pressionar os órgãos públicos, o *SampaPé*, junto a outros coletivos, organizou e participou de pedidos de inserção da temática de Mobilidade Ativa na campanha dos candidatos às eleições presidenciais e estaduais de 2018; apresentou propostas de Mobilidade Urbana para o Plano de Metas de São Paulo de 2017 - 2020; fez considerações e sugestões para a implementação de um Decreto das Calçadas proposto pela Comissão Permanente de Calçadas (CPC) durante a gestão de Bruno Covas; e, em abril de 2019, publicou uma “nota pública de repúdio à decisão do governo federal de reduzir drasticamente o número de equipamentos de controle de velocidade nas estradas federais brasileiras.”

¹⁴⁰ WRI significa *World Resources Institute*, tem sua sede principal nos Estados Unidos e atinge, além do Brasil, a China, Índia, Indonésia e México.

¹⁴¹ Os resultados deste projeto estão disponíveis para download em <https://drive.google.com/file/d/1glxeYmbmfTxlBS0-P7-zomXV-_76PZpC/view> Acesso em: 11 de mai. 2019.

Ademais, recentemente, em agosto de 2019, o *SampaPé* teria visitado o Eixão¹⁴² em Brasília e afirmado estar à procura de apoio para um projeto que pretende criar uma rede de ruas abertas no Brasil.

.....

As formas de organização e atuação destes coletivos ativistas nos demonstraram, logo de início, uma grande variedade na maneira como se definem, denominando-se de rede, equipe, coletivo ou organização da sociedade civil. Isso já nos traria uma dificuldade, inerente a estes grupos, em defini-los de modo totalizante, o que nos permitiria apontar certa complexidade nas suas composições e nas relações que estabelecem como uma de suas principais características. Maria da Glória Gohn (2008), ao procurar compreender estas novas articulações que tiveram um exponencial crescimento no início do século XXI e que a autora chamará de “novos movimentos sociais”, irá ressaltar:

Novos movimentos sociais foram criados em um leque de frentes de difícil separação entre o que é movimento social, o que é ONG, o que é uma instituição formal que apenas se articula como uma rede de movimento social e, ainda, o que é ação do poder público estatal, governamental, geradora de redes de sociabilidade que se autodenominam movimento social. (GOHN, 2008, p.135)

Sabemos, contudo, que a denominação de “novos movimentos sociais”, atribuída pela autora às organizações aqui trabalhadas, poucas semelhanças resguarda com os movimentos sociais das décadas de 1970 e 80 que se caracterizaram como grandes mobilizações frente ao período de ditadura militar que havia se estabelecido no país, realizando protestos pela participação democrática e pelos direitos sociais no momento de elaboração da Constituição de 1988. Contudo, as mudanças políticas e econômicas que pautaram os anos 1990 alteraram a organização e a dinâmica destes

¹⁴² O Eixão do Lazer, como é conhecido, foi implementado em 1991 e corresponde à treze quilômetros da Asa Norte e Sul de Brasília que são fechados para automóveis, aos domingos e feriados, e destinados ao uso exclusivo de pedestres e ciclistas.

grupos, trazendo importantes pontos para a compreensão da conjuntura atual dos coletivos ativistas.

A reconquista das eleições diretas e a ampliação dos processos de democratização permitiram a ocupação de cargos no plano institucional e governamental pelos movimentos sociais. Somado a isto, a política neoliberal implementada e as crises econômicas fizeram com que tais movimentos precisassem se reorganizar e se rearticular interna e externamente, o que contribuiu para a emergência de novos atores como as ONGs e as entidades do Terceiro Setor em grande parte originados “pela iniciativa de empresários e grupos econômicos”, tendo seu discurso “muito próximo das agências financeiras internacionais”, como aponta Gohn (2013, p.247).

A palavra de ordem destes projetos e programas passaram [sic] a ser: ser propositivo e não apenas reivindicativo, ser ativo e não apenas um passivo reivindicante. Muitos movimentos sociais se transformaram em ONGs ou se incorporaram às ONGs que já os apoiavam. A atuação por projetos exige resultados e tem prazos. Criou-se uma nova gramática onde mobilizar deixou de ser para o desenvolvimento de uma consciência crítica ou para protestar nas ruas. Mobilizar passou a ser sinônimo de arregimentar e organizar a população para participar de programas e projetos sociais. O militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais. (GOHN, 2013, p.242-243)

O surgimento dessas outras “redes associativas” e as mudanças nas políticas sociais a favor de um Estado mínimo levaram a uma transferência da responsabilidade estatal para, principalmente, o Terceiro Setor, que se tornou, assim, organizações sem fins lucrativos a serviço do poder público. Para Gohn (2013), tais entidades se caracterizaram por não possuírem um perfil ideológico definido, defendendo as políticas de parceria entre setor público e privado e incorporando dinâmicas de mercado em benefício da sua eficiência e produtividade.

Evelina Dagnino (2004) trará uma análise da dimensão da participação no momento de passagem dos movimentos de disputa e lutas sociais para as práticas associadas ao mercado e de ação conjunta com o Estado, neste contexto de mudanças políticas e econômicas nacionais. A partir desta análise, é possível perceber que as diversas

formas que a noção de participação assume contemporaneamente estariam atreladas a um possível “deslocamento de sentido” (DAGNINO, 2004, p.99) que vem sendo delineado desde os anos 1990 e que poderia se desdobrar em um sintomático esvaziamento político.

Certamente, esta discussão em torno da participação, no âmbito nacional e pertinente ao campo da arquitetura e do urbanismo, está relacionada a um período bastante anterior, começando a ganhar força a partir dos anos 1950 “quando diversas ideias e práticas de participação se desenvolveram como crítica à lógica universalista e totalizante preconizadas pela corrente então hegemônica do movimento moderno.” (JACQUES, et al., 2019, p.77) As discussões em torno da habitação, sobretudo em contraposição aos grandes conjuntos habitacionais modernos que vinham sendo reproduzidos, foi umas das principais pautas tensionadoras deste campo, procurando incorporar moradores e usuários do espaço em seus projetos de diversas maneiras.

Experiências emblemáticas foram publicizadas – e nesse ponto, tornadas icônicas¹⁴³. No Brasil, poderíamos apontar a urbanização da favela Brás de Pina, no Rio de Janeiro, entre os anos 1950 e 60 – certamente a experiência participativa mais disseminada –, além das experiências de Cajueiro Sêco, no Recife, e Vila Nova Cachoeirinha, em São Paulo. Mesmo vivenciando uma ruptura dos processos participativos durante a ditadura militar, teríamos presenciado uma exacerbação destas práticas com a abertura democrática e as mobilizações sociais dos anos 1980, intensificando as urbanizações de favela, os mutirões e assessorias técnicas, ampliando a participação popular e demarcando ganhos legislativos significativos no país.

Contudo, este período em que por um lado vivenciou um processo de alargamento da democracia e da “participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados com as questões e políticas públicas” (DAGNINO, 2004,

¹⁴³ Poderíamos citar alguns exemplos, em âmbito internacional, como a exposição *Architecture without Architects*, organizada por Bernard Rudofsky, em 1964, no MoMA de Nova York; a experiência de Hassan Fathy em Nova Gourma, nos anos 1940; *Villagio Matteotti*, de Giancarlo de Carlo, nos anos 1970; as vindas de John Turner para a América Latina em 1960 e 1970; e as experiências de Christopher Alexander nos Estados Unidos, na década de 1970.

p.95), por outro, teria apostado na implementação de uma política neoliberal com a eleição de Fernando Collor em 1989, com a proposta de um Estado mínimo, transferindo para a sociedade as responsabilidades estatais. Para Dagnino (2004), tal período se caracterizaria por uma “confluência perversa”, em que a perversidade comum a estes dois projetos políticos antagônicos estaria justamente em, assumindo direções opostas, terem como fundamental propulsor uma “sociedade ativa e propositiva”.

Entretanto, a autora irá ressaltar que “essa identidade de propósitos, no que toca a participação da sociedade civil, é evidentemente aparente” e irá relacionar esta aparência solidamente construída com uma crise discursiva em que estes distintos projetos homogeneízam termos como participação, sociedade civil, cidadania e democracia, obscurecendo as suas diferenças. Para Dagnino, é justamente nestes deslocamentos semânticos que avançam as lógicas neoliberais e que a participação democrática no país nos anos 1990 é tensionada.

Desdobrando tais deslocamentos produzidos e reafirmados pelo projeto neoliberal, a autora irá discorrer sobre a redefinição e a construção discursiva acerca destes termos. No caso de “sociedade civil”, para Dagnino a sua redefinição estaria relacionada ao crescimento acelerado das ONGs, a emergência do Terceiro Setor e a marginalização dos movimentos sociais. A relação entre Estado e ONGs seria um exemplo claro do que é considerado, por ela, como “confluência perversa”, em que, vistas como fortes interlocutoras e construtoras de representatividade local em diversos setores sociais, o Estado transferiria suas responsabilidades para estes novos parceiros, contratando-os como prestadores de serviço. Acerca do termo “participação”, sua ressignificação teria emergido do que a autora chama de “participação solidária” com ênfase no trabalho voluntário, passando a adotar uma perspectiva individualista que se apoia na dimensão privada da moral sem o seu devido significado político.

Além disso, este princípio tem demonstrado sua efetividade em redefinir um outro elemento crucial no projeto participativo, promovendo a despolitização da participação: na medida em que essas novas definições dispensam os espaços públicos onde o debate dos próprios objetivos da

participação pode ter lugar, o seu significado político e potencial democratizante é substituído por formas estritamente individualizadas de tratar questões tais como a desigualdade social e a pobreza. (DAGNINO, 2004, p.102)

Já a redefinição do termo “cidadania” reduziria o significado anteriormente empreendido pelos movimentos sociais, de constituição de um sujeito social ativo participante na construção e luta pelos seus direitos, a uma noção individualista em que “tornar-se cidadão passa a significar a integração individual ao mercado, como consumidor e como produtor”, relacionado cada vez mais com uma “mera caridade”, o que para a autora torna-se o “hobby favorito da classe média brasileira” (DAGNINO, 2004, p.107).

Os coletivos aqui trabalhados nos permitem ver que estas relações entre atuação do Estado, participação da sociedade civil e ação do mercado estão completamente imbricadas, tornando mais complexa ainda essa definição e classificação destes grupos. Alguns possuem parceria direta com instituições financeiras, como o caso do banco Itaú, outros dizem ser financiados por doações e colaborações de pessoas físicas através de *crowdfunding*¹⁴⁴, mas afirmam também ter conseguido a expansão do grupo por um prêmio cedido pelo *Google*. Outros ainda, apesar de não mencionarem com clareza os apoios financeiros recebidos, têm a participação constante de empresas internacionais na elaboração e execução de seus projetos e campanhas. Contudo, também vemos parte destes grupos disputando pautas públicas, participando de audiências e cobrando soluções dos governantes, não nos permitindo afirmar um completo esvaziamento político de forma generalizada por todos eles.

É importante salientarmos que o próprio Programa Ruas Abertas foi implantado exclusivamente devido à ação e pressão destes coletivos ativistas junto ao poder público e que, apesar de olharmos com ressalvas e evidenciarmos anteriormente cenas de perseguição e repressão na Avenida Paulista aos domingos, é inegável a dimensão

¹⁴⁴ *Crowdfunding* é um financiamento coletivo que consiste na obtenção de recursos financeiros para iniciativas de interesse coletivo, através da doação, principalmente, de pessoas físicas.

da tarefa em conseguir abrir para pedestres e ciclistas uma rua de tamanha proporção – tanto em escala física quanto midiática – na cidade de São Paulo. Isso nos reitera a necessidade de compreendermos não somente estes agentes, mas também o Programa que viemos relatando até aqui, de forma não dualista entre lados antagônicos, mas permeados por cruzamentos e sobreposições em que pulsam ganhos, perdas e, principalmente, disputas.

Algumas outras características comuns aos coletivos aqui mobilizados são importantes de pontuar: uma organização em rede, nacional e internacional; um uso ativo dos meios digitais; e uma relação de parceria e troca entre eles, contribuindo para uma ampliação do alcance destes grupos e para uma maior visibilidade de suas ações. Para Scherer-Warren (2013), são estas redes que definem o caráter horizontal, sem liderança formal, pluriorganizacional, multi-identitários e de práticas mobilizatórias mais amplas destes agentes. Segundo a autora, as redes permitiriam que, através da aproximação de sujeitos distintos e diversos em torno de uma pauta comum, fosse sendo criada uma equivalência discursiva. Contudo, consideramos que tal equivalência traga pontos positivos à medida que fortalece e amplia uma discussão quando consegue mobilizar mais grupos e agentes, mas também negativos, a partir do momento que poderia esvaziar os debates políticos e criar determinadas “bolhas consensuais”¹⁴⁵ quando reúne todos em torno de uma mesma visão, dialogando quase sempre “entre iguais”.

Estas oposições, tanto no discurso quanto nas ações dos coletivos, fazem parte e transparecem do conjunto de contradições existentes na própria cidade. “[...] Esses movimentos são tanto o resultado das contradições urbanas quanto o espelho da

¹⁴⁵ Tais “bolhas consensuais” podem ser melhor exemplificadas se associadas aos nossos usos das redes sociais. “Desde 2015, as pesquisas e desenvolvimento de programações pela rede social Facebook tem proporcionado ainda mais tal experiência personalizada, que acaba apreendendo o usuário em uma ‘bolha’ de informações tipificadas como as que você vinha ‘curtindo’, informações que compactuam com sua perspectiva de mundo navegado, visível na plataforma.” (GONZAGA, 2017, p.17) “O código básico no seio da nova internet é bastante simples. A nova geração de filtros on-line examina aquilo de que aparentemente gostamos – as coisas que fazemos ou as coisas das quais as pessoas parecidas conosco gostam – e tenta fazer extrapolações. São mecanismos de previsão que criam e refinam constantemente uma teoria sobre quem somos e sobre o que vamos fazer ou desejar a seguir. Juntos esses mecanismos criam um universo de informações exclusivo para cada um de nós - o que passei a chamar de bolha dos filtros - que altera fundamentalmente o modo como nos deparamos com ideias e informações.” (PARISER, 2012, p.10)

experiência na cidade, revelando possíveis desvios e desigualdades na condução de políticas públicas ou práticas de governo.” (LIMA, 2015, p.41) Ao discorrer sobre as práticas do que o autor chama de “coletivos urbanos”, Lima (2015) enfatizará a complexidade destes grupos e a não possibilidade em reuni-los em uma única e estrita leitura, já que tais coletivos urbanos se colocariam contra uma perspectiva totalizante, permitindo outras abordagens, uma vez que “na ausência de um princípio único, não é possível reunir todas as resistências e agências sob a alçada de uma grande teoria comum.” (SANTOS, 2001, p.28)

De fato, salta aos olhos não somente a heterogeneidade na definição e organização destes coletivos, mas as suas variadas formas de ação que englobam ocupações, intervenções, oficinas, caminhadas, manifestações, entre diversas outras. Um aspecto particular em comum que poderíamos atribuir a estes grupos é a sua atuação nas ruas, ou nos espaços públicos de forma geral, como um tensionamento ao planejamento urbano hegemônico mesmo que, algumas vezes, pouco crítico ou já incorporado a lógicas privatistas.

Esses movimentos tematizam a cidade como objeto de disputa e afirmam “as ruas” como lugar da diferença. Suas práticas tentam enfatizar o domínio público como espaço privilegiado da política contra as manifestações excludentes que a veem como mera circulação entre lugares privatizados. Daí a importância de observar como a iniquidade reverbera no corpo político dos movimentos e nesse ponto são reveladoras as questões que mobilizam seu repertório de ação. (LIMA, 2017b, p.9)

Ainda que “tematizar a cidade como objeto de disputa” nos pareça um pouco problemático, por talvez desconsiderar a cidade como parte intrínseca e determinante dessa disputa, e “afirmar as ruas como lugar da diferença” não tenha feito parte genericamente de todas as ações dos coletivos que vimos pontuando – sobretudo quando consideramos o “lugar da diferença” um lugar do desentendimento e do dissenso –, a centralização dos debates em torno do espaço público é evidente. E por isso, também, as sobreposições de lógicas tão presentes na produção da cidade contemporânea são transparecidas na constituição destes agentes, entrecruzando

interesses privados e públicos com a participação do mercado e com o insistente diálogo com os governantes. Isso nos permite reforçar a difícil separação entre Estado, mercado e sociedade civil nesta conjuntura, além de nos fazer questionar a responsabilização de cada segmento na construção de cidades.

Por fim, é importante pontuarmos que, apesar de alguns autores definirem estes coletivos pelo seu caráter horizontal, é clara uma organização hierárquica e bastante segmentada nas suas estruturas, contando com cargos de diretores, coordenadores, consultores e colaboradores. Quando nos atemos ao *Cidade Ativa*, além de ficar evidente esta hierarquia, vemos que, prioritariamente, Arquitetos e Urbanistas fazem parte da sua grade, o que nos levaria a refletir e problematizar a formação em arquitetura e urbanismo hoje. Percebemos, também, uma semelhança entre suas práticas e os princípios norteadores dos Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo (EMAU), projeto fomentado pela Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (FeNEA), como: a multidisciplinaridade; coletividade; e, principalmente, a atuação em comunidades onde o trabalho profissional do arquiteto não tenha acesso¹⁴⁶.

A própria discussão acerca da participação que começamos a esboçar nos ajudaria a problematizar esta formação no campo. O enaltecimento de experiências de autogestão popular e de grande mobilização dos movimentos sociais no período de redemocratização brasileira pós-ditadura militar, culminando com o discurso difundido pelo projeto neoliberal de enfraquecimento do Estado, já anunciaria os caminhos das décadas seguintes.

Enquanto a efervescência do debate sobre a participação nos anos 2000 encontrava a institucionalização com o Estatuto da Cidade (2001) e a criação do Ministério das Cidades (2003), fazendo com que diversos arquitetos ocupassem os cargos públicos a fim de pensar as cidades; o persistente discurso de desvalorização do Estado e as

¹⁴⁶ Ver carta de definição para Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo. Disponível em <<http://www.fenea.org/artigos/cartadefinicaoemau>>. Acesso em 30 de jun. 2019.

associações públicas com a iniciativa privada faziam proliferar as práticas urbanas de abordagem voluntária, incentivando a sociedade civil a atuar na produção do espaço urbano. Esta reprodução de uma condição de crise e de falência dos projetos estatais “brindou, ainda no início dos anos 2000, no Brasil e no mundo, o engajamento dos coletivos ativistas, arquitetos, urbanistas e designers dispostos a representar a sociedade civil em reclames pontuais pelo direito à cidade.” (JACQUES, et al., 2019, p.101)

Tais práticas urbanas voluntárias de caráter coletivo realizadas pela sociedade civil em um curto prazo, em colaboração com o Estado e/ou a iniciativa privada, são facilmente associadas ao “urbanismo tático” e, além de exercerem forte influência no modo como as cidades vêm sendo pensadas, têm circulado pelos espaços da academia nos fazendo perceber um trânsito de escalas nesta atuação e preocupação profissional de arquitetos e urbanistas¹⁴⁷. Neste contexto, traremos adiante uma discussão sobre “urbanismo tático” – a partir de um exemplo realizado na Avenida Paulista pela organização *SampaPé* em conjunto com outros grupos –, mobilizando questões que, acrescidas ao debate traçado até aqui, nos permitirão compreender estas formas de produção da cidade contemporânea que tensionam a noção de participação e ressignificam a ideia do “faça você mesmo”.

¹⁴⁷ É notável, nesse sentido, a quantidade de trabalhos finais de graduação e pesquisas de mestrado e doutorado relacionados ao tema, muitas vezes tomando como solução essa ação pontual e efêmera para as intervenções urbanas. A título de exemplo a dissertação de Laura Sobral, “Isso não é um evento: uma análise sobre a dinâmica de uso dos espaços públicos contemporâneos: estudo de caso - o Largo da Batata”, defendida em 2018 na FAUUSP e a dissertação de Nayara Benatti, “Redes e ruas - ocupações híbridas na cidade de São Paulo”, defendida também em 2018 no IAUUSP.



Fotos da página anterior: Ação de urbanismo tático realizada pelo coletivo *SampaPé*, *WeWork*, *Meiofio* e *Movimento Boa Praça* no cruzamento das Avenidas Paulista e Consolação no dia 02 de maio de 2019.
Créditos: *Medium*

Transformar um “não lugar” em lugar através do urbanismo tático.

Organizações se juntam para transformar um “refúgio de pedestres” e pedaço de praça em cruzamento icônico em um lugar mais agradável e com significado para as pessoas que passam por ali.¹⁴⁸

.....

A chamada de uma notícia publicada pelo *SampaPé* na página do *blog Medium*, em 02 de maio de 2019, exaltava uma ação conduzida por voluntários da empresa *WeWork*¹⁴⁹ para transformação de um cruzamento entre as Avenidas Consolação e Paulista, em São Paulo, em colaboração com outros dois coletivos: o *Meiofio*, um grupo que faz intervenções com fios e linhas no espaço público a fim de torná-lo mais “convitativo e acolhedor”; e o *Movimento Boa Praça*, que tem a intenção de ocupar praças com piqueniques e atividades diversas para torná-las um “local de convívio, lazer, debate e inclusão”.¹⁵⁰

A ação em comemoração ao Dia da Terra¹⁵¹ foi realizada no espaço que o coletivo chamou de um “refúgio de pedestres”, um “não lugar” – em referência a Marc Augé (2005) – entre a Praça dos Ciclistas e a Praça dos Arcos, um local por onde, segundo o próprio coletivo, passam cerca de 20 mil pessoas por dia. O “refúgio” é conectado por

¹⁴⁸ Chamada da notícia de uma ação de urbanismo tático realizada por coletivos no cruzamento das Avenidas Paulista e Consolação. Disponível em <<https://medium.com/@sampape/transformar-um-n%C3%A3o-lugar-em-lugar-atrav%C3%A9s-do-urbanismo-t%C3%A1tico-157a733463f>> Acesso em: 13 de mai. 2019.

¹⁴⁹ *WeWork* é uma empresa estadunidense que fornece espaços de trabalho compartilhados, afirmando criar ambientes que propiciem a produtividade, a inovação e a conexão. A empresa acredita que a construção destes espaços de maneira coletiva levaria à formação de uma comunidade que estaria em busca de realizações pessoais, não focada somente nos resultados produtivos do trabalho. Ver em <<https://www.wework.com/pt-BR>> Acesso em: 13 de mai. 2019.

¹⁵⁰ Informações retiradas das redes sociais dos coletivos. Ver em <<https://www.facebook.com/coletivomeiofio/?fref=mentions>> e <<https://www.facebook.com/movimentoboapraça/?fref=mentions>> Acesso em: 13 de mai. 2019.

¹⁵¹ O Dia da Terra, comemorado em 22 de abril, foi uma data criada pelo senador estadunidense Gaylord Nelson, em 1970, após um protesto em defesa pelo meio ambiente.

uma faixa de pedestres ao ponto de ônibus do corredor Consolação-Rebouças, além de fazer ligação com a estação de metrô Consolação e com a ciclovia que une a Avenida Paulista à Avenida Consolação e Dr. Arnaldo. Possui, pela contagem do coletivo, um ponto de táxi, um relógio digital e 13 postes: “1 com nome das ruas, 1 de iluminação, 1 de câmera de segurança, 1 para radares, 3 de semáforo, 5 de placas de sinalização para veículos motorizados e apenas 1 de sinalização para pedestres.”

Como intervenção, o grupo implementou sinalizações para pedestres do tipo *wayfinding*¹⁵² e placas informativas com a distância e o tempo de percurso a pé desde o cruzamento até locais de interesse, como estações de metrô, museus e instituições culturais, parques, praças e ruas. O coletivo *Meiofio* ficou responsável por encapar trechos dos postes com crochês a fim de “sinalizar o excesso” destas marcações e o *Movimento Boa Praça* foi convidado a construir encostos nos bancos já existentes na praça José Molina, logo à frente do cruzamento. Ainda, o *SampaPé* afirma que “foram feitas sinalizações lúdicas para propor a desaceleração e promover a interação e a contemplação da cidade” com a colocação de frases como: “Menos reuniões, mais encontros” ou “A espera desse cruzamento é de 1 minuto e 27 segundos. Dê um tchauzinho para quem está do outro lado!”

O coletivo ressalta que a intervenção realizada no cruzamento se trata de uma “ação efêmera”, mas acredita que as mensagens deixadas no espaço e o processo de construção em conjunto permitem reflexões que são permanentes. Diz, ainda, que a intenção agora é dialogar com o poder público para que “estas melhorias possam durar mais e inspirem-no a garantir que a construção da cidade seja sempre participativa.”

Diante do exposto, torna-se inevitável inserir a Avenida Paulista e os coletivos ativistas nas discussões e ações que envolvem o urbanismo tático e as difundidas ideias de “cidades para pessoas”. O capítulo 1 do livro “Cidade para pessoas” (2015) de Jan Gehl, começa com a constatação de que “por décadas, a dimensão humana tem sido um

¹⁵² *Wayfinding* é um conjunto de pistas constituídas por elementos visuais, auditivos, táteis, entre outros, que permite as pessoas se movimentarem dentro de um espaço de maneira “segura” e informada.

tópico do planejamento urbano esquecido e tratado a esmo, enquanto várias outras questões ganham mais força, como a acomodação do vertiginoso aumento do tráfego de automóveis.” O autor sinaliza que o planejamento das cidades, pouco atento aos pedestres, teria criado espaços limitados, poluídos e obstruídos, reduzindo, ameaçando e progressivamente descartando “a tradicional função do espaço da cidade como local de encontro e fórum social”. (GEHL, 2015, p.03)

O livro todo nos aponta um discurso de defesa a uma cidade pensada para a escala do pedestre que promova locais de encontro e de convívio, que seja boa para caminhar, para permanecer, para pedalar, que seja viva, segura e sustentável. Dedicou um subcapítulo para criticar a capital brasileira, denominando-o de “A Síndrome de Brasília”, “uma catástrofe ao nível dos olhos” (GEHL, 2015, p.197) em que os espaços construídos são considerados grandes e amorfos, não priorizando a dimensão humana. Traz, ainda, inúmeros exemplos de ações ditas bem-sucedidas de reconfiguração do espaço público a favor das pessoas, a começar pela cidade de Copenhague, na Dinamarca, que desde 1962 teria desestimulado a circulação de automóveis e induzido ao uso de bicicletas. As transformações de Nova York, nos Estados Unidos, com a reforma da *Times Square* para torná-la um calçadão – projeto do escritório norueguês *Snøhetta* – e a proibição da circulação de carros na avenida ao longo do rio Sena em Paris, na França, para ser utilizada exclusivamente por pedestres no período de verão, são outros dois exemplos mencionados na publicação.

Quase como um manual, ao final do seu último capítulo, o livro nos apresenta uma “Caixa de Ferramentas” em que todos os exemplos mobilizados durante suas páginas são transformados em um passo a passo que permita suas reproduções em outros locais que desejem inserir a dimensão humana no planejamento de suas cidades. Define, ainda, 12 critérios que garantiriam a qualidade do espaço público, como: oferecer oportunidade para sentar; para caminhar; para brincar; para conversar, entre outros. Ademais, como um jogo de certo ou errado, o autor reúne algumas imagens

comparando distintas situações em diferentes cidades ao redor do mundo e as classifica, distribuindo-as em colunas verdes e vermelhas como boas e ruins.¹⁵³

Esta reiterada exaltação pela escala do pedestre no livro nos direciona a uma associação com o discurso dos coletivos ativistas aqui apresentados, sendo, aliás, as diretrizes de Jan Gehl constantemente citadas por estes grupos como fórmulas a serem replicadas nas nossas cidades. Tais diretrizes, além de permearem as ações dos coletivos, foram incorporadas e adotadas pela Prefeitura Municipal de São Paulo durante a gestão de Haddad em dois momentos específicos: em uma consultoria ao projeto “Centro Aberto”, de elaboração e execução do escritório Metro Associados; e no projeto para reforma do Vale do Anhangabaú. Em seus estudos de consultoria, Gehl teria proposto a construção de uma rede de espaços públicos no centro da capital paulista como forma de atrair ao local pessoas que buscassem por entretenimento e lazer. O arquiteto teria identificado que “o Centro histórico de São Paulo possui um grande potencial para abrigar um ambiente urbano sustentável com fácil acesso ao transporte público, espaços públicos variados e facilidade de circulação de pedestres.” (BARONE; SALVADOR, 2018)

Os resultados das suas contribuições para o “Centro Aberto”, com a justificativa da necessária “ativação de espaços degradados em razão da ausência de atrativos para permanência no local” (SÃO PAULO, 2016, p. 37), foram dois projetos piloto implantados no Largo São Francisco e no Largo Paissandu que consistiram na construção de um grande deck de madeira com mobiliários fixos e portáteis como cadeiras de praia, sombreros e mesas de jogos, contando com atividades artísticas, culturais e exibição de filmes. Já o projeto para o Vale do Anhangabaú, de 2013, procurava se justificar pela necessidade de “promover espaços com qualidade e atraentes para permanência dos usuários”, “resgatando a vida cotidiana em seu amplo

¹⁵³ Este “jogo” classificatório nos remete imediatamente à oficina “Índice Cidadão de Caminhabilidade” promovida pelo coletivo *SampaPé* que, munindo os participantes de molduras feitas de papéis coloridos de verde e vermelho, convidava-os a registrarem com fotos as boas e más características do espaço público observado, enquadrando o ambiente na cor correspondente à análise.

espectro social e cultural”. O documento “Espaço público e a cidade que queremos”¹⁵⁴ da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, à época sob coordenação do arquiteto Fernando de Mello Franco, constatava ser o Vale “um local de passagem, considerado bastante inseguro à noite [...] e pouco qualificado para o dia a dia da população” (SÃO PAULO, 2016, p. 108).

Por trás deste discurso se escondia uma proposta com alto custo para o município, sem efetiva participação da população e em um espaço que já havia sido transformado inúmeras vezes anos atrás. Segundo a jornalista Sabrina Duran, em seu *blog* Arquitetura da Gentrificação, o escritório *Gehl Architects* havia sido contratado pelo banco Itaú em um projeto que, em 2016, já teria custado mais de 2 milhões de reais aos cofres públicos. Sua validação pela população, apenas para legitimação do projeto já finalizado, teria sido feita através de três *workshops* com alguns convidados, dentre empresas privadas e coletivos ativistas.¹⁵⁵

Propostas para “ativação de espaços degradados”, promoção de “locais atraentes para permanência” e “reapropriação do espaço público” através da participação da sociedade civil, estão frequentemente contidas no discurso de defesa do chamado “urbanismo tático”. Disseminado como uma potente alternativa ao planejamento urbano moderno por aqueles que acreditam em um contexto de crise do Estado, o urbanismo tático reuniria pequenas intervenções urbanas, realizadas coletivamente de “baixo-para-cima” por indivíduos interessados em transformar os espaços públicos da cidade através de ações efêmeras e de curto prazo que, dependendo do seu impacto, comoveriam o poder público a torná-las permanentes. (SANTOS, 2018) Mobiliários urbanos feitos com *pallets*, cadeiras de praia, sombreiros no asfalto, mesas de jogos,

¹⁵⁴ Disponível em <http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/publicacao_redes_visualizacao_02.pdf> Acesso em: 13 de mai. de 2019.

¹⁵⁵ Disponível em <<http://bit.ly/2fEQ8IK>>. (Fonte: Arquitetura da Gentrificação: <<http://gentrificacao.reporterbrasil.org.br>>. Acesso em: 13 de mai. 2019.)

*parklets, food trucks*¹⁵⁶ e intervenções artísticas são alguns dos exemplos dos inúmeros elementos que fazem parte destas pequenas ações.

Junto aos discursos de desvalorização do Estado, falência da gestão pública e ineficiência dos modelos estratégicos de planejamento urbano, somados a uma possível necessidade de renovação da participação da sociedade civil nos processos de decisão, o urbanismo tático procuraria difundir e consolidar uma lógica do “faça-você-mesmo” como forma de engajar a população a atuar diretamente sobre o espaço da cidade. Ainda, estaria fazendo uma referência direta à “tática” de Certeau (2014) como o lugar do fraco, do oportuno, da ocasião e da astúcia, frente à estratégia institucional e disciplinadora dos planejadores de largas escalas.

Segundo a série de cinco publicações organizadas por Mike Lydon¹⁵⁷ e Antony Garcia (2011; 2012; 2013; 2014; 2015) intitulada “Urbanismo tático: ação a curto-prazo, mudança a longo-prazo”, o urbanismo tático teria como características: “uma abordagem voluntária e gradual para instigar a mudança”; “um processo de criação de ideias para os desafios do planejamento à escala local”; “um compromisso de curto prazo e de expectativas realistas”; “uma atividade de baixo risco com a possibilidade de gerar recompensas elevadas”; “e o desenvolvimento de capital social entre cidadãos e a construção de capacidade institucional entre as organizações públicas, privadas, não lucrativas e ONG’s e os seus membros.”

O volume 2 desta série inclui, além de uma apresentação sobre o urbanismo tático e o reconhecimento da possibilidade de replicar os modelos apresentados em diversos locais a fim de transformá-los em “lugares melhores para viver em comunidade”, vinte e quatro exemplos de ações implantadas no contexto norte-americano, a começar pelas

¹⁵⁶ *Food truck* ou “carro de comida” é um espaço móvel que transporta e vende alimentação. A sua popularização se deu quando os caminhões passaram a servir comida *gourmet*.

¹⁵⁷ Mike Lydon trabalhou com Andres Duany, arquiteto americano que junto com Elizabeth Plater-Zyberk liderou um grupo de arquitetos e urbanistas propulsores do “Novo Urbanismo”, concentrando suas ações no design urbano e na escala humana. A Carta do Novo Urbanismo, de 1996, apresentava diretrizes para a conformação do espaço da cidade e discutia questões como caminhabilidade, uso misto e diversidade, arquitetura de qualidade e design urbano, unidade de vizinhança, sustentabilidade e qualidade de vida.

“*Open Streets*”. Afirma ser o objetivo das Ruas Abertas: providenciar temporariamente espaços seguros para andar a pé, de bicicleta, de skate e desenvolver atividades sociais; promover o desenvolvimento da economia local; e aumentar a atenção relativamente aos efeitos negativos do automóvel na vida urbana.¹⁵⁸ (LYDON; GARCIA, 2012, p.11)

A publicação cita como benefícios das Ruas Abertas a interação social, a possibilidade de experimentar o espaço público de uma forma diferente e o desenvolvimento de um entendimento mais alargado da cidade, fazendo com que se construa uma consciência política maior que induza a lutar por melhorias permanentes nos espaços urbanos. Ademais, aponta o impacto positivo nos comércios privados localizados no entorno da rua escolhida para receber tal iniciativa. Apresenta, também, alguns exemplos de casos considerados “bem-sucedidos” de *Open Streets* como a *Ciclovia* em Bogotá, na Colômbia, inaugurada em 1974 e conhecida mundialmente por ser pioneira do movimento de abertura das ruas.

Bogotá é um exemplo frequentemente citado como inspiração pelos coletivos ativistas que vimos trabalhando. Além da iniciativa na cidade colombiana, a reforma da *Times Square*, iniciada em 2009, e o programa *San Francisco’s Sunday Streets* [Ruas de Domingo de São Francisco], implantado em 2008 nos Estados Unidos, são considerados bons modelos para replicação¹⁵⁹, além de serem representantes deste universo que difunde as práticas de urbanismo tático, insiste na sua permanência e efetiva transformação em política pública, acreditando, assim, devolver a cidade para o usufruto das pessoas.

Abrir as ruas com uma ação que viria de “baixo-para-cima”, contrária a um modelo hegemônico de produção de cidade e a um planejamento urbano em larga escala – mas

¹⁵⁸ Tais reivindicações já tinham precedentes nos anos 1990, sobretudo com a mobilização londrina que ficou conhecida como *Reclaim the Streets* [Reivindicar as Ruas], caracterizada por seus participantes como um movimento de resistência e oposição ao domínio do carro como meio de transporte. Ver em: <https://criticalmass.fandom.com/wiki/Reclaim_the_Streets> Acesso em: 11 de set. de 2019.

¹⁵⁹ A publicação *The Open Streets Guide* [O Guia das Ruas Abertas], de 2012, organizada pelo *Street Plans* e *Alliance for Biking & Walking*, traz 67 estudos de casos de Ruas Abertas norte-americanas, além de algumas lições de “boas práticas” para facilitar as suas replicações em qualquer outra cidade do mundo.

que logo se tornaria mais um modelo a ser replicado –, reivindicando a participação da sociedade civil nas decisões e ações sobre a cidade e, assim, aproximando a população dos espaços públicos à medida que estes espaços são devolvidos para as “pessoas”, nos poderia remeter a um acúmulo de boas intenções, ainda mais quando observamos os inúmeros casos “bem-sucedidos” trazidos por todos os manuais e guias favoráveis a esta proposta de intervenção urbana.

Contudo, tais práticas estão postas na cidade, fazem parte e são o reflexo de uma produção de cidade contemporânea que é permeada por atores e interesses diversos e dissonantes. A própria noção recorrente nesses discursos de um “modelo a ser replicado” já nos faria questionar a real possibilidade desta reprodução quando lidamos com contextos e agentes extremamente distintos em cada situação. Para Ribeiro (1998, p.108), “a fixação em modelos externos colabora para ocultar os interesses envolvidos nas ondas modernizadoras e para postergar o exame da orquestração entre tempos sociais que caracteriza a vida social.”

Esta “noção de modelo em sua mais corrente acepção, sugere sua reprodutibilidade: objeto digno de ser reproduzido por imitação.” (SÁNCHEZ; MOURA, 1999, p.100) Quando relacionada às discussões sobre cidades, a ideia de modelo estaria muito associada às “*best practices*” que indicariam maneiras de ser e lições presentes em guias e manuais para reproduzir os tais projetos ditos bem-sucedidos. Ademais, esta noção modelar poderia estar atrelada a um *marketing* urbano (VAINER, 2013) e uma busca das cidades por uma internacionalização como necessidade inelutável, a exemplo do tão difundido Modelo Barcelona em que a exportação do seu Planejamento Estratégico¹⁶⁰ como um caso exemplar, atrelado à organização das Olimpíadas de 1992, teria tido uma visível repercussão nos governos latino-americanos, inclusive brasileiros.

¹⁶⁰ Sobre o Planejamento Estratégico de Barcelona, ver em <<http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1267>>. Acesso em 05 de set. 2019.

[...] Os projetos estritamente físico-urbanísticos que permitiam a formatação de “modelos” abrem espaço para que uma gama de ações e práticas de gestão passe a ser objeto de reprodução por outras cidades, assim como de premiações internacionais. Na Conferência Mundial sobre Cidades-Modelo, realizada em Cingapura, em abril de 1999, prevaleceu a noção de cidade-modelo, muito mais como resultante do exercício da gestão urbana voltada a “otimizar a competitividade priorizando os interesses coletivos”, que resultante de intervenções urbanísticas notórias. (MOURA, 1999)

Ainda, além da difusão modelar, o Planejamento Estratégico de Barcelona teria consagrado as parcerias público-privadas e a extensão da lógica neoliberal ao Estado, avançando a racionalidade do mercado sobre a vida e instaurando uma acirrada competição entre as cidades a fim de torná-las globais. O discurso em torno da cidade “pátria-empresa-mercadoria” (VAINER, 2013), tão característico à ordem neoliberal, teria passado a difundir e realçar o mercado e a iniciativa privada como propulsores da vida urbana.

Assumindo uma falência do poder público e uma necessária internacionalização das cidades, as portas para uma atuação desmedida do mercado teriam sido escancaradas e mantidas abertas. É possível observar que a iniciativa privada¹⁶¹ aparece hoje como frequente apoiadora das organizações não governamentais e coletivos ativistas atuantes na cidade, fazendo com que as ações estabelecidas nos moldes do “faça-você-mesmo” e do “de baixo para cima” estejam, talvez, reforçando e até legitimando essas relações.

Dardot e Laval (2016, p.7), atentam para a necessidade de entendermos o neoliberalismo para além de uma ideologia ou política econômica, mas como uma racionalidade que tende a estruturar não apenas a ação, mas a conduta dos governantes. “É errado dizer que estamos lidando com o ‘capitalismo’, sempre igual a ele mesmo [...]”.

¹⁶¹ É importante frisar que não falamos aqui de uma “iniciativa privada” genérica, mas sim de instituições e grandes marcas como Itaú, Globo, RedBull, Google, etc., que poderiam nos levar a uma investigação, numa possível continuidade desta pesquisa, dos motivos pelos quais estes financiadores seriam mais recorrentes no apoio aos coletivos.

O neoliberalismo transformou profundamente o capitalismo, transformando profundamente as sociedades”. Ainda, para os autores, a força do neoliberalismo está na sua capacidade em produzir tipos de relações sociais, maneiras de viver e subjetividades, definindo normas de vida nas sociedades ocidentais que nos obrigam a disputar um universo de competição generalizada em que o próprio indivíduo passa a comportar-se como uma empresa. “Há quase um terço de século, essa norma de vida rege as políticas públicas, comanda as relações econômicas mundiais, transforma a sociedade, remodela a subjetividade.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.16)

O neoliberalismo é a *razão do capitalismo contemporâneo*, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.17, grifos dos autores)

O que os autores chamam de um “autogoverno do indivíduo” – ou a capacidade do indivíduo em se tornar um empreendedor de si próprio – em que o neoliberalismo tende a produzir modos de vida permeados pelas lógicas de mercado, pode ficar mais claro ao pontuarmos o processo de implantação dos *parklets* em São Paulo, carro-chefe dos exemplos de ações vinculadas ao urbanismo tático.

Estes equipamentos tiveram sua idealização em São Francisco, nos Estados Unidos, e foram trazidos à São Paulo pelo *Instituto Mobilidade Verde*, que se afirma em *site* próprio como “propulsor de atividades que coloquem as pessoas em contato com o meio ambiente e com as suas comunidades”. Seus primeiros protótipos foram construídos em conjunto com a iniciativa privada e instalados exclusivamente em áreas de classe média-alta, vinculados a espaços comerciais nobres da capital paulista. Em pouco tempo foram regulamentados através do Decreto n. 55.045/2014 e passaram a fazer parte dos projetos urbanísticos da Prefeitura Municipal. Concomitantemente, foi lançado pela Prefeitura um manual intitulado “Manual operacional para implantar um

parklet em São Paulo” (2014) a fim de estabelecer diretrizes para o projeto, construção, sinalização dos equipamentos e para as suas formas de viabilização.

Neste documento, dentre outras recomendações, foi colocada como obrigação do proponente a garantia do caráter público do equipamento, ficando vedada, em qualquer hipótese, a utilização exclusiva por seu mantenedor. Além disso, enfatizava-se a importância de um diálogo com os usuários e moradores do entorno antes de qualquer intervenção, almejando “estimular processos participativos e a promoção da convivência na rua”. Por outro lado, o mesmo manual indicava como público-alvo, especialmente, a iniciativa privada, colocando como único responsável pela instalação e manutenção dos *parklets* o proponente e, inclusive, trazendo estatísticas de como a instalação destes equipamentos junto a um estabelecimento comercial poderia aumentar expressivamente as vendas e o movimento local.

Cabe pontuar que em entrevista ao *site* da *Veja*¹⁶², Lincoln Paiva, presidente do *Instituto Mobilidade Verde* e considerado pela revista “o embaixador dos *parklets* no Brasil”, afirma que a média de custo de um *parklet* pode chegar a 80 mil reais. Certamente, por este motivo, a localização destes equipamentos de maneira geral ficou restrita às áreas centrais de maior visibilidade e poder aquisitivo do município, vinculada a restaurantes e servindo como uma extensão destes espaços privados. Nesses casos, muitos comerciantes ampliaram o atendimento dos seus clientes ao que deveria ser, a princípio, de uso público, monopolizando o espaço dos equipamentos e impedindo o acesso por todos¹⁶³.

¹⁶² Ver em <<https://veja.abril.com.br/blog/cidades-sem-fronteiras/desvendando-os-parklets-como-surgiram-quem-paga-a-conta-e-as-funcoes-que-podem-ganhar-num-futuro-proximo/>> Acesso em: 02 de mar. 2018.

¹⁶³ Exemplo é atribuído ao ocorrido no bairro da Santa Cecília, em outubro de 2017, em que alguns estudantes negros da Escola Estadual Fidelino de Figueiredo foram impedidos por um garçom de sentarem em um *parklet* de propriedade de um restaurante do bairro. Ver em <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,alunos-acusam-garcom-de-agressao-apos-uso-de-parklet,70002062279>> e <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,restaurantes-transformam-parklets-em-puxadinho-para-uso-de-clientes,1712921>> Acesso em: 25 de fev. 2018.

A ideia em torno destes equipamentos extrapolou a capital paulista e passou a ser disseminada em todo âmbito nacional, procurando instaurar efetivamente um novo modo de vida que afetou a concepção subjetiva de projeto urbano. Visto como um exemplo deste claro imbricamento neoliberal entre sociedade, estado e mercado, os *parklets* nos fizeram questionar a quem estas ações políticas voltadas para a rua, encabeçadas por coletivos ativistas, regulamentadas por decretos e sancionadas pelo poder público, estariam realmente direcionadas e quais seriam seus impactos na conformação da cidade contemporânea, além de tensionarem noções de privatização e ocupação do espaço público.

Apesar da noção de “ocupação da cidade” fazer parte dos modos de ação e do discurso disseminado pelo urbanismo tático – sobretudo com os incessantes chamados para ocupar as ruas, como uma forma de “devolver” o espaço público ao usufruto de todas as pessoas –, vemos que algumas medidas, quando alinhadas às lógicas privadas, reafirmam a exclusão das diferenças e a instauração de consensos, dotando a cidade de práticas homogeneizadoras.

Esta exclusão das diferenças nas propostas atreladas ao urbanismo tático fica evidente não somente na implantação dos *parklets*, mas no próprio Programa Ruas Abertas e suas incisivas tentativas de consensualização da Avenida Paulista, como vimos pontuando anteriormente. Como características destas ações poderíamos reforçar a forte atuação híbrida entre poder público (Prefeitura), sociedade civil (coletivos ativistas) e mercado; a repercussão e instauração de um novo modo de vida urbano; o tensionamento do campo do urbanismo e da participação hoje; o espraiamento destas intervenções para uma dimensão global pelas redes e relações que são estabelecidas; e a inserção destas ações em um cenário de disputas constantes que são materializadas no espaço público. Estas características continuarão sendo percebidas e abordadas adiante, ao colocarmos uma lente a mais sobre a Paulista e enxergarmos este espaço por uma política feita “na rua”, através das grandes manifestações que tomaram a Avenida em momentos recentes e distintos.



Fotos da página anterior (de cima para baixo): Projeto para Vale do Anhangabaú; Centro Aberto do Largo São Bento; *Parklets* municipais. Créditos: *Gestão Urbana, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.*



OCUPA PAULISTA
a ocupação exacerbada na rua



#OCUPAPAULISTA



Fotos da página anterior: Ocupação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) na Avenida Paulista, iniciada em 15 de fevereiro de 2017. Créditos: *MidiaNinja*



Fotos da página anterior: Ocupação *pró-impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, iniciada em 16 de março de 2016. Créditos: 3 pontos



Fotos da página anterior: Acampamento do *OcupaSampa* no Vale do Anhangabaú e na Avenida Paulista.
Créditos: *G1 e Rede Brasil Atual*

Mais de 30 mil pessoas. Uma parte vem do Largo da Batata. Outra parte da Praça da República. E nós vamos tomar juntos, agora, a Avenida Paulista.¹⁶⁴

Ocupar, resistir e morar aqui. Ou dá a nossa moradia, ou nós não vamos sair daqui.¹⁶⁵

Em 15 de fevereiro de 2017, manifestantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)¹⁶⁶, coordenados por Guilherme Boulos, saíram do Largo da Batata e da Praça da República para se encontrarem na Avenida Paulista e, por lá, montarem o que eles chamaram de um acampamento, que duraria 22 dias. Contrários ao anúncio do então presidente Michel Temer que previa um corte na faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) – que atendia famílias com renda de até 1.800,00 reais –, os manifestantes se instalaram em barracas de lona preta na calçada entre a Rua Augusta e a Haddock Lobo em frente ao escritório da Presidência da República em São Paulo, em uma ocupação que ficou conhecida como “OcupaPaulista”.

Contando com o apoio do Levante Popular da Juventude¹⁶⁷ e da Frente de Luta por Moradia¹⁶⁸, além de políticos, artistas e intelectuais – como Eduardo Suplicy, Marcelo Freixo, Emicida, Criolo, Raquel Rolnik, entre outros –, foi montada uma cozinha coletiva

¹⁶⁴ Fala de Guilherme Boulos, líder do MTST no documentário “Ocupa Paulista – A batalha na AV Paulista”, de 10 de março de 2017, produzido pela *MidiaNinja*, disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=uWC00RSC10E>> Acesso em: 16 de mai. 2019.

¹⁶⁵ Fala de uma das integrantes do MTST no documentário “Ocupa Paulista – A batalha na AV Paulista”, de 10 de março de 2017, produzido pela *MidiaNinja*, disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=uWC00RSC10E>> Acesso em: 16 de mai. 2019.

¹⁶⁶ Conforme informações em *site* próprio, o MTST é um movimento que organiza trabalhadores urbanos que vivem em bairros periféricos para lutarem não somente pela conquista de um pedaço de terra, mas contra o capital e o Estado que representa os interesses capitalistas. Ver em <<https://mtst.org/quem-somos/as-linhas-politicas-do-mtst/>> Acesso em: 24 de ago. 2019.

¹⁶⁷ O Levante Popular da Juventude se diz uma organização de jovens militantes voltada para a luta de massas em busca da transformação da sociedade. “Somos a juventude do projeto popular, e nos propomos a ser o fermento na massa jovem brasileira. Somos um grupo de jovens que não baixam [sic] a cabeça para as injustiças e desigualdades.” Ver em <<https://levante.org.br/>> Acesso em: 24 de ago. 2019.

¹⁶⁸ A Frente de Luta por Moradia (FLM), conforme informações disponíveis na *internet*, é um coletivo formado por representantes de movimentos sociais autônomos, cujo objetivo é a reforma urbana e um desenvolvimento urbano mais justo.

no local e fizeram parte da programação do acampamento aulas públicas, shows, debates e assembleias. Moradores e comerciantes locais chegaram a fazer um abaixo-assinado pedindo o fim do protesto, mas não tiveram sucesso. Em 8 de março de 2017, o movimento anunciou sua retirada da Avenida em função do recuo do governo federal que, após negociações, resolveu aderir suas reivindicações, mantendo o investimento prometido no Programa MCMV.

.....

O acampamento tem um mote que diz assim: Nós vamos ficar aqui até a Dilma cair.¹⁶⁹

Em 16 de março de 2016, após a nomeação do ex-presidente Lula para Ministro da Casa Civil, um acampamento *pró-impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff foi montado em frente ao prédio da FIESP na Avenida Paulista. O acampamento, que afirmava não aceitar nenhum apoio financeiro – por considerar que o dinheiro corromperia a ocupação –, teria contado com 40 barracas e cerca de 138 pessoas, se dizia apartidário, contra a corrupção e prometia permanecer no local até a queda de Dilma. Foram quase 170 dias de ocupação até a festa que marcou a saída do grupo das calçadas da Avenida, quando o *impeachment* foi finalmente consumado após julgamento no Senado Federal.

O grupo, que se autodenominou de “Resistência Paulista”, estampava cartazes com frases como: “Eu vim de graça”; “Os princípios estão acima dos partidos”; “Pior do que um político corrupto é um cidadão que o defende”; “Mexeu com Moro, mexeu com a nação”; “Fora PT”; e “Esse *impeachment* é meu”; além de faixas com o “Muro da Vergonha”, com fotos de senadores que estavam indecisos em relação ao *impeachment*

¹⁶⁹ Fala de Raphael Mello, parte da organização do acampamento *pró-impeachment* no documentário “*Impeachment: Acampamento na FIESP*”, de 15 de abril de 2016, produzido pela *3 pontos*, disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=gIoxKuamGAg>> Acesso em: 16 de mai. 2019.

e deveriam ser pressionados, e “Os nomes para nunca mais votar”, trazendo fotos dos deputados que haviam votado contra o pedido de saída da ex-presidente.

O costumeiro pato inflável da FIESP, um boneco do ex-presidente Lula com uma cachaça na mão e um outro representando Dilma dividiam o espaço com um cartaz que tinha um vazio em que as pessoas podiam colocar a cabeça para tirar fotos ao lado de uma imagem em tamanho real do então juiz Sérgio Moro. Chamado também de *Occupy*¹⁷⁰ Paulista, alguns organizadores diziam estar usando as ferramentas de protesto comuns à esquerda, semelhantes ao *Occupy* nova-iorquino, mas de maneira civilizada. Outros, rechaçando o termo ocupação, afirmavam: “Estamos em um local público, não estamos fazendo expropriação, ocupando propriedade particular. É um acampamento horizontal e espontâneo, de resistência pacífica.”¹⁷¹

.....

[...] os movimentos de ocupação que agora acontecem em várias cidades do mundo também propõem a retomada da possibilidade dos cidadãos construírem suas cidades e interferirem nos rumos de seus países. Por isso convidamos a tod@s: Venha [sic] ocupar!¹⁷²

Iniciada em 15 de outubro de 2011, em resposta a um chamado global vindo dos Estados Unidos e da Europa que, via *Facebook* e *Twitter*, convocava todos “que se sentiam desconfortáveis com a situação econômica, política e social de seus países” (OLIVEIRA, 2014, p.8) para uma mobilização mundial, a ocupação – nomeada a

¹⁷⁰ Em referência ao *Occupy*, um protesto iniciado em setembro de 2011 com o acampamento de manifestantes no *Zuccotti Park*, no distrito financeiro de *Wall Street*, em Nova York, a favor da igualdade social e econômica dos EUA.

¹⁷¹ Ver em <<https://www.cartacapital.com.br/politica/uma-semana-de-2018occupy2019-de-direita-na-avenida-paulista/>> Acesso em: 16 de mai. 2019.

¹⁷² Trecho retirado do *site* do *OcupaSampa* em notícia publicada em 24 de novembro de 2011, intitulada “Ocupar a Av. Paulista para dar visibilidade à Praça d@ Ciclista”. Disponível em <<https://ocupasampa.milharal.org/2011/11/24/ocupar-a-av-paulista-para-dar-visibilidade-a-praca-d-ciclista/>> Acesso em: 24 de ago. 2019.

princípio de “Acampa Sampa” – levou cerca de 250 barracas e 600 jovens para acamparem sob o Viaduto do Chá na cidade de São Paulo. O nome logo se alterou para “OcupaSampa” já que, conforme Oliveira (2014), os participantes diziam se tratar não apenas de um “acampamento”, mas de uma “ocupação” que buscava ressignificar a cidade.

Diretamente relacionado com as ocupações de âmbito internacional que eclodiram no mesmo ano – como o 15M na Espanha e o *Occupy* nos Estados Unidos –, o *OcupaSampa* se definia como “um movimento pacífico, não violento, plural, horizontal e apartidário, que não compactuava com hierarquias, lideranças, votações, preconceitos, violência e representatividade.” (OLIVEIRA, 2014, p.9) Ainda, afirmava uma “busca pelo consenso em uma democracia onde não haja líderes e todos participem das tomadas de decisão.”¹⁷³ A ocupação tinha como mote uma infinidade de pautas que incluíam o combate à desigualdade social, à homofobia, à violência contra as mulheres, à especulação imobiliária, à corrupção, às obras da Copa do Mundo de Futebol, à construção da Usina de Belo Monte; a reivindicação pela tarifa zero no transporte público, pela legalização da maconha e do aborto, entre várias outras.

Os conflitos com os moradores de rua do Vale do Anhangabaú, com os traficantes locais e os “dependentes de crack que perambulavam pelas ruas como zumbis” (OLIVEIRA, 2014, p.11) teriam feito com que o acampamento se mudasse para a Praça do Ciclista, na Avenida Paulista. Em *site* próprio, o *OcupaSampa* haveria informado em uma nota de 24 de novembro de 2011 que estaria ocupando a Avenida para dar visibilidade à pauta dos ciclistas, uma forma de afirmar a Praça como um local de resistência daqueles que utilizavam a bicicleta como meio de transporte. Ali, o acampamento teria durado apenas dois dias, sendo removido após uma ação violenta da polícia municipal.

.....

¹⁷³ Ver em <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2011/11/ocupa-sampa-completa-um-mes-de-ocupacao-no-centro-de-sao-paulo/> Acesso em: 25 de ago. 2019.

Estes momentos de acampamento na Avenida Paulista são inseridos na pesquisa como forma de tensionar essa ocupação da rua que aparece aqui em sua maior exacerbação. Procuramos falar de uma “política na rua” que, para Gabriel Schvartsberg (2011, p.139), trataria de uma configuração com características festivas ou de motim, sob as formas de manifestações, passeatas e marchas organizadas. “Aqui a política é significada em ‘ato político’ e a rua é escolhida estrategicamente em função da visibilidade, do impacto no sistema de circulação da cidade, etc.; a rua é palco da mobilização social.”

Para Schvartsberg (2011, p.139), a “política na rua” se difere da “política da rua”, ao passo que considera esta última “o exercício político intrínseco às próprias dinâmicas cotidianas do urbano; aquela prática que permaneceu ao nível da rua e adaptou-se às mudanças nas formas como se entrelaçaram as esferas pública e privada na metrópole contemporânea.” Para o autor, enquanto a “política na rua” busca reconhecimento e visibilidade, surgindo em espaços eventuais, causando abalos extraordinários e desequilíbrios no andamento da cidade; a “política da rua” é aquela que atuaria num regime de invisibilidade, em um exercício micropolítico, de forma molecular e ordinária, através das brechas e escapes que vimos reiterando.

Sem tratarmos a Avenida Paulista somente como “palco da mobilização social”, procuramos considerá-la como parte intrínseca e fundamental destes atos, fazendo com que estas ocupações sejam como são porque naquele espaço estão. O fato de a Avenida ter passado por diversos processos que colaboraram para torná-la um espaço simbólico na cidade de São Paulo, desde sua inauguração em 1891, faz com que compreendamos a concentração de grande parte das manifestações ali.

Dos seus primórdios até o fim da década de 1930, mesmo sendo marcada por uma ocupação pouco adensada dos casarões pertencentes aos fazendeiros produtores de café, a Avenida Paulista já constituía uma imagem de prestígio, abrigava o luxuoso curso carnavalesco das elites e já era vista como um dos principais “cartões-postais” da cidade. (FRÚGOLI, 2000, p.116) Seu simbolismo se intensificou a partir da década de 1940 com a decadência dos casarões e o início de uma verticalização, primeiro residencial e, posteriormente, comercial dos edifícios. A instalação do Conjunto

Nacional, em 1956, e do MASP, em 1968, antecipou mudanças significativas no espaço da Avenida, incluindo a migração de atividades comerciais e culturais que antes se concentravam no centro antigo, contribuindo para a consolidação nos anos 1970 de uma nova centralidade em São Paulo.

Nesse período, a Avenida contava com um *boom* imobiliário relacionado aos investimentos de capital internacional no Brasil e endossado pelas obras do já mencionado Projeto Nova Paulista (1968-1974), sendo construídos diversos edifícios para abrigar a chegada de grandes empresas na metrópole paulistana, como a Companhia Energética de São Paulo, Petroquímica União, Grupo Ultra, Duratex, Cacique Café Solúvel, *Goodyer*, etc. O crescimento do capital financeiro da Avenida Paulista foi intensificado pelo estabelecimento de importantes federações, bancos e estatais no espaço, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), em 1979, o Serviço Social do Comércio (SESC), em 1978, o Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (BADESP), em 1973, e o Fórum da Justiça Federal; reforçando, assim, uma continuidade do seu prestígio e do seu poder.

Prestígio este que viria ser reiterado com a eleição da Paulista como “símbolo da cidade” em uma campanha liderada pelo Itaú em parceria com a Rede Globo, chamada “Eleja São Paulo” e lançada em comemoração ao centenário da Avenida. A campanha fazia parte de um projeto encabeçado também pelo Itaú chamado “Faça São Paulo Melhor”, de 1989, que tinha como objetivo estimular o engajamento dos habitantes na cidade e “despertar o sentido humano de São Paulo, retratando o cotidiano das pessoas que moram nessa metrópole”¹⁷⁴ e que procurava eleger os maiores “símbolos identificadores” da cidade.

¹⁷⁴ É interessante notar como o Itaú vem fazendo parte das mudanças na Avenida Paulista há tempos. Além da liderança na campanha para eleição do “símbolo” de São Paulo, sua participação na Comissão Paulista Viva em 1955, presidida por Olavo Setúbal, ex-prefeito e presidente do grupo Itausa, tinha como objetivo a votação e aprovação de um projeto de reforma da via que consistia, basicamente, em priorizar os espaços de circulação de automóveis e retirar o comércio ambulante das calçadas. Certamente, o banco continua entre as empresas financiadoras mais presentes hoje na Paulista Aberta, estampando sua marca nas bicicletas que circulam pela rua, patrocinando o evento Paulista Cultural ou apoiando os coletivos ativistas – por exemplo, como na parceria entre a empresa e o *BikeAnjo*.

Com 332,4 mil votos, a Avenida Paulista foi a primeira colocada em uma eleição repleta de controvérsias e uma campanha considerada totalmente manipulada. “Seria ingenuidade pensar que o Itaú não teria interesses em promover a Paulista, um forte espaço do capital financeiro, [...] e onde veio, além da presença de três agências, a investir [...] posteriormente, com a construção de um centro cultural.” (FRÚGOLI, 2000, p.136)

Concomitantemente a este simbolismo da Avenida Paulista, e não por acaso, esse mesmo período teria marcado um crescente uso do espaço da rua para manifestações políticas na cidade de São Paulo, sobretudo por categorias profissionais como bancários, professores, funcionários públicos, metroviários, metalúrgicos, entre outros. Para Shibaki (2007, p.115), algumas características da Paulista fizeram com que as manifestações passassem a se concentrar naquele local nos últimos anos. Entre elas: a localização; a fácil acessibilidade devido à farta rede de transporte; a presença de edifícios culturais; o prestígio; a simbologia; e a visibilidade, estando rodeada por transmissores de televisão e rádio.

Esta mesma visibilidade é um dos motivos de crítica de Olavo Setúbal (em entrevista concedida a Heitor Frúgoli, em 04 de novembro de 1997), ex-prefeito de São Paulo (1975 - 1979) e presidente do grupo Itausa, às manifestações na Avenida. Para Setúbal “[...] Da mesma maneira que o ambulante quer vender lá porque tem muita gente, a manifestação de massa quer fazer lá porque tem repercussão no Brasil inteiro. [...] De modo que isso deve ser impedido, em benefício da vida da cidade.”

Por mais que as manifestações na Avenida Paulista tenham sido sempre criticadas ao longo dos anos pelo prejuízo ao fluxo do trânsito local, cada vez mais elas se intensificaram ali e, aos poucos, foram deixando os antigos espaços de protesto como a Praça da Sé e o Largo São Francisco. A Avenida passou a abrigar momentos políticos históricos e decisivos no país como as passeatas que levaram ao *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor, em 1992, e, mais recentemente, as Jornadas de Junho de 2013.

Apesar de terem assumido uma dimensão nacional e tomado outros espaços de protesto, as Jornadas foram manifestações que se iniciariam pontualmente em São Paulo encabeçadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento municipal da tarifa do transporte público. Segundo Damo e Oliven (2014) as Jornadas caracterizaram-se por estarem ligadas à atuação de coletivos jovens, com certa horizontalidade na sua organização, com um uso amplo das redes sociais na convocação dos atos e com uma dinâmica de ocupação das ruas e de espaços urbanos. Em números, entre junho e agosto de 2013, ocorreram manifestações em 483 cidades (GOHN, 2014b, p.7), chegando ao total de 250 mil pessoas na rua em 17 de junho de 2013 na cidade de São Paulo e quase 1 milhão de pessoas na rua em todo o país três dias depois¹⁷⁵. Na capital paulista, estes protestos se concentraram principalmente na Avenida Paulista, espalhando-se, posteriormente, para o Largo da Batata.

Esta data de 17 de junho, o quinto ato das Jornadas, teria marcado o ápice dos protestos em números e alcance midiático. A repressão policial extremamente violenta dias anteriores haveria causado uma “solidariedade ao movimento” e feito com que outros manifestantes se juntassem à causa. De acordo com Secco (2013), o ataque a um protesto composto aparentemente pela classe média pode ter facilitado esta adesão. Nesse contexto, “a direita midiática se viu forçada a apoiar os manifestantes – mas com sua própria pauta. Por isso, o decisivo não foi a violência, tão *natural* contra trabalhadores organizados, e sim sua *apropriação* pela imprensa.” (SECCO, 2013, p.74, grifos do autor)

Para o autor, após esse episódio, uma mudança ideológica das manifestações coincidiu com uma redução significativa no número de manifestantes, passando de um movimento que se dizia apartidário para, então, se tornar “antipartidário”. Contudo, e sobretudo pela divulgação dos protestos nas mídias tradicionais e nas redes sociais, as

¹⁷⁵ Secco (2013, p.73-76) nos apresenta alguns gráficos com o registro do número de manifestantes na cidade de São Paulo e em todo o restante do país, assim como a quantidade de cidades em que houve protestos no mês de junho de 2013.

manifestações logo alcançaram um visível aumento de escala, mas acompanhado por uma fragmentação e individualização dos participantes.

“Passeatas quilométricas foram organizadas em uma cidade cuidadosamente planejada para que o trânsito não sofresse grandes impactos e os manifestantes só tivessem a eles próprios como debatedores da pauta.”¹⁷⁶ Os desdobramentos destes acontecimentos foram inúmeros e, portanto, difíceis de defini-los. Apesar de diversos autores terem se dedicado à análise das Jornadas, as opiniões ainda são divergentes, tornando a sua compreensão bastante turva e sem delineamentos precisos. Como repercussão, de maneira geral e em uma análise generalista, o que vimos após o ano de 2013 foram grandes manifestações vestidas de verde e amarelo tomarem as ruas de todo o país e principalmente a Avenida Paulista, em atos que se diziam contra a corrupção e pediam o *impeachment* de Dilma Rousseff.

Tentar compreender o processo de Junho de 2013 e seus desdobramentos é tarefa que envolve uma série de dificuldades: distintas motivações, atores antagônicos no espectro político-ideológico e pautas contraditórias. Dos vinte centavos ao descontentamento com o governo petista; da esquerda revolucionária à direita fascistoide; do clamor por um Estado mais forte e poroso à participação popular, ao “fora todos” e às reivindicações por reforma política. Passados cinco anos, já com certo distanciamento temporal e metodológico, podemos apontar a inclusão de novos repertórios de protesto, a reorganização ativista da direita, o aumento das manifestações em vias públicas – tanto por setores progressistas quanto conservadores –, e uma socialização política da juventude, além de crises institucionais notadamente atribuídas ao turbulento Junho. Todavia, há ainda uma densa neblina que não nos permite enxergar com total clareza os acontecimentos de Junho de 2013 em sua completude, observando-os para além das dicotomias políticas que lhes são inerentes. (REZENDE; GOMES; BOREL, 2018)

¹⁷⁶ Trecho do texto “A pasteurização do protesto” de Renato Watanabe de Moraes, publicado no *blog* da Boitempo em 28 de junho de 2013. Ver em <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/06/28/a-pasteurizacao-do-protesto/>>. Acesso em 04 de jul. 2019.

Em 07 de abril de 2019, em um domingo de Paulista Aberta, uma manifestação na Praça do Ciclista que se misturava aos praticantes de *slackline*, pedia a liberdade de Lula, o afastamento do atual presidente Jair Bolsonaro e se posicionava contra a reforma da Previdência. Os manifestantes, em sua maioria vestidos de vermelho, carregavam faixas com os escritos: "Lula Livre, em defesa da aposentaria"; "Lula na Avenida"; "Cadê meu candidato?"; "Na luta é que a gente se encontra"; "Livrinho da Silva"; e "Foi pra isso que prenderam o Lula?".

No guarda-corpo da rampa que dá acesso à Avenida Doutor Arnaldo, algumas faixas eram penduradas. No canto do viaduto, um morador de rua fazia uma fogueira. Um homem vestido de vermelho dos pés à cabeça dizia: "Não pode ir lá se não apanha, viu. Lá tá cheio deles, chamando de mito e pedindo para fechar o Supremo". Este "lá" ficou claro à medida que continuamos caminhando e nos deparamos com o primeiro trio elétrico vestido de verde e amarelo.

Ao lado de uma manifestação que defendia um presidente conhecido por um discurso extremamente homofóbico, uma Kombi do SBT (Sistema Brasileiro de Televisão), pintada de rosa e amarelo, estampava a frase "Todos casam aqui" e realizava o casamento de dois homens sob um pórtico de flores rosa e azul, como parte das atividades da Paulista Aberta. O trio elétrico a favor de Jair Bolsonaro, ironicamente, estampava seu rosto em uma bandeira que representava o público LGBT, ao mesmo tempo em que os participantes lá do alto proferiam frases que afirmavam não ter havido ditadura nem golpe militar em 1964, sob aplausos do público no asfalto.

Mais adiante outros três trios elétricos, também vestidos de verde e amarelo e carregando bandeiras do Brasil, iam ocupando a Avenida Paulista, dizendo defender a Lava-Jato, pedindo a saída de Gilmar Mendes, considerado um "babão de Lula", e do Superior Tribunal Federal (STF) com a frase "#foraLADRÕESdeTOGA", além de se denominarem "Fiscais da Nação", baterem palmas para Janaína Pascoal e ovacionarem Jair Bolsonaro com o grito: "1, 2, 3, 4, 5 mil, agora Bolsonaro é presidente do Brasil".

O Programa semanal acontecia em meio à rua tomada pelas duas manifestações, mas eram escassas as atividades que ainda se mantinham e pareciam ser um respiro frente à tensão que os protestos em disputa instauravam na Avenida. A ocupação dominante da rua não era a mesma dos domingos anteriores, fazendo com que os códigos e as regras de convivência também fossem outros. Os cones da Bradesco não marcavam a ciclovia e a quantidade de artesãos era significativamente menor nas

calçadas. O “Domingo na Paulista”, show comumente oferecido pela FIESP, não acontecia e o prédio da Federação mantinha seus portões fechados.

Não víamos carros de “Apoio à Remoção” circulando, embora o número de ambulantes parecesse ter triplicado em comparação aos domingos anteriores. O mesmo crescimento era perceptível ao número de policiais, porém sua preocupação estava restrita às manifestações, convivendo aparentemente de maneira pacífica com os comerciantes ilegais. O comércio na rua também era outro. Camisetas amarelas com a frase “Meu partido é o Brasil”, camisetas da seleção brasileira de futebol e bandeiras do Brasil estavam expostos à venda. Do outro lado, o produto também estava destinado aos manifestantes pró-Lula, com *bottons* e camisetas com as frases: “Lute como uma garota”; e “Ninguém solta a mão de ninguém”.

Ao lado dos manifestantes que protestavam a favor de Bolsonaro, um grupo de músicos formado por jovens negros vindos de uma favela dizia: “Nós somos de Paraisópolis. Para quem não conhece, é a maior favela de São Paulo. E nós estamos aqui para mostrar que a periferia não é só isso que mostram na televisão”. Um outro grupo de batuque chamado “Batuk Axé”, com uma camiseta do Terreiro Pai João de Angola, trazia faixas com os escritos “Amor, batuque e respeito” enquanto cantava e tocava seus tambores. Algumas pessoas ainda paravam para ouvi-los em meio àquela gritaria verde e amarela que quase nos deixava surdos. Dois passos adiante e uma pergunta estampada no muro: “Quem mandou matar Marielle?”



21









24



25









A constatação de uma mudança de posicionamento político das reivindicações na rua esteve presente nas nossas idas a campo ao depararmos com grandes manifestações de uma direita mais conservadora na Avenida Paulista, contribuindo também para que esse capítulo fosse acrescido à dissertação. A sobreposição destes momentos com os domingos de Paulista Aberta era recorrente, fazendo com que a configuração da Avenida e seus usos tomassem outro corpo e assumissem um outro “estado de rua”. As brechas, como vimos observando anteriormente, já não eram tão facilmente percebidas, sendo que as disputas e os conflitos pelo espaço da rua podiam ser instaurados por outros sujeitos.

Nesses momentos, passamos a considerar como escapes ou desvios algumas atividades e apresentações artísticas pertencentes à própria programação da Paulista Aberta. Dizemos isso, sobretudo, quando os frequentadores do Programa paravam para observar o grupo de músicos formado por jovens negros vindos de uma favela que, ao lado de um carro que gritava a favor de Jair Bolsonaro, dizia: “Nós somos de Paraisópolis. Para quem não conhece, é a maior favela de São Paulo. E nós estamos aqui para mostrar que a periferia não é só isso que mostram na televisão”. Este choque podia ser presenciado também pela apresentação do grupo de batuque chamado “Batuk Axé” que, com uma camiseta do Terreiro Pai João de Angola, trazia faixas com os dizeres: “Amor, batuque e respeito”. Ainda, a Kombi de casamentos com a frase “Todos casam aqui” não deixava de ser também uma pequena provocação ao atual governo. Mesmo que de forma sutil e sem grandes alardes, estes pontos de tensão podiam ser encarados como uma forma de resistência à ordem hegemônica da Avenida naquele instante por mostrarem posições políticas contrárias a um presidente que já teria proferido discursos racistas e homofóbicos, além de defender a intolerância religiosa¹⁷⁷.

¹⁷⁷ Em campanha eleitoral em 2018, o então candidato à presidência Jair Bolsonaro teria afirmado em visita ao estado da Paraíba: “Deus acima de tudo. Não tem essa historinha de estado laico não. O estado é cristão e a minoria que for contra, que se mude. As minorias têm que se curvar para as maiorias”. Disponível em <<http://blogs.jornaldaparaiba.com.br/suetoni/2017/02/09/bolsonaro-defende-intolerancia-e-faz-apologia-ao-crime-em-visita-a-paraiba/>>. Acesso em 04 de set. 2019.

Multidão ocupa a Paulista contra bloqueio de recursos para a educação

Por Hora do Povo Publicado em 15 de maio de 2019

Ocupação Guarani no prédio do escritório da presidência, na Avenida Paulista

30 de agosto de 2017, às 17h14

419

21/03/2015 15:42 - Atualizado em 21/03/2015 19:46

Protesto em SP ocupa Av. Paulista, estradas e tem tumulto com militantes

Ato durou 6 horas, reuniu 100 mil e não teve confronto com a PM. Três foram detidos; um homem ficou ferido em empurra-empurra.

Ato pró-Bolsonaro em São Paulo ocupa sete quarteirões da Paulista

Via Twitter, presidente disse que a grande maioria foi às ruas com "pautas legítimas e democráticas"

Por **Márcio Prado**
21 de maio de 2019, 14:02 - Publicado em 20 de maio de 2019, 17:49

Protesto ocupa a Avenida Paulista

Por Ana Flávia Oliveira, Bárbara Libório e David Shalom - iG São Paulo | 15/03/2015 14:56 - Atualizada às 15/03/2015 19:46

MTST ocupa a avenida Paulista e diz que vai ficar

Protestos acontecem em decorrência da desvalorização do programa Minha Casa Minha Vida pelo governo Temer

Redação
Revista Forum, 16 de Fevereiro de 2017 às 10:59

Protesto de estudantes do ensino médio ocupa a avenida Paulista

Por Metro Jornal
São Paulo, 10 agosto 2016, às 10:34

Tsunami da Educação já ocupa as ruas do Brasil

Estudantes e trabalhadores de diversas categorias participam nesta terça-feira 13 do Tsunami da Educação; Em São Paulo, a concentração para a manifestação começa às 15h, em frente ao Masp. Em outras cidades pelo país as ruas já estão tomadas. Acompanhe

Redação Spbancários
Publicado em 13/08/2016 14:48 / Atualizado em 13/08/2016 15:44

Manifestação contra impeachment ocupa avenida Paulista

Publicado em 21/04/2016 - 20:07 Por Camilla Bortoni - Reporter da Agência Brasil - São Paulo

NOTÍCIAS 31/08/2016 23:25:40

Avenida Paulista é ocupada por manifestantes a favor e contra o impeachment

By Ana Beatriz Rosa

Ato na Paulista ocupa quatro quarteirões

A manifestação em apoio à Lava Jato e em defesa do ministro Sérgio Moro ocupa quatro quarteirões da avenida Paulista, diz o G1.

Movimento "Vem pra Rua!" ocupa a Paulista e pede manutenção de prisão em segunda instância

Publicado em 07/04/2019 18:49 e atualizado em 07/04/2019 20:41

Independente dos diversos gritos que ecoaram das ruas e dos seus posicionamentos políticos, pudemos constatar que nesse contexto de manifestações pós 2013 a Avenida Paulista tornou-se o foco dos protestos e, desde então, foram inúmeras as mobilizações que ali se concentraram. A ideia de ocupação apareceu, e ainda aparece, constantemente associada ao ato de tomar as ruas em praticamente toda reivindicação naquele espaço. Também ligada ao discurso de “retomada das cidades” difundido pelos coletivos ativistas, a noção de “ocupação” – que originalmente estaria mais próxima à luta por moradia, à garantia de visibilidade e, por conseguinte, a uma pressão sobre os governantes para conquista de direitos básicos – passaria a assumir significados outros à medida que chegaria às ruas e seria disseminada por grupos ou fatos ainda nebulosos e com pautas diversas.

Talvez atingindo seu ápice nestas mobilizações políticas da década de 2010, em termos de difusão, o ato de “ocupar” tomaria a Avenida Paulista em um agir que para Agier (2015) é ao mesmo tempo político e urbano. Para o autor, o movimento de ocupação cria uma partilha entre o antes e o depois. “Esse movimento é uma tomada do espaço tanto quanto uma tomada da palavra, é o momento político porque é aquele que cria uma situação radicalmente nova.” (AGIER, 2015, p.491) Tomada de espaço e de palavra parecem ser características propícias para compreendermos estas ocupações que não se limitaram a uma única posição política, permeando tanto a esquerda quanto a direita brasileira, e que foram disseminadas com demasiada força a ponto de, provavelmente, se tornarem um “modo de vida” ou um modelo a ser reproduzido.

Mesmo que Agier (2015, p.492) considere que a forma de ocupação tenha se tornado “mundialmente uma das maneiras para os mais pobres de fazerem reconhecer seu direito a estar ali” e caracterize o movimento como um “agir político cujo objeto é um direito humano e, ao mesmo tempo, um direito à cidade”, sabemos, pelos exemplos que vimos mobilizando, que são diversos os atores envolvidos nestas práticas, com interesses tão díspares que permitam uma ampliação do termo.

Ao discorrer sobre o deslocamento das pessoas em busca constante de fixação e estabilidade, o autor diferencia as noções de “invasão, ocupação e instalação”. A

primeira seria entendida como o gesto inicial da desobediência e da ilegalidade, ainda que ele saliente os riscos em utilizar o termo nos meios associativos e acadêmicos. A segunda, estaria relacionada a uma presença de forma estabelecida – e até durável –; enquanto a terceira, operaria como uma transformação urbana permanente.¹⁷⁸ Embora o autor compreenda a ocupação como uma forma estabelecida, poderíamos reforçar que esta estabilidade em alguns momentos também seja momentânea, principalmente se considerarmos seus modos de ação.

As cenas que trazemos logo no início nos colocam em meio a distintos contextos que podem nos auxiliar a pensar sobre esta noção de ocupação. Primeiro, uma ação atrelada a um movimento de luta por moradia surgido no fim da década de 1990, em que as ocupações de terras urbanas eram a forma de atuação mais importante destes grupos, possibilitando pressionar os grandes proprietários e o Estado, além de servir como uma maneira de denunciar o problema social da moradia e de construir uma organização coletiva e autônoma dos trabalhadores nos acampamentos.

Para Goulart (2011, p.75), tais ocupações, sobretudo de terrenos destinados à especulação imobiliária, cumprem um papel de resistência territorializada e de construção de um espaço coletivo popular. “É nas áreas ocupadas que há formação política mais intensa, decisões sobre as ações coletivas, representação para as outras instâncias do movimento em níveis estadual e nacional.” Para a autora, a “ocupação centraliza as atenções e expande a potencialidade de luta, na medida em que congrega todo o conjunto de relações sociais que emergem desta forma de luta pela moradia.”

Segundo, um protesto que se dizia valer das formas de ação da esquerda, que usava do acampamento como uma prática de pressão e busca de visibilidade, mas que rechaçava os próprios meios, afirmando-se como uma “ocupação de direita, pacífica e civilizada”. Nesse caso, apesar de adotarem modos semelhantes de organização, a negação da noção de ocupação fica bastante evidente, provavelmente em decorrência desta ideia

¹⁷⁸ Topalov, et al. (2014, p.355) irá distinguir “ocupação”, um termo comedido que faz alusão a um antigo procedimento histórico das cidades brasileiras, de “invasão” pela conotação nitidamente mais violenta deste último, marca do enfrentamento explícito e do grau de tensão da urbanização recente no país.

estar historicamente associada a grupos de extrema esquerda, em um imaginário construído e difundido nacionalmente em torno de uma ação violenta e ilegítima, ameaçadora da manutenção da propriedade privada.

Por fim, a terceira cena nos mostra uma ocupação de jovens, predominantemente de classe média e bastante relacionada aos movimentos globais. O crescimento exponencial destes modos de organização foi bastante perceptível no início dos anos 2010 e contribuiu significativamente para a ampliação do termo “ocupação”. Essa constatação fica ainda mais evidente com os inúmeros “Ocupas” que se espalharam mundialmente e que tiveram como mote a tomada dos espaços públicos, contribuindo para a emergência do que foi considerado, por diversos pesquisadores, como a “volta às ruas”.

Tais ocupações tomaram a cena em 2011, em um contexto de revoltas que “começou no norte da África, derrubando ditaduras na Tunísia, no Egito, na Líbia e no Iêmen; estendeu-se à Europa, com ocupações e greves na Espanha e Grécia e revolta nos subúrbios de Londres; eclodiu no Chile e ocupou *Wall Street*, nos EUA [...]”. (CARNEIRO, 2012, p.7) Para Carneiro (2012, p.8), esta “sequência viral de rebeliões” resguardou uma mesma forma de ação: “ocupação de praças, usos de redes de comunicação alternativas e articulações políticas que recusavam o espaço institucional tradicional.”

Houve algo de dionisíaco nos acontecimentos de 2011: uma onda de catarse política protagonizada especialmente pela nova geração que sentiu esse processo como um despertar coletivo propagado não só pela mídia tradicional da TV ou do rádio, mas por uma difusão nova, nas redes sociais da internet, em particular o Twitter, tomando uma forma de disseminação viral, um boca a boca eletrônico, com mensagens replicadas a milhares de outros emissores. (CARNEIRO, 2012, p.9)

É possível, ainda, relacionar estas ocupações a precedentes, como as manifestações de 1999 contra a Organização Mundial do Comércio em Seattle; as de 2000 contra a reunião do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial em Praga; e as de 2001 contra a reunião do G8 em Gênova. Estes três protestos, pela abordagem que a

antropóloga Di Giovanni (2007) nos traz, também possuem como característica comum, principalmente, a ocupação da rua como tática de confronto. “Entre eles estão a chamada ‘ação direta’, percebida como expressão comum de um movimento [...] e a ideia do protesto como liberação de espaços regulados por uma ordem definida como capitalista, opressiva e homogeneizante” (GIOVANNI, 2007, p.111).

Slavoj Žižek (2013), ao dissertar sobre os acontecimentos de 2011, afirma que “o que unifica tantos protestos em sua multiplicidade é que são todos reações contra as múltiplas facetas da globalização capitalista” e se colocam como um enfrentamento a questões econômicas e político-ideológicas, incluindo demandas pela democracia. Carneiro (2012, p.10) nos traz algumas outras constatações que afirma serem unânimes aos protestos. Primeiro, remete a um momento da política em que “a voz das ruas passou a ocupar o cenário, deslocando velhos aparatos políticos e questionando a ordem do capitalismo financeiro”. Segundo, afirma ser comum às mobilizações uma falta de definição estratégica, programática e teórica, mas em busca de uma alternativa política à medida que consideram um momento de declínio geral do capitalismo e uma necessária democracia real¹⁷⁹.

Diversos outros autores se dedicaram à compreensão destes protestos através de divergentes opiniões, mas buscando de algum modo elencar características comuns que permitissem entendê-los de forma totalizante. Alves (2012, p.32), considerando as mobilizações como “exemplos cadentes da verdadeira globalização ‘dos de baixo’, que hoje se contrapõe à globalização dos ‘de cima’”, salienta a constituição densa e complexa dos movimentos sociais. Visão distinta de Harvey (2012, p.60) que, ao discorrer sobre o *Occupy Wall Street*, afirma serem suas táticas ocupar um espaço público central e convertê-lo em um espaço político de iguais.

Ainda, Alves acrescenta à caracterização do que ele intitula de “novos movimentos sociais” – assim como Gohn (2014a) também o fez ao trazer o debate para os ativistas

¹⁷⁹ Esta defesa por uma “democracia real” aparecerá com recorrência no discurso que procura difundir a ideia do “comum” como uma nova forma de organização política e social, o que iremos apontar adiante.

brasileiros –, o fato de serem mobilizações sociais pacíficas que recusam táticas violentas e ilegais a fim de evitar a criminalização do protesto¹⁸⁰; de usarem redes sociais, como *Facebook* e *Twitter* para ampliarem territorialmente a área de intervenção; de serem capazes de inovar e ter criatividade política na disseminação de seus propósitos; de exporem com “notável capacidade de comunicação e visibilidade, as misérias da ordem burguesa”; e de reivindicarem a democratização radical contra uma “farsa democrática dos países capitalistas centrais.” (ALVES, 2012, p.33)

Algumas destas considerações encontram posicionamentos opostos a partir de outras análises. Harvey (2012, p.61), acerca do uso das redes sociais como ferramenta de mobilização, dirá que “são os corpos nas ruas e praças, não o balbúcio de sentimentos no *Twitter* ou *Facebook*, que realmente importam”. Para Castells (2013), tais ações são parte de um fenômeno coletivo e global que não é político e sim, social. “São estes movimentos, sociais e não políticos, que realmente mudam a história, pois realizam uma transformação cultural, que está na base de qualquer transformação de poder”. Os protestos começam na *internet*, mas não são essencialmente digitais. “Eles só tornam-se visíveis e passam a existir de fato quando tomam as ruas.” (CASTELLS, 2013a, p.3)

Ao discorrer sobre o protesto nova-iorquino – *Occupy Wall Street* –, Castells enfatiza a rápida difusão das manifestações como reflexo da sua propagação pelo espaço *online* através das mídias sociais. “O movimento nasceu na internet, difundiu-se pela internet e manteve sua presença pela internet, já que muitas ocupações, assim como grupos específicos e outras redes sociais, criaram seus próprios sites”. Para o autor, a

¹⁸⁰ Esta caracterização nos remete de imediato a um grupo que se intitula “Escola de Ativismo” e se autodefine como um coletivo independente, multidisciplinar e não hierárquico, com a missão de “fortalecer grupos ativistas por meio de processos de aprendizagem em estratégias e técnicas de ações não-violentas e criativas, campanhas, comunicação, mobilização, e segurança da informação, voltadas para a defesa da democracia”. Para auxiliar em seus processos de aprendizagem a Escola procura registrar conteúdos e produzir materiais que “vão desde Roteiros de Aprendizagem utilizados para cada processo até a sistematização de conhecimentos relacionados ao ativismo contemporâneo”. Vemos aqui uma clara transformação da participação em manuais sistematizados, que englobam “listagem de ações não-violentas”, “estratégias de campanha” e “técnicas de como falar com a imprensa”, além de uma burocratização das formas participativas. A proliferação destes manuais não se restringe à Escola e perpassa por diversos outros grupos, como o “Manual para pessoas manifestantes” do coletivo “Urucum”; o “Kit de ferramentas para ativistas” do “Greenpeace”; o “Guia de proteção do manifestante” do “Protesto.org”; o “Guia para filmar violência policial em protestos” do “Witness”, entre outros. Ver em <<https://ativismo.org.br/>>. Acesso em: 04 de jun. 2018.

continuidade das mobilizações no espaço da *internet* elimina as fronteiras estritamente definidas, aumentando as chances de participação dos manifestantes e descentralizando as estruturas de organização. Entretanto, afirma ao mesmo tempo a importância da ocupação do espaço público como forma material, em que “os manifestantes podiam reunir-se e formar uma comunidade para além de suas diferenças. Um espaço de convivência. Um espaço de debate (...). Em suma, um espaço de autonomia” (CASTELLS, 2013b, p.128).

O que o autor caracteriza como “espaço de autonomia” é justamente esta atuação dos manifestantes neste campo híbrido entre o *online* e *offline*, possibilitando a constituição de uma nova forma de espaço e tempo que amplifica o debate. Para o sociólogo espanhol, a materialização dos acampamentos do *Occupy* permitiu, face a face, a coletivização das decisões, o compartilhamento das experiências cotidianas e dos riscos enfrentados. Somado a isso, a divulgação pelos meios digitais possibilitou o apoio interno e externo à ocupação e a disseminação fundamental das suas práticas.¹⁸¹

Ainda, Castells (2013b, p.24) irá afirmar que estas “novas vias de mudança social, mediante a capacidade autônoma de comunicar-se e organizar-se têm sido descobertas por uma nova geração de ativistas, para além do alcance dos métodos usuais de controle empresarial e político”. Para o autor, tais vias, embora já houvessem precedentes no início dos anos 2000, tiveram maior visibilidade ou alcançaram a “manifestação plena” na Islândia, em 2008, com a Revolução das Painelas em prol da construção coletiva de uma Constituição; e na Tunísia, em 2010, com a Revolução do Jasmim a favor de um governo democrático, considerada o estopim para os protestos que ficaram conhecidos como Primavera Árabe e se espalharam por países como Egito, Líbia, Síria, Iêmem e Barein.

¹⁸¹ No documentário “*Impeachment: Acampamento na FIESP*” produzido pela *3 pontos*, Raphael Mello enfatiza a divulgação do acampamento também pelos meios digitais ao afirmar: “Nós temos feito uma pressão legal que é através de e-mail, contato telefônico, a todo tempo com os Congressistas para mostrar que os brasileiros estão aqui lutando”. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=gIoxKuamGAg>> Acesso em: 16 de mai. 2019.

Diante da exaltação do meio digital que viemos observando nos estudos acerca destas manifestações, torna-se importante fazermos algumas ressalvas sobretudo ao considerarmos as “bolhas” de comunicação e interação que são postas pelas redes sociais. Sabemos que, através da programação algorítmica dos endereços virtuais, os perfis dos usuários da *internet* são pautados pelo seu consumo de informações, o que personaliza as buscas no meio digital para cada pessoa (PARISIÉR, 2012). Para Gonzaga (2017, p.49-50), em diálogo com Salas (2015), “os algoritmos são programações que possibilitam alterar a nossa fruição dos dados disponíveis nas redes sociais – como o que o *Facebook* tem feito atualmente – modificando o contato com os fragmentos de narrativas nele postadas.” Parisier (2012) afirma que são três itens considerados relevantes para filtrar o que nos é mostrado nos *feeds* de notícia das nossas redes: a afinidade com nossos amigos, fazendo com que as atualizações dos usuários mais próximos e que temos maiores interações apareçam primeiro; a relevância dos conteúdos (atualizações de estado civil são prioritárias, por exemplo); e o tempo, nos mostrando prioritariamente as atualizações mais recentes.

A concepção de que a infraestrutura da internet permite que as discussões possuam força suficiente para chegar a diferentes segmentos e a grupos de interesse diversos e replica-se pelas várias redes de pessoas que compõem a sociedade, talvez não seja uma realidade, uma vez que as expressões ficam muitas vezes restritas a uma mesma rede de pessoas com interesses comuns. A consequência disso é a fragmentação e polarização do debate. (MAGRANI, 2014, p.124-125)

A *internet* como um legítimo instrumento democrático também passa a ser questionada ao percebermos a propagação alarmante e crescente de *fake news* [notícias falsas] no ambiente digital. Para Branco (2017, p.58), “o excesso de informação a que estamos sujeitos permanentemente nos impede de ler com atenção todas as notícias, refletir sobre seu conteúdo, buscar fontes alternativas, verificar os dados, emitir opiniões equilibradas”. Acredita-se, por isso, que grande parte dos usuários das redes sociais compartilhem notícias sem ao menos ler o seu conteúdo. “Informações demais, tempo de menos, torcida pela sua versão da história (quando

alguma ideologia está em jogo) e, é claro, um pouco de preguiça: está aí o fértil campo minado da pós-verdade¹⁸².” (BRANCO, 2017, p.58)

Tais considerações não apenas nos fazem problematizar a real abrangência destes meios digitais de comunicação – também muito usados pelos coletivos ativistas que viemos investigando –, como poderia nos apontar para uma possível “farsa democrática” na ampliação do alcance destes protestos ao combinarmos uma incessante divulgação de *fake news* com um algoritmo que controla nossas publicações e nos coloca em diálogo sempre “entre iguais”.

O próprio *OcupaSampa*, uma das ocupações que compõem as cenas iniciais deste capítulo e que montou seu acampamento também na Avenida Paulista, apontou conflitos e limitações nos usos das redes sociais durante suas manifestações. Integrantes da ocupação ressaltaram um incômodo ao perceberam que a atuação *online* não extrapolava seus círculos sociais e não atingia àqueles que eles consideravam mais “vulneráveis”. Em entrevista concedida à Oliveira (2014, p.20) entre março e setembro de 2013, alguns “indignados”, como eles mesmo se autodenominaram, enfatizaram: “A gente se preocupou muito em divulgação na internet, e acabamos perdendo força política, porque acabou ficando muito em nossos círculos sociais, nos nossos iguais de alguma forma.” Outros reforçaram: “Então, eu acho que por um lado [a rede social] até atrapalhou. Porque a gente se comunicava com gente que na verdade não era com quem a gente queria falar.”

Essa ocupação contou com o apoio do grupo *Anonymous*¹⁸³, considerado o maior grupo de *hackers* do mundo. Para os manifestantes, os “hacktivistas”, como eles se denominam,

¹⁸² “O dicionário Oxford elegeu ‘pós-verdade’ (*post-truth*) a palavra de 2016, dentro de um contexto global que abrange não apenas nossa combalida República, mas também a eleição presidencial norte-americana e a saída da Grã-Bretanha da União Europeia (o chamado *Brexit*). A definição proposta pelo dicionário é a seguinte: “[o que é] relacionado ou denotativo de circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que aqueles que apelam à emoção e à crença pessoal.” (BRANCO, 2017, p.58)

¹⁸³ O *Anonymous* é um grupo de *hackers* que surgiu em meados de 2003 sem uma organização formal e que afirma estarem unidos “pela crença de que corporações e organizações que consideram corruptas devem ser atacadas.” O grupo, que sai às ruas utilizando a máscara de “V”, personagem do filme “V de Vingança”, inspirado na figura de *Guy Fawkes*, teve sua atuação crescente no Brasil na divulgação dos protestos de 2013, quando mais de 140 páginas no *Facebook* utilizaram variações como *Anonymous Br* e *Anonymous SP*. Ver em

foram importantes durante os protestos do *OcupaSampa* por auxiliarem na comunicação interna e segura entre os “indignados” através da plataforma *RiseUp*¹⁸⁴, visto que a ocupação temia a presença de policiais infiltrados que pudessem barrar suas ações. Por mais que nesse caso os *hackers* tenham contribuído para que a comunicação entre os participantes do acampamento se mantivesse ainda mais restrita, sabemos que a atuação desses grupos permite que diversas “bolhas” de comunicação sejam perfuradas e extravasadas, publicizando interações privadas e nos fazendo perceber que desvios sempre existirão onde nem tudo é perfeitamente inacessado.

Para além desta discussão sobre os meios digitais, outra consideração importante a ser feita sobre os protestos de ocupação – e que fica evidente ao narrarmos as inúmeras pautas pelas quais o próprio *OcupaSampa* lutava – diz respeito à falta de demandas pragmáticas nas reivindicações, o que abriria um precedente para uma condição totalmente “nova” e um “vazio no campo da ideologia hegemônica” (ŽIŽEK, 2012, p.18). Alves (2012, p.38) irá nos apontar que se por um lado teríamos um aprofundamento da crise social na década de 2010, por outro, a falta de estratégia dos protestos e o extremismo conservador de determinados partidos políticos nos colocariam diante de um “caldo ameaçador de fascismo político sob o pano de fundo da barbárie social”, do qual estaríamos colhendo os frutos até então.¹⁸⁵

Somada à problemática definição estratégica e ao “vazio ideológico” de parte das mobilizações, a diversidade de atores envolvidos também teria contribuído para uma

<<https://super.abril.com.br/tecnologia/as-origens-e-as-guerras-do-anonymous-o-grupo-hacker-mais-poderoso-do-mundo/>> Acesso em: 04 de set. 2019.

¹⁸⁴ Conforme informações em *site* próprio, “o RiseUp oferece ferramentas de comunicação on-line para pessoas e grupos trabalhando por mudanças sociais libertadoras. Somos um projeto para a criação de alternativas democráticas e para a prática da autonomia, por meio do controle dos nossos próprios meios de comunicação segura.” Ver em <<https://riseup.net/pt>> Acesso em: 04 de set. 2019.

¹⁸⁵ Após o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, a enfática crítica ao PT teria contribuído para que o partido perdesse diversas posições políticas em uma eleição que quase o tirou do mapa, deixando 60% das administrações municipais. Em São Paulo, Fernando Haddad (PT) deixaria a Prefeitura para João Dória (PSDB), que ganhava em primeiro turno com 53% dos votos. (Fonte: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/em-4-anos-pt-perde-60-das-prefeituras/>>. Acesso em 03 de jul. 2019) O cenário não foi diferente nas eleições presidenciais de 2018 em que uma extrema direita, representada pelo então candidato Jair Bolsonaro (à época filiado ao PSL), ganharia com 46% de votos contra 29% para Haddad.

possível banalização de algumas ocupações como forma de protesto. A exemplo, vimos ocorrer em outubro de 2012 uma manifestação em São Paulo com aproximadamente 10 mil pessoas ocupando a praça Roosevelt, no centro da capital paulista, em um ato organizado por coletivos ligados à cultura chamado “Existe amor em São Paulo”. A manifestação teve como característica a pacificidade, não por exigir “mais amor, mais respeito e mais solidariedade”, mas por ter sido considerada “desengajada” em um contexto em que “protestar se tornou uma questão estritamente pessoal e o ativismo, a rigor, um estilo de vida”¹⁸⁶. (VIANA, 2013, p.55)

A campanha “Vem pra rua”, lançada em maio de 2013 pela montadora de automóveis *Fiat*, convidando pessoas a ocuparem os espaços das ruas para uma torcida coletiva pela seleção brasileira de futebol na Copa das Confederações, nos ajuda a endossar essa ampliação da noção de ocupação. “Gerar engajamento entre os brasileiros, incentivando-os a irem para às ruas torcer pelo Brasil. Este é o conceito da plataforma de comunicação Vem pra Rua, lançada pela Fiat na última semana.”¹⁸⁷ Após virar tema das Jornadas de Junho de 2013 com a *hashtag* #vempraru e tornar-se um dos gritos dos manifestantes mais ligados à direita conservadora, a campanha foi tirada do ar. No ano seguinte, o “Vem pra rua” deu nome a uma organização que se definia como “suprapartidária, democrática e plural” e que se vestia de verde e amarelo para ir às ruas, principalmente, à Avenida Paulista, dizendo querer “um Brasil livre da corrupção, com uma política feita com ética e um Estado desinchado e eficiente, verdadeiramente democrático e justo”.¹⁸⁸

A adoção destas práticas por manifestantes ligados à direita não nos permite afirmar o completo desengajamento ou esvaziamento político destes protestos e sim, a reivindicação de pautas com uma dimensão política que se distancia das lutas originais

¹⁸⁶ Ver entrevista de Paulo Arantes em “O futuro que passou”, de 22 de junho de 2013 no Estado de São Paulo. Disponível em <<https://www.estadao.com.br/noticias/geral,o-futuro-que-passou,1045705>>. Acesso em 05 de jul. de 2019.

¹⁸⁷ Ver em <<https://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/2013/05/20/fiat-quer-todo-mundo-na-rua.html>>. Acesso em 05 de jul. 2019.

¹⁸⁸ Ver em <<https://www.vempraru.net/>>. Acesso em 05 de jul. 2019.

em torno das quais as ocupações se constituíram, abrindo possibilidades para uma ameaça à democracia. Independente do posicionamento político destas mobilizações, nos interessa apontar uma certa “viralização” destas práticas em que diversos protestos se espalharam pelo país, quando o ativismo se tornava um “estilo de vida”. Além das manifestações já mencionados no início deste capítulo, como o *OcupaPaulista* (2017), o *Occupy Paulista* (2016) e o *OcupaSampa* (2015), outras ocupações poderiam ser exemplificadas aqui pelo: Ocupe Cocó, em Fortaleza (2013); Ocupe Estelita, em Recife (2014); Ocupa Golfe, no Rio de Janeiro (2014); Ocupa Parque Augusta, em São Paulo (2015); Primavera Secundarista e Ocupa Minc (2016), ambos em escala nacional.¹⁸⁹

Sabemos que estes vários protestos foram extremamente distintos, tanto pelas pautas que reivindicaram, quanto pelos atores que os mobilizaram. Não pretendemos, contudo, discorrer sobre cada um deles e não acreditamos que seja possível apresentá-los de forma genérica e totalizante. Daremos ênfase a um movimento específico, a Primavera Secundarista, que teve início em São Paulo em 2015 utilizando-se dos acampamentos nas escolas públicas como forma de ação, mas que também transitou pela Avenida Paulista.

¹⁸⁹ Outras ocupações tomaram a cena no país como o Ocupa Cabral, Ocupa Funai, Ocupa SUS, Ocupa Alckmin, Ocupa Alemão, Ocupa Câmara, Ocupa a Rede Globo. Ainda, apesar de não ter se caracterizado pelo acampamento dos manifestantes em um determinado espaço, o Desocupa Salvador (2012) foi importante nesta conjuntura política por tocar em questões relacionadas à produção hegemônica de cidade, além de ter contribuído para acender uma “fagulha” nas ruas. As manifestações convocadas pelas redes sociais se deram contra a privatização de uma praça pública que, à época recentemente reformada pela iniciativa privada, se encontrava fechada por tapumes para a montagem de um camarote para o carnaval da cidade (SERPA, 2013).



Fotos da página anterior: Primavera Secundarista em uma escola ocupada e em duas manifestações na Avenida Paulista. Créditos: *Ubes.org*, *Foto Ativismo* e *Uol*

O movimento que se valeu da ocupação das escolas estaduais pelos estudantes secundaristas, inicialmente como resposta ao plano de reorganização e fechamento de centenas de prédios escolares na capital paulista – proposta do então Secretário da Educação do Estado de São Paulo, Herman Voorwald –, levou à paralisação mais de 200 unidades de ensino durante cerca de 60 dias. Com o lema “Não fechem a minha escola”, os manifestantes alegavam falta de diálogo e ausência de justificativas para o fechamento dos prédios.

Em resistência, os estudantes ocuparam os edifícios cobrando melhorias no ensino e na infraestrutura, realizando atividades culturais e de manutenção do espaço. A exemplo destas atividades, a “Virada Ocupação”¹⁹⁰, organizada pelo coletivo *Minha Sampa* e já esboçada brevemente no capítulo anterior, ocorreu em 06 e 07 de dezembro de 2015 e afirmou promover “a autogestão, a descentralização da liderança e a responsabilidade compartilhada” para a realização do evento, que contou com a participação de centenas de produtores e artistas independentes. A resistência dos jovens e a situação de tensão levou o governo paulista a recuar e, por meio do Decreto n. 61.692 de 04 de dezembro de 2015, o então governador Geraldo Alckmin anunciou que o processo de reorganização das escolas para 2016 estava adiado.

Contudo, o movimento estudantil não cessou e no ano seguinte alcançou uma dimensão nacional, reivindicando contra reformas no ensino e cortes nos investimentos públicos, propostos pelo ex-presidente Michel Temer¹⁹¹, e contra as fraudes nas merendas das escolas estaduais paulistas. Ainda, os estudantes estiveram presentes em passeatas na Avenida Paulista, como em maio de 2016, em que outros movimentos sociais se uniram aos secundaristas e realizaram um protesto após alguns adolescentes terem sofrido

¹⁹⁰ Ver em <<http://www.viradaocupacao.minhasampa.org.br/>>. Acesso em 05 de jul. 2019.

¹⁹¹ Os estudantes reivindicaram contra uma Medida Provisória (MP 746), conhecida por “deforma” do Ensino Médio, que previa que disciplinas como filosofia, sociologia e artes deixassem de ser obrigatórias no ensino; contra uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC 241), que previa um congelamento por 20 anos nos investimentos na educação pública; e contra o projeto da “Escola sem Partido”, também chamado de “Lei da Mordaça”, que propunha eliminar o debate de questões como gênero, política, sexualidade e religião nas escolas para tornar o ambiente escolar supostamente um “espaço de discurso neutro”.

repressão policial e terem sido detidos em uma tentativa de desocupação de três diretorias de ensino e uma Escola Técnica¹⁹².

Em 02 de dezembro de 2015, 213 unidades escolares foram ocupadas em São Paulo pelos estudantes do ensino fundamental e médio contra a proposta de reorganização escolar do governador Geraldo Alckmin (PSDB); 65 colégios foram ocupados no Rio de Janeiro em 02 de maio de 2016, sob a reivindicação de uma educação pública de qualidade e em apoio a greve de 80% dos professores da rede estadual; 27 escolas foram ocupadas no estado de Goiás em 25 de janeiro de 2016 contra a administração das escolas pelas Organizações Sociais (OSs) e contra a militarização escolar (escolas administradas pela Secretaria de Segurança Pública). No Rio Grande do Sul o número de escolas ocupadas ultrapassava o número de 150 unidades no dia 23 de maio de 2016. No Ceará, no dia 25 de maio de 2016, foram apontadas 52 escolas ocupadas. (COELHO; GONÇALVES, 2017, p.13)

Para Coelho e Gonçalves (2017, p.13), estas diversas ocupações das escolas estaduais e técnicas possuíram “igual relevância no contexto da retomada da ação direta e da necessidade de repolitização da vida”, trazendo à cena “movimentos insurgentes principalmente compostos por jovens e estudantes.” Entretanto, a reverberação e a significância política do ato da ocupação em si não necessariamente podem ser estendidas a todas as formas de “ocupar” que se concretizaram nos últimos anos, tendo a proliferação destas práticas e sua reprodução modelar um papel fundamental nessa ampliação de significados.

A multiplicação e a difusão deste modelo de ocupação como uma nova forma de organização social e política – sobretudo quando analisado a nível internacional através da Primavera Árabe, do *Occupy Wall Street* e do 15M –, trouxeram ao debate estudos acerca de uma possível constituição do “comum”. Defensores de uma necessária “mudança de paradigma”, por acreditarem em uma falência total do Estado e afirmarem uma submissão da sociedade à “acumulação ilimitada do capital” que estabelece “uma

¹⁹² Ver em <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/05/grupo-protesta-em-apoio-aos-estudantes-na-av-paulista.html>>. Acesso em 05 de jul. 2019.

concorrência generalizada, regula a relação do indivíduo consigo mesmo e com os outros segundo a lógica da superação e do desempenho infinito” (DARDOT; LAVAL, 2017a, p.12), alguns autores apontam para uma organização alternativa que instaure uma “democracia real”.

Michael Hardt e Antonio Negri (2014, p.74-75), ao reiterarem que as relações de produção e propriedade hoje são definidas por normas individualistas, em que os mercados financeiros globais se tornam o centro da produção política, apontam algumas características das ocupações de 2011 que permitiriam formular “novos princípios de grande relevância constitucional.” Primeiro, consideram os protestos como “lutas constituintes” que seriam estabelecidas no terreno do comum e expressariam a necessidade de um novo processo constitucional. Apesar de os autores reconhecerem que em todos os países onde houve protestos a situação política foi, posteriormente, reconduzida para as mãos das elites conservadoras, acreditam que as manifestações instauraram princípios de liberdade e igualdade que, mesmo se mantendo latentes, poderiam levar mais tempo para serem concretizados plenamente.

A questão do tempo é uma outra característica dos protestos exposta pelos autores. O processo lento de tomada de decisões dentro das ocupações, que se afasta das pressões externas e impõe seu ritmo próprio de desenvolvimento, permitiria construir uma alternativa em que a autonomia torna coerente “os ritmos de sua temporalidade, e também sua produção de subjetividades, lutas e princípios constituintes.” (HARDT; NEGRI, 2014, p.79) A necessidade de estabelecer contrapoderes também aparece como uma preocupação, à medida que para eles “os contrapoderes democráticos devem ser capazes de forçar as corporações e os Estados-nação a abrir acesso ao comum, a dividir a riqueza equitativamente”.

Ainda, as formas de comunicação das ocupações com adoção de novas mídias, como *Twitter* e *Facebook*, considerados pelos autores como “veículos de experimentação com governança democrática e multitudinária” (HARDT; NEGRI, 2014, p.86) poderiam significar o advento da “democracia real”. Afirmam que o *Twitter* haveria sido utilizado nas ocupações como forma de expressão dinâmica do sentimento da maioria, o que não

implicaria na separação em grupos identitários e sim, respeitando suas singularidades e a expressão de suas diferenças.

O mais importante são os modos de organização dos movimentos e, especificamente, os modos que incluem diferenças. As assembleias horizontais, democráticas, não esperam nem buscam unanimidade, mas sim são constituídas por um processo plural, que está aberto a conflitos e contradições. As decisões da maioria avançam através de um processo de inclusão diferencial, ou melhor, através da aglutinação de diferenças. [...] A maioria então não se torna uma unidade homogênea, nem mesmo um corpo de concordância, mas sim uma concatenação de diferenças. (HARDT; NEGRI, 2014, p.91)

Ademais, os autores reiteram a coesão, a união e o cooperativismo das ocupações construídas por uma temporalidade autônoma que é autocontrolada, autolimitada e autogerenciada. “Discutir, aprender, ensinar, estudar, comunicar-se e participar das ações: estas são algumas formas de ativismo, constituindo o eixo central da produção de subjetividades.” (HARDT; NEGRI, 2014, p.95) Falam, ainda, de uma pluralidade de protestos que buscam acesso livre e compartilhado do “comum” através de uma “autogestão”. Já Christian Dardot e Pierre Laval (2017a, p.485), ao se referirem aos mesmos episódios, utilizarão o termo “autogoverno”, considerando que “autogestão” se limitaria apenas à dimensão da organização e administração das coisas, enquanto o “comum” significaria o governo dos homens e as regras que eles adotam para organizar suas relações.

Para estes autores o “comum” seria uma construção política ou “um princípio de atividade política constituído pela atividade específica da deliberação, julgamento, decisão e a aplicação de decisões.” (DARDOT; LAVAL, 2017b, p.217) Assumindo igualmente uma falência do Estado, um enfraquecimento e uma crise da democracia representativa, os autores consideram o comum “uma alternativa política positiva à razão neoliberal orientada pela competitividade” por anular as esperanças progressistas estatais e acabar com a ideia de que o Estado poderia ser o recurso da sociedade contra os efeitos do capitalismo.

Por muito tempo, a esquerda tem vivido sob a ideia de uma oposição entre o Estado e o mercado que fez do Estado a melhor defesa contra a ofensiva das forças do mercado. Essa oposição, junto com a estratégia que cria, é totalmente uma coisa do passado. Há trinta anos, o Estado tem sofrido uma profunda transformação, que fez dele um verdadeiro protagonista neoliberal. Está, ele próprio, sujeito à lógica empresarial, e, enquanto Estado-empresendedor, ou “Estado corporativo/empresarial”, age como um parceiro das grandes multinacionais na coprodução de novas formas internacionais. (DARDOT; LAVAL, 2017b, p.219)

Nesse sentido, trazendo as ocupações de 2011 como exemplos de “combates pela democracia real” ou lutas políticas que foram “buscas coletivas de formas democráticas novas”, o “comum” estaria relacionado à maneira dos movimentos contemporâneos de “transformar a resistência persistente e corajosa de amplos setores da sociedade às políticas de austeridade em vontade e capacidade de transformar as próprias relações políticas, em ir da representação à participação.” (DARDOT; LAVAL, 2017b, p.225-226) O cidadão deixaria, então, de ser um consumidor para participar lado a lado nas decisões e deliberações políticas, garantindo o acesso universal da população através da sua participação direta na administração dos serviços públicos.

Desse modo, o “comum” seria entendido como o “público não-estatal”, um “bem no sentido ético e político, mas apenas na medida em que não é uma aquisição. Uma vez instituído, um “comum” não é alienável; a partir de então ele se instala na esfera de coisas que não podem ser apropriadas.” (DARDOT; LAVAL, 2017b, p.221) Contudo, os autores alertam, assim como Hardt e Negri também fizeram, para a tentação em nos refugiarmos em nossas muralhas e identidades, enfatizando que “a lógica de agrupamento não deve ser confundida com a busca por unanimidade, harmonia e consenso como algo absoluto” (DARDOT; LAVAL, 2017b, p.223) nem tender à abolição dos conflitos, mas à sua superação através da coprodução de normas.

Isto faria o “comum” escapar das lógicas de propriedade, tanto públicas quanto privadas, e nos direcionar a pensar em uma forma outra de organização social e política evitando a consensualização. Entretanto, e apesar destas considerações reforçadas pelos autores supracitados, o que vimos em algumas ações quando colocadas em

prática talvez nos leve a uma distorção destas noções, sobretudo quando percebemos que esse discurso que evoca autonomia, horizontalidade e busca por uma “democracia real” circula entre diversos coletivos ativistas que além de estarem intimamente relacionados aos setores privados, fecham-se em suas bolhas identitárias tanto pelo meio de comunicação que utilizam – as redes sociais –, quanto pelo setor social que, em geral, são atingidos em suas ações, nos alertando para um perigo em recairmos em uma “dimensão imunitária”¹⁹³.

Esta compreensão imunitária nos apontaria para uma relação “entre iguais” que, eliminando as diferenças, buscaria um consenso e uma homogeneização em suas ações. A função da imunização seria “a de possibilitar a dispensa da obrigatoriedade tributária que a comunidade impõe a todos os seus membros” (ESPOSITO, 2007, p.30), procurando a eliminação do risco e reproduzindo um modelo de sociabilidade de “convivência sem inconveniência”. Ao passo que para determinar uma “comunidade” deveria ser instaurado um vazio, uma ausência, uma impropriedade, em que os indivíduos estejam conectados unicamente por um dever e não por um bem. Nesse sentido, a “comunidade” jamais pressupõe uma propriedade ou uma pertença dos seus membros e “passa a ser referenciada a uma alteridade constitutiva que a subtrai de qualquer conotação identitária, o que não elimina uma relação com a subjetividade.” (FERRAZ, 2018, p.25)

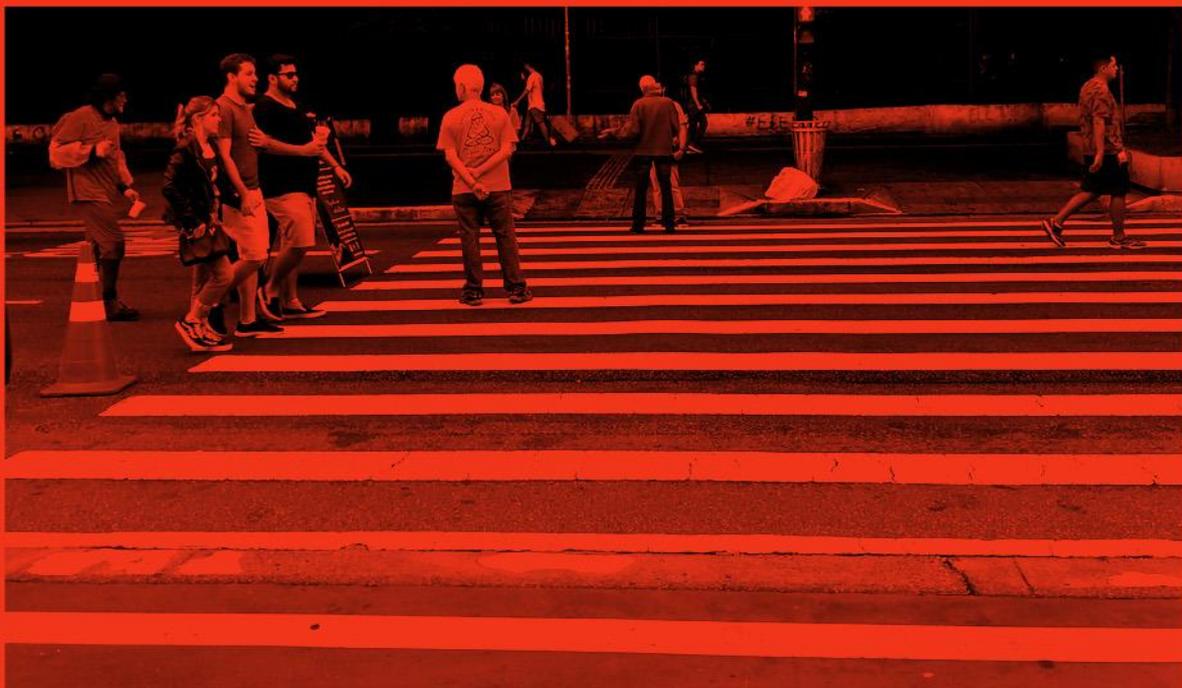
Ao serem aplicadas por diversos atores sociais com interesses amplos, as formas de organização “comum” disseminadas teoricamente podem ser confundidas com uma necessária unanimidade e um consenso absoluto, nos levando a crer que estaríamos mais próximos de um processo imunizatório da sociedade do que de uma real constituição democrática para todos.

¹⁹³ Espósito (2017) irá trabalhar o “paradigma imunitário” e como as noções de comunidade e imunidade estariam presentes nos espaços urbanos contemporâneos. Para o autor, imunidade (ou *immunitas*) mostra-se como o avesso de comunidade (ou *communitas*). Ambos derivam de *munus*, que significa “dom” ou “obrigação” e, portanto, “se os membros da comunidade são caracterizados por essa obrigação do dom, por essa lei da preocupação em relação ao outro, a imunidade implica a isenção ou a revogação de tal condição: é imune quem está protegido dessas obrigações.” (ESPOSITO, 2017, p.141)

Os diversos exemplos que viemos mobilizando ao longo da pesquisa, tanto ao falarmos do Programa Ruas Abertas e suas tentativas em tornar a Avenida Paulista em um espaço consensual, quando são adotadas medidas pacificadoras e homogeneizadoras voltadas a alguns sujeitos específicos; quanto ao tratarmos de práticas de coletivos ativistas que tendem a trabalhar e dialogar somente entre iguais, inclusive colocando o “consenso” como um dos itens a serem preservados entre seus “valores”; nos alertariam para a possibilidade da construção coletiva deste “comum” na prática estarem limitadas a identidades que desconsideram a diversidade e os conflitos inerentes ao espaço da rua.

Sabemos, contudo, que os autores aqui trazidos nos fazem refletir sobre o “comum” a partir de momentos específicos de ocupação do espaço ocorridos em 2011. Entretanto, é importante considerarmos que a diversidade de atores envolvidos nestas ocupações, além da proliferação e replicação destas ações de forma exponencial, pode nos levar a um questionamento não propriamente da noção em si, mas da generalização em torno desse discurso. Nas cenas iniciais deste capítulo, por exemplo, as três ocupações da Avenida Paulista, apesar de derivarem de certo modo das ocupações de 2011 e contarem com um modo de organização horizontal, autônomo e uma comunicação em rede, nos mostraram uma variedade de interesses, posicionamentos políticos e pautas problematizadas que apenas as suas formas de atuação, talvez, não dessem conta de enquadrá-las em uma construção “comum”.

Com isso, procuramos enxergar as limitações destes novos modos de organização autônomos, que se colocam como um enfrentamento ao neoliberalismo e tensionam a produção da cidade contemporânea, mas constantemente são permeados por lógicas privadas. Diante disso, questionamos quais seriam os enfrentamentos possíveis a uma lógica neoliberal que é capaz de se apropriar dos discursos mais diversos? Vemos que são inúmeras – e válidas – as tentativas de organização e de ação sobre a cidade, mas que aos poucos são cooptadas; homogeneizadas; incorporadas pelo mercado ou por uma direita conservadora; e reproduzidas sem reflexão crítica. Até serem desviadas, perfuradas e reconfiguradas, em um movimento incessante e incansável, mas que permite um pouco de fôlego em meio a um total afogamento. Talvez nos caiba continuar resistindo e tentando respirar.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ruas são como arquivos, verdadeiras bibliotecas da história que pesquiso, escrevo e pela qual sou apaixonado. Ela, afinal, é ancorada em um princípio: malucos, crianças, mulheres, bichas, sambistas, funkeiros, amantes desesperados, fracassados em geral, a vizinha do lado, o fantasma, a iaô, a prostituta, a beata, a minha mãe, a passista da Mangueira, a filha de Deus e o filho do Diabo, o pierrô, a colombina, o pirata de araque, o bicheiro, o empurrador de carro alegórico, a assombração, o macumbeiro, o portuga do botequim, o Rei Momo, o Menino Jesus do teatrinho da quermesse e a rezadeira suburbana não são objetos da história. São sujeitos dela.

(SIMAS, 2019, p.109)

Vimos procurando apreender durante a pesquisa uma Avenida Paulista imbricada de camadas sobrepostas e coexistentes que nos mostraram, mesmo diante deste objeto bastante recortado e circunscrito, um modo de produção de cidade contemporânea que poderia não se restringir somente a este espaço da capital paulista. A partir das três lentes que propusemos analisar a Avenida – o Programa Ruas Abertas, a atuação dos coletivos ativistas e as manifestações – tentamos compreender as ações e os agentes que têm feito parte da discussão e construção do espaço da rua, evidenciando os persistentes embates que estão postos na cidade hoje.

Tais embates nos mostraram diversas lógicas operando sobre a Avenida Paulista, em um cruzamento constante de resistências e cooptações. Começaremos estas considerações finais, portanto, com o questionamento que deixamos em aberto no capítulo anterior: quais seriam os enfrentamentos possíveis a uma lógica neoliberal que é capaz de se apropriar dos discursos mais diversos?

Primeiro, é importante reforçar que tratamos de uma lógica neoliberal que está para além de uma política econômica ou uma ideologia, mas que define modos de vida e afeta subjetividades. A fim de não generalizarmos ou construirmos uma síntese vaga, peguemos, por exemplo, o Itaú e algumas de suas ações projetadas sobre e para a Avenida ao longo dos anos que, por permearem diversas camadas aqui expostas, poderiam inclusive conduzir um fio de amarração em grande parte dos nossos apontamentos.¹⁹⁴

Em 1955, Olavo Setúbal, presidente do grupo Itaú e ex-prefeito de São Paulo (1975 – 1979), presidia a Comissão Paulista Viva que objetivava a votação e aprovação de um projeto de reforma da Avenida a fim de priorizar os espaços de circulação de automóveis e retirar o comércio ambulante das calçadas. Em 1989, o Itaú encabeçava uma campanha chamada “Eleja São Paulo” – parte do projeto “Faça São Paulo Melhor” com o objetivo de estimular o engajamento dos habitantes na cidade e “despertar o

¹⁹⁴ Procuramos pontuar aqui apenas alguns episódios de participação do Itaú na constituição do espaço da Avenida Paulista por evidenciarem questões mais próximas aos nossos interesses de pesquisa. É possível que demais ações ao longo dos anos sejam elencadas caso outras pesquisas venham se ater a isso.

sentido humano de São Paulo, retratando o cotidiano das pessoas que moram nessa metrópole” – que acabaria por eleger a Avenida Paulista como o “símbolo da cidade”. Dois anos antes da campanha, em 1987, o Instituto Cultural Itaú tinha sido criado, ocupando um andar do Edifício Sul-Americano na Avenida. O crescimento do Instituto fez com que, em 1991, a empresa Itaú Planejamento e Engenharia Ltda (Itauplan), com o projeto do arquiteto Ernest Mange, começasse a construção de um novo edifício, concluído 4 anos mais tarde. Hoje, além deste edifício do Centro Cultural e de diversas agências bancárias ao longo da via, o Itaú está presente em atividades mais pontuais, inclusive relacionadas à Paulista Aberta. A título de exemplo, o banco foi o patrocinador do último evento Paulista Cultural, em 2019, além de ser parceiro atual do coletivo ativista *Bike Anjo* – um dos promotores do Programa Ruas Abertas – e estampar sua marca nas bicicletas laranjas que percorrem a Paulista semanalmente aos domingos.

Dentre estas ações, é interessante observar como o antigo discurso promovido pelo Itaú torna-se ressonante e se repete em diversas outras circunstâncias. Olavo Setúbal, em entrevista concedida a Heitor Frúgoli em 04 de novembro de 1997 sobre o projeto Paulista Viva, irá reforçar sua preocupação com a ocupação da Avenida por ambulantes ao afirmar que “[...] se a cidade não tiver um centro cultural, não tiver um centro econômico, não tiver uma atividade adequada, ela se deteriora, se transforma num “favelão”, e o “favelão” não é bom para ninguém.” Não por acaso, a perseguição aos ambulantes é ainda um dos maiores motivos de conflito na Avenida aos domingos, evidenciada na fala de um dos representantes da sociedade civil no Conselho Gestor Local da Avenida Paulista ao apontar que “[...] esse conflito em relação aos ambulantes precisa ser tratado de uma maneira mais equilibrada do que somente a apreensão. Até o presente momento não tem se mostrado efetivo, porque você apreende um na ponta, aparecem três na outra e assim vai.” Ainda, o prestígio e o *status* que se almejava para a Paulista na década de 1990 – e que são perceptíveis na tentativa de Setúbal em não deteriorá-la –, são também reiterados por Marco Jordão, integrante do Rotary Avenida Paulista, ao comentar sobre o Programa Ruas Abertas enfatizando não desejar “deslocar uma Zona Leste para a Paulista” aos finais de semana.

É pertinente, ademais, aproximar o discurso do Itaú no projeto “Faça São Paulo Melhor” – ao estimular o engajamento dos habitantes e despertar o sentido humano da cidade – com as propostas difundidas hoje pela maioria dos coletivos ativistas que atuam sobre o espaço público, principalmente quando defensores dos ideais do urbanismo tático. Se observarmos, por exemplo, o projeto de reforma do Vale do Anhangabaú, contratado pela Prefeitura, financiado pelo Itaú e com a participação e consultoria de Jan Gehl – atualmente, um dos maiores nomes difusores do urbanismo tático e, sobretudo, da “retomada das cidade pelas pessoas” – veremos uma clara sobreposição de interesses públicos e privados, endossados por uma falsa participação da sociedade civil.¹⁹⁵ Nesta ação de “baixo-para-cima”, contrária aos modelos hegemônicos de produção de cidade, reivindicando a participação dos moradores sobre o espaço público, o entrecruzamento entre Estado, mercado e sociedade civil é evidenciado, em um esgarçamento de forças ininterrupto que tensionam as formas democráticas e participativas.

Estes apontamentos – mesmo que deixemos de lado o foco central no banco Itaú – nos mostram uma circulação de discursos e ideias que persiste e perpassa ao longo do tempo, evidenciando uma atuação sempre híbrida entre Estado, mercado e sociedade civil inerente a um projeto neoliberal de cidade. Outros exemplos poderiam ser aqui retomados na tentativa de enfatizar o cruzamento destas três instâncias na produção urbana contemporânea: como a implementação dos parklets – um dos “carros-chefes” do urbanismo tático –, encabeçada por uma ONG, regulamentada pela Prefeitura e materializada pela iniciativa privada; chegando até mesmo às grandes manifestações políticas, quando estes protestos tornaram-se uma mercadoria e um produto digno de ser replicado¹⁹⁶.

¹⁹⁵ Como apontado anteriormente, a validação ou apenas legitimação do projeto já concluído pela população teria sido feita através de três *workshops* com alguns convidados, dentre empresas privadas e coletivos ativistas.

¹⁹⁶ Como por exemplo, na campanha “Vem pra Rua”, que teve seu início atrelado à empresa Fiat clamando também pelo engajamento dos brasileiros e pela ocupação das ruas e que passa a circular entre parte dos manifestantes em 2013, tornando-se o grito e o nome de uma organização que pretendia acabar com a corrupção no país.

Pelo nosso interesse em perceber a sobreposição e a relação entre estes distintos agentes e ações, a Avenida Paulista, foco de toda a pesquisa, tornou-se um campo fértil de investigação, não somente nos conduzindo à compreensão pontual de um Programa que ali se instaurou e se desenvolveu nos últimos anos, mas de um espaço em que o acúmulo de interesses, atores e questões é extremamente evidente. Começamos nossas investidas sobre um Programa Municipal, em que a atuação entre o poder público e a sociedade civil – representada pelos coletivos ativistas – é bastante imbricada, mas fomos percebendo uma interação constante da iniciativa privada com este espaço. Percebemos, ainda, um entrelaçamento deste Programa com momentos de manifestação e disrupção da ordem – ou instauração de uma outra ordem; além de uma possibilidade de levantarmos discussões sobre a própria constituição do campo do urbanismo ao caracterizarmos as Ruas Abertas como uma ação de urbanismo tático.

O cruzamento de todas estas camadas em um lugar político – a rua – reforçou os conflitos inerentes ao próprio espaço público, evidenciados principalmente nas nossas apreensões aos domingos. Conflitos estes, em que tentativas históricas de ordenamento e homogeneização do espaço tenderiam, sobretudo, à eliminação do que vimos considerando por um “corpo ordinário” (CERTEAU, 2014). Um sujeito cotidiano que permanece no programado – os moradores de rua, os ambulantes e os *hippies* –, que poderia ser compreendido como uma micro-resistência ou um obstáculo aos reiterados processos de “pacificação” (JACQUES, 2010) da rua.

Não por acaso, o foco na Avenida Paulista permitiu com que estes conflitos pudessem ser percebidos de forma exacerbada. Tamanha visibilidade em torno daquele espaço fez com que, por muito tempo, a grande parte dos investimentos e holofotes se concentrasse ali, possibilitando um acúmulo de distintas lógicas e interesses. Um espaço simbólico da capital paulista que é considerado, segundo Shibaki (2007), um

dos maiores ícones de São Paulo por representar as transformações da metrópole em um contexto único.¹⁹⁷

Esta visibilidade em torno da Avenida e a possibilidade de “ser visto” tensionou ainda mais as disputas constituintes das ações e práticas que viemos observando. A rua nos mostrou um “sujeito corporificado” (RIBEIRO, 2000) que transitava entre a busca pela visibilidade, como uma possível forma de afirmação e resistência aos processos de homogeneização; e uma necessária invisibilidade que, por vezes, garantiria sua sobrevivência diante das fiscalizações. Nesta compreensão dialética, a presença policial assumiu um protagonismo à medida que foi evocada como garantia de “segurança” para a ocupação da Avenida Paulista por estes sujeitos; mas, também, evidenciada como um dos motivos pelos recorrentes rearranjos no espaço da rua, a fim de evitar uma maior repressão. Tais rearranjos sobressaltaram ao enfatizarmos a incessante atuação do “rapa” sobre os ambulantes durante o Programa Ruas Abertas e a constante fuga destes comerciantes da fiscalização – retratada, principalmente, pela circulação dos carros de “Apoio à Remoção” e exigida pelas diversas reclamações de alguns moradores da região da Avenida Paulista por um maior policiamento da rua. Nesse contexto, torna-se possível questionarmos se seria mesmo “a Paulista Aberta [...] o exemplo de que existe convivência pacífica, entendimento entre as diferenças.”¹⁹⁸

Todas estas situações vieram nos reforçando uma hipótese de que as políticas destinadas “para rua”, por distintos períodos, teriam sido delineadas a fim de eliminar estes “corpos ordinários da rua”, tendo como consequência um projeto político de perseguição a determinados sujeitos que vem sendo reafirmado há tempos. Isso nos evidenciaria a coexistência, por um lado, de uma Avenida simbólica, historicamente

¹⁹⁷ A própria implantação do Programa Ruas Abertas na Avenida Paulista foi justificada por tratar-se de um espaço emblemático. Isto fica claro na fala de Ana Carolina Nunes, uma das integrantes do coletivo *SampaPé*, ao afirmar: [...] E a gente sabe que, em cidades tão segregadas quanto São Paulo, quando você começa uma coisa na periferia, ela continua invisível, né? [...] Eu acho interessante ter começado na Paulista pela questão emblemática. Disponível no documentário “Paulista Aberta pelas pessoas”, de 27 de outubro de 2016. Ver em <<https://www.youtube.com/watch?v=Z108obS-3yg>> Acesso em: 08 de mai. 2019.

¹⁹⁸ Fala de Guilherme Coelho, do coletivo *Minha Sampa*, no documentário “Paulista Aberta pelas pessoas”, de 27 de outubro de 2016. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Z108obS-3yg>> Acesso em 08 de mai. 2019.

detentora de um enorme prestígio, repleta de tentativas de ordenamento a fim de apagar ou enfraquecer as possíveis micro-resistências cotidianas; e, por outro, destes sujeitos que exerceriam, pelas suas “táticas” (CERTEAU, 2014), pelo constante trânsito e movimento entre o “visível” e “invisível”, uma resistência micropolítica na rua.

Seria importante compreendermos também que existe sempre uma “outra cidade” escondida, ocultada, apagada ou tornada opaca – por todas essas estratégias de marketing que criam imagens urbanas pacificadas e consensuais – que resiste (e, assim, coexiste) por trás dos cartões postais globalizados das cidades espetaculares contemporâneas. (JACQUES, 2010, p.109)

Ademais, é importante frisarmos que essa visibilidade em torno da Avenida Paulista, que procuramos reforçar em diversas camadas, não é restrita apenas ao seu espaço físico e às práticas percebidas na rua, mas também pertinente ao meio digital. Esta ferramenta tornou-se indissociável para a descrição da Avenida nesta pesquisa e foi extremamente importante para a articulação das três lentes que elencamos para analisá-la. Primeiro, por ser o digital parte intrínseca dos modos de atuação dos coletivos ativistas e dos protestos que procuramos investigar, permitindo uma ampliação e uma maior divulgação de suas ações; e segundo, por permear a própria ocupação da rua durante os momentos de Paulista Aberta, salientando um Programa que começou através das redes sociais e que não se restringia nem se encerrava apenas ao tempo e espaço delimitados aos domingos, mas alcançava uma dimensão que reverberava posteriormente no modo virtual.

Nesse sentido, concordamos que as redes sociais tenham uma demasiada importância nas formas de produção da cidade contemporânea, mas acreditamos que devam ser analisadas com cautela, justamente, por ser perceptível as limitações deste modo de operação quando a real abrangência dos meios digitais passa a ser questionada. De fato, a ampliação do alcance destas ferramentas torna-se duvidosa quando a combinação de algoritmos que controlam e direcionam as nossas publicações – nos colocando sempre em uma possível conversa “entre iguais” – é somada a uma incessante propagação de *fake news* que aponta, provavelmente, a uma “farsa democrática”. (ALVES, 2012)

Não questionamos, com isso, a relevância da *internet* na divulgação dessas ações, mas acreditamos ser preciso enxergar essa ocupação do espaço virtual também permeada pelos processos inerentes à própria produção de cidade, em que disputas estão constantemente postas. Isso fica mais evidente quando percebemos que estas “bolhas” consensuais a que somos submetidos nos meios digitais também possam ser perfuradas pela ação de *hackers* – como no caso dos “hacktivistas” do grupo *Anonymous* –, apontando para uma dimensão em que nem tudo é perfeitamente inacessado e colocando a *internet*, sobretudo as redes sociais, nesse constante jogo de relações em que homogeneizações e desvios coexistem.

Ao narrarmos os “Ocupas”, por exemplo, que se espalharam nacionalmente, passando também pelo espaço da Avenida Paulista, vimos que a *internet* teria ajudado na sua disseminação, mas contribuído para que esta forma de protesto alcançasse uma certa “viralização” permeada por um possível esvaziamento ou desengajamento político quando “protestar se tornou uma questão estritamente pessoal, e o ativismo, a rigor, um estilo de vida.” (ARANTES, 2013) Nesse sentido, a noção de ocupação aqui em sua maior exacerbação, quando a visibilidade almejada causaria abalos extraordinários na organização da cidade, assumiria significados mais amplos ao ser permeada por uma reprodução modelar, por vezes, pouco crítica.

A noção de modelo, associada às “*best practices*”, como um “objeto digno de ser reproduzido por imitação” (SÁNCHEZ; MOURA, 1999, p.100), não somente poderia ser associada aos “Ocupas” como também à atuação dos coletivos ativistas que em diversos momentos se entrecruzaram. A proliferação de manuais e passo a passos destes coletivos, que vão desde “como abrir uma rua aos pedestres” a “como tornar-se um ativista”¹⁹⁹, nos permitiu uma problematização acerca das noções de participação e cidadania hoje, em que a democracia não poderia ser pensada apenas no plano político,

¹⁹⁹ A título de exemplo, alguns manuais que viemos apontando ao longo da pesquisa, como: o “Manual operacional para implantar um *parklet* em São Paulo”, da Prefeitura Municipal; o “Manual para pessoas manifestantes”, do coletivo “Urucum”; o “Kit de ferramentas para ativistas”, do “Greenpeace”; o “Guia de proteção do manifestante”, do “Protesto.org”; o “Guia para filmar violência policial em protestos”, do “*Witness*”; o passo a passo do coletivo *Bike Anjo* para incluir a bicicleta no Plano de Mobilidade da cidades; e a cartilha do *SampaPé* para reprodução da ação “Sentindo nos pés”.

mas em como ela se manifestaria nas cidades. (PECHMAN; PINHO, 2019) Nesse sentido, as práticas participativas de produção do espaço urbano seriam tensionadas à medida em que o alargamento democrático brasileiro do início da década de 1990 e a efetiva instauração de uma lógica neoliberal teriam possibilitado certa banalização e despolitização destas formas de ação.

Nesta redefinição da participação – que teria se tornado o “hobby favorito da classe média brasileira” (DAGNINO, 2004, p.107) – o termo “cidadania” assumiria uma dimensão individualista e poderia ser relacionado a uma “mera caridade”. Um exemplo, que não aparece dentre os coletivos acompanhados, mas que elucida bem esta problematização, é a atuação do “Atados – Juntando gente boa”²⁰⁰. A organização, que se autodenomina como uma “plataforma social *online* que conecta pessoas a oportunidades de voluntariado em causas sociais”, anuncia em seus meios de comunicação vagas de empresas privadas que buscam por pessoas com experiências na prática voluntária, enaltecendo a atividade como uma possibilidade de desenvolvimento de uma nova competência a ser estampada no portfólio do candidato.

Ainda nesta conjuntura de um alargamento democrático e instauração de um projeto neoliberal, aos nos atentarmos ao conjunto de coletivos ativistas investigados – mesmo que em um grupo bastante reduzido – pudemos perceber em suas ações um claro imbricamento entre Estado, mercado e sociedade civil. Além da já citada relação entre o coletivo *Bike Anjo* e o banco Itaú, podemos elencar alguns outros exemplos como: a associação da rede *Minha Sampa* com a iniciativa privada ao se expandir através de um prêmio de 1 milhão de reais cedido pelo *Google*, no “Desafio de Impacto Social do Google”, coexistindo com a atuação da rede junto ao poder público disputando candidaturas municipais em 2016 pela *Bancada Ativista*; ou a ação “Olhe o Degrau”, do coletivo *Cidade Ativa*, realizada no espaço público e envolvendo as comunidades locais, em geral, de áreas mais periféricas da cidade de São Paulo, mas patrocinada pela *Block*

²⁰⁰ Conforme informações em *site* próprio, o coletivo *Atados* é uma organização sem fins lucrativos que atua nacionalmente através de vagas de trabalho voluntário remotas e presenciais nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Florianópolis. Ver mais em <<https://www.atados.com.br/>>. Acesso em: 12 de jul. 2020.

by Block, uma organização estadunidense que conta com o apoio financeiro e técnico da Microsoft. Outras grandes empresas poderiam ser aqui mobilizadas, mesmo não associadas aos coletivos diretamente, mas presentes na Avenida Paulista aos domingos, como a Nike – patrocinando o show de Karol Conká realizado em um container que exaltava a Copa do Mundo de Futebol 2018 em frente ao Shopping Cidade São Paulo – a Globo, a Redbull, etc.

Isso nos permite refletir sobre a prática e o discurso de ocupação da rua que são associados à ampliação da democracia e da cidadania, por enfatizarem a “retomada da cidade pelas pessoas” e a participação da sociedade civil, e que têm sido determinantes nos processos de produção urbana contemporânea, mas que fazem transparecer as próprias disputas inerentes à constituição da cidade colocando estes agentes não somente como resultado deste jogo de contradições, mas como contribuintes primordiais para tal.

E neste jogo de contradições, é importante também ressaltarmos os ganhos com o Programa que propusemos analisar. Procuramos pensar que estes embates, resistências e esgarçamentos são sempre enfrentamentos possíveis a esta lógica neoliberal, mesmo que possam ser cooptados (mas, posteriormente, reconfigurados). As forças estão postas à mesa e os tensionamentos são inerentes e constituintes da produção deste espaço urbano, mas, justamente por falarmos em um jogo de disputas, não podemos, nem desejamos, afirmar a inexistência de resultados positivos nas ações que vimos pontuando²⁰¹. Traremos adiante alguns dados de uma avaliação sobre a Paulista Aberta, lançada em maio de 2019 e realizada por uma parceria entre o Labmob (Proub/UFRJ); ITDP (Instituto de Políticas de Transporte & Desenvolvimento); BikeAnjo; Corrida Amiga; e ICS (Instituto Clima e Sociedade).

²⁰¹ O próprio fato do coletivo *SampaPé* ter conseguido implantar uma ação desse porte em uma avenida central e de tamanha importância na cidade de São Paulo, mesmo diante de todas as problematizações que foram levantadas, já é preciso ser considerado uma inflexão na forma de pensar e ocupar o espaço que possibilitou ganhos para uma parte da população.

O objetivo desta pesquisa, intitulada “Avaliação de impacto da Paulista Aberta na vitalidade urbana”, conforme informações do próprio relatório, foi “avaliar o impacto da Paulista Aberta na vitalidade urbana local da Avenida Paulista”, através de dados qualitativos e quantitativos. Além desta avaliação, a pesquisa também coletou a opinião daqueles que foram considerados os “beneficiários do Programa”, exemplificados pelos moradores do entorno, frequentadores e comerciantes locais. Como conclusão e resultados possíveis, a análise evidenciou que o Programa atraiu inúmeros visitantes para a Avenida, possibilitando a ocorrência de diversas atividades de lazer e eventos ao ar livre.

Em números, os pesquisadores “registraram uma média de 950 pessoas e de 70 ciclistas passando em um intervalo de cinco minutos em quatro cruzamentos selecionados para observação.” Ainda, “foram contabilizadas em uma tarde 43 atividades culturais ocorrendo no espaço público da via, reunindo aproximadamente 2.380 espectadores.” Ademais, 88% dos frequentadores consideraram a Paulista Aberta segura ou muito segura; 59% afirmaram praticar exercícios físicos na Paulista Aberta; e 89% ressaltaram visitar o Programa regularmente. O estudo apontou, também, que 47% dos comerciantes ambulantes identificados passaram a ocupar o espaço da Avenida somente após a implantação da Paulista Aberta. Sobre a avaliação do Programa, 97% dos frequentadores afirmaram ser favoráveis à iniciativa, porcentagem que caía para 71% entre os moradores do entorno.

A avaliação concluiu, com isso, que os dados apresentados no relatório evidenciaram que o Programa contribuiu “positivamente para estimular o uso do espaço público da Avenida Paulista, incentivando o uso de outros espaços públicos da cidade de São Paulo, como ruas e praças, segundo os entrevistados”. Ademais, a pesquisa ressaltou que “as contribuições benéficas encontradas superaram os poucos indícios de efeitos negativos – que não foram unânimes e verificados somente para parte dos beneficiários entrevistados”.

Em qualquer lugar do mundo você vai achar lugares como este que fecham uma vez por semana e que se torna lugar de lazer para todo mundo. Você tem várias atividades, vários shows que rolam aqui. Eu sei que pode até dificultar alguma questão de logística, mas eu prefiro assim, hoje, do que como era antes.²⁰²

Eu acho que é um ganho para a avenida, porque ela fica mais bacana. A parte cultural, a interatividade das pessoas... Na minha visão como cidadã, tudo isso faz da Paulista Aberta um projeto incrível, um super diferencial que São Paulo tem e passa a oferecer.²⁰³

Esse fluxo muito rápido [de pessoas], que é a cara da Paulista Aberta, para nós, é um aprendizado muito bacana. Acho que a nossa equipe, no começo, se assustava com o contingente, mas é muito bom, de uma forma geral. [...] Eu sempre fui entusiasta desde o início. Vim pedalar na primeira Paulista Aberta. Não pedalava havia anos, e foi maravilhoso! A única coisa que acho é que se trata de uma experiência que deveria acontecer também em outros espaços da cidade. É como acontece em São Paulo, que você tem o Ibirapuera, mas é um parque apenas para uma cidade desse tamanho. A experiência deveria ser replicada em outros lugares de modo a atender o máximo possível de pessoas. É incrível.²⁰⁴

Certamente, o relatório traz algumas posições divergentes, demonstrando que os embates ainda persistem no espaço da Avenida Paulista e as opiniões continuam sendo formuladas, mas se mostra pouco crítico, não citando as fortes repressões e fiscalizações existentes na rua dentre os “indícios de efeitos negativos” apontados. Isso nos coloca diante da dificuldade que tivemos em fazer uma pesquisa em ato, em que

²⁰² Fala de um comerciante ambulante, parte integrante da pesquisa “Avaliação de impacto da Paulista Aberta na vitalidade urbana”. Disponível em <http://corridaamiga.org/wp-content/uploads/2019/05/Relat%C3%B3rio_Avalia%C3%A7%C3%A3o-de-Impacto-Paulista-Aberta_Maio-2019.pdf> Acesso em 23 de set. 2019.

²⁰³ Fala da gerente do hotel Ibis, localizado na Avenida Paulista, parte integrante da pesquisa “Avaliação de impacto da Paulista Aberta na vitalidade urbana”. Disponível em <http://corridaamiga.org/wp-content/uploads/2019/05/Relat%C3%B3rio_Avalia%C3%A7%C3%A3o-de-Impacto-Paulista-Aberta_Maio-2019.pdf> Acesso em 23 de set. 2019.

²⁰⁴ Fala da gerente da unidade do SESC Paulista, parte integrante da pesquisa “Avaliação de impacto da Paulista Aberta na vitalidade urbana”. Disponível em <http://corridaamiga.org/wp-content/uploads/2019/05/Relat%C3%B3rio_Avalia%C3%A7%C3%A3o-de-Impacto-Paulista-Aberta_Maio-2019.pdf> Acesso em 23 de set. 2019.

não somente as ações estão acontecendo ali e agora, mas os dados também estão sendo produzidos simultaneamente a nossas sínteses analíticas. Por isso, é importante reiterarmos que toda a nossa reflexão nesta dissertação foi construída sobre um recorte temporal de uma ação que ainda pulsa e permanece no espaço da rua, podendo vir a assumir configurações distintas se forem desdobradas em outros momentos.

Isso nos reconecta, sobretudo, ao que vimos pontuando como uma “potência de rua” passível de causar um “estado de rua”, esta característica subjetiva que é instantânea, “[...] volátil, camaleônica, movediça, que no momento em que se pensou tê-la interpretado, esta já mudou seu aspecto.” (SCHVARSBERG, 2011, p.88) Este “estado” que viemos investigando nesta pesquisa teria nos evidenciado, neste momento, uma rua repleta de embates entre suas micro-resistências e as forças hegemônicas de produção de cidade. Um jogo de disputas que é constantemente ressaltado nas políticas “da/para/na” rua, neste trânsito entre um ordinário e um extraordinário entrecruzados. Um “corpo ordinário” que é sujeito da rua, que extrapola do cotidiano ao programado, que é alvo das fiscalizações e das medidas de ordenamento, que poderia parecer invisível, mas também deseja visibilidade e busca pelo seu “direito de ali estar”; em sobreposição a uma Avenida Paulista icônica, com um Programa extraordinário pela eventualidade, mas também ordinário pela recorrência; transitando em uma cidade que é atravessada por atores e interesses dissonantes e em conflito.

[...] São as relações sociais, em sua diversidade, em suas tramas e dramas, em suas alianças, negociações e conflitos, que constituem, afinal, a cidade. Para além do espaço das relações de produção, a cidade é, por excelência, o lugar da produção de relações. [...] De fato, estes dois sentidos sobre a cidade não são excludentes entre si. Na modulação entre civilização e barbárie, entre Eros e Tânatos, o que importa nessa discussão é colocar em palavras as possibilidades que o viver na cidade aponta, tanto para a celebração dos sujeitos e da vida social, como para o seu apagamento e morte. (PECHMAN; PINHO, 2019) ²⁰⁵

²⁰⁵ Trecho do resumo da Sessão Livre número 59 do ENANPUR 2019, denominada “Democracia e cidade: tolerância, subjetividade e cuidado de si”, coordenada por Robert Pechman (IPPUR/UFRJ) e Fernando Pinho (IPPUR/UFRJ).



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGIER, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

_____. Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro. In: *MANA*, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.

_____. *L'Invention de la ville*. Paris: Archives Contemporaines, 1999.

ALVES, Giovanni. Ocupar Wall Street... e depois?. In: HARVEY, D. (et al.). *Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012, p. 31-38.

ARANTES, Otilia. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org.). *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 11-74.

ARANTES, Paulo. O futuro que passou. In: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22.6.2013.

AUGÉ, MARC. *Não lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa: 90 Graus, 2005.

BARONE, Gabriela P.; SALVADOR, Jan Gehl e o desenho urbano das cidades contemporâneas. De Copenhague a São Paulo. *Revista Vitruvius*, São Paulo, ano 19, jun., 2018.

BIASE, Alessia de. Insistência urbana ou como ir ao encontro dos 'imponderáveis da vida autêntica'. In: *Revista Redobra*. Salvador, n. 12, p. 80-86, 2013.

_____. Por uma postura antropológica de apreensão da cidade contemporânea: de uma antropologia do espaço à uma antropologia da transformação da cidade. In: *Revista Redobra*. Salvador, n. 10, p. 190-206, 2012.

BRANCO, Sergio. Fake News e os Caminhos para Fora da Bolha. In: *Interesse Nacional*, p. 51-61, ago./out., 2017.

CARERI, Francesco. *Walkscapes: o caminhar como prática estética*. Barcelona: Gustavo Gili, 2013.

CARNEIRO, Henrique S. Apresentação – Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, D. (et al.). *Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012, p. 07-14.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. Redes de indignação e esperança. In: Seminário Fronteiras do Pensamento, São Paulo, apud MATIAS, Alexandre. O ponto em comum entre a praça Taksim e avenida Paulista. *Revista Galileu*, 12 jun. 2013a, p.1-4.

_____. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013b.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2014.

COELHO, Polyana P.; GONÇALVES, Raquel G. Ocupar a cidade, as ruas, as praças e os espaços: os limites da institucionalidade e as possibilidades da ação direta. In: ENANPUR, 17. *Anais*. São Paulo, 2017, p.1-18.

D'ALESSIO, Vito; SOUKEF, Antonio; ALBARELLO, Eduardo. *Avenida Paulista: a síntese da metrópole*. São Paulo: Dialeto Latin American Documentary, 2002.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?. In: GARCIA; MATO (coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad Civil en tiempos de globalización*. Caracas, UCV, p. 95-110, 2004.

DAMO, Arlei S.; OLIVEN, Ruben G. A rebeldia festiva. In: _____. *Megaeventos esportivos no Brasil*. Campinas: Armazém do Ipê, 2014. p. 163-185.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

_____. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017a.

_____. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. In: *Revista Lugar Comum*, n. 49, p. 217-226, 2017b.

DAS, V.; POOLE, D. (Ed.). *Anthropology in the margins of the state*. New Mexico: School of American Research, 2004.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. São Paulo: Projeto Periferia, 2003.

DEBORD, Guy; FILLON, Jacques. Résumé 1954. *Boletim Potlatch* 14, 30 nov. 1954.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Felix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 4. São Paulo: Ed. 34, 1997.

ESPOSITO, Roberto. *Communitas: origen y destino de la comunidad*. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.

_____. *Termos da política: comunidade, imunidade, biopolítica*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2017.

FALÚ, Ana. El derecho de las mujeres a la ciudad. Espacios públicos sin discriminaciones y violências. In: *Revista Vivienda y Ciudad*. V. 01, p. 10-28, dez., 2014.

FERRAZ, Fernando G. O díptico communitas / immunitas e o pensamento afirmativo. *Griot: Revista de Filosofia*, Amargosa, v. 17, n. 1, p. 22-32, jun., 2018.

FRÚGOLI JR., Heitor. Ativismos urbanos em São Paulo. In: *Caderno CRH*, Salvador, v. 31, n. 82, p. 75-86, jan./abr., 2018.

_____. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez; Edusp, 2000.

_____. *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

GEHL, Jan. *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GIOVANNI, Julia R. di. *Seattle, Praga, Gênova: política anti-globalização pela experiência da ação de rua*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GOHN, Maria da Glória. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. In: *Caderno CRH*. Salvador, v. 27, n. 71, p. 431-441, jun./ago., 2014a.

_____. Associativismo civil e movimentos sociais populares em São Paulo. In: *Ciências Sociais Unisinos*. São Leopoldo, v. 44, n. 2, p. 130-138, mai./ago., 2008.

_____. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e nas praças dos indignados no mundo*. Petrópolis: Vozes, 2014b.

_____. Sociedade Civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs. In: *Meta: Avaliação*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 238-253, mai./ago., 2013.

GONZAGA, Milene M. *Entre a praça e a internet: a potência narrativa na criação de outros imaginários políticos na Praia da Estação, em Belo Horizonte*. 306 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

GOULART, Débora C. *O Anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)*. 275 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

HARDT, Michael; NEGRI Antonio. *Declaração: isto não é um manifesto*. São Paulo: n-1 edições, 2014.

HARVEY, David. Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. In: _____. (et al.). *Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012, p. 57-64.

HINE, Christine. *Etnografia Virtual*. Barcelona: Editorial UOC, 2003.

_____. Por uma etnografia para internet: transformações e novos desafios. Entrevista por Bruno Campanella. In: *Revista Matrizes*. São Paulo, v. 9, n. 2, p.167-173, jul./dez., 2015.

HOMEM, Maria C. N. *O palacete paulista e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867-1918*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

IS (Internacional Situacionista). Contribuição para uma definição situacionista de jogo. Revista IS 1, 06/1958. In: JACQUES, P. (org.), *Apologia da Deriva: escritos situacionistas sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

JACOBS, Jane. *Morte e vida das grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

JACQUES, Paola B. Corpografias urbanas: o corpo enquanto resistência. In: *Cadernos PPG-AU/FAUFBA*. Salvador, v. esp, p. 93-104, 2007.

_____. *Elogio aos errantes*. Salvador: Edufba, 2012.

_____. *Estética da ginga*, a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.

_____. Montagem urbana: uma forma de conhecimento das cidades e do urbanismo In: JACQUES, P.; BRITTO, F. (org.). *Experiências metodológicas para a compreensão da cidade contemporânea, Tomo IV: Memória, narração, história*. Salvador: Edufba, p. 47-83, 2015.

_____. Táticas profanatórias de espaços urbanos. In: FILHO, M.; URIARTE, U. (org.). *Panoramas Urbanos: usar, viver e construir Salvador*. Salvador: Edufba, p. 15-30, 2014.

_____. Zonas de Tensão: em busca de microresistências urbanas. In: JACQUES, P.; BRITTO, F. (org.). *Corpocidade: debates, ações e articulações*. Salvador: Edufba, v. 1, p. 106-119, 2010.

JACQUES, Paola B. (et al.). Fazer por desvios. In: JACQUES, P.; PEREIRA, M. (org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo II - modos de fazer*, Salvador: Edufba, 2019, p. 20-151.

JACQUES, Paola B.; DRUMMOND, W. Caleidoscópio: processo de pesquisa. In: JACQUES, P.; BRITTO, F. (org.). *Experiências metodológicas para a compreensão da cidade contemporânea, Tomo I: Experiência, apreensão, urbanismo*. Salvador: Edufba, p. 11-28, 2015.

LEAL, G. Prefeitura promete retirar camelôs da Paulista. In: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22.7.1997, p. C8.

LEITE, Rogério P. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora da Unicamp; Aracaju: Editora UFS, 2004.

LIMA, Allan G. M. O Conselho Participativo Municipal da cidade de São Paulo: uma análise de participação territorial institucionalizada. Montevideu, 2017a. Disponível em: <<http://www.lasociedadcivil.org/wp-content/uploads/2017/12/Macedo-Lima.pdf>>. Acesso em: 10 de set. 2019.

LIMA, Carlos H. M. de. A cidade em movimento: práticas insurgentes no ambiente urbano. In: *Revista Oculum*. Campinas, v.12, n.1, p. 39-48, jan./jun., 2015.

_____. A nuvem e a rua: novos movimentos urbanos nas metrópoles brasileiras. In: ENANPUR, 17. *Anais*. São Paulo, 2017b, p.1-17.

LIMA, Eduardo R. A cidade caminhada...o espaço narrado. In: *Revista Redobra*. Salvador, v. 3, n. 11, p. 202-211, 2014.

LIMA, Luciana P. B. Cidadania cultural e direito à cidade: as políticas culturais em São Paulo na gestão Fernando Haddad. In: CASTRO, F. de; RODRIGUES, L.; ROCHA, R. (org.). *Políticas culturais para as cidades*. Salvador: Edufba, p. 57-84, 2018.

LYDON, Mike; GARCIA, Antony. *The Open Streets Guide*. Volume 1. Miami, Nova Iorque: Street Plans, 2012.

_____. *Urbanismo tático: ação a curto prazo, mudança a longo prazo*. Volume 2. Miami, Nova Iorque: Street Plans, 2012.

MAGNANI, José G. C. O (velho e bom) caderno de campo. In: *Revista Sexta-feira*. n. 1, mai., 1997.

MAGRANI, Eduardo. *Democracia conectada – A internet como ferramenta de engajamento político democrático*. Curitiba: Ed. Juruá, 2014.

MEZZADRA, S.; NEILSON, B. *Border as method or the multiplication of labor*. Durham, NC and London: Duke University Press, 2013.

MOURA, R. *Cidades-modelo e a performance de Cingapura*. Centro Nacional de Referência em Gestão Ambiental Urbana. Curitiba: UNILIVRE, 1999.

OLIVEIRA, Rita. C. A. Cibercultura, apropriação do espaço público e os usos da cultura digital: o caso do Ocupa Sampa, os Indignados de São Paulo. In: ANPOCS, 38. *Anais*. Caxambu, 2014, p.1-24.

PARISER, Eli. *O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2012.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Um tempo novo para São Paulo: plano de governo Haddad Prefeito 2012*. São Paulo, 2012.

PECHMAN, Roberto; PINHO, Fernando. Democracia e cidade: tolerância, subjetividade e cuidado de si. In: ENANPUR, 18. *Anais*. Natal, 2019, p.1-4. 2019

PEREIRA, Margareth da S. Nebulosas. In: *Revista Barril*, [S.l], n.19, mar. 2018.

RANCIÈRI, Jacques. *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34, 1996.

REZENDE R.; GOMES S.; BOREL M. De 2013 a 2018: interpretações sobre as jornadas de junho cinco anos depois. In: *Brasil de fato*, Rio de Janeiro, 05.06.2018.

RIBEIRO, Ana Clara T. Dança de sentidos: na busca de alguns gestos. In: JACQUES, P.; BRITTO, F. (org.). *Corpocidade: debates, ações e articulações*. Salvador: Edufba, v. 1, p. 24-41, 2010.

_____. Lugares dos saberes: diálogos abertos. In: BRANDÃO, M. *Milton Santos e o Brasil*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, p. 39-49, 2004.

_____. Relações sociedade-estado: elementos do paradigma administrativo. In: *Cadernos IPPUR*, ano XII, n. 2, ago./dez., 1998.

_____. Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana. In: *Caderno CRH*, Salvador, v. 18, n. 45, p. 411-422, set./dez., 2005.

_____. Sujeito corporificado e bioética: caminhos da democracia. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 24, n. 1, 2000.

_____. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: RIBEIRO, A. *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço* – v. 02. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RIBEIRO, Rosa. Gerações discursivas do cicloativismo no Brasil: sport, transporte e mobilidade. In: ROLNIK, R.; FERNANDES, A. *Cidades*. Rio de Janeiro: Funarte, 2016, p. 195-218.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina/Editora UFRGS, 2011.

ROSA, Thaís T. Pensar por margens. In: JACQUES, P.; PEREIRA, M. (org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo I - modos de pensar*, Salvador: Edufba, 2018, p. 176-204.

SALAS, Javier. Usuários transformam seus murais no Facebook em “bolhas” ideológicas. In: *El País Brasil*, 08.05.2015.

SÁNCHEZ, F.; MOURA, R. Cidades-modelos: espelho de virtude ou reprodução do mesmo?. In: *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 95-114, 1999.

SANTOS, Boaventura S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. O território e o saber local: algumas categorias de análise. Rio de Janeiro: *Cadernos IPPUR*, v. 13, n. 2, 1999.

SANTOS, Bárbara B. R. dos. *Tática e estratégia em disputa: o caminhar na cidade como tendência de consumo*. 223 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

SANTOS, Nina F. dos. *Dinâmicas de visibilidade e sites de redes sociais: novas possibilidades democráticas?*. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SÃO PAULO (Cidade). *Decreto Municipal n. 57.086, 24 de junho de 2016*. Institui o Programa Ruas Abertas. São Paulo, 2016.

_____. *Manual operacional para implantar um parklet em São Paulo*. São Paulo, 2014.

_____. *Espaço público e a cidade que queremos*. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. São Paulo, 2016.

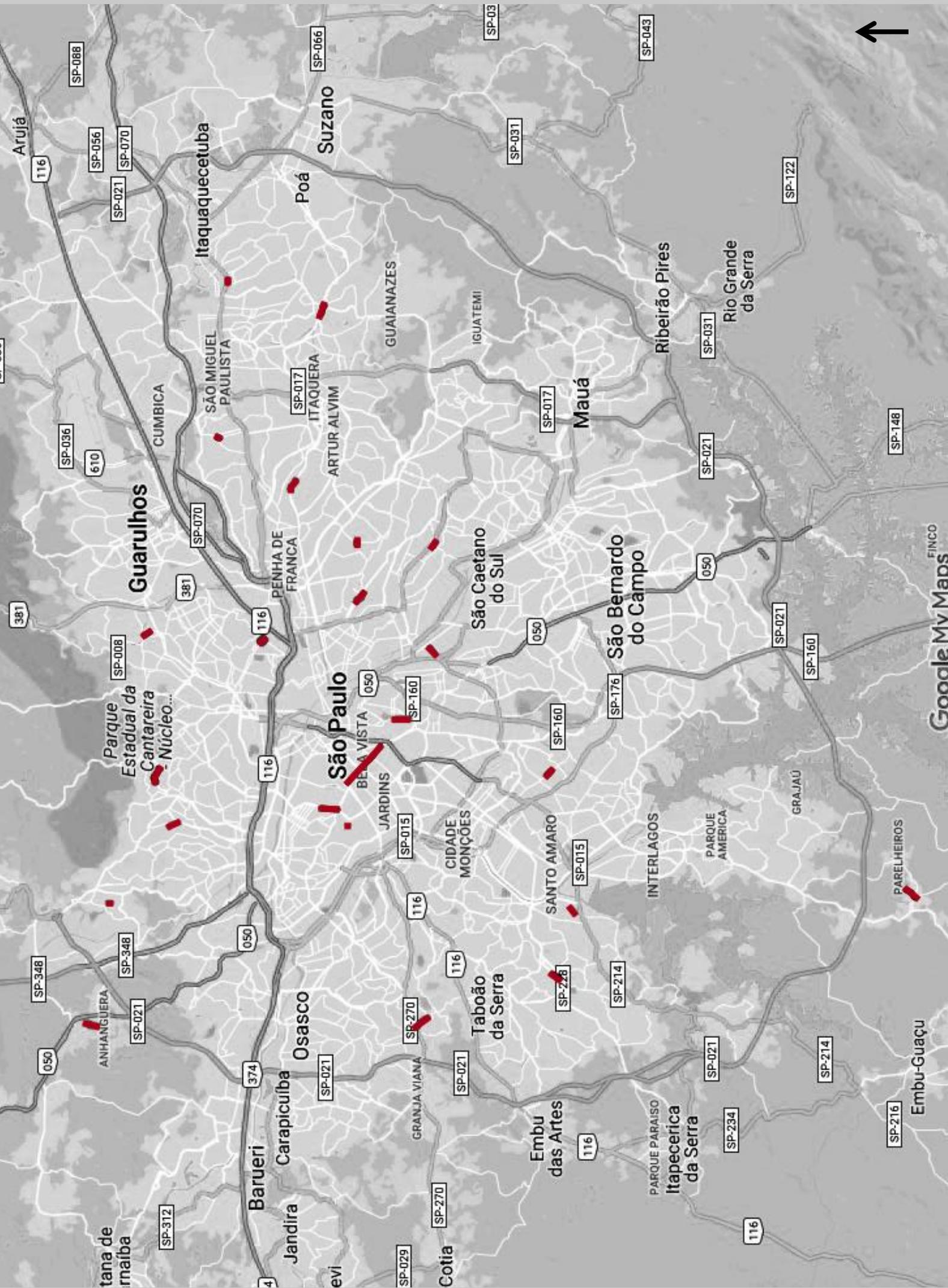
- SCHVARSBERG, Gabriel. *Rua de contramão: o movimento como desvio na cidade e no urbanismo*. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Redes e movimentos sociais projetando o futuro. *Revista Brasileira de Sociologia*. V. 1, n. 1, jan./jul., 2013.
- SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: MARICATO, Ermínia (et al.). *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 71-78.
- SERPA, Angelo. Espacialidade do corpo e ativismos sociais na cidade contemporânea. In: *Revista Mercator*. Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 23-30, 2013.
- SHIBAKI, Viviane V. *Avenida Paulista: da formação à consolidação de um ícone da metrópole de São Paulo*. 211 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- SIMAS, Luiz A. *O corpo encantado das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. In: *MANA*, v. 11, n. 2, p. 577-591, 2005.
- SOMEKH, Nadia. *A cidade vertical e o urbanismo modernizador: São Paulo 1920-1939*. São Paulo: Studio Nobel; Edusp; FAPESP, 1997.
- SOUZA, Angelica M. de; LEITE, Francisco; BATISTA, Leandro L. Publicidade tombamento: expressões da “geração tombamento” em anúncios contraintuitivos para o empoderamento de negras e negros brasileiros. *Tríade: Revista de Comunicação, Cultura e Mídia*, Sorocaba, v. 6, n. 11, p. 37-60, 2018.
- SPINOZA, Benedictus de. *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- TAGLIAFERRI, M. Prefeitura tenta “megarrapa” na Paulista. In: *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22.7.1997, p. 3-5.
- TOPALOV, Christian (et al.). *A aventura das palavras da cidade: através dos tempos, das línguas e das sociedades*. São Paulo: Romano Guerra, 2014.
- VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org.). *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 75-104.
- VIANA, Silvia. Será que formulamos mal a pergunta?. In: MARICATO, Ermínia (et al.). *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 53-58.
- WEIZMAN, E. *Hollow Land: Israel's Architecture of Occupation*. London: Verso, 2007.
- ZABAKI, R. Alívio na marra. In: *Veja São Paulo*, São Paulo, 30.7.1997, p.26.

ŽIŽEK, Slavoj. O violento silêncio de um novo começo. In: HARVEY, D. (et al.). *Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012, p. 15-26.

_____. Problemas no paraíso. In: MARICATO, Ermínia (et al.). *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 101-108.



ANEXOS



Anexo A: Mapa do Programa Ruas Abertas, disponibilizado *online* pelo coletivo Minha Sampa. Ver em <<https://www.ruasabertas.minhasampa.org.br/>> Acesso em: 14 de mar. 2018.



Diário Oficial

Cidade de São Paulo

Fernando Haddad - Prefeito

Ano 61

São Paulo, sábado, 25 de junho de 2016

Número 117

GABINETE DO PREFEITO

FERNANDO HADDAD

DECRETOS

DECRETO Nº 57.086, DE 24 DE JUNHO DE 2016

Institui o Programa Ruas Abertas, nos termos da Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 - Política Nacional de Mobilidade Urbana.

FERNANDO HADDAD, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa Ruas Abertas, visando promover o desenvolvimento sustentável da Cidade, nas dimensões socioeconômicas e ambientais, e garantir a equidade no uso do espaço público de circulação em vias e logradouros públicos, nos termos art. 23, inciso I, da Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012.

Art. 2º O Programa Ruas Abertas tem caráter permanente, ocorrendo em horários predefinidos aos domingos e feriados.

Parágrafo único. As vias públicas integrantes do Programa terão o trânsito de veículos restrito durante o período de abertura, ouvida a Companhia de Engenharia Tráfego - CET.

Art. 3º As Subprefeituras devem definir, no âmbito de suas circunscrições territoriais, as vias públicas que integram o Programa.

§ 1º Será feita de forma participativa, atendendo as características e peculiaridades locais, a definição:

I - das vias públicas;
II - dos dias e dos horários de abertura.
§ 2º As vias indicadas serão previamente submetidas a estudos de viabilidade e impacto viário pela CET e priorizadas em função de critérios de acessibilidade por meio de transporte público.

§ 3º É vedada a inclusão no Programa de trechos de vias públicas em que haja hospitais, prontos-socorros, velórios ou cemitérios quando não apresentadas rotas alternativas a essas vias.

§ 4º Em situações específicas e excepcionais, as Subprefeituras poderão alterar os horários de abertura, devendo a alteração ser divulgada com, no mínimo, 3 (três) dias de antecedência.

§ 5º A Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras deverá divulgar por ato próprio as vias públicas integrantes do Programa, bem como os dias e horários de abertura.

Art. 4º Nas Ruas Abertas, são permitidas manifestações artísticas, culturais e esportivas, mediante pactuação com a respectiva Subprefeitura, com validade de até 30 (trinta) dias, podendo ser renovadas até o período máximo de 90 (noventa) dias.

§ 1º As atividades de que trata o "caput" deste artigo devem observar os níveis máximos de ruído e os demais parâmetros de incomodidade estabelecidos pela legislação vigente.

§ 2º As entidades da sociedade civil e as empresas poderão firmar parceria com as Subprefeituras para proverem estruturas temporárias para as Ruas Abertas, tais como banheiros químicos, geradores de energia para apresentações artísticas, mobiliário urbano, equipamentos para atividades esportivas e estruturas congêneres.

§ 3º Caso a proposta de parceria abranja ruas pertencentes a mais de uma Subprefeitura, poderão ser firmados termos de parceria com as Subprefeituras, contando com a supervisão da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras, com validade de até 180 (cento e oitenta) dias.

§ 4º A comercialização de alimentos e bebidas poderá ser autorizada nos termos do Decreto nº 55.085, de 6 de maio de 2014.

Art. 5º A quantidade de atividades em cada uma das Ruas Abertas será definida pela respectiva Subprefeitura.

Art. 6º Os interesses são inteiramente suas responsabilidades pelos meios necessários à execução de suas atividades.

§ 1º A Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras poderá manter banco de solicitações de pessoa física ou entidade da sociedade civil que não disponha dos meios suficientes para execução das atividades.

§ 2º Será dada ampla divulgação ao banco de solicitações de que trata o § 1º deste artigo, de modo a permitir e fomentar o apoio financeiro por parte da iniciativa privada.

Art. 7º As Secretarias e demais órgãos e entidades da Administração Municipal poderão propor atividades de divulgação de seus serviços e políticas públicas no âmbito do Programa Ruas Abertas.

Art. 8º O Programa Ruas Abertas contará com um Comitê Intersetorial de Ruas Abertas, coordenado por um representante do Gabinete do Prefeito e composto por um representante dos seguintes órgãos e empresa municipais:

- I - Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras;
- II - Secretaria Municipal de Transportes;
- III - Secretaria Municipal de Cultura;
- IV - Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação;
- V - Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo;
- VI - Secretaria Municipal de Segurança Urbana;
- VII - São Paulo Negócios.

§ 1º Ao Comitê Intersetorial de Ruas Abertas incumbirá:

- I - apresentar propostas às Subprefeituras quanto à melhoria do Programa, em especial no que se refere a:
 - a) programação de atividades artísticas, culturais e esportivas;
 - b) periodicidade da abertura de vias e perímetro de fechamento;
 - c) especificidades das operações de trânsito;

- d) comércio por micros e pequenos empreendedores locais;
- e) parcerias com a sociedade civil e empresas privadas;
- f) novas formas de ocupação dos espaços públicos;
- II - dar encaminhamento às sugestões, reclamações ou quaisquer manifestações dos Conselhos Gestores Locais e do Comitê de Acompanhamento e Fortalecimento do Programa Ruas Abertas.

§ 2º O coordenador poderá convidar para as reuniões do Comitê representantes de outros órgãos e entidades do Poder Público do Município, do Estado de São Paulo e da União.

Art. 9º Em cada Subprefeitura, será formado um Conselho Gestor Local, composto por 6 (seis) membros, na seguinte conformidade:

- I - dois membros indicados pela Subprefeitura;
- II - um membro indicado pela CET;
- III - um membro indicado pelo Conselho Participativo;
- IV - dois membros da sociedade civil, eleitos dentre os moradores e proprietários de imóveis situados na rua e em suas adjacências, desde que maiores de 18 anos.

Parágrafo único. Ao Conselho Gestor Local incumbirá:

- I - apoiar e fortalecer a implementação local do Programa;
- II - apresentar propostas visando à melhoria do Programa;
- III - receber, apreciar e encaminhar ao Comitê Intersetorial de Ruas Abertas sugestões e reclamações dos municípios em relação ao Programa;
- IV - encaminhar ao Comitê Intersetorial de Ruas Abertas relatórios bimestrais acerca das atividades do Conselho.

Art. 10. O Programa Ruas Abertas contará com um Comitê de Acompanhamento e Fortalecimento do Programa Ruas Abertas, com o objetivo de apoiar a Prefeitura no seu aprimoramento, tendo em vista o papel construtivo da participação da sociedade civil no acompanhamento das ações do governo municipal.

§ 1º O Comitê de Acompanhamento e Fortalecimento do Programa Ruas Abertas será coordenado por um representante do Gabinete do Prefeito e composto por representantes, um titular e um suplente, de entidades da sociedade civil ligadas à agenda de mobilidade e novas formas de uso do espaço público.

§ 2º Ao Comitê de Acompanhamento e Fortalecimento do Programa Ruas Abertas compete:

I - apresentar propostas visando à melhoria do Programa, tais como programação, periodicidade da abertura e perímetro de fechamento;

II - realizar reuniões periódicas com os Conselhos Gestores Locais;

III - identificar, junto a entidades representantes da sociedade civil, assim como à iniciativa privada, parceiros que estejam dispostos a apoiar as atividades do Programa;

IV - apoiar as Subprefeituras na mobilização e na articulação de iniciativas culturais, esportivas e de micros e pequenos empreendedores locais interessados em propor atividades no âmbito do Programa.

Art. 11. A Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras poderá editar normas complementares para o cumprimento deste decreto, ouvidas as demais Secretarias envolvidas.

Art. 12. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 24 de junho de 2016, 463º da fundação de São Paulo.

FERNANDO HADDAD, PREFEITO

LUIZ ANTONIO DE MEDEIROS NETO, Secretário Municipal de Coordenação das Subprefeituras

JILMAR AUGUSTINHO TATTO, Secretário Municipal de Transportes

FRANCISCO MACENA DA SILVA, Secretário do Governo Municipal

Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 24 de junho de 2016.

DECRETO Nº 57.087, DE 24 DE JUNHO DE 2016

cria o Observatório de Indicadores da Cidade de São Paulo na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

FERNANDO HADDAD, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO que a Lei nº 14.173, de 26 de junho de 2006, estabelece indicadores de desempenho relativos à qualidade dos serviços públicos no Município de São Paulo;

CONSIDERANDO os trabalhos realizados pelo Comitê Intersetorial de Indicadores da Cidade de São Paulo, instituído pela Portaria PREF nº 74, de 13 de fevereiro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Observatório de Indicadores da Cidade de São Paulo na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Art. 2º O Observatório de Indicadores da Cidade de São Paulo tem por objetivo propor e divulgar indicadores geo-referenciados e estudos em plataforma online, incumbindo-lhe as seguintes atribuições:

- I - gerir o sistema de indicadores que permitam avaliar a qualidade da gestão pública municipal, a qualidade de vida na cidade e o acesso a equipamentos e serviços públicos;
- II - subsidiar a formulação, o planejamento, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas;
- III - consolidar e divulgar os indicadores previstos na Lei nº 14.173, de 26 de junho de 2006;
- IV - propor novos indicadores com respectivos critérios de cálculo e metodologia de coleta de dados e informações;
- V - promover o diálogo e o intercâmbio de dados, informações e metodologias com outros observatórios temáticos e núcleos de pesquisa;
- VI - fomentar a capacitação e formação dos gestores públicos em formulação e uso de indicadores para as políticas públicas;

VII - propor parcerias entre órgãos municipais e outros atores, públicos ou privados, para o fortalecimento do Observatório de Indicadores da Cidade de São Paulo.

Art. 3º O Observatório de Indicadores da Cidade de São Paulo terá apoio do Comitê Intersetorial de Indicadores da Cidade de São Paulo instituído pela Portaria PREF nº 74, de 13 de fevereiro de 2014, que passa a ser composto por membros, titulares e suplentes, de todas as Secretarias Municipais, da Controladoria Geral do Município e da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo - PRODAF.

Parágrafo único. A Coordenação do Comitê Intersetorial de Indicadores da Cidade de São Paulo caberá à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, por meio do Departamento de Produção e Análise de Informação - DEINFO.

Art. 4º O Observatório de Indicadores da Cidade de São Paulo poderá criar grupos de trabalho temáticos, destinados ao estudo, formulação e monitoramento de indicadores e outros estudos relacionados aos objetivos previstos neste decreto.

Art. 5º Fica transferido do Gabinete do Secretário, da Secretaria Municipal de Gestão - SMG, 1 (um) cargo de Assessor Especial, Ref. DAS-14, de livre provimento em comissão pelo Prefeito, entre portadores de diploma de nível superior, para o Observatório de Indicadores da Cidade de São Paulo, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, com a denominação alterada para Coordenador Geral.

Art. 6º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto nº 47.972, de 8 de dezembro de 2006, e a Portaria PREF nº 74, de 13 de fevereiro de 2014.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 24 de junho de 2016, 463º da fundação de São Paulo.

FERNANDO HADDAD, PREFEITO

CRISTINA KIOMI MORI, Respondendo pelo cargo de Secretária Municipal de Gestão

FERNANDO DE MELLO FRANCO, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

FRANCISCO MACENA DA SILVA, Secretário do Governo Municipal

Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 24 de junho de 2016.

DECRETO Nº 57.088, DE 24 DE JUNHO DE 2016

Denomina os logradouros públicos que especifica, fixa os pontos de referência da Rua Maria Silvína Tavares e revoga o item 7 do artigo 1º do Decreto nº 26.869, de 12 de setembro de 1988.

FERNANDO HADDAD, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO as informações contidas no processo administrativo nº 2016-0.105.682-2, as quais demonstram que a regularização do Assentamento Jardim Parapanapema demandaria a abertura de novos logradouros e alteração a geometria da Rua Maria Silvína Tavares, que passou a absorver o leito da Rua Ribeira dos Frades,

DECRETA:

Art. 1º Os logradouros abaixo relacionados, identificados na planta PDL 32-001-16, do arquivo da Coordenadoria de Regularização Fundiária - CRF, relativos a regularização urbanística e fundiária do Assentamento Jardim Parapanapema, situados na quadra 80 do setor 182, no Distrito de Jardim Ângela, Subprefeitura de M'Boi Mirim, ficam assim oficializados e denominados:

I - Travessa Severino Ferreira de Lima, CODLOG 51.648-1, o logradouro identificado como Travessa 2, que começa na Estrada do M'Boi Mirim, entre a Rua Tijuapé e a Rua Maria Silvína Tavares, e termina a aproximadamente 43,00 metros além do seu início;

II - Travessa Ildo Marciano de Paula, CODLOG 51.649-0, o logradouro identificado como Travessa 3, que começa na Rua Maria Silvína Tavares, entre a Estrada do M'Boi Mirim e a Travessa 4, agora denominada Travessa Maria Santa Lopes Nascimento, e termina a aproximadamente 41,93 metros além do seu início;

III - Travessa Maria Santa Lopes Nascimento, CODLOG 51.650-3, o logradouro identificado como Travessa 4, que começa na Rua Ribeira dos Frades, agora denominada Rua Maria Silvína Tavares, entre a Travessa 3, agora denominada Ildo Marciano de Paula, e a Travessa 5, agora denominada Margaret Nogueira de Sá, e termina a aproximadamente 45,88 metros além do seu início;

IV - Travessa Margaret Nogueira de Sá, CODLOG 51.651-1, o logradouro identificado como Travessa 5, que começa na Rua Ribeira dos Frades, agora denominada Rua Maria Silvína Tavares, entre a Travessa 4, agora denominada Zilda Santa Lopes Nascimento, e a Travessa 6, agora denominada Zilda Maria Brandão, e termina a aproximadamente 55,62 metros além do seu início;

V - Travessa Zilda Maria Brandão, CODLOG 51.652-0, o logradouro identificado como Travessa 6, que começa na Rua Ribeira dos Frades, agora denominada Rua Maria Silvína Tavares, entre a Travessa 5, agora denominada Margaret Nogueira de Sá, e a Travessa 7, agora denominada João Raimundo de Souza, e termina a aproximadamente 58,48 metros além do seu início;

VI - Travessa João Raimundo de Souza, CODLOG 51.653-8, o logradouro identificado como Travessa 7, que começa na Rua Ribeira dos Frades, agora denominada Rua Maria Silvína Tavares, entre a Travessa 6, agora denominada Zilda Maria Brandão, e a Travessa 8, agora denominada Alencar Gomes Ferreira, e termina a aproximadamente 75,17 metros além do seu início;

VII - Travessa Alencar Gomes Ferreira, CODLOG 51.654-6, o logradouro identificado como Travessa 8, que começa na Rua Ribeira dos Frades, agora denominada Rua Maria Silvína Tavares, entre a Travessa 7, agora denominada João Raimundo de Souza, e a Travessa 9, agora denominada Alceu Silvestre de Matos, e termina a aproximadamente 68,32 metros além do seu início;

VIII - Travessa Alceu Silvestre de Matos, CODLOG 51.655-4, o logradouro identificado como Travessa 9, que começa na Rua Ribeira dos Frades, agora denominada Rua Maria Silvína Tavares, entre a Travessa 8, agora denominada Alencar Gomes Ferreira, e a Travessa 10, agora denominada José Vitorino de Paula, e termina a aproximadamente 63,10 metros além do seu início;

IX - Travessa José Vitorino de Paula, CODLOG 51.656-2, o logradouro identificado como Travessa 10, que começa na Rua Ribeira dos Frades, agora denominada Rua Maria Silvína Tavares, entre a Travessa 9, agora denominada Alceu Silvestre de Matos, e a Travessa 11, agora denominada Carmelita Rosa Nogueira, e termina a aproximadamente 65,00 metros além do seu início;

X - Travessa Carmelita Rosa Nogueira, CODLOG 51.657-0, o logradouro conhecido por Travessa 11, que começa na Rua Ribeira dos Frades, agora denominada Rua Maria Silvína Tavares, entre a Travessa 10, agora denominada José Vitorino de Paula, e área particular, e termina a aproximadamente 49,02 metros além do seu início.

Art. 2º A Rua Maria Silvína Tavares, CODLOG 31.179-0, denominada pelo item 9 do artigo 1º do Decreto nº 18.391, de 10 de novembro de 1982, em razão da reconfiguração geométrica de seu leito na forma representada na planta a que se refere o artigo 1º deste decreto, passou a absorver o leito da Rua Ribeira dos Frades, CODLOG 31.180-4, e a ter os seguintes pontos de referência:

Início: Estrada do M'Boi Mirim;

Término: a aproximadamente 92,73 metros além da Travessa 11, agora denominada Travessa Carmelita Rosa Nogueira.

Art. 3º Em decorrência do disposto no artigo 2º deste decreto, fica revogado o item 7 do artigo 1º do Decreto nº 26.869, de 12 de setembro de 1988, que oficializou e denominou a Rua Ribeira dos Frades.

Art. 4º As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 24 de junho de 2016, 463º da fundação de São Paulo.

FERNANDO HADDAD, PREFEITO

PAULA MARIA MOTTA LARA, Secretária Municipal de Licenciamento

FRANCISCO MACENA DA SILVA, Secretário do Governo Municipal

Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 24 de junho de 2016.

DECRETO Nº 57.089, DE 24 DE JUNHO DE 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar de R\$ 1.815.727,00 de acordo com a Lei nº 16.334/15.

FERNANDO HADDAD, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 16.334/15, de 30 de dezembro de 2015, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades das Secretarias e das Subprefeituras,

CONSIDERANDO que a Lei nº 16.334/15, de 30 de dezembro de 2015, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades das Secretarias e das Subprefeituras,

CONSIDERANDO que a Lei nº 16.334/15, de 30 de dezembro de 2015, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades das Secretarias e das Subprefeituras,

CONSIDERANDO que a Lei nº 16.334/15, de 30 de dezembro de 2015, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades das Secretarias e das Subprefeituras,

CONSIDERANDO que a Lei nº 16.334/15, de 30 de dezembro de 2015, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades das Secretarias e das Subprefeituras,

CONSIDERANDO que a Lei nº 16.334/15, de 30 de dezembro de 2015, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades das Secretarias e das Subprefeituras,

CONSIDERANDO que a Lei nº 16.334/15, de 30 de dezembro de 2015, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades das Secretarias e das Subprefeituras,

CONSIDERANDO que a Lei nº 16.334/15, de 30 de dezembro de 2015, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades das Secretarias e das Subprefeituras,

CONSIDERANDO que a Lei nº 16.334/15, de 30 de dezembro de 2015, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades das Secretarias e das Subprefeituras,

CONSIDERANDO que a Lei nº 16.334/15, de 30 de dezembro de 2015, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades das Secretarias e das Subprefeituras,

CONSIDERANDO que a Lei nº 16.334/15, de 30 de dezembro de 2015, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades das Secretarias e das Subprefeituras,

CONSIDERANDO que a Lei nº 16.334/15, de 30 de dezembro de 2015, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades das Secretarias e das Subprefeituras,

CONSIDERANDO que a Lei nº 16.334/15, de 30 de dezembro de 2015, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades das Secretarias e das Subprefeituras,

CONSIDERANDO que a Lei nº 16.334/15, de 30 de dezembro de 2015, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades das Secretarias e das Subprefeituras,

CONSIDERANDO que a Lei nº 16.334/15, de 30 de dezembro de 2015, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades das Secretarias e das Subprefeituras,

CONSIDERANDO que a Lei nº 16.334/15, de 30 de dezembro de 2015, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades das Secretarias e das Subprefeituras,

CONSIDERANDO que a Lei nº 16.334/15, de 30 de dezembro de 2015, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades das Secretarias e das Subprefeituras,

CONSIDERANDO que a Lei nº 16.334/15, de 30 de dezembro de 2015, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades das Secretarias e das Subprefeituras,

CONSIDERANDO que a Lei nº 16.334/15, de 30 de dezembro de 2015, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades das Secretarias e das Subprefeituras,

CONSIDERANDO que a Lei nº 16.334/15, de 30 de dezembro de 2015, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades das Secretarias e das Subprefeituras,

CONSIDERANDO que a Lei nº 16.334/15, de 30 de dezembro de 2015, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades das Secretarias e das Subprefeituras,

CONSIDERANDO que a Lei nº 16.334/15, de 30 de dezembro de 2015, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades das Secretarias e das Subprefeituras,

CONSIDERANDO que a Lei nº 16.334/15, de 30 de dezembro de 2015, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades das Secretarias e das Subprefeituras,

CONSIDERANDO que a Lei nº 16.334/15, de 30 de dezembro de 2015, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades das Secretarias e das Subprefeituras,

CONSIDERANDO que a Lei nº 16.334/15, de 30 de dezembro de 2015, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades das Secretarias e das Subprefeituras,

CONSIDERANDO que a Lei nº 16.334/15, de 30 de dezembro de 2015, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades das Secretarias e das Subprefeituras,

CONSIDERANDO que a Lei nº 16.334/15, de 30 de dezembro de 2015, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades das Secretarias e das Subprefeituras,

33903900.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	150,000.00
25.10.13.392.3001.2110	E2590 - Eventos Culturais	
33903900.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	50,000.00
40.10.04.122.3024.1271	E1 - Colaboração com as Ações de Políticas Públicas	
33903900.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	300,000.00
45.10.15.451.3022.1369	E2329 - Melhorias de Bairro e Revitalização das Praças Públicas Situadas na Área da Subprefeitura de Santana/Tucuruvi	
44903900.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	200,000.00
50.10.15.451.3022.1170	Intervenção, Utilização e Melhoria de Bairros - Plano de Obras das Subprefeituras	
44905100.00	Obras e Instalações	150,000.00
50.10.15.451.3022.1463	E3708 - Reforma de Campo, Grândis e Academia da Terceira Idade - Subprefeitura Cidade Ademar	
44903900.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	335,000.00
		1,815,127.00

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 24 de junho de 2016, 463ª da Fundação de São Paulo.
FERNANDO HADDAD, Prefeito.
ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA, Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico
Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 24 de junho de 2016.

DECRETO Nº 57.090, DE 24 DE JUNHO DE 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar de R\$ 52.652.158,10 de acordo com a Lei nº 16.334/15.

FERNANDO HADDAD, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 16.334/15, de 30 de dezembro de 2015, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades da Fundação Paulista de Educação e Tecnologia e do Fundo,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R\$ 52.652.158,10 (cinquenta e dois milhões e seiscentos e cinquenta e dois mil e cento e cinquenta e oito reais e dez centavos), suplementar às seguintes dotações do orçamento vigente:

CODIGO	NOME	VALOR
80.10.12.363.3019.2881	Operação e Manutenção das Unidades da FUNDAPEC	
31900400.02	Contratação por Tempo Determinado	1.722,0747
31901300.02	Obrigações Patronais	557,263.30
33903600.02	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	120,000.00
33903900.02	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	275,000.00
33904600.02	Auxílio-Alimentação	34,441.49
33904900.02	Obrigações Tributárias e Contributivas	24,000.00
33904900.02	Auxílio-Transporte	17,220.74
84.10.10.132.3021.2100	Administração da Unidade	
33904900.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	324,000.00
84.10.10.301.3003.4101	Operação e Manutenção de Unidades de Saúde - Básica e de Especialidades	
33904900.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	3,028,640.00
84.10.10.302.3003.1118	Construção e Instalação do Hospital Municipal Parahensinos	
44905100.02	Obras e Instalações	44,000,000.00
84.10.10.302.3003.3101	Construção, Ampliação e Reforma de Equipamentos de Saúde	
44905100.00	Obras e Instalações	2,545,518.10

Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes da anulação parcial, em igual importância, das seguintes dotações:

CODIGO	NOME	VALOR
22.10.26.453.3009.3378	Implantação e Requalificação de Corredores	
44905100.02	Obras e Instalações	8,652,158.10
84.10.10.302.3003.1118	Construção e Instalação do Hospital Municipal Parahensinos	
44905100.00	Obras e Instalações	44,000,000.00
		52,652,158.10

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 24 de junho de 2016, 463ª da Fundação de São Paulo.
FERNANDO HADDAD, Prefeito.
ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA, Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico
Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 24 de junho de 2016.

DECRETO Nº 57.091, DE 24 DE JUNHO DE 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar de R\$ 40.433.239,71 de acordo com a Lei nº 16.334/15.

FERNANDO HADDAD, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 16.334/15, de 30 de dezembro de 2015, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades dos Fundos,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R\$ 40.433.239,71 (quarenta milhões e quatrocentos e trinta e tres mil e duzentos e trinta e nove reais e setenta e um centavos), suplementar às seguintes dotações do orçamento vigente:

CODIGO	NOME	VALOR
86.22.17.451.3008.5013	Intervenções de controle de cheias em bacias de córregos	
44903900.03	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	14,100,000.00
86.22.17.451.3008.5013	Intervenções de controle de cheias em bacias de córregos	
44905100.08	Obras e Instalações	993,239.71
98.37.15.451.3022.3352	Requalificação de Bairros e Centralidades	
44905100.08	Obras e Instalações	25,400,000.00

Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes da anulação parcial, em igual importância, das seguintes dotações:

CODIGO	NOME	VALOR
86.22.17.451.3008.5013	Intervenções de controle de cheias em bacias de córregos	
44905100.03	Obras e Instalações	2,743,891.35
44906100.03	Aquisição de Imóveis	11,266,108.65
98.22.17.451.3008.5013	Intervenções de controle de cheias em bacias de córregos	
44903900.08	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	933,239.71
98.22.26.453.3009.3378	Implantação e Requalificação de Corredores	
44903900.08	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5,000,000.00
98.22.26.453.3009.3379	Implantação e requalificação de terminais de ônibus urbanos	
44905100.08	Obras e Instalações	15,000,000.00
98.37.15.451.3022.3352	Requalificação de Bairros e Centralidades	
44903900.08	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5,400,000.00

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 24 de junho de 2016, 463ª da Fundação de São Paulo.

FERNANDO HADDAD, Prefeito.
ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA, Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico
Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 24 de junho de 2016.

DECRETO Nº 57.092, DE 24 DE JUNHO DE 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar de R\$ 567.408,00 de acordo com a Lei nº 16.334/15.

FERNANDO HADDAD, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 16.334/15, de 30 de dezembro de 2015, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades da Secretaria,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R\$ 567.408,00 (quinhentos e sessenta e sete mil e quatrocentos e oito reais), suplementar à seguinte dotação do orçamento vigente:

CODIGO	NOME	VALOR
25.10.13.126.3011.2171	Manutenção de Sistemas de Informação e Comunicação	
33903900.09	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	567,408.00

Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes da anulação parcial, em igual importância, da seguinte dotação:

CODIGO	NOME	VALOR
25.70.13.392.3001.3401	Implantação de Pontos e Pontos de Cultura - Cultura Viva	
44903900.02	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	567,408.00
		567,408.00

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 24 de junho de 2016, 463ª da Fundação de São Paulo.

FERNANDO HADDAD, Prefeito.
ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA, Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico
Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 24 de junho de 2016.

DECRETO Nº 57.093, DE 24 DE JUNHO DE 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar de R\$ 480.000,00 de acordo com a Lei nº 16.334/15.

FERNANDO HADDAD, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 16.334/15, de 30 de dezembro de 2015, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades da Secretaria,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais), suplementar à seguinte dotação do orçamento vigente:

CODIGO	NOME	VALOR
25.10.13.392.3001.6533	Políticas de promoção cultural	
33903900.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	480,000.00
		480,000.00

Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes da anulação parcial, em igual importância, da seguinte dotação:

CODIGO	NOME	VALOR
25.70.13.392.3001.2026	Semana do Hip Hop	
33903900.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	480,000.00
		480,000.00

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir de 24 de junho de 2016.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 24 de junho de 2016, 463ª da Fundação de São Paulo.

FERNANDO HADDAD, Prefeito.
ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA, Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico
Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 24 de junho de 2016.

PORTARIAS

PORTARIA 222, DE 24 DE JUNHO DE 2016

FERNANDO HADDAD, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Designar o senhor MIGUEL BIAZZO NETO, RF 523.379.8, para, no período de 04 a 13 de julho de 2016, substituir a senhora PAULA MARIA MOTTA LARA, RF 315.000.3, no cargo de Secretário Municipal, referência SM, da Secretaria Municipal de Licenciamento, à vista de seu impedimento legal, por férias.
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 24 de junho de 2016, 463ª da Fundação de São Paulo.
FERNANDO HADDAD, Prefeito

PORTARIA 223, DE 24 DE JUNHO DE 2016

FERNANDO HADDAD, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Designar o GIORDANO MORANGUEIRA MAGRI, RF 807.721.5, para, no período de 27 a 30 de junho de 2016, substituir o senhor LUIZ GÜLLHERME MENDES DE PAIVA, RF 835.666.1, no cargo de Chefe de Gabinete, símbolo CHG, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, em virtude de seu afastamento para empreender viagem à cidade de Bogotá - Colômbia, com a finalidade de participar de Reunião de Trabalho sobre: "Pos-UNGASS 2016 y América Latina: El futuro del régimen internacional de drogas".

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 24 de junho de 2016, 463ª da Fundação de São Paulo.
FERNANDO HADDAD, Prefeito

PORTARIA 224, DE 24 DE JUNHO DE 2016

FERNANDO HADDAD, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Formalizar a designação do senhor ALVARO DE ABREU ALVES, RF 541.384.2, por ter, no período de 03 a 07 de junho de 2016, substituído o senhor FABIO SANTOS DA SILVA, RF 777.633.1, no cargo de Subprefeito, símbolo SBP, da Subprefeitura São Mateus, à vista de seu impedimento legal, por licença médica.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 24 de junho de 2016, 463ª da Fundação de São Paulo.

FERNANDO HADDAD, Prefeito

PORTARIA 225, DE 24 DE JUNHO DE 2016

FERNANDO HADDAD, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

1 - Alterar a composição da Comissão Permanente de Acessibilidade - CPA, instituída pelo Decreto 39.651, de 27 de julho de 2000, com as alterações expressas no Decreto 54.945, de 20 de março de 2014, para a inclusão dos seguintes membros: Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU Suplente: MARIETA COLUCCI RIBEIRO Secretária Municipal de Cultura - SMC Suplente: ILAN SZKLO
1 - Cessar, em consequência, a designação da senhora REGINA HELENA VIEIRA SANTOS para integrar a referida Comissão.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 24 de junho de 2016, 463ª da Fundação de São Paulo.

FERNANDO HADDAD, Prefeito

PORTARIA 226, DE 24 DE JUNHO DE 2016

FERNANDO HADDAD, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecimento local do Programa Ruas Abertas;

CONSIDERANDO o papel construtivo da participação social do acompanhamento das ações do governo municipal;

CONSIDERANDO a importância de garantir a transparência e o acesso à informação em âmbito municipal,

RESOLVE:

1 - Constituir Comitê de Acompanhamento e Fortalecimento do Programa Ruas Abertas, com o objetivo de apoiar a Prefeitura no aprimoramento do Programa tendo em vista o papel construtivo da participação da sociedade civil no acompanhamento das ações do governo municipal.

2 - Designar para integrá-lo, na qualidade de titular e suplente, os seguintes representantes:

Do Poder Público:
a) Gabinete do Prefeito - Henrique Giovanni Silva; RF 818.783.5

Da Sociedade Civil
a) Minha Sampa:
TITULAR - Guilherme Aranha Coelho; RG 27.122.944.5;
SUPLENTE - Anna Lívia Solon Arida; RG 43.740.535-7

b) Sampaapp:
TITULAR - Ana Carolina Almeida Santos Nunes; RG 46.583.311-3;

c) SUPLENTE: Leticia Leda Sabino; RG 29.522.327-3

d) Bile Anjo:
TITULAR - Marina Buzatec Egredi Horvath; RG 44.713.280-5;
SUPLENTE: Marcos Bueno de Oliveira; RG 24.808.171-8

e) Cidade Ativa:
TITULAR - Rafaella Basile; RG 33.756.956-3;
SUPLENTE: Ramiro Levy, RG 20.874.468.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 24 de junho de 2016, 463ª da Fundação de São Paulo.

FERNANDO HADDAD, Prefeito

SECRETARIAS

GOVERNO MUNICIPAL

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA 970, DE 24 DE JUNHO DE 2016

FRANCISCO MACENA DA SILVA, Secretário do Governo Municipal, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto 53.692, de 8.1.2013,

RESOLVE:

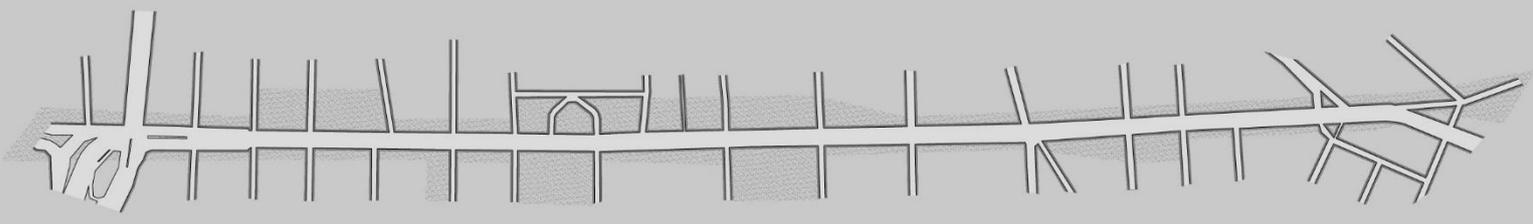


Foto 01: Morador de rua em frente à escadaria da igreja;

Foto 02: Carrinho do morador de rua, dono de Duquesa e Princesa;

Foto 03: Morador de rua dormindo no belvedere do MASP;

Foto 04: Ambulantes se dispersando ao avistarem o rapa;

Foto 05: Carros de “Apoio à Remoção” circulando pela Avenida Paulista;

Foto 06: Segurança junto a uma placa de divulgação do evento Paulista Cultural;

Foto 07: Morador de rua dormindo no belvedere do MASP;

Foto 08: Grupo “Samba que é Massa” em apresentação na esquina da Alameda Campinas;

Foto 09: *Slackline* na Praça do Ciclista;

Foto 10: Controle da ciclovia pelos funcionários do Bradesco;

.....

Foto 11: Crianças brincando com bolha de sabão;

Foto 12: Meninos, da academia *Millenium*, fazendo uma apresentação de dança;

Foto 13: Crianças brincando em uma oficina de bambolê;

Foto 14: Apresentação do grupo “Palavra Cantada” no Domingo na Paulista, na FIESP;

Foto 15: Grupo pedindo Intervenção Militar;

Foto 16: Show de Karol Conká patrocinado pela *Nike*;

Foto 17: Casal de moradores de rua em frente ao Itaú;

Foto 18: Carros da polícia circulando pela Avenida Paulista;

Foto 19: Artesão e vendedores nas calçadas da Avenida Paulista;

Foto 20: Protesto contra racismo, lembrando os 80 tiros disparados contra o músico negro no Rio de Janeiro;

.....

Foto 21: Faixa “Lula Livre, em defesa da aposentaria”;

Foto 22: Faixas em defesa de Lula sobre o asfalto da Avenida Paulista;

Foto 23: Grupo de músicos de Paraisópolis em frente ao MASP;

Foto 24: Manifestantes a favor de Jair Bolsonaro;

Foto 25: Trio elétrico “Fiscais da Nação”;

Foto 26: Camisetas “Meu partido é o Brasil” vendidas na Avenida Paulista;

Foto 27: “Quem mandou matar Marielle?” pichado nos muros da Avenida Paulista;

Foto 28: Praticante de *slackline* na Praça do Ciclista com a manifestação ao fundo.

[Créditos: Arquivo pessoal]

